

RIO NEGRO

C E N T E N Á R I A



Wolfgang Guminiak

RIO NEGRO

C E N T E N Á R I A



Wolfgang Guminiak

APRESENTAÇÃO

"Dagora por diante, caberá à nova geração maçônica, a prestação de serviços que se recomendem a destinação dos pósteros, a qual tem a seu favor, as lições dos antepassados, que legaram, à atualidade, as mais belas comunicações de vivência e de solidariedade" - Rodolpho Valle.

A Grande Loja Maçônica do Amazonas, sente-se feliz em apresentar ao povo Maçônico, essa magnífica obra escrita pelo Irmão Wolfgang Guminiak, filho da Grande Benemérita Loja Simbólica Rio Negro nº 04, que narra em detalhes a fundação, a regularização e o caminho vitorioso dos 100 anos da Loja Rio Negro.

Os fatos históricos assinalam a trajetória de uma vida.

Parabenizo a Administração da Grande Benemérita Loja Simbólica Rio Negro nº 04, ano 1996/1997, tendo a frente o Irmão Fernando Ferreira Lima, pela feliz idéia que teve em registrar para a posteridade a participação efetiva de nossos Irmãos, quer no contexto Maçônico, quer no social.

É um passado de glórias, de realizações e de vigilância que nos assegura o direito de continuarmos o trabalho Maçônico sempre voltado para o nosso aperfeiçoamento a fim de acelerar o estímulo na participação mais eficaz do maçom na sociedade.

A GLOMAM, dispõe a partir deste livro, de um acervo histórico admirável; é a quarta Loja de sua jurisdição. CENTENÁRIA - e o autor não se prendeu somente aos 100 anos da Loja Rio Negro. Ele, com sutileza nos faz recordar a Esperança e Porvir nº 01, a Amazonas nº 02, a Conciliação Amazonense nº 03 e finalmente a forma como foi plantada a semente e a maneira como foi semeada a hoje frondosa árvore de Amor e Dignidade, de Virtude e Benemerência que é a Grande Benemérita Loja Simbólica Rio Negro nº 04.

Renan Correa Peixoto

Grão Mestre.



RENAN CORREA PEIXOTO, Grão Mestre da GLOMAM no
centenário da Grande Benemérito Loja Simbólica Rio Negro nº 4



ADELSON FERNANDES DE SOUZA, Eminente Grão Mestre Adjunto no
centenário da Grande Benemérita Loja Simbólica Rio Negro nº 4

AGRADECIMENTO

Embora eu não tenha nascido neste vale rio-mar, vivi 25 anos da minha existência em Manaus, onde aprendi a conhecer a cidade atual e a interessar-me pelo passado, pelas suas mazelas, pelas suas paisagens e pelos seus personagens que aqui viveram, trabalharam e construíram o passado e o futuro desta linda cidade. Aprendi a amar Manaus com todos os seus "prós e contra". Esta Manaus, que foi cenário da história do Brasil. Que luxou e sofreu junto com as ilustres personagens e com o seu povo e marcaram o seu lugar na "roda-viva" do tempo e da história.

Surgiu o centenário da Loja RIO NEGRO e ela faz e fez parte da história de Manaus e do Amazonas. Falar sobre a Loja RIO NEGRO implica automaticamente em relatar os fatos históricos de nossa cidade e do nosso Estado, pois ela está intimamente ligada a estes acontecimentos que marcaram toda uma época.

Ao escrever este humilde relato, não pretendo achar lugar entre os ilustres historiadores desta terra. Pretendo tão somente, à minha maneira, prestar a justa homenagem ao Centenário da Loja RIO NEGRO e àqueles Obreiros que conseguiram, através do seu laborioso empenho, perpetuar a Maçonaria por intermédio desta Oficina e de muitas outras espalhadas pelo Estado do Amazonas. A Maçonaria é história.

Quero de público prestar a minha homenagem póstuma aos ilustres historiadores como o professor e Irmão Agnello Bittencourt, que foi uma das figuras de destaque da RIO NEGRO, ao Irmão Rodolpho Valle, também laborioso Obreiro da RIO NEGRO e ao ex-governador do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis. Quero ainda deixar o meu profundo agradecimento ao Irmão Robério Braga e ao professor Mário Ypiranga Monteiro, todos abnegados pesquisadores da história deste rincão, e que me deram, através dos seus livros, os subsídios necessários para que pudesse prestar a minha singela homenagem à RIO NEGRO CENTENÁRIA.

Gostaria também de agradecer, penhoradamente, aos meus Irmãos, Obreiros da RIO NEGRO, e em particular aos Irmãos Paulino Bittencourt Cardoso, Fernando Ferreira Lima, Paulo Francinete Cuadal, José Lazimar Souza Holanda e João Rios Aguiar, pois eles acreditaram na minha boa vontade e me deram em todas as horas, o estímulo e o incentivo necessário para que este livro se tornasse uma realidade.

Deixo também registrado o meu profundo agradecimento ao Sereníssimo Grão-Mestre da GLOMAM, Renan Corrêa Peixoto, que foi a coluna mestra para a realização desta obra, onde procuro, sem muito lirismo literário, em palavras simples, expor, ou rememorar, uma parte da história do Amazonas e que teve a laboriosa participação da Maçonaria.

O Autor

Conforme registros realizados pelos mais versados historiadores do Amazonas, no ano de fundação da Grande Benemerita Loja Simbólica Rio Negro, a cidade de Manaus passava por um período de intensa efervescência política. Grandes vultos da história do Amazonas marcaram a época nos idos de 1850 a 1896. Este período, segundo ainda tradicionais amazonenses somente se caracterizou através das "famosas tramas políticas" onde nada mais parecia interessar a não ser a satisfação da vaidade própria de cada um, tentando galgar, principalmente no período do Império, os cargos mais elevados ou destacados. Talvez, levados pela situação de abandono em que se encontrava a Província do Amazonas no seu período inicial por parte da administração política do Império, os políticos bem como os administradores deste rincão cometiam arbitrariedades e injustiças políticas, estribados na sua vaidade pessoal e respaldados pela autoridade do Estado do Pará ao qual nossa Província ficou subordinada durante longos anos. Segundo ainda os mais experimentados historiadores do nosso Estado, este período de quarenta anos, literariamente representou "um buraco negro" durante o qual nada ou quase nada se produziu neste sentido, tudo fazendo crer que o dia a dia era marcado pelo intenso emaranhado político da época e pelas suas conseqüentes injustiças aqui praticadas.

Referendado pelo Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre, Dom Pedro II., pela Lei n.º 592, de 5 de setembro de 1850, satisfez a maior aspiração da Comarca do Rio Negro, transformando-a em Província do Amazonas. Esta Província daria um deputado e um senador ao Parlamento do Império, sendo de vinte membros A Assembléia Provincial e a sua capital ficaria instalada na cidade da Barra do Rio Negro.

Mais uma vez começam as movimentações políticas com respeito à Província do Amazonas e mais precisamente em torno da cidade da Barra do Rio Negro, vez que agora a questão em foco era a escolha do primeiro presidente da nova unidade administrativa. Surgem os primeiros destaques políticos da história do Amazonas, como seja os nomes de Souza Franco, Tenreiro Aranha, João Henrique de Matos e João Ignácio Roiz do Carmo, além de nomes como Manoel Gomes Correia de Miranda e cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo.

Apesar de todo burburinho e toda efervescência política em nossa região, o governo imperial, não vacilou em nomear Tenreiro Aranha, a 7 de julho de 1851, como primeiro presidente da nova Província e assumindo a vice presidência o Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda.

Da parte do governo imperial, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, era visto como sendo um profundo conhecedor das necessidades da Província do Amazonas e por estas razões recebia inclusive o apoio político e administrativo dos dirigentes da Assembléia Provincial do Pará.

Depois de estarem preenchidas as formalidades necessárias para a posse no cargo de primeiro Presidente da Província do Amazonas e que tiveram lugar no Rio de Janeiro, Tenreiro Aranha embarca para Manaus no vapor de guerra "GUAPIASSU". Em sua companhia Tenreiro Aranha traz algumas dezenas de pessoas que vinham se estabelecer nestas paragens com a finalidade de ocuparem cargos públicos na Província do Amazonas. No dia 27 de dezembro de 1852, o jovem político é recebido no porto de Manaus pela população local que à ocasião lhe prestou uma série de homenagens como prova de consideração. Cinco dias após a sua chegada a Manaus, a Câmara Municipal é convocada em sessão extraordinária e perante os seus componentes Tenreiro Aranha presta juramento e toma posse no cargo de presidente. Por volta das doze e meia daquele mesmo dia, instala a Província com a participação de todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas.

João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que à ocasião fora conhecido como sendo uma das pessoas mais entendidas sobre a região em que se instalara a Província do Amazonas, sabia perfeitamente das necessidades, principalmente, da cidade de Manaus e também do resto do nosso Estado. Todavia, apesar dos conhecimentos, antes de vir a Manaus, Tenreiro Aranha visita o Dr. Augusto de Aguiar, presidente da Província do Pará. Neste encontro, que teve lugar na cidade de Belém, o novo presidente da recém criada Província do Amazonas, recebe todas as informações necessárias sobre o Alto Amazonas, região esta que estaria sob o seu jugo administrativo. Conforme nos relata a história, ao término deste encontro, Dr. Augusto de Aguiar teria dito a Tenreiro Aranha textualmente: "Atente bem às minhas recomendações especiais uma vez que será preciso fazer-se de tudo, pois pouco há nesta região, ou quase nada".

Os primeiros relatórios recebidos por Tenreiro Aranha sobre a real condição da Província do Amazonas, senão caóticas, são deveras desanimadoras. Entretanto o jovem Presidente da Província do Amazonas embuido de um tremendo espirito de luta decide enfrentar todas as dificuldades que são apostas à sua administração.

A população recenseada na época era estimada em torno de 29.790 habitantes dos quais 750 eram escravos. Neste censo não foram considerados os indígenas que aqui viviam e que estavam sendo catequizados por três missões religiosas sediadas nesta região. A educação escolar, muito fraca na época, era representada por sete escolas de ensino primário, freqüentadas por uma centena de meninos e pelo Seminário São José, único local onde se ensinava o Latim, o Francês e canto. A guarnição militar era composta de uma companhia provisória de primeira linha, com oitenta e quatro praças e que pertenciam a um Batalhão de Artilharia, cuja sede era em Alagoas, tudo subordinado ao comando militar de Manaus.

Manaus formava uma comarca com dois termos, quatro municí-

pios, vinte freguesias, dezoito distritos de paz, duas delegacias e onze sub-delegacias. Os municípios eram o da capital, Barcelos, Tefé e Maués. O município de Parintins apesar de ter sido criado pela Lei nº 146 de 24 de outubro de 1848, ainda pela Assembléia Paraense, não foi instalado de imediato pois não existiam à época verbas suficientes para o funcionamento da Câmara Municipal bem como os demais serviços públicos, indispensáveis para tal.

Com a ajuda das pessoas que Tenreiro Aranha trouxera na sua vinda para ocuparem cargos burocráticos e apoiado em seu imbatível espírito de luta, o jovem administrador lançou-se ao trabalho de organizar a Província que recebera para governar.

Em princípio montou as repartições necessárias ao serviço público, como a Secretaria Geral onde foi empossado como Secretário, João Wilkens Matos. Organizou a Chefatura de Polícia e criou o Serviço de Vacinação. Outra de suas obras consideradas de importância foi a elaboração do Regulamento do Ensino Primário e a criação de um estabelecimento de ensino normal, onde seriam instruídos os professores destinados às escolas primárias criadas e por criar.

Conforme consta dos "Relatórios da Presidência da Província do Amazonas" editados no Rio de Janeiro em 1906, Tenreiro Aranha começa a se preocupar também com a visível decadência da agricultura e nos seus relatos ao Governo Imperial sugere a contratação de famílias alemãs para serem sediadas no Madeira visando a intensificação da agricultura. Por outro lado, pretende que sejam trazidos gaúchos e mineiros para que empregassem aqui as suas técnicas de criação de gado, principalmente na área do Rio Branco.

Um dos seus mais ardorosos planos era inclusive fazer com que fosse restabelecida a lavoura do café, do cacau, da baunilha e do algodão e que se incentivasse a cultura da cana-de-açúcar e do arroz e segundo suas opiniões a área mais adequada para o desenvolvimento desta cultura seria localizada entre o Madeira, Manacapuru e Manaus. Tenreiro Aranha fez ainda com que estas informações fossem veiculadas entre os interioranos visando despertar o interesse dos mesmos sobre a questão. E indo ainda mais longe solicitou ao governo imperial a fundação de um núcleo agrícola em nossa região. Em suma, Tenreiro Aranha mostrou-se altamente interessado em promover a diversificação da agricultura na Província do Amazonas, deixando de lado a cultura extrativista amplamente difundida em nossa região. Não satisfeito com todas as inovações propostas, Tenreiro Aranha iniciou também o cultivo da borracha, e com o seu espírito visionário, parecia que já previa o período áureo da borracha, pelo qual mais tarde o Amazonas deveria passar. Era de fato um homem que sonhava com o glorioso futuro das nossas terras.

Inclusive a cidade de Manaus entrou em seus sonhos futuristas, pois não passava, na época de uma pequenina cidade com apenas 608

habitantes, com aspecto totalmente colonial. A cidade era cortada, em sua maior parte, por igarapés e sem sombra de dúvidas precisava de reformas profundas que lhe dessem de fato o aspecto de uma Capital. Tenreiro Aranha chegou a realizar inúmeros projetos neste sentido, sem entretanto poder concretizá-los.

Também o comércio local, que se ressentia e entrava em declínio, recebeu a intervenção das idéias férteis de Tenreiro Aranha e a propósito diz ele nos seus "Relatórios da Província do Amazonas": "O comércio do interior tinha desaparecido quase todo dos povoados, e se dirigia em direitura das feitorias estabelecidas nas matas, para o Pará, ou se fazia à retalha, pelos rios, lagos, sítios e aldeias do interior, em pequenas canoas, como se fossem lojas e tabernas flutuantes em que, sem pagarem direitos, por veredas tortuosas, iam os mascates e regatões iludir a singeleza dos índios, embrutece-los e concentra-los ainda mais, e com toda a sorte de malversações e fraudes e cizânias afugenta-los dos povoados e exauri-los de tudo quanto pelos matos podiam apanhar para os tráfico desses atravessadores, que muitas vezes seriam vítimas, às mãos enfensas desses mesanos selvagens que assim iam embrutecer ao passo que o comércio mais lícito e regular dos povoados de dia a dia desaparecendo, e sendo naturalmente prejudicado, por não poder competir com o daqueles extraviadores". Em outras palavras, os "regatões" foram considerados os principais responsáveis pelo declínio do comércio. Sabedor disto, Tenreiro Aranha começa a trabalhar energicamente contra os "regatões" elaborando regras rígidas especificando o comércio lícito e ilícito, não deixando evidentemente de punir os transgressores. O comércio, voltou à sua normalidade.

Amigo de Manoel da Silva Ramos, que à época editava o jornal que levava como título "Estrela do Amazonas", Tenreiro Aranha, que por experiência própria reconhecia a importância da imprensa em todas as suas funções, passou a incentivar a circulação daquele periódico pois através do mesmo conseguia veicular as suas idéias de modernização na Província. Inclusive as publicações oficiais do governo provincial eram feitas através da "Estrela do Amazonas".

Como consequência da adoção de um sem número de medidas inovadoras, as rendas públicas começaram a crescer, mas mesmo assim eram insuficientes para suprir todas as despesas geridas pela administração da Província. Sem sombra de dúvidas haveria necessidade de uma melhor assistência por parte do governo imperial. Tenreiro Aranha concluiu que poderia ser mais útil, na corte, nos trabalhos do Parlamento e onde poderia provir maiores recursos para a Província do Amazonas. Desta forma, no dia 25 de agosto de 1852 passou o governo ao primeiro vice-presidente Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda que também exercia as funções de Juiz de Direito e chefe de polícia. Embarcou para o Rio de Janeiro, onde se pôs a pleitear uma série de benfeitorias para o

Amazonas, sem entretanto obter muito êxito em sua empreitada.

Em sua viagem de volta ao Amazonas, ficou retido em Belém por motivos de doença. Vítima das famosas "intrigas políticas do império", no dia 31 de dezembro do mesmo ano recebe o decreto de sua demissão do cargo de presidente da Província do Amazonas e no mesmo vinha expresso o fato de que o referido decreto teria sido feito "a pedido".
Todavia, o povo amazonense não haveria de esquecer o grande administrador. Mesmo contrariando os desígnios da política central, Tenreiro Aranha se elegeu como senador. Por outro lado foi a primeira semente maçônica a proliferar em terras amazonenses trazendo para o povo de um modo geral e sem distinções de credos ou raças, os resultados benéficos da nossa Sub. Inst. .

Militando no Partido Conservador, desgostoso e abatido pelas intrigas políticas da época, Tenreiro Aranha retira-se inclusive do convívio da família, vindo a falecer em circunstâncias trágicas, em Belém no dia 19 de janeiro de 1862, vitimado por um incêndio que destruiu totalmente o quarto em que se encontrava.

O sucessor de Tenreiro Aranha, administrou a Província do Amazonas até o dia 22 de abril de 1853. Foi um bom administrador e dos sonhos de Tenreiro Aranha concretizou a construção dos primeiros prédios públicos em Manaus, dentre eles a Câmara Municipal e a Tesouraria de Fazenda, além de organizar os serviços públicos que já haviam sido criados pelo seu antecessor. Mostrou-se favorável à pacificação dos indígenas e prestou total apoio à ação missionária em nosso Estado.

Até a proclamação da República, a Província do Amazonas teve nada mais que trinta presidentes e dezesseis vice-presidentes. Pela ordem foram os seguintes:

- 1º - João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha
- 2º - Conselheiro Herculano Ferreira Penna
- 3º - Dr. João Pedro Dias Vieira
- 4º - Ângelo Thomaz do Amaral
- 5º - Dr. Francisco José Furtado
- 6º - Dr. Manuel Clementino Caneiro da Cunha
- 7º - Dr. Sinval Odorico de Moura
- 8º - Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda
- 9º - Dr. Antonio Epaminondas de Mello
- 10º - Dr. José Coelho da Gama e Abreu
- 11º - Dr. Jacinto Pereira do Rego
- 12º - Comendador João Wilkens de Mattos
- 13º - Coronel José de Miranda da Silva Reis
- 14º - Dr. Domingos Monteiro Peixoto
- 15º - Dr. Antonio dos Passos Miranda
- 16º - Dr. Domingos Jacy Monteiro

- 17º - Dr. Agesião Pereira da Silva
- 18º - Coronel Barão de Maracaju
- 19º - Tenente-Coronel José Clarino de Queiroz
- 20º - Dr. Satyro de Oliveira Dias
- 21º - Dr. Alarico José Furtado
- 22º - Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá
- 23º - Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto
- 24 - Dr. José Jansen Ferreira Junior
- 25º - Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves
- 26º - Coronel Conrado Jacob Niemeyer
- 27º - Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno
- 28º - Joaquim Cardoso de Andrade
- 29º - Joaquim de Oliveira Machado
- 30º - Manuel Francisco Machado

Não apenas no período da República, mas também no período de Província, Manaus foi alvo de todas as atenções por parte dos seus administradores, comerciantes e mesmo dos políticos que por aqui militavam. Por esta razão, vale mencionar nesta obra algumas passagens sobre o surgimento da cidade de Manaus. Ninguém melhor do que o nosso Ir. e ilustre historiador Professor Agnello Bittencourt para nos trazer as reminiscências sobre a "cidade sorriso" de vez que tendo nascido nesta cidade em 1876 dedicou a sua vida inteira à pesquisa e à elaboração de obras literárias de relevante importância sobre o Amazonas. Filho de Manaus, foi também um dos mais laboriosos obreiros da Grande Benemerita Loja Simbólica Rio Negro, onde deixou assentado nos anais da mesma a sua atuação proficua, intensa e profundamente dedicada à Ordem.

Uma das obras de Agnello Bittencourt intitulada "Fundação de Manaus: "Pródromos e Seqüências" nos traz valiosíssimas informações sobre o surgimento de Manaus, onde o autor viveu a sua infância e onde pode pessoalmente acompanhar o desenrolar da história, posteriormente relatada em seus manuscritos.

Espanha e Portugal, sempre tiveram imenso interesse na região do Amazonas e justamente sobre a bandeira destes dois Países que aqui chegou o maior número de expedições atraídas pela suposta riqueza que abundava nestas plagas. A penetração maior por parte dos portugueses no vale amazônico verificou-se exatamente no período em que os dois países estiveram sob a mesma coroa (1580 a 1640) todavia estes nunca procuraram desrespeitar os interesses oficiais dos espanhóis. Por outro lado, os jesuítas espanhóis, que vieram em algumas expedições, começam a fundar missões e catequizar indígenas em nome da coroa de Espanha. Os portugueses por sua vez reagem e através da Carta Régia datada de 20 de março de 1708, determinam a expulsão dos jesuítas

espanhóis do Solimões e depois de sangrentas batalhas, são substituídos pelos carmelitas portugueses.

Ficava assim estabelecido a necessidade da construção de fortificações portuguesas na Amazônia, visando impedir novas invasões por parte dos jesuítas espanhóis e até mesmo por parte dos holandeses da Guiana aliados a indígenas hostis. Estas circunstâncias obrigaram os portugueses a construir na boca do Rio Negro a Fortaleza de São José do Rio Negro, no ano de 1669, sob o comando do Capitão Francisco da Motta Falcão. Estava lançada a origem da cidade de Manaus.

O forte não trazia nenhuma beleza arquitetônica, e muito menos interessava aos portugueses acrescentar alguma beleza à região por eles dominada. A única função da Fortaleza era resguardar a permanência dos seus ocupantes nesta área tão cobiçada pela coroa de Espanha e de Portugal. A obra era de uma rusticidade sem limites e se constituía de quatro paredes grossas de pedra e barro, com uma das faces voltadas justamente para o Rio Negro que ficava sob permanente vigilância. Segundo Agnello Bittencourt, "o forte se localizava onde hoje se acha o edifício da Fazenda Pública do Estado, e sua construção durou cerca de quatro anos".

Rústico, mas imponente à Beira do Rio Negro, não existindo outras edificações, esta serviu para aglomerar em sua volta humildes palhoças ocupadas por aqueles que ajudaram na construção do forte, dentre eles numerosos indígenas das tribos Manaós, Baré, Banibas e Passés, estes já catequizados pelos missionários portugueses. Nascia assim o chamado "Lugar da Barra". Conforme nos informa o ilustre Prof. Arthur Reis em seu elaborado "Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas", "A Fortaleza, sempre mal equipada, atravessaria fases de completo abandono. Já transformada em ruína, foi considerada de segunda ordem pelo Aviso datado de 14 de fevereiro de 1857 e mandada abandonar, pelo Aviso de 22 de maio de 1875".

Novamente o Prof. Agnello Bittencourt nos dá referências exatas sobre a localização do Forte em sua obra intitulada "Fundação de Manaus: "Pródromos e Seqüências": "o último vestígio da época em que se construiu o Forte foi constituído pelo vasto cemitério indígena depois encontrado. Enquanto os "cariúas" enterravam seus mortos em torno da primitiva igreja, os índios, para tal fim usavam a área que ia do Forte à atual rua Bernardo Ramos. E quando Eduardo Ribeiro, mais tarde remodelaria a Praça Dom Pedro II. (antes Largo do Quartel) e mandaria nivelar as ruas que a contornam, grande número de IGAÇABAS (urnas funerárias) seriam encontradas, levando à conclusão que o principal núcleo do cemitério ficava sob a praça onde hoje se acham o Palácio Rio Branco e o grande edifício a seu lado. Até num desaterro ao lado do muro do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, no local onde vivera um espanhol conhecido por Chico das Alvarengas, foi encontrado uma grande

e bela urna que supostamente pertencera a algum pajé. A atual geração que hoje habita Manaus ignora o fato, mal podendo avaliar que ali foram sepultados muitos antepassados nossos, de raça e mesmo de sangue".

Com a sua sede estabelecida na cidade da Mariuá, nos nossos dias conhecida como Barcelos, a 3 de março de 1735, através de Carta Régia é criada a Capitania de São José do Rio Negro, durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Mariuá era uma pequena aldeia que nada de atrativo oferecia, embora já tivesse à época, sete anos de fundação. Era constituída de inúmeras palhoças de índios Bares e Banibas e além disso possuía apenas as capelas de Santa Ana e São Caetano, Mariuá fora fundada pelo carmelita Frei Mathias de São Boa Ventura e o terreno era quase todo alagadiço. Não existia conforto algum e mesmo estrategicamente não possuía características que pudessem apontá-la como Capital da Capitania. Tudo era meramente uma questão de política.

Por volta de 1791 o Coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, nomeado governador pelo Decreto de 26 de agosto de 1786, sem solicitar autorização nenhuma ao governo do Grão-Pará, simplesmente transferiu a sede do governo da Capitania para o Lugar da Barra, por considerar esta aldeia geograficamente mais bem localizada, inclusive para fins militares. Conforme a sua opinião, o Lugar da Barra pareceu-lhe magnífico pela situação topográfica e pela salubridade. Mas esta decisão feriu a vaidade pessoal de D. Francisco de Souza Coutinho, governador do Grão-Pará, que se estribava no prestígio do irmão que era ministro do Rei de Portugal. Lobo d'Almada, passou a sofrer então as maquinações e perseguições do seu inimigo que começou a interceptar todas as cartas deste à Corte de Portugal. Souza Coutinho começou a levantar calúnias contra Lobo d'Almada, acusando-o de enriquecimento ilícito e a persegui-lo na administração da Capitania. O último golpe a ser dado por Souza Coutinho foi a obtenção de Carta Régia datada de 2 de agosto de 1789, transferindo novamente a capital da Capitania para a cidade de Barcelos. Apesar da fama de grande administrador Lobo d'Almada continuou sendo vítima da inveja e da desconfiância do governador do Grão-Pará, pois este receava tê-lo como substituto naquele cargo.

Lobo d'Almada de volta à aldeia de Mariuá, depois de sofrer ainda inúmeros golpes da parte de Souza Coutinho, não resistiu às contrariedades e profundamente abalado veio a falecer em 27 de outubro de 1799. O seu sepultamento verificou-se na matriz de Barcelos. Somente em 29 de março de 1808, por ordem de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, a sede da Capitania voltou a ser em Manaus.

Depois da morte de Lobo d'Almada, a região do Rio Negro passaria por um extenso período de agruras. Dias miseráveis iriam se estender sobre as vilas e os povoados. Grande parte desta decadência caberia à má administração dos governadores que vieram depois. Nenhum deles

esteve à altura do cargo. Eram coronéis e políticos mancomunados com Souza Coutinho que não morria de amores por esta Capitania. A Capitania de São José do Rio Negro somente veria dias melhores com a posse de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos no cargo de governador do Grão-Pará, em substituição a Souza Coutinho.

Embora o governo de D. Marcos fosse bem mais simpático, principalmente no que se referia à Capitania de São José do Rio Negro, os governantes para cá destacados só faziam somar fracassos e mais fracassos. Eram homens que não tinham a tarimba do administrador. Criavam-se apenas impostos escorchantes e enriquecia-se às custas dos nativos e escravizava-se os mesmos. Como exemplo poderia ser citado o capitão-de-mar-e-guerra José Joaquim Vitória da Costa, o penúltimo governador colonial do Amazonas, que simplesmente voltava as suas atenções a uma chácara que possuía no Tarumã, onde com pleno êxito cultivou inúmeros frutos europeus. Foi também pelas suas ordens que consumou-se a destruição quase total da cidade de Barcelos.

Também o último governador colonial do Amazonas deixou as suas marcas de fracasso administrativo no Lugar da Barra. Tratava-se do coronel Manoel Joaquim do Paço e que fora nomeado em 1818. Cônego André Fernandes de Souza no seu livro NOTÍCIAS GEOGRÁFICAS DO RIO NEGRO, acusa textualmente: "administrador sem escrúpulos o coronel Manoel Joaquim do Paço se dava ainda ao requinte de monopolizar as drogas e frutos da região do Purus, além de ser um contumaz beberrão". Entre os poucos benefícios deixados pela sua administração se inclui a construção da capela de Nossa Senhora dos Remédios, igreja esta existente até hoje em nossa cidade.

O Lugar da Barra, agora já sede definitiva da capitania, era um lugarejo que se compunha de poucas ruas e de casas cobertas de palha, existindo apenas algumas casas com aspecto de residência. Todavia estava em franco desenvolvimento com seus 301 habitantes, dentre eles, quarenta e sete brancos. Havia dois bairros separados por igarapés, a capela de Nossa Senhora dos Remédios e a igreja Nossa Senhora da Conceição, que sob a orientação dos carmelitas foram construídas por Lobo d'Almada.

Graças à iniciativa particular no Lugar da Barra a situação vinha melhorando dia a dia e logo a futura Manaus passou a contar com onze ruas, duas praças e um sem número de casas já cobertas de telhas. O Lugar da Barra sofreria ainda durante muitos anos os mandos e desmandos do "coronelismo" todavia sempre a iniciativa privada foi a responsável mais direta pelo desenvolvimento e também graças ao espírito de luta e a perseverança daqueles que aqui moravam.

Finalmente, a 13 de novembro de 1832 é expedido o Decreto que eleva o Lugar da Barra à categoria de vila e com o nome de Manaus. Esta denominação permaneceria apenas até o ano de 1848, quando então

voltou a chamar-se Cidade da Barra do Rio Negro por força da Lei de n.º 147 datada de 24 de outubro de 1848, aprovada pela Assembléia da Província do Pará. Somente oito anos depois, já criada a Província do Amazonas, a cidade recebeu a sua designação definitiva de Manaus, e a esta altura já possuía uma população de 4.000 habitantes.

Em 1852, a cidade de Manaus já conta com cerca de seis mil habitantes e política vai e política vem. Entra coronel e sai coronel. Manaus sempre foi vítima de um "coronelismo" sem par, todavia a sua população, o seu povo soube sofrer e trabalhar sempre visando o crescimento da cidade encravada em plena selva amazônica. Sobre esta cidade não menos valiosas são as informações escritas por Lourenço da Silva Araújo em seu "Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Amazonas" publicado em 1852 em Recife (PE): "Consta a cidade de uma praça e dezesseis ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e iluminar. As casas cobertas de telha e poucas de sólida fundação; porém são cômodas, espaçosas e desafogadas. As lojas carecem de mais gosto em sua peculiar ostentação. Possui a cidade duas igrejas, a saber: a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, ambas de fundação à imitação da dos jesuítas do país, isto é, frágil e destituída de arquitetura; o que compensa o povo com um trato e asseio que lhe fazem honra. Possui mais um quartel e uma bela praça, um armazém da arrecadação da Fazenda Nacional, uma olaria pertencente à mesma Fazenda Nacional, algumas casas para a habitação dos empregados. Já se não percebem os vestígios do palácio dos Governadores (porque sua fundação era a mesma das igrejas jesuítas) da fábrica de tecidos de algodão e de alguns edifícios de propriedade nacional. Avultam ainda as ruínas da Fortaleza de São José do Rio Negro e o hospital São Vicente; entre tudo o que faltou sempre um cais ou rampa para desembarque".

Ao falar sobre os habitantes, Lourenço da Silva Araújo, prossegue: "São em número de 900 brancos e 2.500 mamelucos, 4.080 indígenas, 640 mestiços e 380 escravos, tudo em 900 fogos assas dispersos. Vestem à moda séria e asseadamente; as mulheres com gosto e luxo, realçadas por natural e superior graça. Falam muito bem o português, conquanto usem muito da língua geral. Passando parte do dia em banhos, tornasse-lhes o asseio uma qualidade inata. No que se chama comércio, se compreende a pesca do pirarucu, a manipulação de manteiga de tartaruga e peixe-boi e a extração de drogas preciosas. Seu principal sustento é a tartaruga, peixe e aves, do que há abundância; e carne de gado só aos domingos, e com mais freqüência no tempo da enchente, quando abunda o gado descido do Rio Branco".

Ainda falando sobre Manaus, não poderíamos deixar de citar as observações bastante curiosas de um naturalista inglês famoso chamado Alfred Wallace e que passou por Manaus no período do 1850 a 1851. Em

seu livro ("Viagens pelo Amazonas e Rio Negro" - tradução de Orlando Torres - Ed. Brasileira) ele comenta: "Os habitantes mais civilizados da Barra dedicam-se todos ao comércio não havendo ali qualquer outra diversão, se assim podemos considerar, que não seja a de beber e jogar em pequena escala. A maior parte nunca abre um livro ou trata de empregar seu tempo em qualquer outra ocupação intelectual. Por conseguinte, o que disso se poderá inferir é que se atende mais ao luxo; aos domingos, principalmente, todos trajam as suas melhores roupas. As mulheres vestem-se elegantemente, exibindo lindos vestidos, confeccionados com gases e musselines francesas. Os homens, que passam a semana inteira em mangas de camisa e de chinelos, nos imundos armazéns, trajam nesse dia bonitos ternos escuros, chapéu de castor, gravata de cetim e finíssimos sapatos de pelica. Então, conforme é moda ali, é a ocasião própria para fazer visitas, indo uns às casas dos outros para palestrar, tendo como assunto principal da conversação os escândalos que se acumulam durante a semana."

A favor ou contra a situação em que vivia o povo em Manaus, tanto os visitantes ilustres, como historiadores daquela época, bem como botânicos, dentre eles Richard Spruce, Alfred Wallace e Franz Keller Lauzinger todos renderam-se aos encantos da paisagem desta região. Prendia-os aqui, o fascínio da paisagem amazônica, aliado à cordialidade da população, fazendo assim da pequena Manaus, uma cidade extremamente hospitaleira. Sobre esta questão, o engenheiro Franz Keller, que esteve nesta região por muito tempo, de vez que fora comissionado pelo Governo Imperial para estudar a navegabilidade dos rios do Amazonas, ao fazer seu relatório profissional, afirma textualmente: "tendem a fazer-nos esquecer o desejo de luxos e ter como muito agradável a nossa impressão de Manaus."

Também Tenreiro Aranha, primeiro presidente da Província do Amazonas nos deixou um registro histórico e pitoresco sobre a cidade de Manaus, (Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, Vol. I - publicado no Rio de Janeiro em 1906) quando afirma: "As duas pontes de madeira ligando os bairros de São Vicente ao da Matriz, estão arruinadas. Falta prédio próprio para o funcionamento do Palácio do Governo e também não existe prédio para o funcionamento da Câmara Municipal. A falta de igreja Matriz, que ficou reduzida a ruínas por um incêndio acidental, é por demais sentida. Serve de Matriz a Capela de Nossa Senhora dos Remédios, distante do centro da cidade a quase um quarto de légua, para onde, no tempo da cheia, em razão dos rios que entram pela cidade, não há passagem a não ser em pequenas canoas com iminentes riscos de perda da vida; ou vindo por uma estrada ainda mal preparada; por onde se rodeia e faz maior distância e com demorada passagem."

Todavia ninguém melhor que nosso Ir.. Agnello Bittencourt, que além de notável historiador do nosso Estado deu ao nosso povo inúmeras

obras, fruto da sua dedicação e pesquisas aprofundadas levadas a efeito durante, segundo suas próprias palavras, "nos setenta anos vividos em Manaus".

Por ocasião de seus noventa e dois anos de idade, Agnello Bittencourt, em comemoração ao tricentenário de Manaus (1669 - 1969) dá ao mundo literário uma obra (Fundação de Manaus: Pródromos e Sequências - 1969) repleta de reminiscências e doces lembranças daquela Manaus bucólica que hoje não conhecemos mais, que foi atropelada pela modernidade, pelo progresso. Ele nos relata: "Apenas um pouco maior em tamanho, era a mesma vasta aldeia de antes, o casario baixo, humilde, em grande parte coberta de palha. Pelo recenseamento de 1872, a Capital da Província possuía 17.028 habitantes, incluindo 493 escravos. Era desprovida de canalização de água e esgoto, quase não possuía calçamento e a iluminação se fazia por precários e insuficientes lampiões a querosene, em número total de 120.

O abastecimento de gêneros comestíveis era feito por importação de algumas casas comerciais, quase exclusivamente de portugueses, e o mais era adquirido, à falta de um mercado público, diretamente das igarités e montaria, encostadas na praia, especialmente aos sábados. Raros sobrados, pertencentes a pessoas importantes. E até mesmo o Governo Provincial, sem sede própria, ocupava um sobradão de aluguel. Além dos igarapés de São Vicente, de Manaus e Bittencourt, os dois últimos ainda sem as respectivas pontes, existiam outros dois, hoje desaparecidos, o do Aterro e o do Espírito Santo. O do Aterro era onde existe a Avenida Eduardo Ribeiro, e só mais tarde foi mandado drenar e aterrar por aquele Governador. Podia ser percorrido por pequenas embarcações em junho e julho, meses da enchente, transformando-se no verão em um imundo pantanal, que ia da ponte da Manaus Harbour Ltd ao edifício do "Jornal do Comércio". Já o do Espírito Santo, separando os bairros da Matriz e dos Remédios, seguia o curso das atuais Avenidas Getúlio Vargas e Floriano Peixoto e, no inverno, era percorrido por embarcações até onde há hoje o cinema "Politeama", sendo atravessado por três pontes: uma na rua da Glória (atual Quintino Bocaiuva), outra em frente à rua dos Andradas, ambas de madeira e a terceira, de ferro, onde está agora o "Hotel Amazonas".

A água era vendida em pipas montadas em carroças, oriunda de um trecho cristalino do Igarapé de Manaus. Não se cogitava de quilos e litros, mas de côvados, libras, quartilhos e canadas. E a palavra empenhada valia por uma escritura pública. O "Champagne" francês era refrescado em tinas contendo água fresca e somente pouco antes da proclamação da República é que apareceu o gelo em Manaus. Vinha a bordo dos navios estrangeiros em grandes blocos, que se conservavam por vários dias envolvidos de estopa. Depois, a fábrica de Gelo e Cerveja da família Miranda Corrêa veio suprir o mercado a partir de 1910. Sucedi-

se numerosas festas religiosas, cívicas ou caseiras. Nas noites de São João e Santo Antonio havia fogueiras em frente de cada casa. Nas noites de luar eram comuns as serenatas dedicadas não somente às montanhas, mas também em homenagens a famílias antigas. O carnaval era um pouco rude e o "entrudo" invadia e sujava as residências, mas sem quaisquer ofensas.

A imprensa era constituída pelo COMÉRCIO DO AMAZONAS (diário), AMAZONAS (diário semi-oficial), CATEQUISTA (semanal), REFORMA (semanal), JORNAL DO NORTE (diário) e ARGOS (semanal). Quase que de repente, ao findar-se a Monarquia, surgem vários melhoramentos em prédios: o da Matriz; o da Santa Casa de Misericórdia, instalada em maio de 1880, depois remodelado: o Ginásio Amazonense Pedro II, hoje Colégio Estadual do Amazonas, em 1886; o Asilo Elisa Souto, depois Instituto Benjamim Constant, em 1884; o Paço Municipal; o Mercado; o Quartel de Artilharia; a Cadeia Pública; a Assembléia Legislativa, onde é hoje o Quartel da Polícia, adquirido ao capitalista e usurário Custódio Pires Garcia e a Delegacia Fiscal, recentemente demolida para dar lugar à Agência do IPASE.

Nos domingos e feriados muitas famílias finas iam tomar banho e fazer piqueniques na longínqua Cachoeirinha. Esta Manaus que conheci, era limitada ao norte pela rua Monsenhor Coutinho, ao sul pelo Rio Negro, a leste pela rua Joaquim Nabuco e a oeste pelo igarapé de São Vicente. Além dos bairros de Educandos, Cachoeirinha, Campinas e São Raimundo."

Nosso Ir. Agnello Bittencourt, além de contar a história do Amazonas, viveu a história de Manaus e reviveu esta história ao relatar: "O cemitério da cidade era o de São José, onde está hoje o Atlético Rio Negro Clube, em frente à Praça da Saudade. Fora aberto em 1856, no Governo de Ferreira Pena, ao ser fechado o de N. S. dos Remédios, após a epidemia da cólera que grassava. Depois, por sua vez foi fechado quando se abriu o de São Raimundo, em seguida a um surto de variola. Do de N. S. dos Remédios só conheci a grande cruz de madeira à Rua Leovegildo Coelho (antes, por isso, rua da Cruz) em frente ao templo maçônico.

A borracha valorizava-se cada vez mais. Consequentemente a navegação intensificava-se e o comércio de Manaus era o mais cosmopolita possível. O advento da República já encontrou um campo propício. É nesta altura que a cidade sofre a sua mais completa mudança, transformou-se rapidamente num centro urbano moderno, elegante e acolhedor com seus 20.000 habitantes".

A cidade de Manaus, desde os tempos coloniais sempre mereceu os mais elogiosos comentários por parte, principalmente, dos visitantes estrangeiros que aportavam e ainda aportam por estas paragens, seja com intuito de por aqui se fixarem, ou apenas visitarem esta região

que exerce e exerceu um fascínio inexplicável através das suas paisagens amazônicas. Este fascínio que é exercido através das matas que a cercam, do povo humilde e acolhedor e do seu clima totalmente diferenciado das demais regiões de nosso país.

Já nos idos de 1819, quando por aqui estiveram os naturalistas alemães, famosos à época, von Spix e von Martius, escreveu-se a apologetica de Manaus e previa-se a ascensão da então humilde aldeia que mais tarde levaria o nome de Manaus. Estes dois pesquisadores em "VIAGEM PELO BRASIL", comentam: "A sua situação, em aprazível altitude, dominando todo o Rio Negro, nas proximidades do Amazonas e não distante da foz do Madeira, não poderia ter sido mais felizmente escolhida. Será a chave da parte ocidental desta região. A todos esses encantos junta-se a majestosa tranqüilidade do clima equatorial, que proporciona manhãs frescas e noites serenas em alternância regular. Foi esta a primeira impressão que enfeitou a nossa estada por alguns dias em Barra do Rio Negro, e quanto mais aqui demoramos, tanto mais se afigurava em nós o conceito de que esta região fora para doces saudades, contemplações filosóficas e sagrada paz, profundo fervor."

O pesquisador e historiador Agnello Bittencourt, por ocasião da comemoração do tricentenário da cidade de Manaus, curiosamente divide a história de Manaus em três etapas distintas: "a primeira, que vai da fundação do Forte até meados do último quartel do século passado; a segunda, indo dessa época até quase a Segunda Guerra Mundial; e a terceira a Manaus de hoje."

Agnello Bittencourt, ao se referir à "Manaus de hoje" quer significar a Manaus dos idos de 1969, pois a Manaus dos nossos dias, da atualidade, sofreu tantas modificações, tantas distorções, impossíveis de serem imaginadas àquela época. Quem, em sua normalidade poderia imaginar a Manaus da Zona Franca, da intranqüilidade, da criminalidade impune dos gritantes desrespeitos à sua história. Uma Manaus abandonada por seus administradores e esquecida pelos seus políticos e pelos responsáveis de mantê-la ecologicamente e conservar sua memória histórica. Esta seria, sem sombra de dúvidas a quarta etapa da história de Manaus.

A "nossa Manaus" de hoje, ou que seria a Manaus da "quarta etapa" de Agnello Bittencourt, se ainda estivesse vivo, foi muito bem definida em artigo escrito e publicado pelo "AMAZONAS EM TEMPO" por Robério Braga, que além de nosso Ir. de Ordem, é historiador e amante da história desta cidade: "Esta é mais uma declaração de amor. É uma confissão de sofrimento por uma cidade que agoniza. E foi risonha, feliz! Saudável. Encantadora. Deslumbrante. Bucólica, de apaixonar quem aqui chegasse. É um desesperado grito de agonia que ofereço a minha cidade na festa de seu aniversário moribundo. Não és mais aristocrática, nem no Ideal nem no bairro de Adrianópolis, porque os saraus mudaram de lado.

Estão nos bares de todas as esquinas. Teus arredores foram alargados e cada dia mais distante do porto, já não ouvem os apitos dos barcos nem pressentem os temporais pelas correntes do vento que sopram rumo à Catedral. O porto não flutua por inteiro. De pé, vencendo a incúria, o descaso e o desrespeito à lei de defesa do teu patrimônio histórico, continua o velho cabaré Chinelo, o Hotel Cassina dos tempos mais antigos no qual pisaram Plácido de Castro e Coelho Neto. Tuas praças estão vazias. São as mesmas que restaram da época da borracha, e que os homens não souberam cuidar. A idéia de constantes reformas foi misturando estilos, bancos e bancas de tacaca, até que os brinquedos eletrônicos tomaram conta da Saudade onde o caramanchão reconstruído virou palco de discursos não cumpridos.

Ah! Manaus, até o teu guaraná tem outro sabor. Não mudou só o seu rótulo ou o seu fabricante. Perdeu o gosto do Amazonas, a essência e a pureza tão decantada. O cheiro do mato está longe. Não se respira mais a terra molhada com perfume de jasmim. Os igarapés, até os mais distantes, viram esgoto da pobreza e do mal que te causamos. O perfume importado que habita nas lojas inovadoras de sofisticação, derramado sobre ti, não ascenderia sobre o lixo que se derrama todos os dias, nem sobre a lama que as chuvas carregam para os esgotos que não desentopem. E teu mercado mudou-se para as ruas correm juntos a lama do esgoto, as crianças sozinhas, os velhos abandonados e o desespero do trânsito que mata sem dó nem piedade, muito mais que pestes de antes. E alguns te contemplam com os olhos de mais nada. Outros se curvam aos dissabores. Outros tantos esperam. São muitos os que destroem e ferem de morte o teu corpo de mulher indefesa como a sanha de tantos os que te prometeram amar, cuidar e regar, proteger e abençoar."

Podemos ver assim, que a atual geração, presença e testemunha o desabar de uma cidade outrora reconhecida como sendo a estrela fulgurante da Amazônia. Uma cidade que trás em seu bojo um passado marcado pela economia da borracha marcado pela formosura e a pujança da arquitetura do século passado, pela glória do Teatro Amazonas, pela imponência do palacete Sholz. A geração atual, aos poucos está matando o passado que mergulhou na solidão. Está abrindo o futuro sobre os destroços daquilo que restou de um sonho acalentado em outros dias. O sonho agora é outro: modernizar Manaus. Destruímos a nossa memória em troca de um modernismo sem definições e sem medidas. Uma modernidade que traz em seu bojo a despersonalização tanto do povo como da sua cidade. O que será da "Manaus moderna"? Sem sonhos, sem passado, sem respeito pelas suas memórias? Mas a ordem é modernizar... é modernizar... é modernizar!

Durante um período de cinco anos, de 1865 a 1870, o Brasil se viu envolvido na Guerra do Paraguai e para tanto, todas as Províncias

davam a sua amarga contribuição não só na forma de contingentes militares, mas também através de generosas contribuições financeiras. Estas muitas das vezes bastante amargas, pois obedeciam às determinações do Governo Imperial, não se interessando se a Província tinha ou não numerários suficientes em seus cofres. Diversas Províncias se viram temporariamente afetadas em suas finanças o que pouco interessava ao Império. A Província do Amazonas que já se encontrava com as finanças bastante abaladas em face da crise criada com a baixa no comércio da borracha no ano de 1866 e que voltaria a se repetir por volta do ano de 1874, não deixou de sentir o peso desta guerra que se desenrolava tão longe, no extremo sul do país. A administração da Província do Amazonas, por esta ocasião, cabia a Adolfo Cavalcante de Albuquerque Lacerda, 8o presidente da mesma.

Em ofício datado de 5 de janeiro de 1855 assinado pelo conselheiro Henrique de Beaupaire Rohan, então exercendo a função de ministro da guerra, Adolfo Cavalcante de Albuquerque recebe instruções para que deixasse de sobreaviso o contingente militar da Província, para qualquer eventualidade. No dia 23 de fevereiro de 1865, Adolfo Albuquerque através de proclamação chama os amazonenses às armas: "Amazonenses! A vindicta da honra nacional já começou, esplendida e grandiosa, como o reclamam a brutal ofensa que recebemos dos nossos vizinhos do sul. O Paraguai, que, ao indigno e traiçoeiro procedimento, já anteriormente manifestado para com o Império, acaba de juntar uma nova agressão, invadindo a província do Mato Grosso, deve pagar caro a sua ousadia. A causa é da Nação reclama o serviço dos seus filhos; o braço destes saberá lavar o insulto, que o insolente estrangeiro atirou-lhe à face. Todas as províncias do Império acodem ao brado da Pátria; cada brasileiro é um soldado; e heróicos bravos se reúnem, formando os corpos de voluntários. A centelha que inflama os corações dos nossos irmãos do Sul, não está amortecida no Amazonas. Eia, amazonenses, sede fiéis ao nosso Augusto Soberano. A hora será a nossa divisa, o civismo e o dever o vosso guia".

A 27 de fevereiro de 1865, atendendo ao chamado do Império, embarca o primeiro contingente militar integrado por trezentos e cinqüenta soldados e oficiais, além de quatro Voluntários da Pátria e o corpo de saúde. Não se enviou mais homens naquele momento, pois a província precisava manter a vigilância às fronteiras que ficariam desguarnecidas sujeitas às agressões dos países vizinhos. Temia-se na ocasião as manifestações da Bolívia que dava demonstrações de simpatizar com a atitude dos paraguaios.

Em abril do mesmo ano o segundo contingente a ser enviado para o Guerra do Paraguai era composto de 262 praças. Posteriormente, apenas em três meses, de agosto a novembro nada mais que quinhentos homens foram enviados para a frente de batalha.

Durante a presidência do Comendador João Wilkens de Mattos, no ano de 1869, foi realizado o primeiro demonstrativo (Relatórios da Presidência da Província do Amazonas - Vol. III) sobre o envio de tropas e concluiu-se que o Amazonas havia contribuído com 2,2% da sua população e que havia 984 Voluntários da Pátria nos campos de batalha. Foram enviados pelo Amazonas, para participarem da Guerra do Paraguai, mais de um mil e quinhentos soldados. No dia 25 de julho de 1870 retornaram dos campos de batalha, apenas cinqüenta e cinco sobreviventes e que em Manaus foram recebidos pelo povo como heróis de guerra. Embora nenhum historiador tenha feito qualquer comentário a respeito, também neste episódio, a Maçonaria teve a sua participação, mesmo que à época não existisse nenhuma Loja instalada oficialmente nesta região, o que viria a ocorrer apenas sete anos depois. Obreiros oriundos de outros orientes, e que passaram a se integrar na história do Amazonas, conjugaram esforços no sentido de conscientizar o povo amazonense da gravidade do conflito que se desenrolava no sul do país e que cada cidadão teria que dar a sua valiosa parcela de contribuição. De uma forma ou de outra: participando dos corpos de voluntários ou contribuindo financeiramente para a manutenção dos contingentes militares enviados àquela frente de batalha. Vale ressaltar ainda, que este episódio custou elevadíssimas somas aos cofres da Província do Amazonas. Além do espírito de patriotismo, que germinava em todos os corações amazonenses, os Obreiros da Ordem rogavam a si a incumbência de manter sempre viva a chama do entusiasmo, do ardor cívico por esta causa tão nobre, pois um dos maiores princípios da Maçonaria, através dos tempos, sempre foi o profundo amor à Pátria. Coube aos poucos obreiros aqui sediados, oriundos de outros Orientes, manter sempre viva, por ocasião do conflito, esta chama. E tão profícuo foi o trabalho destes, que os oficiais do exército sediado em Manaus, passam a contribuir com 10% dos seus soldos para os cofres da Província, visando ajudar o custeio das elevadas contas de manutenção dos contingentes militares. Foi na época uma das mais louvadas atitudes tomadas em relação ao conflito bélico do Paraguai.

Embora a maioria dos historiadores evidenciam a atuação da Maçonaria, apenas no episódio da libertação dos escravos no Amazonas, se nos aprofundarmos um pouco mais na análise dos fatos marcantes ocorridos em terras amazonenses, verificaremos que esta se fez presente através dos seus Obreiros já na própria instalação da Província. E desde então pode se verificar a sua atuação direta ou indireta, sem os alardes da propaganda, em todos os fatos históricos de maior evidência em terras amazonenses e mesmo fora delas. Não se tinha à época os meios eficientes de comunicação e divulgação de que hoje dispomos e mesmo porque a própria Instituição àquela ocasião primava pelo anonimato e o silêncio absoluto dos que a integravam. Caso contrário, teríamos hoje, tudo registrado nos anais da história do Amazonas, comprovando a nossa

humilde pretensão nesta obra.

Um dos principais episódios da história do Amazonas, vivenciado pela maçonaria amazonense foi sem dúvida a libertação dos escravos. A nossa Sublime Instituição, deixou gravado profundamente o seu trabalho profícuo, sua imponente atuação, junto à sociedade amazonense, visando dar a liberdade ao escravo negro neste Estado.

Ao contrário de outros Estados da Federação, o elemento negro não exerceu muita influência social. Em outras palavras poderia se dizer inclusive que a participação negra na sociedade amazonense foi inexpressiva. Alegam alguns autores que pela escassez de documentos a respeito do assunto ou talvez pelo fato dos pesquisadores mais experientados preferirem voltar as suas atenções para outros centros culturais do país, a verdade é que muito pouco se pesquisou e se escreveu sobre a influência do negro no Amazonas. O que se fez até agora, foi a repetição de informações e documentos já existentes. Nada foi amplamente estudado a respeito do assunto.

Desde os tempos coloniais, o Amazonas não recebeu grandes contingentes de escravos negros. Este fato é justificado, pelo baixo poder aquisitivo dos moradores desta Capitania. O negro, vindo das ilhas de Cabo Verde e da Angola, via Belém, custava caro. Os índios, elemento nativo, eram induzidos a fazer os mesmos trabalhos, eram adquiridos com certa facilidade e custavam menos. Dispensava-se, assim, a energia dos africanos.

Conforme documentação oficial, os primeiros escravos negros chegaram na Capitania através da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, organizada ao tempo do Marques de Pombal. Por volta de 1775, após vinte anos de existência da mencionada Companhia, esta tinha colocado no Mercado de Belém, 12.587 escravos dos quais apenas 247 tinham sido trazidos para o vale do Rio Negro. O índio tinha a seu favor a defesa das missões aqui existentes e a igreja católica sempre favoreceu e defendeu o nativo na sua qualidade de dono da terra, outorgando-lhe o direito à sua liberdade, que sempre foi burlada. O negro por sua vez não tinha defensores. Trazidos ao Brasil da maneira mais inhumana que se possa imaginar, o negro vendo que seus protestos de nada valiam, desesperado, insubordinava-se, atentando contra os seus senhores, que por sua vez cometiam atrocidades ainda maiores, como se a violência justificasse a própria violência. Diversas são as referências a este respeito nos Relatórios da Presidência da Província, enviados ao governo do Império.

Não demorou muito a que as primeiras vozes se levantassem a favor da melhoria da situação de vida dos negros e pouco tempo depois já se avolumavam os grupos que trabalhavam mesmo para a libertação total do negro no Amazonas. O Amazonas, ainda levado pelos obreiros vindos de outros Orientes, como seja do Rio de Janeiro, do Maranhão, da

Paralba e de São Paulo, mais uma vez toma a frente deste movimento abolicionista que já lançara sementes em todo território nacional. E assim, o Juiz de Direito da Comarca de Manaus, Augusto Elísio de Castro Fonseca promove uma reunião entre os seus amigos, reunião esta que tem lugar no Ateneu de Artes, para planejarem a organização de um centro que tivesse como principal objetivo o incentivo e planejamento do movimento abolicionista.

Estava o Amazonas sob a presidência de Wilkens de Matos, sendo que este pessoalmente aprovou os estatutos elaborados por Elísio Miguel Gomes de Figueiredo, Tenete-Coronel José Coelho de Miranda Leão, tenente Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha e o artista José de Lima Penanto. Estava assim fundada a Sociedade Emancipadora Amazonense e que foi instalada oficialmente no Teatro Phenix, em solenidade realizada em 6 de março de 1870. A primeira diretoria da "Sociedade Emancipadora" ficou assim constituída:

Bernardino José de Queiroz, Presidente; Bento de Figueiredo T. Aranha, Secretário; Aprigio Martins de Menezes, Tesoureiro; Antonio E. de Castro Fonseca e Miguel Gomes de Figueiredo, Membros da Junta Diretora.

No mesmo dia da instalação, ou seja, imediatamente após a posse desta diretoria foram entregues quatro alforrias, marcando assim solenemente o evento. Esta Sociedade Emancipadora conseguiu inclusive que diversos senhores de escravos libertassem os mesmos, sem aceitarem indenização em troca.

A euforia do abolicionismo tomara conta da Província do Amazonas. Ainda no mesmo ano, 1870, a Assembléia Legislativa aprova Lei que tirava das rendas públicas, doze contos de réis para que se fizesse um fundo visando emancipar as escravas negras entre doze e trinta anos.

Em 1871, o Amazonas se antecipa novamente ao resto do país, inclusive se antecipa à lei do ventre livre, que seria aprovada apenas no dia 28 de setembro do mesmo ano. A Assembléia Legislativa aprova Lei "determinando que a importância do ano anterior e mais doze contos de réis fossem utilizados para promover a liberdade do ventre daquelas mães que, por seu estado de saúde estivessem em condições de procriar". Segundo alguns autores, o Visconde de Rio Branco, idealizador da Lei do Ventre Livre para o Brasil somente conseguiu a aprovação da mesma, apoiado por alguns políticos do Império, devido à votada pelo legislativo amazonense. As vaidades políticas do Império haviam sido feridas, conforme corriam os boatos àquela época, e estas não queriam dar à Província do Amazonas, ou pelo menos aos políticos daqui, quaisquer chances de pioneirismo ou mesmo pequenas evidências de vantagem ideológica. Em suma, os "vaidosos políticos do Império", sabedores das providências legislativas amazonenses e do anseio popular a favor do abolicionismo, correram para aprovar a "lei do ventre livre".

Apesar do anseio abolicionista, tão intenso à época, não deixaram de existir no Amazonas os "pelourinhos", os castigos corporais, os capitães-de-mato, compra e venda, aluguel, acidentes em obras públicas, recompensas generosas e fugas de escravos negros.

O escravo africano no Amazonas, apesar da sua atividade diversificada das demais Províncias, recebia tratamento apropriado, como era considerado àquela época, e as elites dominantes não eram tão generosas, liberais e humanitárias, como querem fazer crer determinadas publicações sobre o assunto. Tanto é que o pelourinho de Manaus, construído na Praça Dom Pedro II, na área do antigo Largo da Trincheira de São Francisco, destinava-se não apenas aos escravos negros, mas para presos e criminosos em geral. Não era muito raro verem-se cenas de agressão em praça pública com guilhetes e correntes. Conforme nos relatam os registros policiais datados de 1860, não era incomum o escravo em fuga, bêbado, por desobediência ou contravenção ser castigado no pelourinho por determinação de seu "senhor" com o propósito de "aplicar correção".

Quando se procura fontes de informações para a realização de pesquisas sobre a escravidão negra no Amazonas, a imprensa daquela época se converte em fonte inesgotável para a tal. Nos jornais de Manaus e do interior, os pesquisadores do assunto vão encontrar os mais variados anúncios de fuga de escravos, prêmios à captura de escravos, sobre procedimentos abusivos, acidentes e mesmo anúncios que concedem a liberdade, além de artigos inflamados enfocando o trabalho dos abolicionistas.

A aprovação da chamada "Lei do Ventre Livre" no dia 28 de setembro de 1871, já não representava nenhuma inovação para o Amazonas, de vez que a nível provincial já existia legislação a esse respeito. Todavia, os líderes políticos amazonenses não deixaram de prosseguir na sua batalha a favor do abolicionismo. No dia 20 de dezembro do mesmo ano, tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Legislativa Provincial enviaram ofício ao Visconde do Rio Branco no qual, além de enaltecerem as medidas tomadas, através da Lei do Ventre Livre, colocam mais uma vez em evidência a primazia do legislativo amazonense em adotar aquela medida.

Cabe aqui abrir um pequeno parêntese, para colocar em evidência uma passagem, ou determinadas circunstâncias, como queiram, oriundas, talvez até por força da própria filosofia maçônica, nos registros históricos do Amazonas. A participação da Maçonaria em todos os eventos registrados nesta Província desde a chegada a Manaus do seu primeiro presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que fazia parte da Ordem. Embora não existisse oficialmente nenhuma Loja Maçônica instalada na Província, Obreiros da Ordem, oriundos de outros locais como a Paraíba, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e São Paulo, firmaram no firme propósito de promoverem melhorias sociais e políticas na Província do Amazonas. Agrupados ou isoladamente os Maçons se

eram presentes nas mais diferentes classes sociais e porque não dizer nos mais destacados eventos históricos locais, regionais e mesmo às lides do Governo Imperial.

Movidos, pelo ideal comum de trabalhar em prol do desenvolvimento da Província, no dia 6 de outubro de 1872, um grupo de homens probos, sentindo a necessidade de iniciar a pregação de um sistema filosófico que aprimorasse basicamente o caráter humano, resolve lançar em terras amazonenses a pedra fundamental do Templo que se chamaria "Esperança e Porvir".

Apesar de nos últimos anos do século passado, Manaus não apresentasse sequer motivações urbanísticas e mesmo econômicas, o que só se verificaria durante o governo de Eduardo Ribeiro, também Obreiro da Arte Real, os seus fundadores enfrentaram toda a natureza de problemas, para lançarem as bases da primeira Oficina Maçônica e que se constituíra na Loja Mater do futuro maçônico neste Estado.

Pelo fato de se constituir num dos mais importantes documentos históricos do mundo maçônico no Estado do Amazonas, não se poderia deixar de transcrever a ata de fundação desta Oficina que representa com muito orgulho a "coluna mestra da Maçonaria amazonense".

"Aos seis dias do mês de outubro de mil oitocentos e setenta e dois, achando-se reunido em lugar oculto às vistas profanas, a convite dos Irmãos Leopoldo e Cavaleiro, os Maçons regulares e domiciliados neste vale de Manaus, capital da Província do Amazonas, o Coronel Antonio Tibúrcio Ferreira de Souza, o Capitão João Inácio de Oliveira Cavaleiro, o Tenente Diretor dos Educandos Artífices Leopoldo Francisco da Silva, o Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, o negociante José Teixeira de Souza, o Doutor João Pedro Maduro da Fonseca, Raimundo Gomes Ferreira Bentes, Pedro Henrique Cordeiro, João Clemente Ribeiro Batista, João Batista Gonçalves e Teófilo de Oliveira Condurú; e representados por seus diplomas o Capitão de Fragata Nuno Alves Pereira de Melo Cardoso, o negociante José Coelho de Miranda Leão e o Coronel Comandante das Armas João do Rego Barros Falcão, foi proclamado presidente ad-hoc o Irmão Antonio Tibúrcio Ferreira de Souza, que em seguida nomeou para secretário ad-hoc o Irmão Leopoldo.

O Irmão presidente tendo declarado que o fim da reunião era para instalar-se um Loja Maçônica que tanta falta fazia neste vale, convidou aos irmãos, para apresentarem seus títulos, pelos quais apresentados e confrontados, foram registrados como se verá do Quadro dos Irmãos Instaladores. Em seguida o Irmão Presidente convocou a Assembléia para se formar o Corpo da Loja Provisória, que tem de dirigir os trabalhos até a sua regularização; sendo aprovado, convidou aos Irmãos para elegerem os Oficiais e Dignidades assim se procedeu a eleição da maneira seguinte: recolhendo-se onze listas foi eleito Venerável o Irmão João do Rego Barros Falcão, com onze votos; seguiu-se a eleição para 1º Vigilante,

recolhendo-se onze listas, obtiveram, dez votos o Irmão Gabriel Ant
Ribeiro Guimarães e um voto o Irmão Tibúrcio; seguiu-se a eleição p
2o Vigilante e recolhendo-se onze listas, obtiveram, nove votos o Irm
Maduro, um o Irmão Tibúrcio e um o Irmão Teixeira, seguindo-se a
Orador, obtiveram, dez votos o Irmão Tibúrcio e um voto o Irmão Leopoldo
seguido-se a de Secretário, e recolhendo-se onze listas, obtiveram no
votos o Irmão Leopoldo e dois o Irmão Cavaleiro, neste voto apresento
se munido de seu diploma o Irmão Marçal Gonçalves Ferreira; seguiu
se a de Tesoureiro e recolhendo-se doze listas foi eleito com seis votos
Irmão José Coelho de Miranda Leão, com quatro votos o Irmão Marçal
com dois votos o Irmão Teixeira; procedendo-se a eleição pa
Hospitaleiro, tendo-se recolhido doze listas, obtiveram, seis votos o Irmã
Marçal e seis votos o Irmão Henrique Cordeiro, os quais empatando,
sorte decidiu a favor do Irmão Henrique Cordeiro, e isto por deliberação d
Assembléia; seguindo-se a de Mestre de Cerimonia, recolheram-se doze
listas e tiveram onze votos o irmão Cavaleiro e um voto o Irmão Bastos
procedendo-se a de 1o Experto para o que recolheram-se doze listas
obtiveram seis votos o Irmão Marçal, cinco o Irmão Batista e um o Irmão
Bastos; procedendo-se a de 2o Experto, recolheram-se doze listas e foram
eleitos com sete votos o Irmão Couto, com quatro o Irmão Batista e com
um o Irmão Bastos; seguindo-se a de 1o Diácono e recolhendo-se doze
listas obtiveram cinco votos o Irmão Batista, quatro o Irmão Bastos e três
o Irmão Bentes; seguindo-se a de Chanceler-Arquivista, sendo recolhido
doze listas, foi eleito com doze votos o Irmão Nuno Alves Pereira de Melo
Cardoso; e finalmente, procedendo-se a de Arquiteto, sendo recolhido
doze listas, foi eleito com dez votos o Irmão Bentes e dois o Irmão
Cardoso. E assim feita a eleição foram proclamados Venerável o Irmão
João do Rego Barros Falcão, 1o Vigilante, Irmão Gabriel, 2o Vigilante, o
Irmão Doutor Maduro, Orador o Irmão Tibúrcio, Secretário o Irmão
Leopoldo, Tesoureiro o Irmão Miranda Leão, Hospitaleiro o Irmão
Cordeiro, Mestre de Cerimônias o Irmão Cavaleiro, 1o Experto o Irmão
Marçal, 2o Experto o Irmão Couto, 1o Diácono o Irmão Batista, 2o
Diácono o Irmão Bastos. Chanceler-Arquivista o Irmão Nuno Cardoso e
Arquiteto o Irmão Bentes e concluída a proclamação o Irmão Presidente
convidou os eleitos a tomarem seus lugares, passando a exercer o lugar
de Venerável o Irmão 1o Vigilante, por não achar-se presente o Irmão
Venerável. O Irmão Leopoldo ponderou que tendo-se formado o Corpo da
nova Loja, precisava-se batizá-la e sendo aprovado, o Irmão Leopoldo
propôs que se denominasse a Loja Esperança porque tendo ele sido um
dos instaladores da Loja Fé no vale do Paraguai, desejava seguir a ordem
das virtudes teológicas. O Irmão Tibúrcio propôs que se denominasse a
Loja Porvir o Irmão Condurú propôs que à vista de serem apresentados
dois nomes, era de opinião que o Título Distintivo da Loja fosse Esperança
e Porvir sendo posta a votos foi aprovada. O Irmão Tibúrcio propôs para

que se nomeasse uma Comissão para organizar os Estatutos internos da Loja, posto a votos foi aprovado. O Irmão 1o Vigilante, servindo de Venerável, nomeou a Comissão composta dos Irmãos Tibúrcio, Maduro e Teixeira para que formulassem o projeto dos Estatutos internos da Loja. Por achar-se ausente o Irmão Venerável João do Rego Barros Falcão, o Irmão Gabriel ordenou ao Irmão Secretário para comunicar-lhe a sua eleição e para que ele designasse lugar e marcasse dia e hora para a nossa segunda sessão preparatória. E nada mais havendo a tratar-se, retiramo-nos em paz".

Como se pode verificar nas entrelinhas deste documento histórico do mundo maçônico, somando-se às informações constantes dos arquivos da "Esperança e Porvir" pode-se concluir que a iniciativa da fundação desta Oficina deve-se ao Irmão Leopoldo Francisco da Silva, Oficial do Exército e que também ocupava as funções de diretor de um estabelecimento de ensino que mais tarde deu origem a um movimentado bairro desta Capital, apoiado pelo Irmão João Inácio de Oliveira Cavalero, Capitão das Armas Militares sediadas na antiga Província.

A Esperança e Porvir realizaria a sua segunda sessão no dia 13 de outubro de 1872. Nesta ocasião os primeiros ocupantes de cargo prestaram o seu solene juramento e foram empossados. A Grande Loja Central, em sessão extraordinária no 217 de 19 de fevereiro de 1873 aprova o pedido de regularização da Loja Esperança e Porvir e que fora sancionado pelo Muito Poderoso Supremo Conselho, em assembléia levada a efeito no dia 1o de março do mesmo ano. Em afirmação à autorização recebida, a Loja no dia 24 de maio de 1873 procedeu em sessão magna à sua regularização. Estava concretizado o maior anseio de todos os Obreiros daquela Oficina, que doravante se empenhariam na prática da caridade e da virtude. Estavam lançadas as colunas da Fortaleza Maçônica, que iria se constituir numa das maiores frentes de batalha, dentro da Maçonaria amazonense, a favor do bem comum.

Eis o trecho de um dos discursos falando sobre o evento da fundação, retirado dos arquivos da Esperança e Porvir: "Acha-se portanto a nossa Loja legalmente constituída. Os Obreiros reunidos pela primeira vez, a 6 de outubro de 1872, acabaram de erigir um templo ao trabalho e à virtude. A sociedade acolheu com imensa simpatia a instalação de nossa Loja, o que concorreu para o seu rápido progresso. Profanos de todas as classes sociais - empregados públicos, professores, artistas, juizes, militares, tabeliães e o Padre Manoel de Cupertino salgado, desejam presurosos prestar obediência à nossa Ordem. O primeiro que solicitou sua iniciação em nossos Mistérios foi o Sr. Domingos de Almeida Souto, comerciante, de nacionalidade portuguesa, a 21 de novembro de 1872. Muitos outros seguiram este feliz exemplo, resultando termos mais de 60 candidatos, antes mesmo da nossa regularização".

Cinco anos de profícuo trabalho junto aos mais diferentes seg-

mentos da sociedade da Província do Amazonas, caracterizaram a Loja "Esperança e Porvir" e a separavam de outro acontecimento magnânimo que haveria de ser registrado com todo esplendor no mundo maçônico da época. Neste período, considerado no registro do tempo, como um minúsculo grão de areia, a Maçonaria amazonense, representada pela sua Loja Mater, abarcara uma das suas maiores causas: a libertação dos escravos negros do Amazonas.

A "empreitada" era gigantesca, inúmeros eram os obstáculos e precisava-se de mais braços fortes para enfrentar a batalha. Precisava-se de um maior número de Obreiros para coroar de êxito mais esta lide. A Oficina, começa a arregimentar novos adeptos no movimento de libertação, através das luzes iniciáticas. E até mesmo profanos unem forças com a Maçonaria visando exterminar no seio da sociedade, este "cancro" que representava a escravidão do negro.

Nos seus poucos anos de existência, a "Esperança e Porvir" torna-se testemunha de fatos que aconteceram em períodos de agitação interna e externa, soube todavia, transpor as mesmas com altivez, primando sempre pelo equilíbrio, pela força da razão, pela tolerância, princípios estes que sempre orientaram a Ordem na sua incessante labuta pelo aprimoramento do ser humano. Pode se afirmar, sem assombro, que a Maçonaria do Amazonas se fez presente nas horas mais difíceis dos "jogos políticos" do império, nos eventos comemorativos, bem como nas batalhas amargas do povo amazonense no que se referia aos problemas sociais e principalmente políticos que desde o século passado atribularam o nosso rincão. E diga-se de passagem, que a "época dos coronéis" não fora atribulada politicamente apenas em outras regiões do país, mas principalmente em nosso Estado, onde a história registra passagens sumamente curiosas, senão surpreendentes e estarrecedoras.

Um dos principais episódios da história amazonense vivenciados pela Maçonaria, foi sem dúvida alguma a libertação dos escravos. A nossa Sublime Instituição deixou gravado profundamente o seu trabalho profícuo, a sua imponente atuação junto à sociedade amazonense, principalmente, fazendo ver que a liberdade do ser humano representa o seu maior tesouro, valendo todo o tipo de sacrifícios.

A Loja Mater da Maçonaria amazonense deixou suas marcas indelévels na libertação dos escravos, através dos seus Obreiros, que pagavam, inclusive com recursos próprios a manumissão de escravos.

No ano seguinte à sua fundação, ou seja, na sessão do dia 17 de julho de 1873, a "Esperança e Porvir" por decisão dos seus Obreiros, resolve prestar assistência às vítimas da epidemia de varíola que assola a cidade de Manaus. Aquela Oficina designa uma comissão integrada pelos Irmãos: Francisco de Souza Mesquita, Carlos Ferreira Fleury, Domingos de Almeida Souto, Manuel Pereira dos Anjos e Gregório José de Moraes. Esta comissão teria como objetivo principal, ao lado do governo provincial,

distribuir socorro às vítimas da epidemia. Neste episódio vale destacar a atuação do Irmão João Pedro Maduro da Fonseca, que como médico dedicou-se inteiramente às vítimas da peste variólica prestando assistência num dos hospitais improvisados na cidade de Manaus. Consta de documentos maçônicos daquela Oficina, que até o ano de 1874 ainda havia vítimas que eram subvencionadas pelos cofres da "Esperança e Porvir".

No dia 6 de janeiro de 1875, dando prosseguimento ao trabalho profícuo daquela Oficina, seus Obreiros fundam a sociedade Instrução e Beneficência. Esta Sociedade teve por finalidade promover na sociedade amazonense o ensino popular, a ajuda aos necessitados, além de ter como objetivo a construção do Templo da "Esperança e Porvir". Esta entidade filantrópica teve seus estatutos aprovados em 5 de janeiro de 1876 e sua diretoria constituída apenas de Obreiros Maçons recebendo inclusive subvenções do Tesouro da Província, além de doações.

A Sociedade Instrução e Beneficência, foi responsável pela fundação e manutenção do Liceu de Artes e Ofícios, remunerando inclusive os professores que ali prestavam os seus serviços. Infelizmente não ultrapassaria o século XX, uma vez que documentos históricos comprovam a sua existência apenas até o ano de 1892. Todavia, a Sociedade Instrução e Beneficência, cumpriu plenamente os seus objetivos estatutários. A primeira diretoria desta Sociedade era constituída pelos seguintes Irmãos: Joaquim José Pais Sarmiento, presidente; Carlos Gavinhos Viana, Vice-Presidente; Nicolau Tolentino, 1.º Secretário; José Antonio Soares, 2.º Secretário; e Vicente Pinto de Miranda, Tesoureiro.

Outra incumbência atribuída à Sociedade Instrução e Beneficência, determinada em seus estatutos, foi a edificação do Templo da Loja "Esperança e Porvir". Inicialmente alugou-se a casa sito à rua Bela Vista, de propriedade de João Gabriel. Em seguida a Sociedade levou a efeito a compra da casa sito à rua São Vicente, hoje conhecida como Rua Bernardo Ramos, onde funciona até os nossos dias.

A casa comprada seria demolida, para dar lugar a um novo Templo onde se trabalharia na prática da virtude e da caridade. Contratada a obra, que custaria a importância de Rs. 5.444\$830 ficando sob a responsabilidade de João Francisco Pinto, constituiu-se uma comissão formada pelos Irmãos Ricardo da Silva Prego, José Barbosa de Andrade e Abel Thompson de Quadros, encarregada da fiscalização da obra.

O ano de 1877 marcaria mais uma vez a presença da "Esperança e Porvir", através da campanha beneficente realizada pela mesma, a favor das vítimas da seca que naquele ano assolaria o Ceará. As vítimas daquela calamidade mais tarde agradeceriam, através do ofício do Governo Provincial do Ceará, enviado aquela Oficina. A doação feita para o povo cearense, foi no valor de 900\$000. Em sua conclamação aos seus Obreiros dizia: "Mostremos à humanidade que o Maçon não deixa morrer de fome quem quer que seja e que seu fim na terra é amparar

o desgraçado, mitigar a dor do aflito e enxugar as lágrimas dos que choram. Unamo-nos pela vontade como já somos pela liberdade, igualdade e fraternidade e corramos pressurosos a prestar socorro a estas infelizes vítimas dos fatos horrorosos da seca que assola o lugar onde passam mal." Não seria preciso dizer, que esta conclamação obteve pleno êxito.

Ainda no mesmo ano, o firmamento maçônico amazonense seria adornado com mais uma estrela de grandeza incomum, para jubilo inconteste da Ordem. Com total apoio e dedicação sem fronteiras dos Obreiros da "Esperança e Porvir", no dia 4 de março de 1877 instala-se em Manaus mais um Templo de Perfeição cujas Colunas fortaleceram ainda mais os ideais maçônicos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Nasce, nesta data, a Grande Benemérita Loja Simbólica "Amazonas" n.º 2.

Como homenagem justa a esta Oficina que leva como título distintivo o nome do próprio Estado, "Amazonas" nada melhor que a transcrição de sua Ata de Fundação, documento mais precioso e de profunda significação histórica de cada Oficina, pois simboliza o marco inicial da sua existência.

"As quatro dias do mês de março de mil oitocentos e sessenta, digo setenta e sete, era vulgar, neste Vale de Manaus, reuniram-se em lugar oculto à vistas profanas os Irmãos abaixo assinados para tratarem da criação de uma outra Oficina Maçônica sob a imediata proteção do Sapientíssimo Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil.

Depois de aclamado Presidente o Irmão Raimundo da Silva Moya, mostrou ele a oportunidade da execução da idéia que fazia objeto desta reunião, propondo que se assentasse definitivamente na edificação do Templo do rito Adoniramita, dedicado à Caridade e à Virtude, cuja proposta foi geralmente aceita e aplaudida. Também propôs que à vista, da resolução tomada, se discutisse e fixasse o distintivo da nova Loja. Alguns dos Irmãos lembraram diversos nomes, sendo afinal deliberado por maioria o de - Amazonas. Então disse o Irmão Presidente denominar-se ela AMAZONAS acrescentando que estando já resolvida a sua criação e distintivo, fazia-se preciso eleger entre os Irmãos as Luzes que deveriam representá-la.

Correndo o escrutínio secreto, saíram eleitos interinamente - Venerável, Francisco Públio Ribeiro Bittencout; 1º Vigilante Ismael César Paes Barreto; 2º Vigilante, Carlos Gavinho Viana; Orador, Raimundo da Silva Moya; Secretário, Bernardo José de Souza; Tesoureiro Vicente Pinto de Miranda; Cobridor, Joaquim Pinto Ribeiro; Hospitaleiro, José Maria da Silva; Chanceler, Francisco Bento de Sá; Mestre de Cerimônia, Gregório Muniz de Medeiros.

Em seguida, o Venerável tomando o lugar que lhe competia, assim como as demais Luzes e Dignidades eleitas, declarou instalada provisoriamente a Loja "Amazonas" do Rito Adoniramita sob os auspícios do

Sapientíssimo Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, ordenando em ato sucessivo ao Irmão Secretário que preparasse com urgência os papéis como recomenda a Constituição para serem endereçados ao Poder competente. E nada mais havendo a tratar deu-se por finda a reunião e nós nos retiramos em paz."

Esta Ata de fundação era assinada por vinte e três Irmãos e que consequentemente entraram para os anais da história como fundadores da Oficina:

Francisco Públio Ribeiro Bittencourt
Carlos Gavinho Viana
Ismael César Paes Barreto
Raimundo da Silva Moya
Bernardo José de Souza
Vicente Pinto de Miranda
Joaquim Pinto Ribeiro
Francisco de Sá
José Maria da Silva
Gregório Muniz de Medeiros
Hermenegildo de Souza Barbosa
Avelino Portela Guimarães
Bernardo Mendes Corrêa
Nicolau Tolentino
Manoel Dias Barroso
José de Figueiredo Abreu
Salomão Acris
Claudino M. Veloso
Manoel Joaquim Portilho Bentes
Francisco Ferreira de Lima Bacuri
João Veloso Barreto
Quirino Antonio Ribeiro
Manoel da Fonseca e Souza

A Loja " Amazonas" realizou as suas primeiras iniciações, ainda sem ter Templo próprio, instalado provisoriamente num sobrado de propriedade do Irmão Joaquim Pinto Ribeiro. Este sobrado Localizava-se na Rampa da Imperatriz, mesmo local onde anteriormente funcionara também a Loja "Esperança e Porvir", antes de adquirir a casa onde posteriormente construiu o seu Templo próprio.

As sessões da " Amazonas" durante o seu ano de fundação foram levadas a efeito, de 4 de março a 22 de abril, na residência do Irmão Manoel Joaquim Portilho Bentes, que exercia no mundo profano o cargo de administrador dos Correios, de 22 de abril a 10 de junho, as sessões seriam realizadas na residência do Irmão Vicente Pinto de

Miranda e que exercia as funções de Tesoureiro daquela Oficina. No dia 4 de agosto de 1877, já instalada no sobrado de propriedade do Irmão Joaquim Pinto Ribeiro, em local anteriormente citado, realizou-se a primeira iniciação. Nesta data foram iniciados os seguintes profanos: José Maria do Rego Barros, Aristides Augusto César Pires e Sebastião Ferreira Barbosa. No dia 11 de agosto, inciaram-se: Dr. Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves, Manoel Honorato dos Santos e Antonio de Oliveira Mello. No dia 18 de agosto, José Coêlho de Castro, Eduardo Paul e Lucas de Oliveira Pinheiro; no dia 25 de agosto, Júlio José Pinto Corrêa e Manoel Joaquim Pereira; Deodato Gomes da Fonseca, no dia 31 de agosto; Fernando José dos Santos Barbosa, Pedro Guilherme Alves da Silva e José Viegas da Silva, no dia 8 de setembro; Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, no dia 22 de setembro; Manoel José de Farias, no dia 22 de outubro e finalmente Eugênio Augusto Peixoto de Alencar, no dia 7 de novembro de 1877.

A sessão Magna de Regularização da Loja " Amazonas" verificou-se no dia 29 de maio de 1877. O Brevê Constitutivo expedido pelo Grande Oriente no Vale dos Beneditinos, traz a data de 26 de maio daquele mesmo ano. A Comissão de Regularização daquela Oficina, foi presidida pelo Irmão Padre Eutychio Pereira da Rocha, Delegado do Grão Mestrado do Pará e integrada pelos Irmãos Padre Torquato Antonio de Souza, Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, Bernardo José de Bessa e Silvério José Nery.

Por uma questão de conveniência e interesse da administração da Loja, ou até mesmo por exigências ritualísticas a Loja " Amazonas" que até então funcionara em um sobrado localizado à Rampa Imperatriz, hoje conhecida como a Rua Doutor Moreira, passa a ocupar o Templo da "Esperança e Porvir" para a realização das suas sessões econômicas.

Doravante, um dos principais objetivos dos Obreiros da mais nova Loja Maçônica de nosso Estado, era obter fundos necessários para a aquisição de seu Templo próprio. Árdua, sem dúvida, foi a tarefa porém com dedicação e afincos os Obreiros da "Amazonas" conseguem superar todos e quaisquer obstáculos. Compra-se um terreno localizado à rua Leovegildo Coelho, com fundos para a chamada Avenida Silvério Nery e nos nossos dias denominada Avenida Joaquim Nabuco, inicia-se a construção do Templo que é inaugurado no dia 25 de março de 1889, Templo esse que mais tarde seria totalmente reconstruído. Hoje representa, entre as congêneres da Ordem, um majestoso marco, simbolizando a força maçônica no Estado que lhe empresta o nome.

Regularmente instaladas e em plena atividade, as Lojas "Esperança e Porvir" e "Amazonas" simbolizavam a potência maçônica em nosso Estado e como tal, com toda tenacidade e devotamento empenharam-se na companhia abolicionista, visando extinguir a escravidão negra em solo amazonense. A atuação destas duas Lojas Maçônicas, no

episódio histórico da libertação dos escravos, lhes traria mais tarde o pleno reconhecimento honroso, tanto por parte do Governo Provincial, da sociedade amazonense e do próprio mundo maçônico a nível nacional. As duas Lojas chegaram mesmo a declarar publicamente, que os seus persistentes e os seus cofres estariam à disposição da causa, enquanto existisse no Amazonas um escravo sequer que tivesse que ser libertado. Esta declaração pujante e histórica está registrada em jornal que circulou à época, sob o título "O Abolicionista" em sua segunda edição.

Levantamentos estatísticos oficiais davam conta que em 1833 existiam na região do Amazonas 962 escravos; em 1840, 720; em 1851, 750; 1856, 912; em 1860, 1026; em 1869, 581 escravos negros. Em 1870, ao se realizar um levantamento geral, em todo território nacional, concluiu-se oficialmente que o Amazonas detinha o menor índice de escravos negros, inclusive um índice inferior ao Mato Grosso, onde o negro escravo também não era muito utilizado, considerando-se a facilidade de captura do índio para os trabalhos pesados. Conforme assentamentos registrados nos livros oficiais, dois anos depois, teríamos cerca de 1545 escravos, o que representaria 3,3% da população que vivia nesta Província.

Vale aqui registrar que o Amazonas, através do deputado Agostinho de Souza, no dia 13 de maio de 1866, foi o primeiro a criar um fundo de emancipação, oficialmente aprovado, em todo o Império. A Província era presidida então pelo Tenente Coronel Wilkens de Matos e o professor e deputado Agostinho de Souza, apresentou na Assembléia Legislativa Provincial, um aditivo ao orçamento no qual se determinava que "anualmente seriam despendidos dez contos de réis com a emancipação do elemento servil, dando-se preferência aos menores de idade". O Senado do Império, através do conselheiro Nabuco de Araújo, apenas aprovaria legislação semelhante, em setembro de 1870, portanto, praticamente quatro anos depois e ainda destinando uma soma menor, ou seja, apenas nove contos de réis.

Em maio de 1881, em resolução aprovada pela Assembléia Provincial, visando justamente o fato de que não se aumentasse o número de escravos, taxava em quinhentos mil réis todo e qualquer escravo que entrasse no Amazonas q multava em 100\$000 os "senhores de escravos" que não obedecessem a determinação. Com a criação de taxas sobre compra e venda de escravos, e ainda com a legislação Provincial que proibia a utilização de escravos em colônias agrícolas que por ventura fossem criadas, fechava-se cada vez mais o cerco em torno da escravatura negra no Amazonas. Assim sendo, o negro escravo aqui existente era empregado como carpinteiro, pedreiro, servente e principalmente como empregado doméstico.

É justamente nesta época que se faz sentir o peso da atuação da Maçonaria, uma vez que setenta por cento das atuações legislativas são

realizadas pelos deputados Maçons, a favor do escravo negro.

Em 1882, o novo presidente da Província, Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, abolicionista convicto e declarado, daria rédeas, definitivamente, às campanhas de libertação do escravo negro no Amazonas. José Paranaguá não se acanha nem mesmo perante o mundo político em declarar abertamente que era um abolicionista. Inclusive discursos realizados em público definem a sua posição contrária à escravidão do negro. Parece que as palavras de José Paranaguá foram a derradeira força que precisava o movimento abolicionista. Governo Provincial, Maçonaria e a sociedade amazonense lançaram-se praticamente de corpo e alma na luta ferrenha contra a escravatura no Amazonas. A Assembléia Provincial começa a monopolizar as atenções de todos com uma bateria de projetos sobre a libertação dos escravos, embora nem todos tenham recebido a aprovação do legislativo provincial. José Paranaguá, passa a assistir as reuniões da Libertadora Cearense, entidade abolicionista fundada em 17 de julho de 1881, por Luís de Mesquita de Loureiro Marães, e cede os salões do palácio do governo para as sessões solenes daquela entidade. José Paranaguá hora nenhuma se preocupa com as atitudes escravocratas do ministério de Marinho Campos, ao qual era subordinado. Pelo contrário, reúne todas as importâncias votadas pela Assembléia Provincial, determina que o total seja distribuído entre os municípios, visando com isso apressar ainda mais a manumissão. E realmente é grande o número de libertados durante o seu governo, chegando a um total de quarenta e três. José Paranaguá chegaria portanto ao término do seu mandato provincial, tendo cumprido fielmente a sua caminhada profícua como Obreiro da Arte Real, ou seja, na luta contínua pela liberdade e o aprimoramento do ser humano, não obstante os obstáculos encontrados ao longo da jornada.

Pode-se dizer que era inexpressivo o número de pessoas, ou mesmo de políticos, que na Província do Amazonas se manifestavam contrários aos anseios abolicionistas. Tanto a sociedade amazonense como os políticos primavam por um só objetivo. A Maçonaria, entretanto, sempre representou o braço forte em todas as campanhas representativas e de peso levadas a efeito, quer através das Sociedades Emancipadoras, quer através de palestras ou outras manifestações públicas ou ainda através dos jornais que circulavam à época em Manaus. Dentre eles o "Amazonas", o "Comércio do Amazonas" e ainda o "Abolicionista Amazonense". O "Amazonas" sempre se manteve neutro nas lides políticas. Já o "Comércio do Amazonas" era o órgão oficial dos liberais e o "Abolicionista Amazonense", mantido pela Libertadora Vinte e Cinco de Março e pela Loja "Amazonas" que era inteiramente dedicado a causa abolicionista.

Em Manaus, no citado período, surgiram os seguintes centros abolicionistas e que foram amplamente apoiados pelo governo provincial:

"Comissão Central Abolicionista Amazonense" que se especializara na realização de conferências de propaganda dos ideais abolicionistas e para tanto mantinha entre os seus integrantes os melhores oradores à época, como Dr. Pedro Regalado Epifânio Batista, Dr. Lemos Bastos, Dr. Paulino de Brito, Dr. Domingos Olímpio Braga Cavalcante e Dr. Almino Álvares Afonso.

O "Clube Juvenil Emancipador" era formado por jovens senhoristas pertencentes à sociedade manauense e que representavam o elemento feminino na campanha abolicionista. Tinha como presidente a jovem Olivia Aranha e o cargo de orador deste centro, era ocupado pela jovem Maria de La Salette Castro e Costa.

A "Cruzada Libertadora", por sua vez, era integrada por estudantes da Escola Normal e do Liceu, sendo que a sua fundação verificou-se no dia 11 de maio de 1884, nas dependências da própria Escola Normal. Seu presidente era Márcio F. Nery; Vice-Presidente, Joaquim S. de Brito Inglês; 1.º secretário Simplicio de Lemos Braule Pinto; 2.º secretário, João Batista de Farias e Souza; orador, Augusto Celso de Menezes e tesoureiro, Theodoretto Carlos de Faria Souto Filho.

Já o "Club Escolar Abolicionista" fora fundado no dia 10 de maio daquele ano, nas dependências da Escola de São Vicente, por iniciativa dos alunos e integrava os estudantes das escolas públicas e particulares de Manaus.

A "Primeiro de Janeiro" tinha como um dos seus diretores um Obreiro da "Esperança e Porvir", o Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e que mais tarde viria a governar o Amazonas. Os demais diretores eram Manoel de Azevedo da Silva Ramos, Antônio Guerreiro Antony, Francisco F. Lima Bacury, Álvaro Botelho da Cunha e Manoel Miranda Leão.

A "Libertadora Vinte e Cinco de Março", fora instalada com grande solenidade pública a 11 de maio de 1884 e juntamente com a "Primeiro de Janeiro", representavam as duas principais sociedades abolicionistas, levando-se em consideração as suas atividades desenvolvidas até a data histórica que marcaria a abolição da escravatura no Amazonas. Esta sociedade tinha como presidente, João Lopes Ferreira Filho; vice-presidente, Dr. Domingos José Ferreira Vale; 1.º secretário Isaac Amaral; 2.º secretário, Gentil Rodrigues de Souza; tesoureiro, João Carlos da Silva Jatahy e como advogados os Drs. Almino Álvares Afonso e Carlos Gavinho Viana.

Surgiu ainda a "Amazonenses Libertadoras" e que reunia as Senhoras da sociedade manauara, tendo como presidente D. Elisa Souto, esposa do presidente da Província, Theodoretto Carlos de Faria Souto, que também era um fiel e dedicado Obreiro da Arte Real.

Para os abolicionistas tudo era válido desde que os seus objetivos fossem atingidos. Promoviam-se eventos públicos e cada vez se

entregavam nas praças as alforrias compradas, os libertos eram aclamados pelo povo que se fazia presente. Os abolicionistas, aproveitando o ensejo, em palavras inflamadas de entusiasmo conclamavam todos os segmentos da sociedade a participarem das manifestações de apoio à causa tão nobre e envolvente. A propósito, vale aqui lembrar um dos eventos que teve ampla repercussão à época e influenciou sobremaneira para a adesão de maior número de pessoas à cauda abolicionista, antes mesmo do surgimento de todas as sociedades emancipadoras. Em 25 de julho de 1870 retornavam à Manaus os únicos 55 Voluntários da Pátria e que haviam sobrevivido ao conflito do Paraguai onde haviam combatido com destemor. Ao desembarcarem do vapor BELÉM, que os trazia de volta, o povo manauense os recebeu como heróis e através de um emocionado discurso proferido por Bento Aranha saudando os vitoriosos, estes foram prontamente convocados a se integrarem na companhia, que àquela época, já começava a colher os primeiros resultados favoráveis à libertação do negro.

Entretanto, quem daria o golpe de misericórdia na escravatura seria o Dr. Theodoro Carlos de Faria Souto, que também era um abolicionista convicto. Fora empossado no cargo de presidente da Província do Amazonas no dia 11 de março de 1884. No dia 25 de março do mesmo ano, na Assembléia Provincial deixava bastante clara a sua posição perante o problema social que representava a escravidão: "Em suma, senhores, tudo que for tendente ao progresso e à civilização desta Província concerta as mais enérgicas preocupações da administração que espera de seus representantes tudo que é lícito esperar de sua reconhecida ilustração e acendrado patriotismo. Não devo porem, concluir esta rápida exposição que as angústias do tempo não me consentira por em devida ordem nem desenvolver, sem pedir-vos permissão para lembrar um alto dever moral, e humanitário que neste momento supremo de vida social do país, pesa sobre cada cidadão em relação ao complexo e árduo problema do trabalho. Podeis resolvê-lo, sem dificuldades e sem abalo para a ordem pública. Auxilia como vos consentem as excelentes condições financeiras da Província, que menor número de escravos possui, e maior saldo relativamente conta nos cofres de seu tesouro; auxilie a obra que se inicia de um modo tão normal e pacífico; cooperai com a iniciativa da liberdade individual; colaborai com o espírito de associação que se desenvolve nesta capital, e em breve se propagará por toda a superfície desta parte superior da região Amazônica; fazei a obra mais bela e fecunda do legislador, que é traduzir na lei a síntese superior da vontade social, colhendo em feixo as correntes da opinião pública legítima e razoável. Com esse objetivo basta que sem grande sacrifício para a Fazenda provincial decreteis uma providência com que se constitua o fundo de emancipação dos escravos do Amazonas. O resto será trabalho da espontaneidade dos proprietários, cujos sentimentos generosos, como é de se esperar, se

manifestarão em toda a plenitude indefinida. A Província não decreta a abolição; sua Assembléia não tem poderes para tanto; decreta uma cota para as libertações e a iniciativa particular virá ao encontro. O fator moral tem sempre mais energia e eficácia do que o legal; contemos com ele e preparemos os elementos para o êxito. Estou certo que o sacrifício da Província será pequeno ela cava o leito à torrente e oferece os recursos necessários à realização completa do grande desideratum de todos os seus filhos. Dentro da órbita da lei, com perfeita segurança e calma, respeito à propriedade às instituições do país, à ordem pública e ao direito adquirido, a vontade individual resolverá o problema radicalmente e nada sofrerá na sua existência econômica e social".

Esta manifestação pública de Theodoro Souto, teve ampla repercussão junto ao povo e também junto à classe política e os resultados não demoraram.

A Maçonaria que até então agira com uma certa reserva, embora fosse basicamente a mola propulsora da quase totalidade dos movimentos abolicionistas no Amazonas, intensifica ainda mais a sua atuação através dos "deputados-maçons" junto a Assembléia provincial, visando a criação oficial de um fundo de emancipação.

Junto ao povo, através do "Abolicionista Amazonense", jornal criado exclusivamente para divulgação das atividades abolicionistas, a Maçonaria dá prosseguimento ao trabalho de formação popular a fim de intensificar a adesão à causa. Órgão da falange dos libertadores, o "Abolicionista Amazonense" que juntamente com a "Sociedade Libertadora 25 de março", fora fundado pelos Obreiros das Lojas "Esperança e Porvir" e "Amazonas" circulava semanalmente e enquanto formavam a opinião dos seus leitores, dedicava-se igualmente a responder ao atrevimento e à reação dos poderosos do Império, principalmente a Souza Dantas que exercendo o cargo de ministro, era contra a abolição fora do Parlamento. A partir do seu segundo número o "Abolicionista Amazonense" passou a ser propriedade exclusiva da Loja "Amazonas" e da "Sociedade Libertadora 25 de Março". Justamente esta edição do citado jornal seria inserida nos anais da história da libertação dos escravos no Amazonas. Dizia o "Abolicionista" em uma das suas manchetes: "A PROVÍNCIA DO AMAZONAS É A CÚPULA DE UM MUNDO NOVO. É UMA ESTRELA ADAMANTINA LANÇADA NO ESPAÇO PARA DESNUDAR AS SOMBRAS DO FUTURO". Sob este mesmo título, em outro trecho, dizia o jornal: "A Loja "Amazonas" e a "Sociedade Libertadora 25 de Março" assumem de mãos dadas a propriedade, gerência e direção desta folha, para disputar, palmo a palmo, o campo que, ainda, felizmente, ocupam os poucos que tem a crueldade de supor-se com direito de possuir um homem, porque este teve a desventura de ser vítima de um injúria do destino. A "Libertadora" e a "Amazonas" tendem para os mesmos intuitos: - realizar a grande aspiração do povo amaz-

nense, restituir os direitos roubados aos cidadãos escravizados pela prepotência do obscurantismo violento e brutal dos séculos idos". Ainda nesta mesma edição, o "Abolicionista" anuncia que as Lojas "Esperança e Porvir" e "Amazonas" declaravam os seus cofres abertos para todas as alforrias que se fizessem necessárias, enquanto existissem escravos no Amazonas.

Levando-se em consideração que Manaus, na condição de capital da Província, possuía o maior número de escravos, as atenções libertadoras se voltam para este fato, sendo o governo provincial o primeiro a dar prioridade à libertação dos escravos que aqui foram registrados, ou residiam, tudo com recursos oriundos do Fundo da Abolição Amazonense proposto ao legislativo em março de 1884, pelo deputado-maçon João Meireles. Por intermédio do legislativo, diversas foram as pequenas medidas aprovadas, mas que eram comemoradas como se fossem eventos de destaque. Dentre elas: a fixação de valores dos escravos para fins de alforria, a proibição da entrada de novos escravos principalmente em Manaus, como também no resto da Província, levantamento estatístico dos "senhores de escravos", e que determinava, por força de lei, que o escravo libertado trabalharia com o patrão da sua escolha.

Com toda esta mobilização, os abolicionistas sentiram a necessidade urgente que a questão dos libertadores chegasse ao poder legislativo de uma maneira definitiva, com o estabelecimento dos meios legais e que possibilitassem a adoção de medidas mais concretas e que estas também fossem estendidas ao interior do Amazonas. Assim sendo, mais uma vez a Maçonaria tomaria as rédeas da movimentação em torno do assunto e por intermédio de seus Obreiros, os deputados Rocha dos Santos e João Meireles apresentaram na Assembléia Provincial, projeto que oficializaria o Fundo de Emancipação Amazonense e com dotação financeira suficiente para os seus trabalhos. No dia 24 de abril de 1884 tendo como presidente o deputado Emilio José Moreira, o legislativo aprovou lei destinando 300:000\$000 para que fosse agilizado o trabalho de manumissão do negro. Coube ao deputado Silvério Nery encaminhar o projeto para a votação no plenário. Determinava ainda a mesma Lei, que duzentos contos de réis daquele montante, seriam aplicados na Capital e o restante seria destinado para os municípios do interior. A este respeito os registros daquela época contam uma passagem bastante comovedora legada ao esquecimento com o transcorrer dos anos que marcou muito bem o entusiasmo com que o povo acompanhava o movimento abolicionista. Por ocasião da votação da referida Lei, as galerias da Assembléia Provincial encontravam-se repletas de pessoas que acompanhavam o empenho dos liberais na obtenção de mais esta vitória pela manumissão do negro. No momento em que foi anunciada a aprovação da Lei as galerias fizeram festas e seus ocupantes lançaram flores sobre os deputados. Ouvia-se o Hino Nacional em coro e logo em seguida um emocionado dis

curso do deputado Clarino Chaves. Como tudo estava previamente planejado, imediatamente a Lei foi levada à sanção do presidente Theodoro Souto, de onde voltou em menos de uma hora sob aplausos populares na Assembléia. Esta Lei foi sancionada pelo presidente da Província com uma pena de ouro e que fora oferecida para este ato, pelo Dr. Floresta Bastos, que exercia as funções de juiz de Direito, sendo um convicto abolicionista.

Com a aprovação da Lei de 24 de abril de 1884, denominada "AUREA" verificou-se a necessidade premente de levar para os municípios do interior os benefícios da manumissão, bem como já surgiam tênues comentários sobre o afastamento de Theodoro Souto. Também nesta fase da batalha abolicionista a Maçonaria mostrou uma participação decisiva através das comissões de inspeção, nos agrupamentos de lideranças interioranas e na composição do fundo financeiro. Neste episódio merecem ser citados com destaque os Irmãos Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, Antonio Ponce de Leão e Antonio Guerreiro Antony, que viajavam pelos rios Purús, Madeira e Solimões divulgando os propósitos abolicionistas e providenciando a alforria de escravos. A história cita ainda como ferrenhos defensores da libertação dos escravos, os Irmãos: João Carlos Antony, Miranda Leão, Bento Aranha, Augusto Elisio da Fonseca, Carlos Gavinho Viana, Antonio Dias dos Passos, Deucleciano Justo de Matta Barcelar, Maximiliano José Roberto, Silvério Nery, Pedro Ayres Marinho, Antonio Hosannah de Oliveira, Alminio Alvares Afonso e Gentil Rodrigues de Souza, este autor de projeto de lei que desencadeou o processo de manumissão no ano de 1869.

Estava bastante próximo o final da escravatura no Amazonas. Os ideais abolicionistas tomavam conta de toda a Província. Em Manaus, o ponto de reunião dos abolicionistas era o próprio Palácio do Governo, onde em Assembléia os Maçons e seus colaboradores eram presididos pelo próprio Theodoro Carlos de Faria Souto, tido como Governante humanitário e de aguçada clarividência, sendo alvo da profunda estima popular.

Atendendo a proposta apresentada pelo deputado Rocha dos Santos, um dos autores da Lei de 14 de abril, a Assembléia provincial, interpretando inteiramente o pensamento da população amazonense, concede o título de BENEMÉRITO ao presidente Theodoro Souto, sendo este, na ocasião, o alvo das mais significativas homenagens, tanto por parte do meio político, como por parte do povo manauense. Por ocasião desta cerimônia que teve lugar em junho de 1884, não foram poucos os discursos políticos enaltecendo as qualidades de governante de Theodoro Souto e a sua dedicação à causa dos escravos, que deixaram de existir em Manaus, desde o dia 24 de maio de 1884 ocasião em que o Presidente da Província declarara publicamente que os mesmos deixaram de existir na Capital.

A total extinção do elemento servil na Província do Amazonas, estava prevista para se concretizar no dia 5 de setembro de 1884. Todavia Theodoro Souto, tendo em vista a sua atitude desassombrada em relação da questão abolicionista, contrariava o interesse escravocrata dos poderosos junto ao Ministério Lafayete, fazendo com que o Império decidisse pela exoneração do presidente da Província. Theodoro Souto, tomando conhecimento desta trama com antecedência, antecipa para o dia 10 de julho de 1884 a libertação dos escravos na Província do Amazonas.

Tudo estava preparado. Na praça 28 de Setembro depois denominada João Pessoa, hoje Heliodoro Balbi, em frente ao Quartel da Polícia Militar fora erigido o Pavilhão da Liberdade, no qual o presidente Theodoro Souto entregaria as últimas alforrias na presença de todo povo manauara e de todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas da Província, em festa soleníssima.

Esta solenidade, além de representar uma das mais belas páginas da história do Amazonas, simbolizava o sentimento do amazonense e de toda a sociedade que batalhara tanto, através dos meios de que dispunha à época, pela libertação do elemento servil. Para o presidente Theodoro Carlos de Faria Souto, a solenidade do Pavilhão da Liberdade no dia 10 de julho de 1884, representava a "missão cumprida", significava o resgate do compromisso assumido e declarado publicamente perante a Assembléia Provincial, quando da sua posse como presidente da Província do Amazonas. Para o Irmão Theodoro Carlos de Faria Souto, representava uma lição de humanidade, de civismo e de respeito à sublime trilogia LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE. Para o político Theodoro Carlos de Faria Souto, representava a resposta à prepotência dos poderosos ligados ao Ministério Lafayete, aos anti-abolicionistas do Império, significava a "obra mais bela e fecunda do legislador, traduzindo na Lei e na ordem a síntese superior da vontade social, colhendo em feixo as correntes da opinião pública legítima e razoável".

No dia 10 de julho de 1884, no Pavilhão da Liberdade, após ter usado da palavra, em brilhante discurso, e ter feito a entrega das derradeiras alforrias, Theodoro Souto determinou que fosse lavrada a ata de tão magnânimo acontecimento e que assim ficou redigida: "Aos dez dias do mês de julho de mil oitocentos e oitenta e quatro, do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo, sexagésimo terceiro da Independência e do Império, trigésimo da fundação da Província, nesta cidade de Manaus, na Praça 28 de Setembro, onde se achavam reunidos o Excelentíssimo Senhor Doutor Theodoro Carlos de Faria Souto, Presidente da Província, os diversos chefes de serviço público, autoridades civis, militares e eclesiásticas, foi pelo mesmo Excelentíssimo Senhor declarado, em homenagem à Civilização e à Pátria, em nome do Povo Amazonense, que, pela Vontade Soberana do mesmo Povo e em virtude de suas Leis,

não mais existem escravos no território desta Província, ficando assim, e de hoje para sempre, abolida a escravidão e proclamada a igualdade dos direitos de todos os seus habitantes".

Citado documento foi assinado por numerosíssimas pessoas e que estiveram presentes ao ato histórico. Inclusive ao povo foi franqueado a assinatura desta ata histórica, pois grande era o contentamento popular que vira no gesto de Theodoro Souto, a sublimação do sentimento abolicionista. Tanto o povo, como os meios políticos e a maçonaria, viam finalmente coroado de pleno e absoluto êxito o trabalho que se realizara com tanto empenho, devotamento e sacrifício. Quarenta e oito horas depois, Theodoro Souto deixava a presidência da Província, ou seja, no dia 12 de julho de 1884. O Tesouro da Província, apresentava um saldo de 467.203\$058, portanto deixava um saldo positivo, ao contrário do que diriam mais tarde os antagonistas políticos de Theodoro Souto, com a finalidade de macularem a sua administração. Por ocasião da sua saída do cargo de Presidente da Província, Theodoro Souto deixa outro documento que marcaria a sua administração tão profícua, ao dirigir-se ao seu sucessor, Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, 2.º vice-presidente: "A Província do Amazonas está redimida. No dia 10 do corrente, foi esse acontecimento o maior da sua história, solenemente declarado, lavrado o respectivo auto no livro de instalação da Província, que, remeti, por cópia, a S.Excia. o Sr. Ministro da Agricultura. Tudo se fez em nome da Lei, em observância das suas prescrições, em perfeita calma e tranqüilidade, com o concurso eficaz dos sentimentos do povo amazonense".

Como era de praxe, entre os políticos do Império, quando se exonerava alguém que não atendia as suas exigências, ou que representasse "uma pedra no caminho" dos mais poderosos dos Ministérios, o documento de exoneração recebia o rótulo de "a pedido", visando assim evitar a revolta dos subalternos ou até mesmo do próprio povo. O mesmo acontecera com Theodoro Souto, cuja exoneração vinha acompanhada do famoso "a pedido". Mais uma vez a "trama política do Império" alcançara seu intento, porém não afetaria jamais a trajetória política meteórica de Theodoro Souto, que retornando à sua terra natal, o Estado do Ceará, em 1890 seria eleito Senador da República. Vale aqui transcrever um trecho do artigo publicado pelo jornal "DIÁRIO DO GRÃO PARÁ": "O Governo não sabe o que fez. A arma com que pretendeu ferir o Doutor Theodoro Carlos de Faria Souto, foi a porta que levou este ao Panteon do AMAZONAS". O artigo é datado de 14 de julho de 1884. Theodoro Souto veio a falecer, na função de Senador da República, no dia 11 de agosto de 1893.

Estava vencida, e de forma gloriosa, mais esta batalha dos Soldados da Arte Real. E esta vitória pujante espalhou-se aos quatro ventos, tendo ampla repercussão nacional. O dia 10 de julho de 1884, ficou gravado nos anais da história como forma de Justo Salário pago aos

Obreiros das Lojas "Esperança e Porvir" e "Amazonas". Representada por estes dois Templos da Virtude, por estas duas Colunas Mestras, a Maçonaria cumpriu mais uma vez a sua gloriosa missão perante a humanidade.

Embora à época fosse voz geral de que a República era um sonho fantástico e caberia aos jovens sonhar com ela, entre as fileiras militares e entre os políticos, a mesma vinha sendo urdida e trabalhada com todo entusiasmo e fervor. As classes produtoras por sua vez incomodadas com o duro golpe recebido através da libertação dos escravos, e que não deixara de afetar a situação econômica do país, juntaram-se àqueles que, pelos meios possíveis, propalavam a sonhada República. Sem qualquer dúvida, em face ao descontentamento geral, o Império não resistiria por muito tempo. O Amazonas, e em particular Manaus, a exemplo do restante das Províncias, transformadas em Estados, tiveram seus acontecimentos políticos tristes e alegres. Triste, pelo fato de que os políticos degladiavam-se entre si, à busca dos cargos de destaque, que o fraco governo da República oferecia. Alegres pelo fato de o povo amazonense se rejubilar com a proclamação da República e esperar com esta mudança, a maior atenção e justiça para o Amazonas por parte do governo central e que tão pouca atenção recebera da Administração Imperial. Todavia, a insipidez política continuaria, as "tramas" continuariam a ter lugar e com intensidade ainda maior, pois cada político via apenas e unicamente as próprias conveniências. O cenário desta época era repleto de "refregas" políticas, de violência e de atitudes que não tinham o menor sentido. Ninguém melhor do que Arthur César Ferreira Reis em - História do Amazonas - Editora Itatiaia, 1989 - para nos dar uma visão real do momento político de 1890: "Republicanos históricos, antigos liberais e conservadores, com a nova situação entraram a pleitear as posições de destaques do Estado, pois se consideravam com direito... Era a ambição do mando que se esboçava. Repetia-se a história - "Todos queriam mandar e ninguém obedecer. Começaram por disputar o cargo de Governador do Estado. Os republicanos históricos procurados por elementos monárquicos, negaram-lhes ajuda. Mas demoraram nas providências junto ao governo provisório no Rio de Janeiro, para que o candidato, que escolhessem, fosse nomeado. O resultado deste desleixo foi a escolha à revelia deles".

Portanto através dos documentos históricos daquela época, conclui-se que enquanto os nossos políticos, cegos pela ânsia do Poder, se degladiavam entre si, o Governo Central nomeia como primeiro governador do Amazonas, o republicano Tenente Ximeno Villeroy, que em Manaus toma posse do cargo a 4 de janeiro de 1890. Jovem ainda, espírito reto, Ximeno Villeroy veio para o Amazonas com a disposição de administrar o Estado e não dar ouvidos às mazelas políticas. Por isso mesmo, se indispôs com todos os partidos, aproveitando em sua adminis-

tração apenas aqueles que julgasse capazes. Dos antigos republicanos, apenas aproveitou Bernardo Ramos, nomeando-o para o cargo de intendente municipal da Capital.

Imediatamente após a sua posse, como primeiro governador da nova República, Ximeno Villeroy dissolve a Assembléa Provincial e as câmaras municipais, no lugar das quais nomeia conselhos para cada município. Dissolveu ainda o corpo policial da Província e em seu lugar criou um Batalhão de Polícia. Extinguiu diversas escolas que considerou inúteis e fundiu o Ginásio Amazonense e a Escola Normal, fundando o Instituto Normal Superior, além de determinar inúmeras reformas no ensino primário. Um dos seus maiores cuidados foi dirigido ao sistema econômico e financeiro do Estado, que durante sua gestão recebeu uma série de inovações e melhorias. Apesar de ignorar a situação política no Estado e até os próprios políticos, fez um governo inteiramente honesto e mantenedor das liberdades públicas.

Em 2 de novembro de 1890 Ximeno Villeroy, por motivos particulares, entrega o cargo de governador e se retira para o Sul, inteiramente magoado com a situação política do Amazonas. Ao se encontrar, no Rio de Janeiro, em uma de suas viagens quando ainda governador, com o Barão de Juruaá, a certa altura da conversa afirmou: "Voltando ao Amazonas, não governaria mais a espada e sim o chicote". Esta expressão deixa bem clara a posição de Ximeno Villeroy, em relação à "politicalha" que dominava à época o Amazonas. Villeroy, entretanto, não seria a única nem a última vítima da política intrigada.

Ximeno Villeroy, presenciou ainda durante o seu mandato, a eleição dos representantes amazonenses junto à Constituinte do Rio de Janeiro. Na ocasião foi eleitos para senadores: o Irmão Joaquim José Paes da Silva Sarmento, Manoel Francisco Machado e o Irmão Joaquim Leovegildo de Souza Coelho. Para deputados seriam eleitos: Manoel Uchôa Rodrigues e Manoel Ignácio Belfort Vieira.

Assume o governo, a seguir, a principio em caráter provisório, Eduardo Gonçalves Ribeiro, que ocupava o cargo de diretor de obras públicas. Entretanto no dia 3 de janeiro de 1891 Eduardo Ribeiro é empossado no cargo de governador oficialmente, tendo-se em conta a ausência do 1.º e 2.º vice-governador e que não se encontravam no Amazonas. Seu mandato, embora muito eficaz, não duraria muito tempo. Todavia durante o curto período de seis meses, a sua primeira gestão como governador, Eduardo Gonçalves Ribeiro deixaria as primeiras marcas da sua administração indelével no Estado do Amazonas. Decreta uma constituição provisória para o Estado, a exemplo do que se verificou em todas as outras unidades do país. Diminuiu pela metade a dívida pública, elevadíssima desde os tempos do Império e decreta severas medidas de controle do contrabando que andava à solta pelas fronteiras do Estado. Embora fosse um excelente administrador, nunca deixou de participar ati-

vamente das lides políticas que então se desenrolavam em nosso Estado principalmente em Manaus. Participa ativamente, devido a sua inclinação política nata da criação do Partido Democrata que se instala no dia 27 de julho de 1890 e integram a diretoria deste partido, os Irmãos Francisco Públío Ribeiro Bittencourt, primeiro Venerável da Loja "Amazonas" e Silvério Nery. Pouco tempo depois, Ferreira Pena, ex-integrante do Partido Democrata, organiza o Partido Nacional.

Começaram a esta época, as grandes desavenças políticas em Manaus e Eduardo Gonçalves Ribeiro, apesar de conquistar a inteira admiração popular, pois era muito bem quisto entre as classes populares é vítima dos manejos políticos tanto por parte dos seus antagonistas em Manaus, como por parte do governo central sendo demitido do cargo de governador, pelo Marechal Deodoro.

O Povo, tomando conhecimento deste ato dos altos poderes da República, reúne-se à frente do palácio e discursos inflamados se fazem ouvir protestando contra a chamada "manobra política". A população não aceitava que Eduardo Ribeiro fosse destituído do cargo de governador. Nesta ocasião lavra-se o "Manifesto do Povo", ata em que a população aclama Eduardo Ribeiro como governador efetivo do Estado do Amazonas. Dizia o "Manifesto": "Aos doze dias do mês de abril de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da República, reunido o povo da cidade de Manaus, em nome da população do Amazonas, na praça da República, em vista da demissão traiçoeiramente conseguida do Governador Geral pelos inimigos da República, do cidadão Eduardo Gonçalves Ribeiro, que a contento da população do Amazonas está dirigindo os destinos deste Estado, resolveu a mesma população aclamar o referido Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador efetivo do Estado do Amazonas. Em seguida o mesmo povo depois a Intendência Municipal por não mais lhe merecer confiança. E por ser esta a vontade do povo, foi lavrada a presente ata que lida ao cidadão Governador proclamado pelo povo, foi aceita e assinada pelos presentes". Citado documento foi assinado inúmeros políticos e por centenas de pessoas das mais diferentes classes sociais.

A República, entretanto, não tomaria nenhuma atitude a favor da manifestação da vontade popular. O Coronel Taumaturgo de Azevedo designado para o cargo, não tomaria posse de imediato, retardando a sua vinda a Manaus, porém dias depois chegava nesta capital o Capitão-de-Fragata Borges Machado, com determinações do governo provisório de que Eduardo Ribeiro entregasse o cargo ao 1.º vice-governador, Coronel Guilherme José Moreira, Barão do Juruá. Disciplinadamente Eduardo Ribeiro obedeceu.

Afastado, Eduardo Ribeiro recebeu ordens superiores para retornar ao Rio de Janeiro com a finalidade de ser empossado no cargo de professor da Escola Superior de Guerra. O Barão de Juruá, Coronel

Guilherme José Moreira, por sua vez, teria a sua posse e o seu mandato bastante conturbado devido à disputa pelo poder entre os dois partidos políticos: Democrático e Nacional. Curta seria a sua trajetória governamental, que duraria pouco mais de vinte dias, sendo substituído, a mando do Governo Central, por Antonio Gomes Pimentel, Coronel do Exército.

Seguindo mais uma vez as determinações do governo do Marechal Deodoro, é escolhido para governar o Amazonas o Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo, engenheiro e Coronel do Exército. O "coronelismo" da família Moreira que arrogava a si o domínio político de Manaus, conturbou o exercício de governo de Taumaturgo de Azevedo. Quando chegou a esta Capital, os Democráticos, partido que lhe dava apoio, já tinha organizado todos os serviços públicos, tendo distribuído todos os cargos de acordo com as conveniências políticas dos "Moreira", sem consultá-lo em momento algum.

Desgostoso com tais atitudes, Taumaturgo de Azevedo, começa a tomar medidas que contrariam frontalmente os Democráticos, principalmente nas lides administrativas, indispondo-se com o partido. Taumaturgo de Azevedo era ligado ao Amazonas por laços de família a já havia prestado inestimáveis serviços à Província, todavia não era muito experiente em matéria de política. Com clima político adverso criado com a indisposição de ambas as partes torna-se muito difícil governar convenientemente, visando melhorias para o Amazonas. Taumaturgo de Azevedo se vê tolhido nos seus projetos mirabolantes para a reforma da cidade de Manaus quando propõem que sejam realizados empréstimos vultuosos. A Assembléia, dominada pelos democráticos nega-lhe a autorização para o empréstimo. O governador por sua vez condena o contrato de esgoto feito pelo seu antecessor, chefe dos democráticos, declarando o mesmo prejudicial à higiene pública, além de oneroso aos cofres públicos. Estava decretado o rompimento definitivo com o Partido Democrático.

Começa novamente o "jogo sujo" da política. Legislativo e executivo degladiam-se através da imprensa, nos meios políticos e em todas as quaisquer oportunidades. O Partido Nacional coloca-se ao lado de Taumaturgo de Azevedo, enquanto este é acusado pelo Partido Democrático de lesar os cofres do Estado. Mais uma vez chega-se à conclusão, que a história sempre tem razão: "Todos querem mandar, poucos obedecer". Manaus passa a ser cenário de uma batalha política das mais descabidas, os maiores absurdos tem lugar, sob o patrocínio dos dois partidos. O governo, promoveu uma patente demonstração da sua in experiência tanto política como administrativa. Comissões políticas são expulsas do palácio a tiros, registram-se agressões físicas e inclusive mortes. O jornal "Amazonas" é empastelado pela policia por fazer criticas ao governo. O governador Taumaturgo de Azevedo decreta o desterro para o interior de democráticos mais influentes e decreta ainda por cima o estado de sitio em Manaus. A situação se transforma num verdadeiro caos. O

governo federal, já nas mãos do marechal Floriano Peixoto, sabedor do que ocorria no Amazonas, pede a deposição de Taumaturgo de Azevedo, que formalmente se nega a deixar o exercício das suas funções. Ainda por determinação do marechal Floriano Peixoto chegam a Manaus diversos tenentes do exército e da marinha, para em comissão convencerem o governador a deixar o cargo, para evitar desta forma o uso da força e o embate armado. Depois de inúmeras negociações, Taumaturgo de Azevedo aceita a intimação do governo federal, expede um manifesto no qual relata a violência de que fora vítima e viaja para o sul.

A história sempre reconhece os seus personagens e dá àqueles que por direito merecem o seu testemunho e as benesses do reconhecimento. O trabalho de libertação dos escravos e principalmente a atuação das duas Lojas "Esperança e Porvir" e "Amazonas" teriam repercussão nacional não somente no período Imperial, mas também no período Republicano. E seria por intermédio de uma das mais representativas personagens da nova República, que estas duas Oficinas receberiam o reconhecimento pelo trabalho que desenvolveram na libertação dos escravos no Amazonas. Assinado pelo então Generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, Presidente da República e Grão-Mestre Grande Comendador da Ordem Maçônica no Brasil, as Lojas "Esperança e Porvir" e "Amazonas" receberam o seu título de Beneméritos, levando-se em consideração os serviços prestados, historicamente, à Maçonaria e à Nação. O decreto, concedendo estes títulos levava o número de 93, sendo datado de 23 de setembro de 1891. Diz o decreto em seus considerandos: "Fazemos saber às Oficinas e Maçons da nossa jurisdição para a devida inteligência que o Sapientíssimo Grande Oriente do Brasil:

Considerando os relevantes serviços que a Instituição Maçônica tem prestado através das Augustas e Respeitáveis Lojas Capitulares "Esperança e Porvir" e "Amazonas", ao Oriente de Manaus, Estado do Amazonas, no exercício da prática de atos humanitários;

Considerando, especialmente, a grande tarefa empreendida pelas mesmas Oficinas na libertação da escravidão, concorrendo para que no Estado do Amazonas se fizesse de modo mais digno;

Considerando que é esse um grande serviço prestado à Maçonaria e à Humanidade;

Querendo dar uma prova de alto apreço e profunda consideração que lhe merecem as referidas Oficinas, adotou em sessão ordinária de 22 do corrente a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. único - As Augustas e Respeitáveis Lojas Capitulares "Esperança e Porvir" e "Amazonas", ao Oriente de Manaus, Estado do Amazonas, são distinguidas com o título de Beneméritos, título este que

gozarão, gravando-o em seus selos e timbres e antepondo-o aos outros títulos a que tem direito por Lei e como tais serão tratadas em todos os atos oficiais pelo Grande Oriente Capitular da Ordem e Oficinas da jurisdição.

O Grande Secretário da Ordem é encarregado da notificação e publicação do presente Decreto.

Dado e traçado na Grande Secretaria Geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil aos 23 dias do mês de setembro de 5891 (V.L.) 23 de setembro de 1891 (E.V.)

Assinaram esse valioso documento histórico, Manoel Deodoro da Fonseca, Grão-Mestre Grande Comendador da Ordem; Dr. Henrique Valladares, Secretário Geral da Ordem e João Francisco da Costa Teixeira, Grande Chanceler.

Embora a cidade de Manaus estivesse sendo assolada por frequentes crises políticas, para a Maçonaria era uma momento de festas e de júbilo pois os seus Obreiros viam depois de sete anos, reconhecida oficialmente a dedicação com que se empenharam neste trabalho de tão profundo significado humanitário. Recebiam, portanto, o seu Justo Salário pelo cumprimento modelar de seus nobilitantes preceitos da Ordem.

Pouco tempo depois, Manoel Deodoro da Fonseca deixaria a presidência da República, história a ser contada em outra ocasião, e assume o cargo Floriano Peixoto, que se encarregaria da deposição de Taumaturgo de Azevedo do governo do Estado do Amazonas.

Quem nos faz uma exposição bastante realista sobre Floriano Peixoto e a situação em Manaus àquelas alturas, é Mário Ypiranga Monteiro em *Negritude e Modernidade: a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro* - Ed. Humberto Calderaro Ltd - 1990 quando diz: "Floriano Peixoto não era da mesma estirpe de Deodoro. E contava com o mérito de haver estado no Amazonas, lotado no 3.º Batalhão de Artilharia-a-Pé como Coronel. Em Manaus filiou-se à Loja Amazonas, sita na Rua Bernardo Ramos. Era portanto um homem que conhecia, dos tempos de Província, a região e seus homens políticos. Sabia em que mares navegava, enquanto Deodoro ouvia apenas as partes interessadas em malquistar o Dr. Eduardo Ribeiro. Observe-se ainda, que o Pensador não era filiado a nenhuma Loja Maçônica no Amazonas, portanto estivera lutando sozinho contra os Obreiros que possuíam força para mantê-lo longe do Governo. Talvez, quero acreditar, fosse a colônia maranhense de Manaus, o sustentáculo de sua vitoriosa carreira. Já dissemos: o Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não era ofensivo como o coronel Taumaturgo de Azevedo. Já dotado de uma experiência local e apoiado pela resistência dos bons republicanos residentes no Rio de Janeiro, deputados e senadores, desfez-se habilidosamente do peso que representava o coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo. A 11 de março o Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro recebia novamente as rédeas da administração. Elegeu-se governador do

Estado para o período de 1893-1896".

Fazendo-se uma rápida análise das obras já publicadas pelos historiadores consagrados do Amazonas, chega-se à conclusão que são bastante controvertidas as opiniões sobre determinadas personagens consideradas ilustres na história amazonense. Não seria diferente com Eduardo Gonçalves Ribeiro, que viveu numa época em que Manaus foi conturbada por "querelas" familiares, que chegaram à raia do absurdo visando a busca do poder, o lucro fácil, a fortuna. Manaus fora cenário de um palco maquiavélico, onde "os meios justificavam o fim". Seriam bem próprias as palavras de Mário Ypiranga Monteiro em "Negritude e Modernidade": não se conhecia os homens do Amazonas, isto é, os políticos ajustados ao momento, os camaleões, os forjadores das "chapas de caixão", os traidores e conspiradores renitentes, os profissionais da intuição".

Foi justamente num cenário de tamanha "graciosidade" que Eduardo Gonçalves Ribeiro toma novamente as rédeas do governo. Vendo com a experiência adquirida em administrações anteriores, onde teve a oportunidade de conhecer tanto os políticos como os administradores, com o firme propósito de realizar uma administração que se não fosse a melhor, seria uma das melhores que o Estado do Amazonas teve nos tempos da República, período este tão bem definido por Mário Ypiranga Monteiro em sua admirável sinceridade: "o regime republicano foi sempre uma completa e interativa demonstração contrária à filosofia de fraternidade, aquela palavra oca que se colocava ostensivamente nos papéis burocráticos. Tratavam-se fraternalmente nos ofícios e na vida prática mordiam-se, apunhalavam-se pelas costas, ambicionavam posições e dinheiro. A impunidade com que o governo federal tratava a matula empregada no derramamento de sangue inocente não era novidade àquele altura nem seria depois".

Temos assim uma pequena noção, através de poucas linhas, do ambiente que encontraria Eduardo Gonçalves Ribeiro para administrar o Estado do Amazonas. Embora tivesse os seus partidários e que lhe emprestariam inteiro apoio na administração do Estado, teria também uma verdadeira "matilha" de lobos vorazes a lhe perseguirem, em busca de poder, da desmoralização do administrador, da fortuna fácil e de posição de destaque. Poder-se-ia preencher páginas e mais páginas com situações e acontecimentos registrados à época e que envolviam tão somente personalidades de destaque político e administrativo no nosso Estado.

Ao falar sobre Eduardo Gonçalves Ribeiro, gostaria fugir do lugar comum, relatando e repetindo apenas datas e locais por onde passou, o que fez e como viveu. Seria apenas repetir didaticamente a biografia deste ilustre personagem e que pelo sim ou pelo não marcou a sua presença profundamente na história do Amazonas.

Gostaria de "montar" uma biografia diferente a fim de fugir

mesmice corriqueira de repetir dados já amplamente divulgados. Para tanto pretendo pedir a devida vênia ao estendido ao comprido, os pés ligeiramente cruzados. Vestia na ocasião um camisão de dormir de linho branco e meias pretas.

Às 08 horas e 30 minutos chegavam à Chácara os médicos Carlos Grey, assistente do Pensador, Clementino Franco, Alfredo Araújo e Miranda Leão, que fizeram os respectivos exames. O corpo estava na posição em que fora encontrado às 05 horas e 30 minutos.

Pelo hábito externo, não notaram equimoses ou outros sinais de violência que denunciássem luta ou haver-se ele debatido na ocasião da morte. A posição do cadáver disseram os médicos, era naturalíssima."

Aqui surge mais uma vez a grande dúvida: Suicídio? Ou teria Eduardo Gonçalves Ribeiro, sido vítima de mais uma das "bem urdidias tramas políticas" tão comuns àquela época quando nada era impossível, tratando-se da busca ao poder, da fortuna fácil, ou a simples satisfação do ego em ocupar cargos destacados, na conturbada administração da República. Há quem diga que considerando-se a personalidade forte de Eduardo Ribeiro, este jamais teria se suicidado, por maiores que fôsses as pressões dos seus adversários políticos. O Pensador já estava acostumado com a matilha de lobos que o cercava e consciênte do que esta não seria capaz para tirá-lo do poder. Quantas vezes Eduardo Ribeiro já não tinha enfrentado e derrotado os seus inimigos, os traidores e conspiradores renitentes, a corja de políticos falsos, capazes de venderem até a alma da própria mãe, visando obter as benesses dos cargos políticos de destaque. Porque então cometer tão tresloucado ato? Não é sem razão que se levanta a possibilidade de Eduardo Gonçalves Ribeiro ter sido assassinado a mando dos seus ferrenhos adversários políticos.

Partindo desta linha de raciocínio, vale ressaltar mais uma vez a análise crítica feita pelo nosso Irmão e ilustre pesquisador, Mario Ypiranga Monteiro: "O palco foi bem preparado para a cena do achamento do cadáver. Começa-se a desconfiar do laudo médico, "asfixia por estrangulamento", quando é instaurado o item "corda de mosquito". O mosquito de que se fala é daquele tipo suspenso do teto, de filô ou tala-garça, que se fecha sôbre o leito, e não o popular "boi" de estrutura quadrada. Como se pode conceber que uma roldana pequena, parafusada no caixão de madeira do teto, pudesse sustentar um corpo? Ou mesmo que a corda desse mosquito, geralmente fina, suportasse um corpo, mesmo magro e doente? Eu não sou entendido em medicina legal, mas sempre se ouve dizer que o enforcado de verdade apresenta sinais de asfixia muito diferentes dos que aparentava o morto. Geralmente a língua fica exposta e os olhos arregalados. Eduardo Ribeiro apresentava apenas a extremidade da língua presa entre as arcadas dentárias e os olhos cerrados, embora as faes estivessem intumescidas. Mas não se diz se violáceas. Um problema para qualquer médico discutir. Eu não acredito e

jamais acreditei nesses sintomas tão contrários ao costumeiro indicados da morte por estrangulamento. E há, como contrapeso, aquele copo de leite de que ninguém mais fala, se foi utilizado ou não foi. O processo policial é falho em muitos pontos; não se mandou examinar o conteúdo do copo, nem houve necrópsia. Como é que uma corda por menos espessura que fôsse não deixou marcas no pescoço da vítima? Como é que estava sentada contra a parede e enforcada? Que ponto de apoio para o corpo em suspensão? E mesmo que não houvesse suspensão, que motivo estranho de um cristão enforcar a si próprio. São questões que não foram arguidas pelos médicos assistentes nem pela Polícia. Não se fez inquérito a fim de apurar as causas alógenas da morte. No entanto alguém, um médico italiano que vinha acompanhando o doente, estranhou aquela cena tão pouco revestida de naturalidade, chegando ao clímax de declarar suspeita de homicídio, de assassinato. Para escurecer ainda mais o episódio trágico, o processo sumira da Polícia. O mesmo aconteceria com o médico italiano, Dr. Ludovici e o Dr. Herenegildo de Campos. Seria inútil perguntar a razão. Os inimigos de Eduardo Ribeiro, guindados ao poder não perdoavam ninguém."

Seguindo ainda esta linha de raciocínio o professor Maric Ypiranga diz: "Existiu até a história de uma carta anônima recebida pelo Dr. Eduardo Ribeiro, na qual alguém o punha no segredo de uma conspiração para matá-lo. Essa carta não foi encontrada entre os papéis do morto, como não seriam encontrados outros documentos privados. Nunca se soube realmente que destino foi dado ao arquivo particular do Dr. Eduardo Ribeiro, mas isso também não é de admirar, pois que houve tempo suficiente, entre o achamento do corpo e a intervenção da justiça regular, para que se desse sumiço a todos os papéis existentes da Chácara Pensador."

Os comentários sobre a morte de Eduardo Ribeiro à época, foram os mais diversos. Diziam algumas fontes que o Pensador teria sido envenenado lentamente, pois os seus adversários não tinham o menor interesse em que este se reestabelecesse da moléstia que o vitimara. Comentava-se ainda que o veneno que lhe havia sido inoculado teria vindo de Faro, via Santarém e que o copo de leite solicitado antes da morte teria sido o veículo do assassinato. Outros ainda admitiam que os médicos que assistiam Eduardo Ribeiro, ou pelo menos um deles teriam aplicado a eutanásia.

Ficou e ficará no ar uma dolorosa interrogação: quem foi o responsável pela morte de Eduardo Ribeiro? Porque nunca se procurou desvendar as "circunstâncias misteriosas" da morte de Eduardo Ribeiro? A quais pessoas beneficiaria a morte do ilustre administrador? Porque a Polícia à época, se omitiu quanto ao procedimento correto em relação à morte do Pensador? A quem poderia interessar o fato da história não esclarecer as "circunstâncias misteriosas" que envolveram a morte pre-

matura de Eduardo Ribeiro aos 38 anos de idade? O que se sabe realmente, é que Manaus inteira ficou comovida com a morte deste admirável administrador, que como todo ser humano teve seus defeitos e as suas falhas, mas cuja administração foi praticamente impecável. Uma administração que procurou trazer para o Amazonas e principalmente para Manaus, a modernidade que tanto se fazia necessária. É assim que nos descreve, aquele fatídico dia, nosso Irmão Mário Ypiranga Monteiro: "Prova substantiva de que o Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro era estimado pelo povo de Manaus, está no ato do seu enterro. Foi uma apoteose, ritual menos político do que espontâneo, que alvoroçou a população e levou-a em tumulto à distante Chácara Pensador. O govêrno pôs à disposição do público dez bondes sem ônus, que ficaram lotados e vieram deixar as centenas de passageiros na curva da via Vila Municipal, lado do cemitério de São João Batista. Além disso, a multidão que se comprimia nas cercanias da necrópole e dentro só poderia explicar o grau de simpatia humana que aquele homem desfrutava."

Ao relatar sôbre as exéquias de Eduardo Ribeiro, detalhes bastante interessantes são fornecidos por Mário Ypiranga Monteiro: "Falaram à borda da campa os Drs. Porfirio Nogueira, secretário do governo, pelo Estado; major Domingos Andrade, pela maçonaria; Alberto Leal, pela colônia portuguesa; Barbosa Lima, pelo jornal "Amazonas"; coronel Afonso de Carvalho, pelo congresso de Representantes; Leonel Mota, em nome da Loja maçônica "Esperança e Porvir"; e José dos Anjos Traira, pelos operários. Ficou enterrado em sepultura perpétua na quadra onde colocaram uma placa de mármore doada pela Marmoraria Veronesi. Mais tarde seria erguido o mausoléu com seu busto cimeiro e fardado."

Conforme podemos ver através dos relatos feitos sôbre aquela época e nêste caso os jornais de Manaus representam uma ampla fonte de informações, a cidade vivia dias conturbados. A vida política era assoberbada de rancores e ranços sem fim e que não deixaram de interferir na vida cotidiana do povo manauara. Apesar das modernidades introduzidas no dia a dia de Manaus, o mundo político fervia e se degradava cada vez mais. As controvérsias partidárias constituíram-se numa característica muito particular da última década do século passado. Eram comuns os espetáculos de pugilato político e uma conciliação no mundo político seria um verdadeiro sonho, quando não, considerado praticamente impossível. Mas algo teria que ser feito visando êste objetivo. Alguma coisa teria que ser idealizada visando moralizar êste meio ou esta convivência política tão cheia de ranço, de mágoa, desentendimentos e profundas conturbações. Ou as facções se uniam, ou seria o caos completo. Ou se apaziguáva o ânimo dos mais exaltados politicamente, ou então os tão propalados principios da Nova República estariam sendo ultrajados da maneira mais contundente. O certo é que teria que se acabar

com as verdadeiras "brigas de terreiro" e que tinha como protagonistas democráticos e os representantes do Partido Nacional. Liberais e Conservadores.

Conclue-se que a conciliação seria a solução adequada para este melindroso e delicado problema, e justamente a Maçonaria seria a responsável pelo processo de reconciliação do meio político amazonense, levando-se em consideração a sua marcante atuação junto às mais diferentes classes sociais àquela época.

Foi Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, homem bastante destacado nas lides maçônicas, que vislumbrando a possibilidade de sanar o meio político através da conciliação das lideranças partidárias, uniu os que desunidos estavam, liderou um pequeno grupo de soldados em Arte Real e no dia 30 de novembro de 1894 fundou a terceira Loja Maçônica e que teria o título distintivo de "Conciliação". Esta Oficina, tendo como principal e mais nobre objetivo, conciliar as forças políticas tão divisadas, para que juntas pudessem trabalhar por uma cidade mais tranquila e por um Estado ainda mais progressista.

Nasceu desta forma a Loja "Conciliação Amazonense", hoje umas das Lojas centenárias do Amazonas, e que historicamente teria como principal objetivo, consolidar ainda mais os princípios da Ordem: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. A par dessa sublime incumbência, teria também como meta de trabalho, como poderemos ver mais tarde, sanar o meio político manauara, tão conturbado àquela ocasião. Foi através do trabalho incansável dos Obreiros da "Conciliação Amazonense" que se conseguiu apaziguar aqueles políticos que anteriormente se degladiavam em parvoíces fúteis, fazer com que se unissem num só ideal, constituissem numa só força a favor do povo amazonense e para edificação de um Estado cada vez mais forte e unido, conseguindo desta forma destacar-se em inúmeras ocasiões das demais unidades da Federação. Com justificável orgulho a "Conciliação Amazonense" recebeu como Obreiros, políticos que mais tarde seriam destaque no cenário político-administrativo do nosso Estado e que viriam justificar os princípios filosóficos da Ordem.

Embora a documentação da Loja "Conciliação Amazonense" seja muito escassa, de vez que não se procurou guardar a memória de tão histórica Oficina, transcrevemos a seguir na íntegra a Ata resumida da fundação da Grande Benemérita Loja Simbólica Conciliação Amazonense nº 03:

"Aos trinta dias do mês de novembro do ano de hum mil e oitocentos e noventa e quatro, em sua sede provisória, situada da Rua de José Paranaguá, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, reuniram-se a convite do Resp.º. Ir.º. Rosacruz Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, membro ativo de Aug.º. e Ben.º. Loj.º. Cap.º. Ganganelli do Rio de Janeiro e da Aug.º. e Resp.º. Loj.º. Henrique Valadares, ao Or.º. do Poder Central, os maçons Dr. Antonio Gonçalves

Pereira de Sá Peixoto, coronel Guilherme José Moreira - Barão do Juruá, Francisco Pacheco de Azevedo, Francisco Púlio Ribeiro Bittencourt, João Victor da Silva Pinheiro, José Polycarpo de Souza, José Lopes de Souza, Manoel Catharino dos Santos, Raimundo Affonso de Carvalho, Francisco Joaquim da Cunha Fiuza, Vidal Israel, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Argemiro Rodrigues Germano e Domingos José de Andrade. Assumiu a presidência dos trabalhos o Resp.º Ir.º Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto e depois de exibidos por todos os presentes os títulos comprobatórios de seus graus e as certidões de se acharem regulares perante as Loj.ª a que pertencem, declarou que agradecia o comparecimento dos caros Iir.º que estavam reunidos sem distinção de credo politico, a quem endereçara convite para a instalação da Oficina que deverá ter o titulo disntintivo de "Conciliação", e que haviam atendido ao seu apêlo, abrilhantando-a com as suas luzes e que seu intuito, fazendo tal convite, era de congregar todos os estimados Iir.º residentes nesta Capital, a quem o espirito político pudesse ter de qualquer forma apartado, e que por isso os concitava a reacender o fogo sagrado da União e da Fraternidade, empregar todos os esforços e as suas luzes na obra grandiosa da indagação da verdade, do estado da moral e da prática da solidariedade e os convidar a preencherem os lugares de uma Loj.ª e passou o malhete ao prezado Ir.º Gr.º 18 - Barão de Juruá -, como um dos Obreiros mais antigos para servir de Venerável interino, propondo que se adotasse o Rito Moderno ou Francês, o que foi unânimemente aceito. Instalada a Loj.ª a seu nome foi aditado o distintivo "Amazonense" por já existir outra em Recife com o nome de "Conciliação". Foram a seguir encerrados os trabalhos, sendo nomeada uma comissão composta dos Iir.º Barão de Juruá (presidente), João Batista Grana (benemérito) e Joaquim Francelino de Araújo (membro honorário da Assembleia Geral do Gr.º Or.º) para providenciarem o breve constitutivo e eleição das primeiras luzes, do que para constar, eu, José Lopes de Souza, servindo de Secretário, lavrei o presente balaustre, que depois de lido e aprovado, vai assinado por quem de direito."

Cumprindo as determinações fixadas em sua ata de fundação, realizou-se a eleição das suas primeiras Luzes:

Ven.º	Dr. Antonio Gonçalves P. de Sá Peixoto
1º Vig.º	Francisco Púlio Ribeiro Bittencourt
2º Vig.º	Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt
Orad.º	Argemiro Rodrigues Germano
Secr.º	José Lopes de Souza

De Luzes interinas serviram, na ordem em que seguem os seus nomes, os seguintes Iir.º: Barão de Juruá, Francisco Púlio Ribeiro Bittencourt, José Polycarpo de Souza, Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto e Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. O breve constitutivo da

Loja "Conciliação Amazonense" data de 23 de janeiro de 1895, sendo a sua regularização verificou-se no dia 21 de maio de 1895.

Como a "Conciliação Amazonense" ainda não tivesse a sua sede própria, aluga-se uma casa residencial localizada na Rua José Paranaíba nº 03, que depois de devidamente adaptada serviria de Templo para a mencionada Oficina. Não se sabe (sic) se por exigência ritualísticas, devido aos trabalhos de reforma ali realizados, grande parte das reuniões iniciais desta Oficina são realizadas na Loja "Esperança e Porvir" que gentilmente cedera o seu Templo.

Entretanto não demoraria muito tempo para que a "Conciliação Amazonense" tivesse a sua sede própria. Quatro anos depois da sua fundação, através de um trabalho intenso e dedicado dos seus Obreiros, no dia 20 de maio de 1899, por escritura lavrada em notas do tabelião Manoel Antonio Lessa, se fez aquisição, por compra aos herdeiros de D. Manoel Firmina de Menezes, de um terreno sito à rua Dr. Alminio, com oito braças de frente e dezesseis de fundos, para a construção de mais uma Fortaleza Maçônica, ou seja para a construção de um Templo adequado para a Loja "Conciliação Amazonense".

No dia 21 de maio de 1901 teria lugar o assentamento da primeira pedra do novo edifício e esta solenidade teve o seu devido registro na seguinte Ata:

"Aos 21 dias do 3º mês do ano 1901 da V.ª L.ª, 21 de maio de 1901 E.ª V.ª à rua Dr. Alminio, desta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, presentes às quatro e meia horas da tarde os Il.ªs. abaixo firmam a presente, foi colocada com as formalidades do estilo a pedra fundamental do Temp.ª da Aug.ª e Ben.ª Loj.ª Cap.ª "Conciliação Amazonense" do Rit.ª Mod.ª ou Fr.ª, instalada por iniciativa do Ben.ª Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto - a 30 de novembro de 1895 e regularizada em virtude do Br.ª Const.ª de 23 de janeiro de 1895 - no dia 21 de maio deste mesmo ano - Serviram de paraninfos ao ato de colocação da pedra o Pod.ª Ir.ª Domingos José de Andrade, gr.ª 33, Membr.ª Honor.ª da Assembleia Ger.ª do Gr.ª Or.ª, Ben.ª da Ord.ª e um dos instaladores da Off.ª e o Ir.ª Dr. Plácido Serrano Pinto de Andrade, gr.ª 1ª Membr.ª Honor.ª do Subl.ª Gr.ª Cap.ª do Rit.ª Mod.ª, Ben.ª da Off.ª e do Ven.ª. Com a pedra foi depositada uma caixinha de cobre, devidamente soldada na presença dos Il.ªs assistentes, contendo: um exemplar da Const.ª e Reg.ª Ger.ª da Ord.ª, um exemplar do Reg.ª Part.ª da Off.ª das Escolas, exemplares dos Relatórios apresentados pelo Ven.ª relativamente aos dois anos administrativos últimos, de 1898 a 1899 e de 1899 da E.ª V.ª, um número de cada um dos jornais do dia a saber: "Amazonas", o "Comercio do Amazonas", o "Diário Oficial" e "Federação", e diversas moedas em circulação, e ainda uma relação alfabética dos Obr.ª que compõem o quadro da Off.ª, havendo entre as moedas uma coleção completa das moedas do IV centenário da descoberta

ta do Brazil, coleção esta que foi oferecida pelo Ben. Ir. Deleg. do Gr. Mestr. - Do que para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos Iir. presente."

Esta ata histórica da solenidade de colocação da primeira pedra do Templo da "Conciliação Amazonense" vem assinada pelos seguintes Iir.:

Domingos José de Andrade, 33.!	Deleg. do Gr. Mestre.!
Plácido Serrano, 07.!	Ven. da "Conc. Amazonense"
Antonio Monteiro de Souza, 07.!	1º Vigilante
Francelino Ferreira Borges, 07.!	1º Exp. da "Conc. Amazonense"
Americo Pará, 06.!	Secretário da "Conc. Amazonense"
José Avelino Menezes Cardoso, 07.!	Tesoureiro
Joaquim de Castro e Costa, 05.!	3º Exp. "Conc. Amazonense"
Virgílio Tapajós, 03.!	Mestr. Cer. adj.!
Arthur Cêzar Moreira de Araújo, 07.!	Hosp. da "Conc. Amazonense"
Francisco Chagas Costa, 06.!	Arq. da "Conc. Amazonense"
Pedro Alix Fournier, 04.!	Cobr. da "Conc. Amazonense"
Leonel Motta, 33.!	Ven. Loj. "Esp. e Porvir"
João Batista Grana, 33.!	Benemérito da Ord.!
Joaquim Francelino de Araújo, 13.!	Ven. da Loj. "Amazonas"
Vicente Leite de Oliveira, 30.!	Membr. Honor. da Ass. Ger.!
Antonio H. Gouvêa Monteiro, 04.!	"Conciliação Amazonense"
Eusebio de Souza Caldas, 32.!	"Esperança e Porvir"
Antonio Emidio Pinheiro, 04.!	"Conciliação Amazonense"
A. Moura Alves, 33.!	Ven. da "Aur. Lusitana"
Carlos José da Gama Rodrigues, 33.!	"Loja Rio Negro"
Ezequiel Alves de Araujo Primo, 12.!	Loja "Amazonas"
Gabriel Xavier de Salles, 05.!	Loja "Conc. Amazonense"
Alfredo C. Paes Barreto, 03.!	Loja "Conc. Amazonense"
R. A. da Rocha Lima, 07.!	Loja "Conc. Amazonense"
Emílio J. Veiga de Sá, 30.!	Loja "Esp. e Porvir"
José Augusto da Silva, 07.!	Loja "Conc. Amazonense"
João C. Ozorio dos Anjos, 17.!	"Deus Lei e Perseverança"
Manoel Luiz de Souza Santos, 14.!	"Conciliação", Or. de Recife
João Cezar de Mendonça, 07.!	Loja "Conc. Amazonense"
Julio Egypto Rosa, 03.!	"Deus, Lei e Perseverança"
Silvestre da Silva, 03.!	"Deus, Lei e Perseverança"
Brigido N. Ferreira Pará, 04.!	Loja "Conc. Amazonense"
J. Torquato Couto, 03.!	"Deus, Lei e Perseverança"
Paulo Tolentino Alvares, 06.!	Loja "Conc. Amazonense"
Alexandre Nogueira, 02.!	Loja "Conc. Amazonense"
G. Pagani Vulcani, 04.!	Loja "Conc. Amazonense"
Vicente T. de Souza Junior, 04.!	Loja "Conc. Amazonense"
Luiz Gomes Nogueira, 18.!	Loja "Rio Negro"
A. Carlos Salameh, 11.!	Loja "Amazonas"
Lourenço F. da Rocha Thury, 04.!	Loja "Conc. Amazonense"
Joaquim Pinto dos Santos, 03.!	Loja "Esp. e Porvir"
João Carlos Antony, 03.!	Loja "Esp. e Porvir"

Julio Cezar da Silva, 03.º	Loja "Conc.º Amazonense"
Laurindo Luiz de Menezes, 03.º	Loja "Amazonas"
Raimundo Lemos Braga, 13.º	Loja "Amazonas"
Epaminondas Gagliardi, 05.º	Loja "Conc.º Amazonense"
Frederico Menezes, 03.º	Loja "Amazonas"
Manoel Procopio Cansansão, 03.º	Loja "Amazonas"

A "Conciliação Amazonense" depois de ter cumprido parte da sua sublime missão e como item principal, a reconciliação das facções políticas de Manaus, em constantes refregas, volta-se para a prática da beneficência, não esquecendo contudo que um dos deveres de maior relevância da instituição maçônica é o aperfeiçoamento moral e intelectual do ser humano, inaugura em seis de abril de 1899 a primeira escola noturna que ficaria sob sua responsabilidade. Esta escola receberia o nome de "Plácido Serrano" uma justa homenagem prestada a êste Obreiro do seu quadro e a quem cabe a iniciativa de sua criação.

Também desta solenidade temos os necessários registros, uma vez que tudo foi devidamente fixado em ata específica lavrada pelos Ilr.º da "Conciliação Amazonense":

"Ao sexto dia do quarto mês do ano 1899 (E.º V.º) reunidos no Templo da Aug.º e Rep.º Loj.º Cap.º "Conciliação Amazonense" ao Or.º de Manaus, os RResp.º Ilr.º Deleg.º int.º do Gr.º Mestr.º da Ord.º Domingos José de Andrade, gr.º 07, Ven.º int.º Antonio Monteiro de Souza, Cav.º Rosa Cr.º demais LL.º e Off.º do Quarto, assim como as RResp.º CCom.º de suas Co-Irmãs deste Or.º e grande número de RResp.º Ilr.º presentes, foi pelo Resp.º Ir.º Ven.º Int.º declarada instalada a primeira escola noturna, criada e mantida por esta Resp.º Loj.º Cap.º "Conciliação Amazonense", com o título distintivo de "Plácido Serrano", do que para constar eu, João Cezar de Mendonça, Secr.º, lavrei a presente ata que vai assinada pelos RRep.º Ilr.º Deleg.º int.º Ven.º int.º, CCom.º LL.º e OOff.º do quadro e pelos demais presentes." Domingos José de Andrade, 07.º - Antonio Monteiro de Souza, 07.º, Ven.º int.º - Rodolpho G. A. Cavalcanti, 07.º, 1º Vig.º int.º - Manoel Lopes de Souza, 07.º, 2º Vig.º int.º - João C. da Rocha Cabral, 04.º, Orad.º.

Comm.º da Ben.º Loj.º "Esperança e Porvir": José Gonçalves Dias Adolpho H. Muller, Manoel C. Ribeiro de Menezes, Francisco Ferreira dos Santos, e Sebastião José de Miranda.

Comm.º da Ben.º Loj.º "Amazonas": Dr. Alfredo Araujo, Ricardo M. B. de Amorim, Manoel Martins Vidal e Dr. Floro de Andrade.

Comm.º da Resp.º Loj.º "Rio Negro": José Lopes de Souza, Ven.º da Loja "Rio Negro", Goetz de Carvalho, João Honorato de Oliveira, Petronillo Motta de Andrade, Theophilo Gomes de Oliveira, Luiz Gomes Nogueira, João Viana Junior e Raymundo Rates de Moura.

Comm.º da Resp.º Loj.º "Aurora Lusitana": Herculano Nina Parga, Elisio

A. de Oliveira e Sá, Eduardo Pinto Ribeiro, Manoel Pereira da Silva, José Duarte Dias Sobrinho e Antonio Domingos Lourenço.

Ainda no transcorrer dêste mesmo ano, ou mais precisamente no dia 22 de dezembro de 1899, a "Conciliação Amazonense" teria os seus esforços reconhecidos pela Assembleia Geral do Grande Oriente do Brasil através do Decreto nº161, cujos termos diziam muito bem do trabalho e da dedicação exercido pelos Obreiros desta Oficiana:

"Nós, Quintino Bocayuva, Senador Federal, Gr.'. Mestr.'. Adj.'. Log.'. Ten.'. Com.', exercício de Gr.'. Mestr.'. Adj.'. Log.'. Ten.'. Com.', no exercício de Gr.'. Mestr.'. Gr.'. Com.'. da Ord.'. Maç.'. no Brasil:

FAZEMOS SABER a todas as OOff.'. e MMAç.'. da Federação, para que cumpram e façam cumprir que a Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. do Brasil;

Considerando os relevantes serviços, que à Ord.'. tem prestado a Loj.'. Cap.'. "Conciliação Amazonense", ao Or.'. de Manaus, Estado do Amazonas, no exercício e prática de atos humanitários.

Considerando especialmente os esforços, que tem desenvolvido em prol da causa da instrução, já mantendo uma escola que tem funcionado com a máxima regularidade, e já criando outra que em breve será inauguranda;

E querendo dar uma prova de apreço, em que tem tais serviços, adotou, em sess.'. ordin.'. de ontem, a seguinte:

RESOLU□□O

Art. Unico. A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. "Conciliação Amazonense" ao Or.'. de Manaus, Estado Amazonas, é distinguida com o título de BENEMERITA, título de que usará, gravando-o em seus selos e timbres e antepondo-o aos outros títulos, a que tem direitos por lei, e como tal será tratada em todos os atos oficiais.

O Gr.'. Secr.'. Ger.'. da Ord.'. é encarregado da notificação e publicação do presente Decreto.

Dado e traç.'. na gr.'. Secret.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. e Supr.'. Cons.'. do Brasil, no Rio de Janeiro, aos 22 dias do 12º mês do ano da V.'. L.'. 1899 - 22 de dezembro de 1899 (E.'. V.'.) - Quintino Bocayuva, 33.'. Gr.'. Mestr.'. Adj.'. Log.'. Ten.'. Com.', no exercício de Gr.'. Mestr.'. Gr.'. Com.'. da Ord.'. - Dr. Henrique Valladares, 33.'. Gr.'. Secr.'. Ger.'. da Ord.'. - Henrique Valentim H. Dunham, 07.'. Gr.'. Chanc.'.

No ano seguinte, ou seja no dia 21 de maio de 1900, a "Conciliação Amazonense", coroando mais uma vez de pleno éxito os seus esforços no sentido de prover a população manauara de melhores meios de educação, declara instalada a segunda escola noturna, criada e mantida por esta Oficina. Em homenagem à própria data de criação da mencionada escola noturna, a mesma recebe como título distintivo o

nome de "21 de Maio".

Por ocasião da comemoração do seu Centenário, que transcorreu no dia 30 de novembro de 1994, em cerimônia realizada nas dependências do Teatro Amazonas, o então orador da Loja "Conciliação Amazonense", Ir. Sérgio Kusbick fez uma excelente exposição sobre o que fôra aquela Oficina e o seu fundador Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto. Vale ressaltar um trecho da oração em que disserta sobre as atividades da "Conciliação Amazonense": "Na Amazônia, ela assistiu o auge e a decadência econômica da região e reagiu como pôde contra os desmandos autoritários, sempre se posicionando ao lado dos mais fracos. Foi sempre a conciliação entre as lideranças políticas e também na área administrativa. Abriu e manteve escolas gratuitas, lutando contra o analfabetismo. Sempre se fez presente, ainda que de forma discreta ou velada, nas realizações de cunho filantrópico, tanto da infância quanto da velhice desamparadas. Influenciou, no limite de seus princípios, as grandes decisões que visavam o bem estar da coletividade. Atravessou duas Guerras Mundiais, que mesmo à distância do teatro de operações, atingiram profundamente a nossa região. Nesta hora solene, cremos ser oportuno fazer estas reflexões, com o intuito de legarmos às gerações futuras aquilo que os que já partiram nos deixaram, além das saudades".

Gradativamente, de forma bastante discreta e firme nos seus princípios de trabalhar em prol da coletividade amazonense, nos seus princípios de trabalhar os seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade e no firme propósito de sustentar na sociedade o direito de opinião e a livre expressão do pensamento, a Maçonaria continua a se instalar em terras amazonenses, trazendo conseqüentemente as benesses da Ordem. Entretanto, o Amazonas necessitava de um número cada vez maior de braços fortes, de mentes com ideais incorruptíveis, de homens dignos que traçassem novas e modernas metas para a população amazonense, já cansada de acompanhar e sofrer as consequências dos desmandos, do autoritarismo e a conturbação dos últimos anos do século passado.

Com a finalidade de reforçar as colunas de soldados da Arte Real, visando atingir metas ainda mais progressistas, pretendendo difundir cada vez mais os sublimes princípios da Ordem no sentido de aperfeiçoar moral e intelectualmente o ser humano, um dos mais laboriosos Obreiros da Ordem, Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, no dia 05 de novembro de 1896, funda a quarta Loja Maçônica de Manaus e que receberia o título distintivo de "RIO NEGRO". Esta seria a segunda Loja Maçônica a ser Fundada por Sá Peixoto, uma vez que dois anos antes fôra ele o fundador da Loja "Conciliação Amazonense", de tão gloriosas tradições.

O Ato de Instalação da Loja "Rio Negro" verificou-se justamente nas dependências da "Conciliação Amazonense" quando o seu Templo ainda se localizava na rua José Paranaguá, uma residência alugada e sim-

plesmente adaptada para servir aos devidos fins, e que hoje em dia não mais existe, de vez que a mencionada casa depois de servir como Templo tanto para a "Conciliação Amazonense" como para a "Rio Negro" foi demolida, construindo-se outra em seu lugar com traços arquitetônicos modernos.

Dez foram os Ilr.'. responsáveis pela instalação da Aug.'. Loja Rio Negro, a saber:

Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto 33.'.

Francisco Pacheco de Azevedo 30.'.

José Lopes de Souza 30.'.

Antonio Dias dos Passos 18.'.

Euzébio de Souza Caldas 18.'.

Aroldo Santos 17.'.

José Augusto da Silva 17.'.

José Gonçalves Velloso 14.'.

Domingos 09.'.

Antonio Duarte Garcia Quintino 03.'.

Vale dizer que todos os dez instaladores têm um vasto "currículum" maçônico e não foi por acaso que êste Ilr.'. se uniram para a fundação desta Fortaleza maçônica que receberia como título distintivo o nome de "Rio Negro".

Como parte desta obra, como registro histórico e porque não dizer como justa homenagem, eis um resumo da vida maçônica destes que foram os instaladores da Gr.'. Ben.'. Loj.'. Sim.'. "Rio Negro":

FRANCISCO PACHECO DE AZEVEDO: brasileiro, nascido em 02 de abril de 1844, viúvo, empregado público.

Loj.'. em que foi inic.'.: União e Fidelidade, ao Or.'. de Santarém (E. do Pará)

Data da iniciação junho de 1875

Coll.'. no gr.'. de Mestr.'. em 19 de julho de 1876.

Regularis.'. na Benem.'. Loj.'. Cap.'. Esperança e Porvir em 27 de setembro de 1890.

Filiado na Loj.'. Amazonas em 11 de julho de 1891. Em 30 de novembro de 1894 toma parte na inst.'. da Loj.'. Conciliação Amazonense do rit.'. mod.'. servindo de thes.'. interino.

Elevado ao gr.'. 30.'. em 18 de junho de 1895. Em 11 de junho de 1896 a Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. concede-lhe o tit.'. de Membr.'. honor.'.

Em 05 de novembro de 1896 toma parte na instalação da Loj.'. Rio Negro do rit.'. esc.'. ant.'. e acc.'. servindo como 1º Vig.'. int.'.

A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. Conciliação Amazonense, em sess.'. de 30 de março de 1897, distingue-o com o tit.'. de Benem.'. da off.'.

Elevado aos ggr.'. 31.'. e 32.'. em 1º de fevereiro e coll.'. em 03

de março de 1898. Elevado ao gr.'. 33.'. em 03 de novembro de 1898 coll.'. em 16 de março de 1898 (Pat.'. nº 23659)

JOSE LOPES DE SOUZA: brasileiro, nascido em 30 de abril de 1869, viúvo, comerciante.

Loj.'. em que foi inic.'.: Esperança e Porvir ao Or.'. de Manaus. Data da inic.'.: 11 de outubro de 1890.

Fil.'. na Aug.'. e Benem.'. Loj.'. Cap.'. Amazonas a 11 de julho de 1891, obteve quit-placet A

Em 30 de novembro de 1894 toma parte na inst.'. da Loj.'. Conciliação Amazonense. Elevado ao gr.'. 30 em 18 de junho de 1895. Em 11 de junho de 1896 a Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. concede-lhe o tit.'. de Membr.'. honor.'.

Em 05 de novembro de 1896 toma parte na instalação da Loj.'. Rio Negro. Elev.'. aos ggr.'. 31.'. e 32.'. em 1º de fevereiro de 1898. Elev.'. ao gr.'. 33.'. em 1º de julho e coll.'. em 07 de agosto de 1899.

Em 30 de julho de 1900 toma parte na instalação da Loj.'. Deus, Lei e Perseverança.

ANTONIO DIAS DOS PASSOS: natural de Portugal, nascido em 14 de abril de 1855, casado, comerciante.

Loj.'. em que foi inic.'.: Esperança e Porvir, ao Or.'. de Manaus. Data da iniciação, 15 de dezembro de 1882. Coll.'. no gr.'. de Comp.'. em 07 de março de 1883. Coll.'. no gr.'. de Mest.'. em 28 de março de 1883

Fil.'. à Aug.'. e Benem.'. Loj.'. Cap.'. Amazonas em 20 de dezembro de 1883. Elev.'. ao gr.'. 12 em 04 de julho de 1893.

Fil.'. na Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. Conciliação Amazonense em 25 de setembro de 1896. Em 30 de março de 1897 a Loj.'. Conciliação Amazonense confere-lhe o tit.'. de Benem.'. da off.'.

Elev.'. ao gr.'. 30.'. em 18 de janeiro de 1898, coll.'. em 21 de fevereiro do mesmo ano. Elev.'. aos ggr.'. 31.'. e 32.'. em 1º de outubro e coll.'. em 31 de outubro de 1898.

Em 13 de dezembro de 1898 faz parte da comissão reguladora da Loj.'. Arkbal, ao Or.'. de Itacoatiara. Em 21 de dezembro de 1898 foi agraciado com o tit.'. de Membr.'. honr.'. da Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'.

Elev.'. ao gr.'. 33.'. em 1º de março de 1899, coll.'. em 23 de junho do mesmo ano (Pat.'. 23999).

Em 30 de agosto de 1900 é eleito membr.'. instalador do Consistorio de SSubl.'. PPrinc.'. do Real Segredo do Estado do Amazonas.

EUZÉBIO DE SOUZA CALDAS: brasileiro, nascido em 13 de fevereiro de 1862, viúvo, comerciante.

Iniciado na Loj.'. Esperança e Porvir, em 1º de dezembro de 1894.

Fil.'. na Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Conciliação Amazonense em 18 de

junho de 1895.

Elev.' ao gr.'. 30.'. em 18 de janeiro de 1898, coll.'. em 12 de março do mesmo ano. Em 25 de fevereiro de 1899 é admitido filiando livre (na Aug.'. e Benem.'. Loj.'. Cap.'. Amazonas. Em 06 de maio de 1899 a Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. concede-lhe o tit.'. de Membr.'. honor.'.

Elev.' aos ggr.'. 31.'. e 32.'. em 02 de junho de 1899, coll.'. em 15 de julho do mesmo ano (Pat.'. 24539 e 24540)

Em 30 de agosto de 1900 é eleito membr.'. instalador do Consistorio de SSub.'. PPrinc.'. do Real Segredo do Estado do Amazonas, sendo elev.'. ao gr.'. 33.'. em 1º de outubro de 1901.

AROLDO SANTOS: brasileiro, nascido em 07 de abril de 1867, casado, comerciante. Foi iniciado na Esperança e Porvir, em 19 de janeiro de 1895.

Fil.'. na Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. Conciliação Amazonense em 18 de junho de 1895.

em 30 de março de 1897 a Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. Conciliação Amazonense concede-lhe o tit.'. de Benem.'. da off.'.

JOSE AUGUSTO DA SILVA: natural de Portugal, nascido em 6 de outubro 1862, comerciante.

Inic.'. na loj.'. Conciliação Amazonense em 25 de janeiro de 1896. Coll.'. nos GGr.'. Comp.'. e Mestr.'. em 29 de fevereiro de 1896. Elev.'. ao gr.'. 6 de agosto e coll.'. em 15 de outubro de 1896.

Elev.'. ao gr.'. de Cav.'. Rosa Cruz (7.'.) em 13 de dezembro de 1896.

Fil.'. na Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Rio Negro a 9 de março de 1897. Em 30 de março de 1897 e Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. Conciliação Amazonense confere-lhe o tit.'. de Benem.'. da off.'.

Fil.'. na Aug.'. e Benem.'. Loj.'. Cap.'. Amazonense, a 2 de outubro de 1897 Fil.'. na Aug.'. e Benem.'. Loj.'. Cap.'. Esperança e Porvir a 18 de dezembro de 1897.

Em 2 de fevereiro de 1897 é eleito tesoureiro da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. Conciliação Amazonense, cargo para o qual é reeleito em 1º de fevereiro de 1898.

Elev.'. ao gr.'. 30.'. em 18 de janeiro e Col.'. em 26 de fevereiro de 1898. Aos ggr.'. 31.'. é elev.'. a 1º de março de 1899 e coll.'. a 21 de maio do mesmo ano (Pat.'. 24000 e 24001)

Em 02 de dezembro de 1898 a Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. concede-lhe o tit.'. de Membr.'. honor.'. É elev.'. ao gr.'. 33.'. em 02 de junho e coll.'. em 06 de setembro de 1899.

Em 30 de agosto de 1900 é eleito membr.'. instalador do Consistorio de SSubl.'. PPrinc.'. do Real Segredo do Estado do Amazonas.

Em 28 de outubro de 1900 faz parte dos instaladores da Loj.'. Fraternidade Amazonense.

JOSÉ GONÇALVES VELLOSO: português, nascido em 08 de maio de 1863, casado, comerciante.
Inic.' na Aug.' e Benem.'. Loj.'. Cap.'. Amazonas, no dia 22 de julho de 1893.
Fil.'. na Aug.' e Resp.'. Loj.'. Cap.'. Conciliação Amazonense a 04 de setembro de 1896.
Em 05 de novembro de 1896 toma parte na instalação da Loj.'. Rio Negro.
Coll.'. no gr.'. 11 a 18 de janeiro de 1897. Em 30 de março de 1897 a Aug.' e Resp.'. Loj.'. Conciliação Amazonense confere-lhe o tit.'. de Benem.'. da off'.
É elev.'. ao gr.'. 30.'. em 18 de janeiro e coll.'. em 11 de março de 1898.

DOMINGOS JOSÉ DE ANDRADE: brasileiro, nascido em 15 de abril de 1870, casado, empregado público.
Foi inic.' na Loj.'. Esperança e Porvir no dia 23 de setembro de 1893. Elev.'. aos ggr.'. de Comp.'. e Mest.'. em 27 de setembro de 1893 e coll.'. no dia 29 de setembro do mesmo ano.
Fil.'. na Benem.'. Loj.'. Cap.'. Amazonas em 11 de agosto de 1894. Em 30 de novembro de 1894 toma parte na install.'. da Loj.'. Conciliação Amazonense do rit.'. mod.'. ou fran'.
A Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. em sessão de 22 de setembro de 1896 concede-lhe o tit.'. de Membr.'. honor.'. pelo que fica elevado ao gr.'. 30'.
Em 05 de novembro de 1896 faz parte, como instalador, da Lo.'. Rio Negro, rit.'. esc.'. ant.'. e acc'.
Em 07 de janeiro de 1898 é nomeado secr.'. da deleg.'. do Gr.'. Mestr.'. do Estado do Amazonas, assumindo o exercício no mesmo dia e sendo frequente até 24 de fevereiro de 1900, em que fica encarregado do expediente da Deleg.'. visto ter o Benem.'. Ir.'. deleg.'. comunicado que seguia para a cidade do Rio de Janeiro por ter sido eleito deputado federal.
Em 11 de janeiro de 1898 é distinguido pela Loj.'. Cinco de Setembro com o tit.'. de filiando livre, prestando a respectiva promessa em 23 de janeiro do mesmo ano.
Elev.'. aos ggr.'. 31.'. e 32.'. em 1º de fevereiro de 1898, coll.'. em 15 de março seguinte. Elev.'. ao gr.'. 33.'. em 1º de março de 1899, coll.'. em 03 de julho do mesmo ano. Em 1º de agosto de 1899 o Muito Pod.'. Supr.'. Conselho o agracia com o tit.'. de membr.'. honor'.
Em 21 de dezembro de 1899 a Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. confere-lhe o tit.'. de Benem.'. da Ord'.
Admitido fil.'. livre da Aug.' e Resp.'. Loj.'. Alliança, ao Or.'. de Canutama. Por ato de 02 de abril de 1900 é nomeado deleg.'. de Gr.'. Mestr.'. no Estado do Amazonas durante o impedimento do Benem.'. Ir'.

33.'. Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto.

Em 30 de agosto de 1900 é eleito membr.'. instalador do Consistório de SSubl.'. PPrinc.'. do Real Segredo do Estado do Amazonas. Em sessão de 31 de janeiro de 1901 a Aug.'. e Benem.'. Loj.'. Cap.'. Amazonas, resolve declará-lo remido.

Em 28 de outubro de 1900 colabora na instalação da Loj.'. Fraternidade Amazonense. No dia 14 de fevereiro de 1901 é admitido fili.'. livre da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Deus, Lei e Perseverança, prestando o respectivo juramento em 02 de março do mesmo ano. A 14 de maio de 1901 é agraciado com o titi.'. de membr.'. honor.'. do Subl.'. Gran.'. Capitulado do Rito Moderno.

No dia 09 de julho de 1901 é admitido Fil.'. livre da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. "Aurora Lusitana", prestando o respectivo juramento em 14 de setembro do mesmo ano. Por ato de 30 de julho de 1901 é novamente nomeado para exercer interinamente as funções de Deleg.'. do Gr.'. Or.'. no Estado do Amazonas durante o impedimento do Deleg.'. efetivo o Pod.'. e Benem.'. Ir.'. 33.'. Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto.

ANTONIO DUARTE GARCIA QUINTINO: portugues, nascido em 05 de fevereiro de 1864, solteiro, guarda livros.

Foi inic.'. na Loj.'. Amazonas, em 04 de maio de 1895. Elev.'. ao gr.'. de Comp.'. a 16 e coll.'. a 23 de maio de 1895.

Fil.'. na Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Conciliação Amazonense em 13 de dezembro de 1895. Elev.'. ao gr.'. 12.'. em 22 de dezembro de 1896. Em 30 de março de 1897 a Loj.'. Conciliação Amazonense concede-lhe o tit.'. de Benem.'. da off.'. Elev.'. ao gr.'. 30.'. em 18 de janeiro de 1898, coll.'. em 09 de dezembro do mesmo ano.

Esta cerimônia de fundação, mais uma vez, teve lugar graças à iniciativa de Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, Obreiro cuja fé de um visionário, acreditava na grandiosidade da Maçonaria e segundo suas próprias palavras, em um dos seus inúmeros discursos maçônicos preconizava: "é através do germinar de um número cada vez maior de Oficinas desta Sublime Instituição que seremos capazes de levar aos nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, o fervor da Fraternidade, a luz do conhecer e a magnanimidade do ser humano em sua total liberdade. "E levado por esta filosofia, Sá Peixoto ainda seria responsável pela instalação de inúmeras Oficinas em nosso Estado, além da fundação da Loj.'. Cap.'. "Cinco de Setembro" na Vila de Manacapuru.

A solenidade de instalação da Aug.'. e Resp.'. Loja Rio Negro teve início às 19:30 horas do dia 05 de novembro de 1896, nas dependências da Co-Irmã "Conciliação Amazonense", tendo sido as suas luzes interinas os seguintes Iir.'.: Dr. Antonio Gonçalves P. de Sá Peixoto, Ven.'. - Francisco Pacheco de Azevedo, 1º Vig.'. - José Lopes de Souza, 2º Vig.'. - Domingos José de Andrade, orad.'. - Aroldo Santos, Secret.'..

É a seguinte a íntegra da ata de instalação desta Oficina:

"À Gl.'. do Sup.'. Arch.'. do Univ.'. Ata de instalação da Loja.'. "Rio Negro", ao Or.'. de Manãos, Capital do Estado do Amazonas.

Aos cinco dias do nono mês do ano da V.'. L.'. de 5896, cinco de novembro de 1896, E.'. V.'. presentes em loj.'. occ.'. às vistas pprof.'. constantes do livro de frequencia e que esta subscrevem, todos munidos de titulos authenticos, depois de preenchidos os logares pela forma seguinte: Ven.'. Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto; 1º Vig.'. Francisco Pacheco de Azevedo; 2º Vig.'. José Lopes de Souza; Orad.'. Domingos José de Andrade; Secr.'. Aroldo Santos; Thesoureiro Eusébio de Souza Calda; Chanch.'. Antonio Dias dos Passos; 1º Exp.'. José Augusto da Silva; Mestr.'. de Cerim.'. Antonio Duarte Garcia Quintino; e Cobr.'. José Gonçalves Velloso, declarou-se installada, a Loj.'. "Rio Negro", do rito esc.'. Ant.'. e ace.'. ao Or.'. de Manãos, Capital do Estado do Amazonas, fazendo-se a petição de Constit.'. ao muito Pod.'. e Ill.'. Resp.'. Conse.'. do 33.'. e ultimo gr.'. do rit.'. esc.'. ant.'. e ace.'. no seio do Gr.'. Or.'. do Brasil, lavrando-se, para constar, a presente acta."

Nas duas sessões subseqüentes à de instalação da Loja, que seriam as únicas realizadas ainda no ano de 1896, ano da sua fundação, os Obreiros da Loja "Rio Negro" elegeriam suas primeiras luzes efetivas, e os cargos ficariam assim constituídos:

Ven.'. Dr. Antonio Gonçalves P. de Sá Peixoto
1º Vig.'. Antonio Dias dos Passos
2º Vig.'. Antonio Duarte Garcia Quintino
Orad.'. Domingos José de Andrade
Secr.'. Dr. Plácido Serrano Pinto de Andrade

A Loja "Rio Negro" teria o seu breve constitutivo expedido pelo Gr.'. Or.'. do Brasil no mesmo ano, com data de 02 de dezembro. Tendo como presidente o seu Ven.'. Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto e constituída ainda pelos Ilr.'. João Baptista Grana e João Reis a comissão regularizadora desta Oficina procede à solenidade de regularização no dia 06 de fevereiro de 1897, sendo que dêste evento foi lavrada a seguinte ata:

"Sessão de Regularização da Off.'. em seis de fevereiro de 1897 (E.'. V.'.).

Aos seis dias do 2º mês do ano da Verd.'. L.'. 5897, 06 de fevereiro de 1897 E.'. V.'. presentes os Ilr.'. inscriptos no respectivo livro, são abertos os trabalhos com as formalidades do ritual, em seguida ao que e depois de recebida a comunicação de seus poderes, dá entrada no Temp.'. a comissão regularizadora composta dos Pod.'. Ilr.'. Major João Reis, Major João Baptista Grana e Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, nomeado êste pelo Sup.'. Cons.'. e os dois primeiros pelo mesmo Pod.'. Ir.'. Dr. Sá Peixoto que havia recebido delegação para nomear os dois outros comissarios. Recebidos os Ilr.'. Vist.'. que eram em grande

número, e as comissões da Loj.'. "Esperança e Porvir", "Amazonas" e "Conciliação Amazonense", procede-se à Reg.'. da Off.'. que é proclamada e entusiásticamente aplaudida.

É do theor seguinte a Carta Constitutiva: Ad Universi Terrarum Orbis Summi Architecti Gloriam Deus. Grande Oriente e Sup.'. Cons.'. do Brasil Meum que Juz Ordo Ab Chao.

A todos os Maçons Regulares, S.'. E.'. P.'. o muito Pod.'. e Ill.'. Sup.'. Cons.'. do 33.'. e último Gr.'. do Rito Esc.'. Ant.'. e Acc.'. para os Estados Unidos do Brasil, faz saber que tendo-lhe sido apresentada a supplica da Loj.'. Prov.'. "Rio Negro", installada em 05 de novembro de 1896 ao Or.'. de Manãos com o fim de regularizar os seus trabalhos nos SSubl.'. Mist.'. do Rit.'. Esc.'. Ant.'. e Acc.'. e havendo sido saptisfeitadas as prescrições da Constituição e Reg.'. Ger.'. da Ord.'. Houve por bem mandar inaugurar o Templo, filiar e regularizar a dita Loja.'. Simb.'. de São João de Escócia com o titulo distinctivo de "Rio Negro". E para que goze de todos os direitos, privilegios, regalias e isenção se lhe expede o presente Breve Constitutivo. Dado e traçado na Gr.'. Secret.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. e Sup.'. Cons.'. do Brasil no Rio de Janeiro aos dois dias do 12º mês do anno da V.'. L.'. 5896, 02 de dezembro de 1896 E.'. V.'. O Gr.'. Com.'. Antonio Joaquim Macedo Soares, 33.'. O Log.'. Ten.'. Com.'. Int.'. José Mendes de Oliveira Moraes, 33.'. O Ministro de Estado, Julio da Nobrega, 33.'. O Gr.'. Secret.'. Ger.'. do S.'. Imp.'. e da Or.'. Dr. Henrique Valladares, 33.'. O Gr.'. The.'. Ger.'. do S.'. Imp.'. da Ord.'. José Fernandes Moura, 33.'. - Registrado no livro competente o off.'. da Gr.'. Secret.'. por J. Machado Junior, 03.'. - Assumindo os malhetes o Ven.'. e os Vig.'. da Off.'. é aplaudida a Comissão Regularizadora, proferindo o Ir.'. Orad.'. brilhante peça de architectura que é também aplaudida. O tronco de beneficencia produz medalha cunhada de vinte mil réis. Concedida a palavra a bem da Ord.'. usam dela os oradores das Comissões da Loj.'. "Esp.'. e Porv.'.", "Amazonas" e "Conciliação Amazonense" que são cordialmente applaudidas, encerrando-se os trabalhos."

Em sua sétima reunião levada a efeito no ano de 1897, ou seja no dia 09 de março daquele ano, a Loja "Rio Negro" realizaria a sua primeira sessão magna de iniciação, ao longo da sua gloriosa existência através dos tempos. Nesta sessão magna, seriam iniciados os profanos Vicente Leite de Oliveira e José Duarte Quintino Junior.

No seu primeiro ano de existência, a Loja "Rio Negro" ainda iniciaria os seguintes profano: Henrique Valente Gonçalves, 1º de maio; Emiliano Fausto Mesquita, 15 de maio; Raimuno R. de Moura, Guiomar Floresta e Augusto Pereira Braga, 09 de julho; Delfim Carlos Velloso, 31 de julho; Manoel Antonio Mendes, 04 de agosto; Carmine Aiello, 28 de agosto; João Honorato de Oliveira, 16 de outubro e Manoel Leandro Dias de Oliveira, 04 de dezembro.

No dia 30 de novembro de 1897 a Loja "Rio Negro" instalou o seu

Capítulo, sendo que a sua Carta Capitular foi expedida apenas no ano seguinte ou seja no dia 1º de fevereiro de 1898, entretanto a sua regularização se verificaria no dia 11 de março daquele ano. A Comissão Regularizadora estava assim constituída: Joaquim Francelino de Araujo, 33.º, presidente - Dr. Plácido Serrano, 30.º e Leonel Pereira da Mota, 30.º.

Foram muito intensas as atividades da Loja "Rio Negro" durante o seu primeiro ano de atividades maçônicas, pois a mesma registra em seus livros de trabalho mais de 60 filiações de Obreiros de lojas co-Irmãs. Quando do seu encerramento do ano de 1897, aquela Oficina registrava nos seu anais, um quadro demonstrativo dos Obreiros da Loja onde se constatava que o número de sessões levadas a efeito era de 51 e que o total de Obreiros ativos da Loja era de 52.

Os Obreiros da "Rio Negro", de honradas tradições, arregaçaram as mangas e lançaram-se com todas as sua fôrças ao trabalho dignificante sob os principios da Sublime Instituição.

Como resultado desta determinação, em resolução tomada no dia 08 de junho de 1898, sob a orientação do então Ven.º Antonio Dias dos Passos, a Loja "Rio Negro" por intermédio dos seus integrantes, passa a tomar a frente nas mais diversas campanhas realizadas nesta Capital em beneficio das vítimas da epidemia de variola que assolou Manaus. Obreiros da "Rio Negro" saíram praticamente que de porta em porta na cidade, visando angariar fundos e principalmente prestar assistência às vítimas. Para tanto conta também com a colaboração extra-loja, ou seja a Companhia Equestre, firma sedida em Manaus, faz à "Rio Negro", através de campanha organizada pelo Ir.º Othoniel Lima, uma doação no montante de oitocentos mil reis, recebendo ainda doações menores de outras firmas comerciais sediadas nesta Capital.

Embora a "Rio Negro" ainda não tivesse a sua sede própria, para a localização do seu Templo, não deixa de ajudar as suas co-Irmãs das mais diferente localidades do país, visando construir os seu templos. Assim sendo, em setembro de 1898 a Loja "Rio Negro", através da deliberação dos seus obreiros, faz o pagamento de duas apólices de um empréstimo realizado pela Loja "Hiram" no Or.º de Niteroi no valor de vinte e cinco mil contos de reis, e que se destinavam para a construção do templo próprio daquela Oficina. O valor destas duas apólices era de cento e cinquenta mil reis, sendo que mensalmente a "Rio Negro" enviava valores quase idênticos à Loja "Hiram" visando dar sua contribuição para conclusão do templo daquela Loja.

Não deveria parar por aí o intenso trabalho de colaboração da Loja "Rio Negro" com as suas co-Irmãs. Ainda no mesmo ano seriam atendidas solicitações idênticas e que foram feitas por parte da Lojas: "Obreiros de Santa Cruz" da cidade de Palmeiras, Est. de São Paulo; "Firmeza" do município de Itapetininga; "Vigilância" do município de Niteroi, Estado do Rio de Janeiro; e muitas outras, que receberam cola-

orações de importâncias menores, através de subscrições feitas entre os Obreiros da "Rio Negro".

Nêste mesmo ano, no mês de março, teria lugar a solene inauguração do Templo nôvo da co-Irmã "Amazonas" e a Loja "Rio Negro" se fez presente através de uma comissão integrada pelos Ilr.º: Rodolpho Cavalcante de Albuquerque, Vicente Leite de Oliveira, Raimundo Rates de Moura, Euzébio de Souza Caldas, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, José Maria Corrêa Filho e João Nonato de Oliveira. Esta solenidade de inauguração do nôvo templo da "Amazonas" foi amplamente "badalada" pela imprensa de Manaus como também no mundo maçônico.

Depois de ter ajudado a tantas co-Irmãs na construção do seu templo próprio, finalmente a Loja "Rio Negro" decide partir para a compra de um terreno em que pudesse construir o seu Templo. No dia 16 de setembro de 1898, numa sexta-feira, sob a presidencia do Ven.º Antonio Dias dos Passos, os obreiros em reunião decidem marcar uma sessão de Finanças para o dia 23 de setembro daquele ano, com o fim exclusivo de tratar da compra de um terreno visando a construção do templo próprio. Na data prevista, o Ven.º Antonio Dias dos Passos determina que se crie uma comissão com o exclusivo fim de tratar da compra do terreno e a posterior construção do templo. Seguindo as suas determinações, a Comissão ficou assim constituída: Antonio Augusto Santos Porto, presidente, Apolinário Silva e Plácido Serrano Pinto de Andrade. Nesta mesma sessão fica ainda acertado de que a compra do terreno seria feito em sociedade com a Loja "Conciliação Amazonense" em cujo Templo ainda funcionava a Loja "Rio Negro". A verdade é que ambas as Lojas estavam sem sede própria, uma vez que o Templo da "Conciliação Amazonense" funcionava em casa alugada com tal finalidade, localizada à Rua José Paranaquá nº 03. Havia interêsse da parte de ambas as Lojas na construção de um Templo adequado, pois as vizinhanças do local onde funcionavam, estavam se tornando inconvenientes, pois devido à estrutura da casa em que funcionava o Templo das duas Lojas os Ilr.º. queixavam-se da falta de privacidade nas reuniões, pois os vizinhos ouviam tudo que se passava no Templo. Mediante as inumeras reclamações, de ambas as partes, Obreiros e vizinhos, o Ven.º da "Rio Negro" ir.º. Antonio Dias dos Passos faz ver a premente necessidade da mudança para outro Templo ou então a construção de uma sede própria. Todavia apenas no ano seguinte é que se voltaria a tratar do assunto, visando tomar medidas concretas.

Conforme ata lavrada em 11 de dezembro de 1898, no Templo da "Rio Negro" é apresentada a proposta para que se instale em Manaus, um Conselho de Kadosch. Ainda sob a venerança do Ir.º. Antonio Dias dos Passos esta deliberação por parte dos Obreiros foi aprovada e participada às demais Lojas co-Irmãs.

No dia 12 de fevereiro de 1899, em virtude de deliberação toma-

da pela Loja Rio Negro em sessão do dia 11 de dezembro de 1898, p
Loja Aurora Luzitana em 09 de janeiro de 1899 e pelas Lojas Esperança
Porvir e Cinco de Setembro em sessão de 11 de janeiro de 1899, foi ins
lado em Manaus, o Conselho de Kadosch do Estado do Amazonas. A
carta constitutiva datada de 1º de Março de 1899, foi o Conselho regu
izado em 16 de julho do mesmo ano. A Comissão Regularizadora esta
assim constituída: Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, 3
Delegado do Gr.'. Mestr.'. Presidente; José Cardoso Ramalho Junior, 3
Ven.'. da Ben.'. Loj.'. Cap.'. "Esperança e Porvir"; José Lopes de Sou
32.'. Ven.'. da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. "Rio Negro"; Domindos José
Andrade, 33 .', Obr.'. da Aug.'. e Resp.'. Loja.'. "Cinco de Setembro",
presentante do respectivo venerável; Alfredo Moura Alves, 30.'. Ven.'
Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. "Aurora Luzitana".

No mesmo mês e ano, ou mais precisamente no dia 18 de jul
realizou-se a sessão de eleição dos Dignatários do referido Conselho
escolha recaiu sôbre os mesmos Ilr.'. que já vinham servindo interi
mente, a saber:

Gr.'. Ven.'.	Nicoláo Tolentino
1º Gr.'. Vig.'.	Antonio Clementino Ribeiro Bittencourt
2º Gr.'. Vig.'.	Manoel Dias Barroso
Gr.'. Orad.'.	Leonel Pereira da Motta
Gr.'. Sec.'.	Domingos José de Andrade

Coube a iniciativa da instalação do Conselho aos Ilr.'. Ant
Monteiro de Souza, Dr. Plácido Serrano e João Honorato de Oliveira, c
ocupavam os cargos de 1º vigilante, orador e secretário da Aug.'. e Res
Loj.'. Cap.'. "Rio Negro".

Ainda no ano em curso no dia 28 de abril, as Loja "Rio Negro
"Conciliação Amazonense" voltariam a tratar do assunto da compra de
terreno próprio para a construção de um templo. Tanto é que
"Conciliação Amazonense", conforme ata da "Rio Negro" da sessão do
28 de abril de 1899, comunica que resolveu comprar um terreno pert
cente aos Srs.: R. de Menezes e C. de Menezes e que seja colocado
votação a proposta de que a "Rio Negro" arcaria com o onus da compr
ser realizada. A proposta feita pela "Conciliação Amazonense" foi
pronto aceita pelos obreiros da "Rio Negro" e aprovada por unanimida
na mesma sessão. O Ilr.'. Rodolpho Cavalcante de Albuquerque fica
imediatamente encarregado de mandar lavrar a escritura de compra do cita
terreno. Por sua vez o 1º Vig.'. Antonio Monteiro de Souza propoem
se tenha um livro para controlar os gastos e recebimentos que o Off.'. t
com a construção do Templo, ficando mencionado livro a cargo do
Tesoureiro. Todavia a Loja "Rio Negro" continuaria sem ter a sua se
própria, pois não se tem notícias e tampouco documentos que poss
comprovar a consecução desta transação ou mesmo a construção de

Templo.

Entretanto, o Boletim do Grande Oriente do Brasil, considerado à época o jornal da Maçonaria brasileira, em sua edição de nº 10, ano 24 do mês de dezembro de 1899, traz a seguinte informação: "No dia 19 de novembro de 1899, teve lugar no Or.'. de Manáos, Estado do Amazonas, o assentamento da primeira pedra do Templo da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro". Foi uma bela festa a que assistiu grande número de maçons, entre os quais o Benem.'. Ir.'. Dr. Deleg.'. do Gr.'. Mestr.'. , acompanhado do seu Secretário e os representantes das Lojas do Or.'. de Manaus. O magnífico Templo deverá ficar situado à Rua Municipal (nos dias de hoje, a Av. Sete de Setembro). O Jornal "Amazonas", dando noticia dessa solenidade, assim se exprime: às nove horas da manhã teve lugar a cerimônia do assentamento da primeira pedra do edificio da Loja maçônica "Rio Negro". Procedidas as formalidades do estilo foi pelos Srs. Dr. Sá Peixoto e Major Baptista Grana, paraninfos do ato, colocada ao som do hino nacional, a primeira pedra para a construção desse Templo, acompanhando-a encerrados em primorosa urna de metal, os jornais do dia, moedas de diversos valores e nacionalidades, o termo de colocação, um quadro de todos os obreiros da Loja "Rio Negro" e cartões contendo os nomes dos comissários da maçonaria amazonense.

Por esta ocasião proferiram magníficos discursos análogos à solenidade os Srs. José Lopes de Souza e Goetz de Carvalho. Falaram mais os Srs. Dr. Sá Peixoto, pelo Gr.'. Or.'. do Brasil, Dr. Vasco Chaves, pela Benem.'. Loja "Esperança e Porvir", professor Francisco Sampaio, pelas Lojas "Amazonas" e "Aurora Lusitana", professor Ribeiro de Menezes, pela Loj.'. "Conciliação Amazonense" e Francisco de Assis Sales em seu nome individual.

Terminadas as cerimônias foi oferecido às pessoas presentes um profuso "lunch".

Ao "toast", o Sr. Capitão Domingos Andrade, num improviso de-veras inspirado saudou ao Sr. Dr. Sá Peixoto, de quem partiu a idéia da fundação da Loj.'. "Rio Negro" e ao Sr. José Lopes de Souza, o Ven.'. a cujos esforços havia sido iniciada a construção do seu templo. O Sr. Goetz de Carvalho, lembrando em brilhantes palavras os importantes serviços prestados pelas LLoj.'. desta Capital, brindou todas elas, representadas nas suas comissões. O Sr. Dr. Sá Peixoto, em Eloquentes frases brindou ao Major Pacheco de Azevedo e ao Capitão Domingos Andrade. O Capitão Andrade em nome das LLoj.'. "Cinco de Setembro" e "Arkbai", cumprimentou a Loj.'. "Rio Negro" pelos progressos que vai alcançando. O Ato esteve concorridíssimo, tendo-se feito representar todas as LLoj.'. do Estado e os jornais "Amazonas comercial", "Comércio do Amazonas" e "Amazonas".

Já em outra publicação realizada à mesma época, sob a responsabilidade do Gr.'. Or.'. e Supr.'. Cons.'. do Brasil, organizada e publicada

pela Deleg.'. do Gr.'. Mestr.'. da Ord.'. no Estado do Amazonas vamos encontrar informações ainda mais detalhadas sôbre o terreno adquirido pela Loja "Rio Negro" para a construção do seu Templo, inclusive trazendo a transcrição do "térmo de colocação" da pedra fundamental do Templo mencionado.

É a seguinte a íntegra do documento anteriormente citado: "Gr.'. Or.'. e Supr.'. Cons.'. do Brasil - Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. "Rio Negro" - Auto de colocação da primeira pedra para edificação do templo - Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e noventa e nove, E.'. V.'. (19 do 9º mês do ano da V.'. L.'. 5899) às nove horas da manhã, foi com toda solenidade colocada a primeira pedra para edificação do templo destinado aos trabalhos da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Cap.'. "Rio Negro", do rito esc.'. ant.'. e acc.'. , instalada em 05 de novembro de 1896 e regularizada em 06 de fevereiro do ano seguinte, em virtude do breve constitutivo de 02 de dezembro do referido ano de 1896. Serviram de paraninfos os beneméritos Ir.'. Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto e o Major João Baptista Grana. O terreno em que vai ser construído o edifício do templo, foi adquirido por compra a Othello Fernandes de Sá Antunes e sua mulher, pela escritura lavrada em notas do tabelião Lessa em 18 de outubro do corrente ano e está situada à Rua Municipal, desta cidade de Manaus. E para constar, eu José do Patrocínio Maya, secretário, lavrei o presente termo que vai assinado por todas as pessoas presentes."

Referido documento é assinado por todas as mais altas autoridades maçônicas presentes ao ato, pelos integrantes das comissões representativas da diversas LLoj.'. maçônicas do Estado e ainda por pessoas especialmente convidadas podendo-se contar um total de 69 assinaturas.

Com todas estas informações, fica estranho quando se verifica que a Loja "Rio Negro" continua funcionando sem ter um templo próprio, funcionando desde a sua fundação, ou seja desde o ano de 1896 até 1902 no Templo da "Conciliação Amazonense" de 1902 a 1904 no Templo da Loj.'. "Amazonas" e de 1905 em diante no Templo da "Esperança e Porvir" onde chega a pagar um aluguel mensal de 25 mil reis. Onde teria ficado o terreno em que foi feita a solenidade de "lançamento da pedra fundamental"? Os documentos situam o terreno como localizado na Rua Municipal, atualmente conhecida como Av. Sete de Setembro. Como se vê lançou-se a pedra fundamental de um Templo que não foi construído. Não seria oportuno procurar a "primorosa urna de metal" tão solenemente enterrada?

Ao raiar de um nôvo século, ou seja no dia 1º de janeiro de 1900 a Loja "Rio Negro" realiza a sua primeira sessão do século XX. Tratava-se de um sessão magna de posse da nova diretoria, sendo presidida pelo Ven.'. José Lopes de Souza. Com as formalidades que exigia a ocasião, foram recebidas as Comissões enviadas pelas LLoj.'.: "Esperança e

"Povir", "Conciliação Amazonense", "Amazonas" e Aurora "Lusitana". Por não encontrar presente o Ir.'. Deleg.'. do Gr.'. Mestr.'. Dr. Sá Peixoto, êste a pedido do Ven.'. da Loja, assumiu a presidência da solenidade de posse, recebendo solenemente o juramento dos integrantes da nova diretoria. Após a cerimônia de posse, fazendo uso da palavra o Deleg.'. do Gr.'. Mestr.'. em sua alocução destacou o fato inédito de se realizar uma sessão magna de posse justamente no primeiro dia do século XX e que êste acontecimento fôsse o augúrio de uma administração profícua para a diretoria recém empossada. Fêz ainda uso da palavra os Ir.'. Pedro de Souza e Ven.'. da co-Irmã "Conciliação Amazonense", sendo que êste lançou convite a todos os Ir.'. presentes para que participassem da solenidade de posse da nova diretoria daquela Oficina e que teria lugar no dia 05 de janeiro do mesmo ano. A sessão magna de posse da Loja "Rio Negro" foi secretariada pelo Ir.'. Alvaro Barroso de Souza.

Segundo consta dos anais da Loja "Rio Negro", o ano de 1899, ou seja o ano derradeiro do século dezanove, fôra um ano de atividades profícuas, em que esta Oficina atuou com destaque no mundo maçônico, atingindo todas as suas metas estabelecidas. Para se ter uma idéia, a Loja "Rio Negro" encerrou aquele ano, contando em seu quadro de Obreiros com mais de 90 membros efetivos.

No transcorrer do ano de 1900 a Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Rio Negro, através da laboriosa atuação dos seus Obreiros, seria uma das mais ativas colaboradoras na construção de Templos das suas co-irmãs, embora ela mesma não tivesse a sua sede própria. Fazendo doações, praticamente mensais, na faixa de 20\$000 a 50\$000 reis, atende às solicitações das LLoj.'. "Vigilância" de Niteroi, Estado do Rio de Janeiro, "Fraternidade Paraense" de Curitiba, Estado do Paraná, "Industria e Caridade" de Nova Friburgo, "24 de Junho" de Mossoró, "União" de Jacarei, "Perseverança" de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, "União Fraternal" de Uberaba, Estado de Minas Gerais, "Caridade 02" de Terezina, Estado do Piauí, "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" de Niteroi. Além destas colaborações, a "Rio Negro" presta ajuda a inumeras Lojas Maçônicas para a criação de bibliotecas sem contar o apoio prestado às Lojas "Fraternidade Cearense" e "Igualdade" na assistência dada às vítimas do flagelo da seca no Estado do Ceará. Posteriormente a Loja Rio Negro receberia publicamente os agradecimentos destas duas co-irmãs através de publicações realizadas pelo governo do Estado do Ceará por intermédio da imprensa daquele Estado.

No dia 15 de setembro de 1900, tem lugar a primeira sessão magna de iniciação da Loja Rio Negro no século XX, tendo uma significação muito especial. Atuou como orador desta cerimônia, o nosso Ir.'. Agnelo Bittencourt, um dos mais destacados obreiros desta Oficina, tendo como Ven.'. José Lopes de Souza. Os profanos inic.'. nesta sessão histórica foram Jorge Benedicto da Motta Leite e Heráclito Eustáchio da Silva.

O ano de 1900 ainda registraria um dos mais funestos acontecimentos da história do Amazonas que seria a morte prematura do Ir.'. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que segundo indícios da época fôra assassinado pelos seus opositores políticos, em circunstâncias terrivelmente suspeitas. Alegava-se posteriormente, para solução cômoda, que se tratava de suicídio, fato que convenceu apenas uma minoria desinteressada em que o caso fôsse aclarado. Esta hipótese foi inclusive corroborada com o desaparecimento, também em circunstâncias misteriosas, das principais testemunhas, ou seja das pessoas que presenciaram os últimos momentos dêste ilustre personagem da história amazonense.

No dia 09 de novembro dêste mesmo ano, com a presença de uma comissão da Loja Rio Negro, integrada pelos Ilr.'. Mesquita Pacheco, Camilo Ramos, Alvaro Barroso, Manoel Leandro, Goetz de Carvalho, Pedro de Souza e Veiga de Sá, são celebradas as exerquias funebres de Eduardo Ribeiro na Aug.'. e Benem.'. Loj.'. Cap.'. Amazonas. Nesta cerimônia em que todas as LLoj.'. de Manaus fizeram-se representar através das suas respectivas comissões, foi prestado o último preito de saudades àquele que fôra um dos mais ilustres Obr.'. da Loja "Amazonas". Usando da palavra, em nome da Loja Rio Negro, o Ir.'. Goetz de Carvalho lembrou que Eduardo Ribeiro não fôra apenas Obr.'. da Loja Amazonas, mas seria considerado Obr.'. honorário de todas as Fortalezas maçônica plantadas em solo pátrio. Que o ir.'. Eduardo Ribeiro não era pranteado apenas no mundo maçônico, mas também no mundo profano, pois em sua passagem por êste Or.'. deixára marcas indêleveis como Obr.'. e como administrador exemplar de nosso Estado.

No ano seguinte, ou seja em 1901, seriam realizadas as exéquias funebres do Ir.'. João Baptista Grana, no Templo da "Conciliação Amazonense", local onde também eram realizados os trabalhos da Loja "Rio Negro".

João Baptista Grana, nascido a 04 de dezembro de 1840, era viuvo e funcionário público, tendo prestado relevantes serviços à Ord.'. Sua inic.'. se dera na Loja "Harmonia", ao Or.'. de Belem do Pará. Em 04 de junho de 1895, é distinguido pela Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Conciliação Amazonense" com o tit.'. de fil.'. livre, prestando o juramento no dia 02 de julho do mesmo ano.

No dia 30 de abril de 1897, a Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro" presta-lhe significativa homenagem em seu Templo, por inestimáveis serviços prestados àquele Loja e na mesma data concede-lhe o tit.'. de fil.'. livre, sendo que presta o seu juramento no dia 15 de maio dêste ano.

João Baptista Grana é elev.'. ao gr.'. 30.'. em 18 de janeiro e coll.'. em 23 de fevereiro de 1898. Em 1º de outubro é elev.'. aos ggr.'. 31.'. e 32.'. e col.'. em 31 de outubro de 1898. Em 1º de março de 1899 é elev.'. ao gr.'. 33.'. Em 30 de agosto de 1900 é eleito membr.'. instalador do Consistório de SSubl.'. PPrinc.'. do Real Segredo do Estado do

Amazonas.

A celebração das exérquias funebres dêste emérito Ir.'. teve lugar no dia 29 de outubro de 1901, contando a cerimônia com a participação de comissões das diferentes LLoj.'. de Manaus, sendo que a "Rio Negro" se fez representar através da totalidade dos OOb.'. do seu quadro no último preito de saudades a um Ir.'. que tantos serviços prestára à Ord.'.

Em sessão levada a efeito no dia 21 de março de 1902 os OObr.'. da "Rio Negro" são avisados de que a "Conciliação Amazonense", responsável pelo aluguel da casa em que funcionava o Templo das duas OOf.'. teria que entregar o prédio e conseqüentemente a "Rio Negro" teria que procurar outro Templo para a realização de suas sessões. Por sugestão dos Ilr.'. Alfredo Antunes, Silvestre Silva e Emilio Sá é endereçado expediente a Ben.'. Loj.'. "Amazonas" visando a realização dos trabalhos da "Rio Negro" no Templo daquela Off.'.

Prontamente a Ben.'. Loja "Amazonas" colocou o seu Templo à disposição da co-irmã e conseqüentemente no dia 04 de abril de 1902, sob a Ven.'. do Ir.'. José Augusto da Silva, a "Rio Negro" realiza a sua primeira sessão no Templo da Ben.'. Loj.'. Amazonas. Inclusive nesta reunião são eleitos o Repr.'. e Dep.'. junto à Assembleia Geral do Gr.'. Or.'. respectivamente os Ilr.'. Gregório Bastos e João Achilles Stiffel.

Porém as atividades da "Rio Negro" não se estenderiam por muito tempo nas dependências do Templo da Ben.'. Loj.'. "Amazonas" tendo em vista que àquela época esta funcionava no rit.'. Adonhiramita e aquela no rito esc.'. ant.'. e acc.'. Entretanto, durante praticamente dois anos a "Rio Negro" executaria os seus trabalhos no Templo da sua co-irmã sendo que na sessão do dia 16 de dezembro de 1904 levando em questão proposta apresentada pelo Ir. A. de Paiva e Mello e recebendo a aprovação unânime dos Obr.'. da "Rio Negro" esta decide mudar-se para o Templo da Ben.'. Loj.'. "Esperança e Porvir" que também funcionava no rit.'. esc.'. ant.'. e acc.'.

Assim sendo, a sua primeira sessão realizada no ano de 1905 já seria levada a efeito no Templo da "Esperança e Porvir", o que se verificou no dia 13 de janeiro do mesmo ano, tendo como Ven.'. o Ir.'. Antonio Monteiro de Souza.

Dois anos se passam em perfeita harmonia entre as OOf.'. ambas executando com afinco e dedicação os trabalhos norteados pelos princípios da Or.'. A laboriosa existência destas duas Fortaleza maçônica faz delas fortes baluartes da nossa Subl.'. Inst.'. em nosso Estado, quer chamando e admitindo novos adeptos ao trabalho da fraternidade, quer pugnando, com desassombro, pelo progresso da humanidade e pela almejada vitória da livre e pura manifestação do pensamento.

Em 06 de setembro de 1907, LLu.'. e OOf.'. de ambas as Lojas sentam-se à mesa para firmarem um acordo através do qual a "Rio Negro"

passaria a pagar à sua co-irmã um aluguel de 25\$000 mensais pela utilização do Templo da "Esperança e Porvir". Fica ainda acertado, através do mesmo acordo, que a Loja "Rio Negro" pagaria pelos dois anos de uso do Templo ou seja de 1905 a 1907 a importância de 500\$000 sob a denominação de "aluguéis atrasados".

Na noite do dia 16 de setembro de 1907 a Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro" prestaria a sua última homenagem ao Ir.'. Antonio Dias dos Passos, destacado Obr.'. da Ord.'. e um dos integrantes da comissão instaladora desta Off.'. no ano de 1896. Realiza-se nas dependências da Loja "Conciliação Amazonense" uma sessão funebre pelo passamento dêste abnegado soldado das Artes Reais, sendo que a "Rio Negro" se faz presente às exéquias fúnebres através da comissão formada pelos Ilr.'.:: Manoel Cândido R. Menezes, José Alves dos Reis Filho, Theobaldo Nogueira de Menezes, Jorge Benedicto M. Leito, José Rufino Jorge de Souza, Virgilio Ramos e Pedro José de Souza. Inclusive, a viúva de Antonio Dias dos Passos, é amparada financeiramente através de subscrições feitas entre os Ob.'. da "Rio Negro", pois a Loja passava por um período de dificuldades financeiras. Passava-se nesta época, por um período bastante conturbado, não apenas financeiro como também político na Capital do Amazonas e os mais diferentes segmentos da sociedade se viram atingidos, trazendo inúmeros transtornos.

O ano de 1909 seria marcado com a fundação da Sociedade Asilo de Mendicidade de Manaus, com a participação integral do mundo maçônico da capital. Dentre outros, coube a quatro destacados obreiros da "Rio Negro" a fundação desta entidade: Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Agnello Bittencourt, Plácido Serrano Pinto de Andrade e Virgilio Ramos. Na fundação dêste Asilo, não se deve carrear especificamente, homenagens em particular a ninguém, pois toda uma comunidade maçônica empenhou-se de corpo e alma para que o empreendimento obtivesse o êxito almejado pela totalidade dos soldados da Arte Real. Tudo foi minuciosamente planejado e organizado, tanto que a fundação do Asilo deu-se no dia 26 de agosto de 1909, conforme consta de ata da Assembleia Geral do Grande Oriente Estadual do Amazonas, no dia 09 de dezembro do mesmo ano inaugurou-se o Asilo, com mais de uma centena de assinaturas no respectivo livro e o seu funcionamento, já em prédio próprio, deu-se no dia 29 de janeiro de 1910.

Todavia, nada melhor do que a maravilhosa prosopopeia de um coração "Rionegrino", do nosso Ir.'. Agnello Bittencourt, para definir a necessidade, a finalidade e a grandiosidade desta obra, tanto para aqueles que a idealizaram e posteriormente criaram, como para aqueles que dela se beneficiariam. Em seu relatório datado de 06 de janeiro de 1912, Agnello Bittencourt, Presidente do Conselho Administrativo do Asilo, dizia: "O triste espetáculo da mendicância nas ruas de Manaus, sobretudo nos momentos de reuniões festivas, não podia continuar numa cidade em que

predomina o espírito cristão, que vale pelo mais forte amparo à pobreza desvalida. Uma romaria de mendigos andava de porta em porta, a implorar o sentimento de piedade em favor de sua alegada miséria. Não havia dias certos para o exercício das inoportunas coletas, pois que estas se faziam sempre, até às noites ao adro das igrejas. Em todas as ocasiões o comercio, principalmente, era incomodado pela chusma de pedintes, que em vozes entrecortadas de mágoa fingida ou não, estendiam as mãos impertinentes e nem sempre necessitados. Compreendia-se que no meio dos verdadeiros mendigos estivesse a falsa miséria a explorar a piedade condescendência de uma população abandonada de recursos materiais.

Havia provas de que o pedir, para muitos, era o exercício de uma profissão lucrativa, mais vantajosa que o trabalho honesto. Citavam-se nomes de mendigos que davam dinheiro a prêmio e mantinham família numerosa. Como porém acabar êsse espetáculo degradante da mendicância, fôsse ela o estado da penúria de pessoas inválidas ou um ardid especulativo de individuos sem escrúpulos?

A exemplo do que se havia feito em outros Estados brasileiros, cumpria-nos fundar um instituto pio, onde pudessemos receber e manter os míseros a quem a fortuna ávara desamparou de suas graças.

Como remédio ao grande mal, foi lançado a idéia no seio da Maçonaria Amazonense e de lá veio ecoar engrandecida no mundo profano, recebendo da imprensa e de todas as classes os aplausos de que precisava, para tomar ainda maior vulto e ser convertida em realidade. Havia ânimo de sobra para levar avante o belo empreendimento. Assim foi que a comissão nomeada pelo Grande Oriente dêste Estado, para executar os alvitre lembrados, deu começo aos seus trabalhos durante os meses de dezembro de 1909 a janeiro de 1910, encontrando da parte do comercio, como de todas as classes laboriosas desta capital, o mais decidido apoio. Ora eram dádivas em dinheiro, ora em gêneros alimentícios, materiais, medicamentos, roupas, tudo enfim, que pudesse representar um auxilio à consecução do caridoso plano.

Devo lembrar que não houve uma só pessoa a quem recorressemos, que não nos prestasse mão amiga e generosa. Nem por isso abusamos; limitamo-nos ao que era suficiente às principais despesas de instalação. Organizamos a "Sociedade Protetora do Asilo de Mendicidade" e obtivemos do governo do Estado o edificio em que nos achamos, para nele, feitos os acabamentos e reparos indispensáveis, fundarmos projetada casa de caridade.

E assim fizemos, vencendo dificuldades, comprando o mobiliário e demais utensilios que ainda faltavam. Desse modo estava triunfante a idéia, com a inauguração solene do Asilo em 29 de janeiro de 1910, em presença das principais autoridades do Estado e algumas da República, além de grande numero de circunstantes que assistiram a esse ato de benemerência da Maçonaria Amazonense."

Consta que assim que foi inaugurado o Asilo de Mendicidade de Manaus, o fato oficialmente comunicado à Prefeitura de Manaus, esta de pronto publicou Decreto de nº 01, datada de 29 de janeiro de 1910, através do qual ficava terminantemente proibida a mendicância na cidade de Manaus.

Agnello Bittencourt, dá prosseguimento em seu relatório, bastante extenso, dizendo: "Não obstante já existir um estabelecimento confortável para recolher os desprotegidos da sorte, poucos foram os que apareceram; o seu número não foi além de seis, dos que espontaneamente solicitaram ingresso. Alguns infratores do decreto municipal, conduzidos pela policia ao Asilo, foram, por sua vez, em tão pequena quantidade, não ultrapassando aquele número. No decorrer do primeiro ano de sua existência, não registramos, em conjunto, uma dúzia deles. No entanto ficou extinta a mendicância em Manaus. Ninguém é mais importunado pela chusma de pedintes, que exploravam, sem necessidade, o sentimento da nossa comiserção. Foi um grande e altruístico beneficio que a Instituição Maçônica prestou à cidade, auxiliada pelo comercio e outras classes ativas, que conosco, vivem cooperando pelo progresso da futura Manaus."

Embora desta sociedade de assistencia à mendicância participassem também outros segmentos da sociedade amazonense, coube à Maçonaria sustentar financeiramente este empreendimento com a participação pecuniária direta de todas as LLoj.'. Desta forma, em sessão realizada no dia 14 de janeiro de 1910, tendo como Ven.'. Pedro José de Souza a "Rio Negro" estabelece uma colaboração mínima de 50\$000 (cinquenta mil reis) por mês, destinada à manutenção do Asilo de Mendicidade. Esta contribuição seria recolhida entre os OObr.'. do quadro que desta forma prestariam a sua colaboração direta para o empreendimento filantrópico. À parte desta sustentação monetária, o Asilo de Mendicidade receberia também o apoio financeiro, se bem que em somas muito limitadas, por parte do governo do Estado e da Prefeitura.

Durante o periodo de intervenção Federal neste Estado, ou mais precisamente no dia 25 de janeiro de 1932, é assinado pelo Interventor Federal Antonio Rogério Coimbra e pelo então Secretário Geral do Estado, Waldemar Pedrosa, o Ato de nº 1.282, colocando em vigor os novos estatutos da entidade recebendo também uma nova denominação, ou seja Asilo de Mendicidade Doutor Thomas. Esta nova denominação seria uma justa homenagem ao Doutor Hamilton Walterston Thomas, que prestára serviços de alta relevância ao Estado do Amazonas.

Esta entidade, fundada pela Maçonaria, pela sua importância filantropica, até hoje funciona em Manaus tendo a sua manutenção passada às expensas da Prefeitura Municipal de Manaus, que através do Asilo Dr. Thomas abriga e presta assistência à velhice desamparada, prestando até hoje um serviço inestimável à sociedade manauara, amparan-

do os ve-linhos que ali se abrigam.

O ano de 1910 caracterizou-se pela grandiosidade das refregas políticas e que tiveram como cenário principal a cidade de Manaus, além de ter reflexos menos intensos no Rio de Janeiro junto ao governo Federal bem como em Belém, Estado do Pará. A imprensa da época constituiu-se numa testemunha indispensável da história, registrando praticamente em detalhes àquilo que poderia se chamar de "vergonhosa politicalha amazônica". Nêste período Manaus era um cenário vivo para a encenação de peças políticas maquiâvelicas, onde os meios de qualquer maneira justificavam o fim. A classe política se extravasa em sórdidas vinganças de parte a parte e poucos foram aqueles que souberam se portar com nobreza e sentimentos de humanidade ou tolerância em relação ao seu próximo. Desde o pequeno soldado até os mais altos cargos tanto políticos com militares, todos eram aviltados pela ganância ao dinheiro fácil ou ao poder. Contam os registros históricos, que movido pelo interesse escusado, pela ânsia de poder de uma meia dúzia de políticos e militares, "bombardeou-se" a cidade de Manaus, através de "vasos bélicos" ancorados no porto, sem se dar a mínima importância à população já amedrontada e cansada de assistir a desfêchos violentos, no meio político. E tudo isto sem se contar o número de vidas que inutilmente foram ceifadas por causa de interesses de alguns privilegiados, que a todo custo não queriam perder a "dolce vita" que levavam, ou as honrarias que certos cargos lhes conferiam. Êstes entreveros maquiavêlicos ainda se prolongariam por mais alguns anos e sem sombra de dúvidas deixariam um saldo de véras lamentável. Teríamos assunto, seguramente, para uma obra inteira e cheia de lances dignos de lamentação e que certamente não caberiam nêste compêndio.

Até a Maçonaria viu-se envolvida pelos tentáculos dêste monstruoso entrevero político, chegando mesmo a vitimar alguns Ilrr.'. que se viram severamente prejudicados. Por questões políticas, e atitudes de mera vaidade, culpava-se e punia-se àqueles que agiam de boa fé e insentava-se de responsabilidade a outros que realmente deveriam receber punição adequada pelos seus tresloucados atos. Todavia, jamais a Maçonaria se haveria de espelhar em atitudes negativas. Pelo contrário: afastou do seu convívio e puniu com todos os rigores àquele que não primavam pela retidão e pela honradez de procedimento e com forças redobradas levou adiante os seus ideais de primar pelo bem da humanidade, a livre manifestação do pensamento e a formação de um ser humano cada vez mais íntegro e principalmente voltado para o bem comum.

Tanto é que em sessão levada a efeito no dia 16 de dezembro de 1910 a Loja "Rio Negro" vendo que um dos seus mais ilustres Obr.'. que na ocasião ocupava o cargo de Gr.'. Mest.'. Estadual da Ord.'. fôra envolvido pelo meio político inescrupuloso existente à ocasião, determinou que com a anuência da totalidade de seus OObb.'. fôsse expedido por

aquela Off.'. uma moção da solidariedade ao Ir.'. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt" pelo seu acertado procedimento na atual conjuntura política". Este documento, histórico por sinal, trazia a assinatura de todos os filiados da Loja "Rio Negro", sendo posteriormente imitada pelas demais Lojas Maçônicas de Manaus.

A "Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro" nos momentos mais difíceis hipotecou inteira solidariedade ao Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Gr.'. Mest.'. Estadual, no incidente que culminou com a sua deposição do cargo de governador do Estado do Amazonas e a sua posterior reintegração no mencionado cargo, por determinação do governo Federal. Durante o período de afastamento, foi substituído pelo Ir.'. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, vice Governador, que também foi vítima de uma emaranhada trama política levada a efeito em Manaus e que teve desfêcho em 1910.

Lentamente Manaus começava a sentir o avolumar de uma crise econômica e que haveria de culminar com o término da Primeira Grande Guerra Mundial. Entretanto, apesar das habituais dificuldades, no transcorrer do ano de 1912, não deixaria de auxiliar as suas co-irmãs das mais diferentes localidades do país, na construção dos seus Templos, à medida que recebia pedidos neste sentido.

Somas um tanto quanto elevadas foram despendidas no transcorrer deste ano e conforme consta das atas da "Rio Negro" foram beneficiadas as seguintes Lojas: "Loj.'. Cap.'. União e Progresso" de Vitória, Estado do Espírito Santos; "Azilo da Razão" do Estado de Goiás; "Atalaia do Norte" do Estado de Minas Gerais; "Azilo de Mendicidade" de Paraíba do Norte, Estado da Paraíba; "Virtude e Bondade" de Maceió, Estado de Alagoas; "Udo Schleuner", de Salvador, Estado da Bahia; "Regeneração Catarinense", de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e "Architecto", de Baurú, Estado de São Paulo. Além destes auxílios específicos ainda enviou sua participação financeira a muitas outras Lojas maçônicas, para os mais diversificados fins. Jamais, quem quer que fôsse, batia-se às portas da "Rio Negro" sem que esta prestasse a sua ajuda, desde que os motivos fôssem justos e humanitários.

Sempre primando pelos são princípios da Ord.'. , no dia 09 de agosto de 1912 o Ir.'. J. Couto, empresário do Cinema Rio Negro, existente nesta capital, integrante ativo dos quadros da Loja, ofereceu aos cofres desta Off.'. a arrecadação de um dia daquela casa de espetáculos, para que a mesma fôsse aplicada em fins filantrópicos. Com esta oferta arrecadou-se a importância de 931\$000 (novecentos e trinta e um mil reis), sendo que por determinação tomada pelo Ven.'. Armindo de Barros em sessão do dia 23 de agosto de 1912 esta soma seria dividida entre as viúvas dos Ir.'. falecidos daquele Loja.

Exatamente no dia 30 de agosto daquele mesmo ano, em sessão presidida pelo Ir.'. Armindo de Barros, foram designadas as viúvas dos

Ilrr.'. Antonio Ferreira da Luz, Antonio Dias dos Passos, Ricardo Prego, João Freitas, Delamand Pereira, Jahnsen Costa, José Cabral O. dos Anjos e Francisco Chagas Costa, para receberem a importância de 116\$000 cada uma, visto serem estas, segundo escolha dos OObb.'. do quadro, as mais necessitadas de apoio por parte da Loja "Rio Negro".

Outro fato, bastante interessante e do conhecimento de poucos, que merece registro é que a "Rio Negro" mantinha em seus registros OObb.'. internacionais e que prestaram relevantes serviços àquele Oficina. Dentre eles poderíamos destacar os Ilrr.'. A. Cohen que através do Grande Oriente do Brasil, veio filiar-se à "Rio Negro", sendo procedente da Loja "Morayta nº 284" da obediência do Gr.'. Or.'. Espanhol e Paul Gerechter, alemão, que veio se inic.'. na Loja "Rio Negro". Pertenceu também a esta Oficina, o ex proprietário do "Palacete Scholtz" hoje conhecido como "Palácio Rio Negro", sede do governo de Estado do Amazonas. Este imóvel, inclusive, segundo alguns autores, teria a sua história própria e assaz curiosa. Tendo-se em vista a florescente situação financeira da Loja "Rio Negro" no ano de 1913, fato este comprovado através de uma prestação de informações para o Gr.'. Mest.'. Ger.'. da Or.', esta voltou-se mais uma vez para a questão da aquisição do terreno para a construção do seu Templo próprio, pois que durante quinze anos vinha funcionando em Templos das suas co-irmãs, inclusive pagando-lhes o aluguel devido. No dia 31 de janeiro de 1913 o então Ven.'. Armindo Barros, determinava que a Comissão de Finanças atendesse a uma solicitação feita pelo Grão Mestre da Ordem, Dr. Lauro Sodré, no sentido de que todas as OOff.'. do Amazonas informassem seus movimentos financeiros e filantrópicos.

Depois de ter sido feita a devida escrituração pelo então Tesoureiro da Loja "Rio Negro", Ir.'. Fernando Roig Solé informa-se o seguinte: "encontra-se em poder da Tesouraria um saldo de um conto trezentos e noventa e dois mil e trezentos reis (1.392\$300) e depositado na Agência do Banco do Brasil, em nome da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro", a importância de doze contos e oitocentos mil reis (12.800\$000)" Esta era sem dúvida uma situação financeira, à época, bastante invejável. Outro fato que estimulou bastante o trabalho no sentido da aquisição do terreno próprio para a construção do Templo da "Rio Negro" foi a chegada do Ir.'. Felix Levy que estivera em viagem à Europa. Em seu retorno ofereceu ao então Ven.'. Armindo de Barros, um Malhete de marfim com o distintivo "Loj.'. Cap.'. Rio Negro" que trouxera de sua viagem e ao mesmo tempo fez um relatório minucioso das LLoj.'. que visitara, conclamando em seguida os OObbr.'. da "Rio Negro" a envidarem todos os esforços no sentido de que a Loja tivesse o seu Templo próprio.

Esta seria a segunda vez que a Loja Rio Negro compraria um terreno para a construção do seu Templo. Da primeira vez, fato que ocorrera em 1901, mencionada Oficina iniciou a construção de um Templo em terreno de sua propriedade sito à Rua Municipal. Todavia, dificuldades finan-

ceiras ocorridas no ano de 1902 fizeram com que a Loja não chegasse a concluir o seu trabalho. Tanto é que no dia 27 de janeiro de 1902 por determinação da Comissão de Finanças integrada pelos Irs. Rodolpho Cavalcante, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt e Francisco Pedro Junior, a construção inacabada e o terreno são entregues ao Ir. José Augusto da Silva que por sua vez se responsabilizaria pelas dívidas que a Loja "Rio Negro" tinha. A referida providencia fôra aprovada pela unanimidade dos seus OObrrs.

Mas enquanto as atenções "Rionegrinas" estavam voltadas para a realização de um sonho tão longamente acalentado, que era a construção de um Templo próprio, um pequeno entrevero, ocasionado pela má interpretação das palavras de ambas as partes, faria com que mais uma vez os OObrrs. da "Rio Negro" se empenhassem na solução de um problema social.

Por causa de uma aula de ciências, que fôra dada pelo professor Marciano Arnoud em um dos colégios do ensino público de Manaus, o jornal "A Cruzada", considerado à época, órgão da Diocese de Manaus, envolvera inadequadamente o seu Bispo Dom Frederico Benicio de Souza Costa, nas críticas que aquele jornal fizera ao professor Marciano Arnoud. A troca de palavras ásperas por parte da Maçonaria e da Diocese, representada pelo seu Bispo e ainda o envolvimento do diretor da Instrução pública Dr. Rodrigues Costa também criticando o professor Marciano Arnoud gerou um clima de insatisfação entre as partes e indignação no seio do magistério desta Capital. Na época algumas pessoas, levadas por interesses não definidos, tiveram bastante empenho no sentido de levar avante a questão, colocando "lenha na fogueira" atribuindo a esta ou àquela parte da contenda, atitudes tais que não fôsssem características.

Em sessão que se levou a efeito no dia 28 de março de 1913, tendo como Ven. Armino de Barros, e por sugestão do Ir. Elviro Dantas, além de receber a aprovação unânime do quadro, a Loja "Rio Negro" expede uma moção de solidariedade ao professor Dr. Marciano Arnoud, cujo teor é o seguinte: "Atendendo que sendo leigo o ensino, segundo o conceito constitucional, a interferência religiosa, seja qual fôr o seu credo, nas escolas primárias, secundárias ou superiores, importa num atentado às nossas Leis. Atendendo que a Diocese Amazonense, pelo seu órgão "A CRUZADA", censurando o modo livre, espontâneo porque se pronunciou o professor Dr. Marciano Arnoud numa aula de ciências, cometeu um atentado à liberdade profissional daquele ilustre professor no exercício de seu magistério. Atendendo que ao bispo desta Diocese, como a outro pontífice qualquer escapa competência para analisar os atos do ensino nas escolas mantidas pelo Estado, a Loja "Rio Negro" lança uma moção de solidariedade ao referido professor Dr. M. Arnoud, como um protesto formal à introdução da igreja romana no ensino público dando disso ciência ao mesmo preceptor. Loja "Rio Negro" em 28 de março de 1913. "Esta

moção de solidariedade é assinada pelos seguintes Ilr.: Elviro Dantas, Severino Corrêa da Silva, Manoel Candido Ribeiro de Menezes, Antonio de Oliveira Mendes Cavalheiro, Antonio José da Silva, Antonio Joaquim Ribeiro, Armindo de Barros, Joaquim Alves da Silva, João Simões de Carvalho, Antonio S. Mesquita Pacheco, Abraham Cohen, Augusto Girão da Silva, Alfredo Escocio de Freitas, João Baptista Guimarães, Eduardo Pinto de Almeida, Henry Levy, Fernando Roig Solé, Manoel Pacifico Galvão e Felix Levy.

Esta pequena campanha de animosidades receberia ainda o integral apoio da "Folha do Amazonas", jornal pertencente ao Senador Silvério Nery. Entretanto, não se pretendia fazer batalha através da imprensa local, procurava-se uma solução a contento das duas partes e aqueles que apostaram numa ferrenha degladição entre duas Instituições seculares, tiveram uma tremenda decepção, pois a solução seria civilizada e amigável. O então governador do Estado Ir.'. Jonathas Pedrosa chamou "às falas" o diretor da Instrução Pública, Dr. Rodrigues Costa, enquanto que a Loja "Rio Negro" em comissão presidida pelo saudoso professor Plácido Serrano Pinto de Andrade dirigiu-se ao Palácio Episcopal a fim de entrevistar-se com Dom Frederico Benicio de Souza Costa, a quem também fariam uma série de exigências visando conciliar a questão. Depois de retratar-se públicamente, Dom Frederico Benicio foi transferido de Manaus.

Segundo consta dos anais da Grande Benem.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro", ainda no ano de 1913 os OObr.'. desta Oficina converteriam em realidade o sonho da compra de um terreno em que pudessem erigir o seu Templo próprio tão almejado. Impreterivelmente a "Rio Negro" teria que deixar sua "veia cigana" de aninhar-se a cada período em um Templo diferente para levar a efeito o seu trabalho, além de pesarem também os alugueis dispendidos e que aumentavam em cada mudança que se realizava.

O passo inicial para a compra do terreno seria dado no dia 25 de abril de 1913, quando em sessão realizada naquele data, o Ir.'. João Ayres da Cruz, pertencente ao quadro da Loja, colocou à venda um terreno de sua propriedade, nomeando o seu bastante procurador o Ven.'. Armindo de Barros, pois as suas atividades profanas exigiam que estivesse quase que constantemente viajando pelo interior. Por determinação do Ven.'. Armindo de Barros, êste assunto seria tratado na próxima sessão de finanças.

Conforme anteriormente estabelecido, no dia 02 de maio de 1913 realiza-se a sessão de finanças e na qual seria decidida a compra do terreno da Loja "Rio Negro".

Nesta sessão o Ir.'. João Ayres da Cruz entrega ao Ven.'. Armindo de Barros a seguinte autorização: "Illm Snr. Armindo de Barros - Presente - Am.º e Snr - Autorizo V. Sª a vender de minha conta à Loja

Maçônica "Rio Negro" o terreno de minhas propriedade, sito à Rua Municipal, contíguo ao palacete do Coronel Guerreiro Antony, com 11 metros de frente e 60 metros de fundo, pela quantia de sete contos de reis (7.000\$000), entregando à mesma Loja, na ocasião do recebimento, a quantia de quinhentos mil reis (500\$000) para auxílio da construção do Templo da mesma. Subscrevo-me com toda a estima - De V. Sr.^a Att^o (A) João Ayres da Cruz."

A Comissão de Finanças, integrada pelos Ilr.^s. Fernando Roig Solé, Antonio Oliveira Mendes Cavalheiro e Carlos da Gama Rodrigues, na mesma sessão apresentou o seguinte parecer a respeito da compra do imóvel: "Em cumprimento às vossas determinações vimos apresentar o nosso parecer com referência à compra do terreno pertencente ao nosso Resp.^l. Ir.^l. João Ayres da Cruz e que se propõe a vendê-lo à nossa Loja pelo preço de sete contos de reis (7.000\$000). Fomos ver o terreno que é situado à Rua Municipal junto da residência do Coronel Guerreiro Antony e que tem onze metros de frente e sessenta de fundos. O local é um dos melhores nesta Capital e o terreno presentemente vale muito mais do que o preço pedido pelo Resp.^l. Ir.^l. João Ayres da Cruz e como a nossa Aug.^l. Loj.^l. tem metais assaz suficientes para efetuar essa compra, sem que o seu estado financeiro seja afetado com este dispêndido, somos de parecer que a nossa Aug.^l. Loj.^l. deve fazer a aquisição do aludido terreno pelo preço já mencionado, visto ser um bom emprego de capital, tanto mais que o terreno se presta para a edificação do nosso Templo, quando a Loja isso resolve."

Posto em discussão o parecer da comissão de Finanças, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Na mesma ocasião a Loja institui também um "Tronco" específico para a construção do Templo e aprova uma taxa extra a ser acrescentada em cada inic.^l. que fôsse realizada, no valor de 50\$000. Desta forma, estava dada a "arrancada" decisiva para a construção do Templo da Aug.^l. e Resp.^l. Loj.^l. Cap.^l. "Rio Negro".

A sessão de 11 de julho do mesmo ano, confirmaria a realização da compra do terreno da Loja "Rio Negro", pois quando da posse, nesta mesma ocasião, do novo Tesoureiro, Ir.^l. Paulo Corrêa de Araújo, êste recebe das mãos do seu antecessor, Ir.^l. Fernando Roig Solé, a seguinte prestação de contas:

Saldo em caixa:	Rs 181\$200
Uma caderneta de poupança do Banco do Brasil:	Rs 8.853\$420

E junto com a prestação de contas, o recém empossado Tesoureiro recebe ainda a escritura e os documentos de compra do terreno situado na Rua Municipal, de propriedade da Aug.^l. e Res.^l. Loj.^l. "Rio Negro".

O ano de 1913 ainda traria uma situação bastante desagradável para os OObr.^l. da Loja "Rio Negro" pois no dia 23 de julho um dos seus

OObr.'. sofreria um terrível atentado no qual seria assassinado por engano o seu próprio filho. Tratava-se de Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, então exercendo o cargo de Grão Mestre Estadual do Amazonas. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt continuava sofrendo as consequências da tórpe e malfada trama política, que o depusera e depois o reintegrara no cargo de governador do Estado, em 1910.

Considerando a impecável atuação maçônica como Obr.'. da "Rio Negro" e mesmo depois já no cargo de Grão Mestre Estadual, a Loja no dia 25 de julho de 1913 expede uma moção de solidariedade ao Grão Mestre, em face dos tristes acontecimentos registrados em nossa Capital. É a seguinte a íntegra dêste documento: "Ao Ilustre e Pod.'. Ir.'. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, 33.'. Gr.'. Mest.'. do Gr.'. Or.'. Estad.'. do Amazonas.

A Loj.'. Cap.'. "Rio Negro" representada por suas LL.'. abaixo assinadas, tendo tido conhecimento, pela imprensa desta Capital, do atentado selvagem de que fostes vítima na manhã de 23 do corrente, atentado êste que tinha por fim eliminar-vos do nosso meio, onde sois respeitado e admirado pelos raros predicados que vos ornar o espírito, não pode permanecer silenciosa não só por serdes um maç.'. esforçado e Benem.'. como por ocupardes nêste Or.'. o seu mais elevado posto.

Protestando com todas as nossas forças contra essa inqualificável agressão e hipotecando-vos a nossa solidariedade, nada mais fazemos que cumprir o nosso dever de maç.'. e de cidadãos civilizados a quem repugnam e revoltam tais atos de barbárie. Sois o sustentáculo da nossa Subl.'. Ord.'. e o elo mais solido da nossa cadeia de união, o que quer dizer que zelando por vós, pela vossa honra, salvamos o brio e honra da Maç.'. Amazonense. Aceitai o abraço fraternal dos vossos Ilr.'. e AA.'. "Assinam êste documento os Ilr.'. Armindo de Barros, Ven.'.; Manoel Candido Ribeiro de Menezes, Orad.'. e Manoel Pacifico Galvão, Secr.'.

Mesmo tendo o terreno, a Loja "Rio Negro" continuava sem Templo. Iria funcionar com os seus trabalhos no Templo da co-irmã "Esperança e Porvir" até o ano de 1918, quando então se transferiria novamente.

No ano de 1915, em vista da crise econômica que aflinge as classes menos favorecidas, principalmente os migrantes provenientes do Nordeste, realiza-se na sessão da Assembleia Geral do Grande Oriente Estadual, um debate visando a adoção de medidas por parte da Maçonaria para minimizar o sofrimento da população menos favorecidos. Os suburbios da Capital encontravam-se repletos de flagelados do nordeste. Juntam-se a esta questão ainda os problemas surgidos com o inicio da Primeira Grande Guerra Mundial. O Amazonas não deixou também de sofrer os seus efeitos. E diante dêstes fatos, a Maçonaria não ficaria omissa e um dos OObr.'. da Loja "Rio Negro", ou seja o Ir.'. Silvestre Silva, presente a esta reunião da Assembleia Geral concebe a idéia da cri-

ação do Dispensário Maçônico. Esta entidade teria como objetivo auxiliar a pobreza local através do armazenamento de generos alimenticios e roupas para serem distribuidos entre os mais necessitados. A idéia teve uma repercussão formidável e no dia 12 de agosto de 1915, o Dispensário Maçônico já era uma realidade tendo inclusive os seus Estatutos aprovados nesta data. O seu Conselho Administrativo seria integrado por um presidente, um Secretário, um Tesoureiro e sete comissários.

Em principio o Dispensário Maçônico teria como finalidade precípua ocasionar a distribuição de socorros, constantes de assistência médico-farmacêutica e dietas aos enfermos necessitados, desprotegidos ou inválidos que não pertencessem a qualquer outra instituição de caridade congênere. Generos alimenticios e roupas, também seriam distribuidos, mas apenas àqueles que comprovadamente fôsem necessitados, doentes ou inaptos para o trabalho. Por outro lado, o auxilio monetário seria dado conforme os casos, após extrema e rigorosa sindicância.

Como já estavam traçadas as metas prioritárias do Dispensário Maçônico êste providenciou a criação de Postos Médicos em São Raimundo, Vila Municipal, Cachoeirinha e Constantinopolis para que todo necessitado fôsse atendido. Para tanto o Dispensário Maçônico pediu auxilio a todos os Poderes Públicos e à Santa Casa de Misericórdia visando obter verbas e remédios, além de assistência médica para quantos precisassem.

Mais uma vez a "Rio Negro" se faria presente à frente desta entidade de assistência pois o seu primeiro presidente seria um Obr. desta Oficina, ou seja o Ir. Coronel Alfredo Cândido de Arruda, que se destacou sobremaneira à frente do Dispensário através do seu esforço de realização. Através de Decreto que recebeu o nº 918 o governo do Estado do Amazonas passou a considerar o Dispensário Maçônico de utilidade pública. Referido Decreto foi assinado no dia 17 de setembro de 1917.

Inúmeros têm sido os obstáculos enfrentados pelo Dispensário Maçônico, devido principalmente ao enorme desequilibro da situação econômica local. Mas apesar das fases críticas por que passou a sua subsistência continua sendo até os nosso dias uma questão de honra para o mundo maçônico.

Para que se tenha uma idéia da importância da fundação do Dispensário Maçônico vale dizer que tanto a imprensa profana como os órgão de divulgação maçônica a nível nacional, tiveram os mais elogiosos comentários a respeito do acontecimento. O "Comércio do Amazonas" a "Folha do Amazonas" o "Boletim Maçônico" o "Boletim do Grande Oriente do Brasil" e a "Gazeta da Tarde" abriram manchetes em suas edições, editando elogios rasgados sôbre a iniciativa da Maçonaria amazonense na fundação desta entidade que viria prestar inestimáveis serviços sociais à comunidade amazonense de um modo geral. É de uma das principais matérias do jornal "A Gazeta da Tarde" o texto que segue: "Ao que soube-

mos, a Benemérita Amazonense resolveu criar, com o fim de socorrer os necessitados de Manaus, o Dispensário Maçônico do Amazonas". É uma útil instituição que vem prestar valiosos serviços aos pobres de Manaus, entregues na atualidade a toda sorte de privações. É de esperar que a nossa população e que todas as classes sociais prestem inteiro apoio à bela iniciativa da nobre Instituição Maçônica."

Por outro lado, também o Grande Oriente do Brasil teceu os mais elogiosos comentários sobre o citado evento, em seu boletim editado em setembro de 1915. Eis um pequeno trecho da nota divulgada: "No dia 01 de agosto foi fundado em Manaus, sob os auspícios da Maçonaria Amazonense, o "Dispensário Maçônico", com o fim de socorrer os indigentes daquela cidade, que acoitados pela atual crise econômica-financeira, ali se encontram sem trabalho e entregues à maior penúria."

Sem sobra de dúvidas a fundação do Dispensário Maçônico à época em que ocorreu, era considerada uma idéia muito nobre, todavia embuida de uma audácia a toda prova. Levando-se em consideração que justamente nesta época Manaus via-se envolvida em séria crise econômico-financeira, onde a população residente se privava de inúmeras coisas, sem contar a invasão dos retirantes do nordeste que em bandos invadiram a cidade à procura da sobrevivência. E assim, não raro, as ruas de Manaus eram tomadas por pessoas maltrapilhas, doentes e esfomeadas, vivendo da caridade alheia. A imprensa local da época define muito bem a triste situação: "A população local curte rudes amarguras e fica surpresa e horrorizada ante a inesperada e contínua chegada desses bandos de infelizes, famintos, enfermos e seminus, que imploram a caridade dos habitantes de Manaus. A hora é crítica, o horizonte sombrio e apreensivo; no espírito dos habitantes paira um misto de pavor e de compaixão e a angustiante incerteza do que será o dia seguinte. Os mais valorosos estão acabrunhados. E tudo isso, sofrendo ainda as incertezas do desfêcho de uma Grande Guerra Mundial." Como se pode ver, a fundação do Dispensário Maçônico, num cenário desta natureza merecia de fato todos os encômio e ainda mais volerosos foram aqueles que tomaram a si a responsabilidade de fazer com que esta entidade, recém criada, continuasse a sobreviver honrosamente, para atender a todas as necessidades a que se propusera. Graças à intrepidez de homens que não temiam obstáculos, esta verdadeira cruzada de caridade foi coroada de êxito e até os nossos dias temos o Dispensário Maçônico em plena atividade.

Embora todas as gestões anteriores tivessem dado a devida atenção à manutenção desta entidade filantrópica, na gestão do Grão Mestre Renan Corrêa Peixoto, o Dispensário Maçônico, que já tem os seus 81 anos de vida, é totalmente modernizado, adaptando-se definitivamente às exigências de modernidade do século em que vivemos. Além de novas incumbências, o Dispensário Maçônico recebe os benefícios da informática, sendo também responsável pela coordenação dos trabalhos

de assistência médica toda comunidade maçônica deste Estado. Juntamente com a sua total remodelação o Dispensário Maçônico é entregue à administração do Ir.'. Paulo de Almeida Porto que na presidência desta entidade tem reafirmado as suas qualidades de bom administrador, já comprovadas em outras atividades desenvolvidas no mundo maçônico, onde tem ocupado diversos cargos de destaque.

Manaus, embora estivesse distante do cenário central da Grande Primeira Guerra Mundial, não deixou de sofrer as consequências deste embate. Durante o período de 1914 a 1918 o povo amazonense sofreria as agruras de uma crise econômico-financeira sem precedentes. Este desequilíbrio econômico já tivera os seus primeiros sintomas no ano 1912, pela falta quase absoluta de transportes aos nossos produtos florestais, de vez que eramos uma região que vivia quase que exclusivamente do extrativismo, sendo pouquíssimos os que se dedicavam inteiramente ao comércio e à indústria.

Esta crise financeira atingiria inclusive a Maçonaria que iria restringir ao máximo os seus programas de assistência social e até nos seus Templos de trabalho refletia-se a agrura do momento econômico.

Em sessão levada a efeito no dia 23 de junho de 1916 a Loj.'. "Rio Negro" recebe expediente comunicando que no dia 13 de junho do mesmo ano, a Loj.'. "Fraternidade Amazonense" se fundira com a sua irmã "Deus, Lei e Perseverança". Este acontecimento já seria o prenúncio de que também a Ordem sentiria o reflexo da atual situação econômico-financeira.

Em meio a tantas dificuldades financeira e de todas as consequências advindas desta situação a Loja "Rio Negro" não deixou de trabalhar no sentido de ampliar sempre o seu quadro de OObb.'. que eram escolhidos obedecendo os mais rigorosos critérios da Ordem. Visava som isso conseguir cada vez maior número de Obreiros da Arte Real com a finalidade de manter sempre forte os alicerces do edifício espiritual construído através dos anos e que jamais poderia ser abalado por circunstâncias efêmeras de uma miserável crise passageira.

Tanto assim, no dia 23 de setembro de 1916, em magna sessão de inic.'. A Loja "Rio Negro" recebe o prof.'. Dr. Pedro de Alcântara Bacellar, para conceder-lhe o direito da Verdadeira Luz e com isto recebe mais um Obreiro em seu quadro, que viria a exercer o cargo de governador do Estado do Amazonas.

Mesmo vendo-se face às consequências da crise financeira que abalou todas as classes sociais amazonense, a Loja "Rio Negro" não deixa de atender a inúmeros pedidos de auxílio financeiro, feito até por Ilr.'. do seu próprio quadro e muito menos deixa de honrar a sua participação incontestada nos empreendimentos maçônicos como seja o Asilo de Mendicidade e o Dispensário Maçônico. Vale aqui dizer, sem sombra de dúvidas e isto está registrado em documentos históricos, que a Loja "Rio

Negro" foi um dos principais, senão o principal esteio de subsistência tanto do Asilo de Mendicidade como do Dispensário Maçônico, durante os anos da crise econômica.

Em sessão que teve lugar no dia 16 de fevereiro de 1917, o então Ven.º da Loja "Rio Negro" Ir.º Manoel Esteves Coutinho, comunica a situação financeira crítica em que se encontra o Gr.º Or.º Estadual, que estava sem recursos para solvêr os seus compromissos com o Gr.º Or.º do Brasil, a ponto de não ter em caixa o numerário para fazer o pagamento da contribuição anual, relativa ao período de 1916-1917. Nesta mesma ocasião o Ven.º Manoel Esteves Coutinho ainda fez ver que o não pagamento desta anuidade poderia redundar na extinção do Gr.º Or.º Estadual, em conformidade com o Reg.º Ger.º da Ordem.

Nesta ocasião assumira o cargo de Gr.º Mest.º Estadual, o Ir.º Senador Silvério José Nery, tendo como Gr.º Mest.º Adj.º o Ir.º Cel. Henrique Taborda de Miranda e a Loja "Rio Negro", por decisão dos seus OObb.º, resolveu solucionar a questão. Através de cotização feita entre os Ir.º desta Oficina, no dia 12 de abril de 1918 faz-se a entrega da importância de Rs 1.000\$000 à Tesouraria do Gr.º Or.º Estadual, visando saldar a dívida com o Grande Oriente do Brasil. O recibo desta doação tomou o número 23, sendo assinado pelo Ir.º Giuseppe Paggani Vulcani que à época exercia o cargo de Gr.º Tesoureiro. Este recibo inclusive não deu entrada na tesouraria da Loja "Rio Negro", pois, segundo o seu Ven.º na época, Ir.º Manoel Esteves Coutinho, esta soma foi obtida através de subscrição feita entre os OObb.º, não tendo sido retirada dos cofres da Oficina.

Durante 13 anos, a Aug.º E Resp.º Loj.º "Rio Negro" funcionou no templo da sua co-irmã "Esperança e Porvir" ou seja de 1905 a 1918. Por não possuir um Templo próprio, a "Rio Negro" pagava alugueis e que agora, em plena crise econômico-financeira, passavam a pesar nos seus cofres e tinha que se partir para a diminuição de despesas e sair à procura do mais barato. Além disso, alguns problemas administrativos, fizeram com que a partir do dia 19 de agosto de 1918, Loja "Rio Negro" voltava a realizar os seus trabalhos no Templo da Loja "Amazonas", localizado na Rua Leovigildo Coelho, a quem pagaria um aluguel mensal de 45\$000 (quarenta e cinco mil reis).

No Templo da Benem.º Loja "Amazonas", os trabalhos da Loja "Rio Negro" seriam desenvolvidos até o dia 22 de dezembro de 1922, quando então, atendendo a convite feito pela co-irmã "Conciliação Amazonense" passaria a realizar as suas sessões no Templo desta Oficina que já funcionava em Templo próprio, localizado à Rua Dr. Alminio. O aluguel a ser pago à "Conciliação Amazonense" seria da ordem de 25\$000 (vinte e cinco mil reis). Todavia, considerando-se o elevado número de OObb.º da Loja "Rio Negro" estes concluíram que o Templo da sua co-irmã já estava ficando pequeno. Desta forma, no dia 13 de junho

de 1924, as sessões da Loja "Rio Negro" voltaram a ser realizadas no Templo da Benem.'. Loja "Amazonas".

É justamente neste ano, no dia 24 de junho, que a Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro", em sessão magna de posse das LLuz.'. e OOff.'. eleitos para o ano administrativo 1924-1925, é escolhida para cenário de uma das mais significativas homenagens. Nesta ocasião magna, o Ir.'. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, é agraciado com a medalha de ouro de Benemérito da Ordem, pelos seus relevantes e inestimáveis serviços prestados durante cinquenta anos à Maçonaria amazonense. Tal honraria, seria conferida ao Ir.'. Antonio Clemente R. Bittencourt, pelas mãos do Ir.'. Coronel Henrique Taborda de Miranda, Grão Mestre Adj.'. do Gr.'. Or.'. Estadual.

Seria no ano de 1924, tendo mais uma vez como Ven.'. o Ir.'. Armindo de Barros, responsável em gestões anteriores pela compra do terreno para a construção de um Templo, que a Loja "Rio Negro" voltaria a movimentar os seus OObb.'. em torno desta questão, um sonho acalentado por muitos anos.

O terreno para a construção do seu Templo, havia sido comprado em maio de 1913. Porém, durante os anos de crise econômica que se abateu sobre o Amazonas a documentação desta compra, ou seja as escrituras, haviam sido esquecidas e por motivos não definidos, foram considerados como extraviadas, nas consecutivas mudanças que a Loja "Rio Negro" fazia, pela falta de um Templo próprio. Ao ser empossado como Ven.'. no ano administrativo de 1924-1925, o Ir.'. Armindo de Barros, que fôra o intermediário da compra do terreno em gestões anteriores, determinou que estes documentos fossem localizados. Reclamações constantes, fizeram com que no dia 4 de julho de 1924, durante a sessão, os referidos documentos aparecessem no Tronc.'. de Prop.'. e Inf.'. . Tratava-se de três escrituras públicas devidamente autenticadas e que comprovavam a aquisição de um terreno situado na Rua Municipal, atualmente Av. Sete de Setembro, de propriedade desta Loja.

Para evitar novos dissabores, o Ven.'. Ir.'. Armindo de Barros determinou que fosse feito um inventário dos objetos da Loja "Rio Negro" e que estes documentos de compra também constassem do mesmo. Assim feito, mandou-se registrar o inventário no competente livro daquela Oficina. Mais uma vez o Ir.'. Armindo de Barros conclamou todos os OOb.'. da "Rio Negro" para que num esforço conjugado, desta vez, se conseguisse concretizar o objetivo tão almejado. Mas não seria tão fácil esta empreitada, pois apesar da boa vontade de todos os seus OOb.'. A Loja "Rio Negro" apenas teria a sua sede própria aproximadamente duas décadas depois.

O corpo administrativo da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro" empossada para gerir esta Oficina no ano administrativo de 1927-1928 e que teve como Ven.'. o Ir.'. professor Agnello Bittencourt, além de se car-

acterizar pela exigência no cumprimento das leis maçônicas, destaca-se pelo fato de ser a primeira administração a comemorar o aniversário de fundação desta Oficina. Por determinação do seu Ven.'. professor Agnello Bittencourt realiza-se no dia 5 de novembro de 1927 uma sessão magna de inic.'. justamente para marcar o transcurso do trigésimo primeiro aniversário de fundação da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro"

O Ir.'. Agnello Bittencourt, um dos mais destacados e homenageados Obreiros da "Rio Negro" ao fazer uso da palavra, depois de citar, como historiador que era, as principais passagens da "Rio Negro" desde a sua fundação, definiu para os presentes o seu conceito de Maçonaria: "o principal fundamento da sua força reside no compromisso que prestam os seus Obreiros de se considerarem mutuamente como irmãos, devendo em tudo o que não contrarie os fins da Ordem, auxiliarem e socorrer-se uns aos outros, mesmo com o risco da própria vida, sejam quais forem as condições circunstanciais e lugar em que se encontram."

Ainda no ano de 1927 a "Rio Negro" passa de Loja Capitular para Loja Simbólica, em razão de ter adotado as Leis Gerais do Simbolismo e mesmo porque cessavam todas as prerrogativas das Lojas Capitulares uma vez que se fundára em Manaus, o Gr.'. Cap.'. "Saldanha Marinho", órgão êste que ficaria subordinado diretamente ao Sob.'. Supr.'. Cons.'. do Gr.'. 33 do Rit.'. Esc.'. Ant.'. e Acc.'.

Durante o ano de 1927 a Loja "Rio Negro" ainda registraria nos seus anais, ou seja durante a sessão levada a efeito no dia 3 de junho, o falecimento de um dos seus mais destacados Obreiros: Dr. Virgílio Ramos. Ao usar da palavra durante a mencionada sessão, após anunciar o triste acontecimento, o Ir.'. Manoel Esteves Coutinho traçou os maiores encômios sôbre o falecido afirmando ainda que o Dr. Virgílio Ramos haveria de deixar uma enorme lacuna no quadro daquela Oficina, onde durante anos e anos deixára as marcas da sua laboriosa atuação nas lides maçônicas, fazendo-se benquistado por todos que o cercavam. Na mesma ocasião, o Ir.'. Manoel Esteves Coutinho solicitou ainda que fôsse registrado nos livros da "Rio Negro" um voto de pesar em sinal de eterna memória ao Dr. Virgílio Ramos e que foi lavrado da seguinte forma: "A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro" ao Or.'. de Manaus, profundamente contristada pelo falecimento do seu prestimoso Obreiro e amigo da Ordem Dr. Virgílio Ramos, 18.'. membro efetivo de seu quadro, deixa aqui, nêste ba-laustre, consignado o sentimento de eterna saudade pela perda de tão valioso elemento."

Nêste ano, no mês de outubro, se registraria também o retôrno do Ir.'. professor Agnello Bittencourt às suas atividades de Ven.'. da Loj.'. "Rio Negro". O mesmo se encontrava afastado das suas atividades nesta Oficina por se encontrar enfêrmo e o tratamento médico fizera com que se

deslocasse até a capital do Pará. O seu afastamento se dera no mês de junho daquele ano e ao reassumir suas atividades, durante a sessão do dia 21 de outubro o Ven.'. Agnello Bittencourt fez questão que fôsse inscrito nos livros da Loj.'. "Rio Negro" a sua "eterna gratidão tendo em vista a atenção, a solidariedade e inclusive a assistência pessoal que recebera por parte dos Obreiros daquela Oficina, durante todo o período da sua doença, tanto em Manaus como em Belém, onde concluiu o seu tratamento. Profundamente sensibilizado, quero agradecer esta manifestação de afeto e de união maçônica."

O assunto do terreno comprado pela Loj.'. "Rio Negro" mais uma vez viria à baila na sessão do dia 16 de dezembro de 1927, quando da discussão de assuntos ligados ao encerramento do ano administrativo. O Ir.'. José Maria de Freitas Xixaro Junior, que durante os anos anteriores alugára o mencionado imóvel à razão de 50\$000 mensais, comunicava ao Ven.'. Agnello Bittencourt que colocava à disposição da Oficina o mencionado terreno no qual construira um barracão para o funcionamento de uma pequena oficina para autos". Todavia com o aumento do aluguel para 100\$000 não teria condições de arcar com o mesmo, fazendo assim doação de todas as benfeitorias realizadas à Loj.'. "Rio Negro".

Em 1928, no mês de março, a Loj.'. "Rio Negro" se veria enlutada mais uma vez com a perda de um dos seus mais atuantes Obreiros. Em sessão do dia 2 de março o Ir.'. Manoel Esteves Coutinho, comunica àquela Oficina o falecimento do Ir.'. Waldemar Scholtz, ocorrido na Alemanha, após drástico tratamento de saúde levado a efeito naquele país. O Ven.'. Agnello Bittencourt em rápidas palavras fez uma exposição dos inestimáveis serviços prestados pelo Ir.'. Waldemar Scholtz àquela Oficina e à Ordem. Em seguida, atendendo à solicitação do Ir.'. Manoel Esteves Coutinho determinou que fôsse registrado em Bal.'. um voto de pesar e que fôsse também enviado correspondência à viúva do falecido apresentando as condolências da Aug.'. e Resp. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro". O voto de pesar fôra assim registrado: "A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro" representada pelos seus Obreiros lamentando o desaparecimento do Ir.'. Waldemar Scholtz, que em vida relevantes serviços prestou a esta Off.'. e à Ord.'. em Gr.'. , vem como provas de sincera dôr e eterna lembrança, consignar no presente Bal.'. êste voto de pesar."

No dia 12 de março de 1928 teria lugar no bairro de Constantinópolis, às 19:30 horas a solenidade de inauguração da escola "Antônio Bittencourt". Êste estabelecimento de ensino noturno e gratuito, fôra criado e patrocinado pela Loj.'. "Rio Negro". Na solenidade de inauguração desta escola, ao fazer uso da palavra o Ir.'. Virgílio de Barros, orador desta Oficina, salientou mais uma vez a abnegação e trabalho incansável a favor da educação, tanto do Ven.'. Agnello Bittencourt, intimamente ligado a esta área, como da Loj.'. "Rio Negro" e da Maçonaria de um modo geral. Esta seria apenas a primeira escola a ser criada e manti-

da pela Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro" proclamando assim um dos fundamentos básicos da filosofia maçônica de combater a ignorância e o analfabetismo. Para reger esta escola Maç.', o Sob.'. Gr.'. Mest.'. do Gr.'. Or.'. do Amazonas e Acre através de Ato que levaria o nº 18 nomearia o bacharel Nelson Ferreira.

Ainda no mês de março dêste mesmo ano o Ven.'. Agnello Bittencourt, atendendo às solicitações do Gr.'. Mest.', procederia à nomeação da comissão que representaria a Loj.'. "Rio Negro" na Caravana de Vanguarda dos Ideais Maçônicos, cuja primeira reunião teria lugar no dia 21 de abril no Templo da Benem.'. Loj.'. Amazonas". Referida comissão ficou assim constituída: Membros efetivos, Virgílio de Barros, Manoel Esteves Coutinho e Agnello Bittencourt. Suplentes: Dr. Henrique Farias e Dr. Francisco Galvão. Esta Caravana de Vanguarda dos Ideais Maçônicos fôra idealizada pelo Gr.'. Mest.'. do Gr.'. Or.'. do Amazonas e Acre, sendo integrada por Obreiros de todas as Lojas Maçônicas existentes em Manaus e que teria como finalidade visitar uma a uma as Oficinas com o intuito de se conseguir um maior entrosamento da comunidade maçônica, além, é claro, de promover um debate geral dos problemas que afligiam a cada Loja e conseqüentemente a Ordem. Evidentemente tinha também por finalidade, debater outras questões ligadas à administração e à filosofia maçônica de cada Loja, ou em outras palavras, Levar com regularidade, o abraço coletivo e fraterno de quantos seguem e promovem os ideais maçônicos. Em todas as Lojas da Obediência nas quais participava a Caravana de Vanguarda dos Ideais Maçônicos lia-se com o máximo destaque, o "CREDO DA FRATER-NIDADE":

"Creio que o escopo da Fraternidade Maçônica é o cultivo da amizade entre pessoas que, de outra, forma olher-se-iam com prevenção, senão com rancor, ensinando-lhes que, a despeito das diferenças de raças ou de nacionalidade, de crença religiosa ou de partido político, de posição ou de fortuna, devem considerar-se irmãos e tratar-se como tais;

Creio que a Maçonaria, para satisfazer aos seus altos fins, deve ser o campo neutro onde se estudem as questões sociais e filosóficas, tendo por artigo de fé a liberdade de consciência sem restrições, mas cujos limites não podem ser transpostos pelas paixões pessoais, nem pelas desavenças das facções política e religiosa;

Creio no dever maçônico de concorrer com o supérfluo para as obras de utilidade geral e de beneficência no seu sentido mais elevado, destinadas a minorar os males que afligem a humanidade e a impulsionar a instrução e a educação moral do povo;

Creio que o Maçon, se descobrir que um irmão está em dificuldade, tem o dever de correr em seu auxílio, com o conforto das boas palavras e o oferecimento sincero dos seus préstimos, socorrendo-o, se for necessário, na altura de suas posses;

Creio que os Maçons têm o dever de evitar, entre si, a discórdia, a injúria e a maledicência, não permitindo que em sua presença seja caluniado outro Maçon, cuja reputação lhes cumpre defender a todo transe; Creio que a Maçonaria é universal e todos os Maçons espalhados sobre a superfície da Terra não constituem mais do que uma só Oficina; Creio que o Amor Fraternal é, ao mesmo tempo, a base, o arcabouço e o facho da Obra Maçônica, chamado Cadeia de União e é toda a sua glória.

O ano maçônico de 1928 se encerraria com uma sessão de finanças, onde o Ir.º professor Agnello Bittencourt prestaria contas das sua administração através de balancete para aprovação da Loj.º. Aprovado, o Ir.º Agnelo Bittencourt foi surpreendido pelas palavras do Ir.º Manoel Esteves Coutinho que lamentando não ser permitida a reeleição, pois esta seria a maneira mais adequada de se agradecer a excelente administração deste incansável Obreiro, solicitava que fôsse registrado no Bal.º da última sessão do ano maçônico, um voto de louvor em homenagem ao Ir.º Agnello Bittencourt pelos seus inestimáveis serviços prestados àquela Off.º. A sugestão foi aprovada por unanimidade e ficou assim registrada: "A Aug.º e Resp.º. Loj.º. Simb.º. "Rio Negro" representada pelos seus OObrr.º. congratulando-se pelos relevantes serviços prestados pelo Pod.º. Ir.º Ven.º professor Angello Bittencourt, a nossa Subl.º. Ord.º. e muito especialmente à nossa Off.º., resolveu por unanimidade de votos como prova de eterna satisfação e agradecimento, consignar no presente Bal.º. este voto de louvor. Manaus, 22 de junho de 1928."

Tendo em vista os inúmeros compromissos sociais assumidos pela Loja "Rio Negro" na manutenção de entidades filantrópicas, educacionais e mesmo a prestação de auxílio à viúvas de IIr.º já falecidos e que passavam por privações, esta viria a sentir no transcorrer do ano de 1928, os reflexos de uma situação financeira um tanto quanto delicada, restringindo bastante as suas despesas. Todavia os seus compromissos financeiros foram fielmente cumpridos, inclusive o aumento de aluguel do Templo solicitado pela co-irmã "Amazonas" através de comissão que se fez presente na sessão do dia 03 de agosto de 1928 comunicando que a partir daquela data o aluguel mensal seria de 60\$000 reis, levando-se em consideração as reformas de grande porte que estavam sendo realizadas no Templo em que ambas funcionavam.

Nêste ano comemorou-se também o primeiro aniversário da Carta Magna da Maçonaria Amazonense, ou seja a Constituição do Gr.º. Or.º. do Amazonas e Acre, sendo que em sessão levada a efeito no dia 10 de agosto por solicitação do Ir.º Raymundo Rodrigues das Neves, o Ven.º da Loja "Rio Negro" determina que seja lançado na ata dos trabalhos um voto de congratulações com o povo maçônico pelo transcurso deste evento. Esta resolução ficou assim registrada: "A Aug.º e Resp.º. Loj.º. Simb.º. "Rio Negro", por determinação do seu Ven.º, Ir.º Antonio Balbino dos Santos, insere no Bal.º. de hoje o presente voto de congratulações com o

povo maçônico, a pedido do Ir.'. Raymundo Rodrigues das Neves, e o faz com a mais ampla satisfação, pelo transcurso, no dia 07 de agosto, do primeiro aniversário da promulgação da Constituição do Gr.'. Or.'. do Amazonas e Acre."

Outro acontecimento que marcaria época, no transcorrer do ano de 1928, seria a visita à Loja "Rio Negro", da Caravanas de Vanguarda dos Ideais Maçônicos. O fato se registrou no dia 07 de setembro de 1928, tendo como Ven.'. Francisco Farias de Carvalho. Durante a comemoração desta visita, de integração maçônica, fez uso da palavra o Orador da "Caravanas" o Ir.'. Agnello Bittencourt que destacou o duplo sentido festivo daquela data: a confraternização maçônica e a comemoração do dia da Independência do Brasil, fatos êste sobejamente louvados pelos Maçons de nossa terra.

A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro" mantinha sob sua responsabilidade duas escolas noturnas de ensino gratuito e que eram inspecionadas pessoalmente pelos seus Obreiros, especialmente durante o período dos exames de final de ano, visando com isto monitorar o aproveitamento dos alunos bem como a eficácia dos seus professores. Assim sendo, no dia 19 de outubro de 1928 por determinação do Ven.'. Francisco Farias de Carvalho, foram designados os Ilr.'. Agnello Bittencourt e Virgílio de Barros, para acompanhar os exames das escolas maçônicas "Antonio Bittencourt" e "Gonçalves Lêdo" respectivamente. A Escola "Antonio Bittencourt" funcionava nas dependências do Grupo Escolar Machado de Assis e a Escola "Gonçalves Lêdo" no Grupo Escolas Silvério Nery, localizado na Praça dos Remédios.

Os anos 29 e 30 seriam caracterizados por profundas modificações políticas e também sociais. O fantasma da primeira guerra mundial pairava ainda pelo mundo afora e não raro deixara as suas marcas inconfundíveis através de crises econômico-financeiras, novos ideais políticos e inclusive reviravoltas administrativas.

Em sessão levada a efeito no dia 19 de abril de 1929 o Ir.'. Virgílio de Barros faz um relato dos acontecimentos registrados em Portugal, onde o governo determinou o fechamento do Gr.'. Or.'. de Portugal mandando encarcerar todos os maçons. Classificou êste procedimento como sendo um abuso aos direitos das instituições. Apoiado em suas afirmações pelo Ir.'. Manoel Esteves Coutinho, que classificou de verdadeiro vandalismo a atitude do governo português. Em seguida ambos solicitaram ao Ven.'. daquela oficina que fôsse comunicado ao Gr.'. Or.'. do Amazonas e Acre, que a Loja "Rio Negro" não cruzou os braços ante tais atos de vandalismo do governo de Portugal e que a mesma estava lançando veemente protesto contra o fechamento do Gr.'. Or.'. Maçônico de Lisboa. Além disso solicitaram ainda que constasse na ata dos trabalhos o seguinte protesto:

"A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro" ao Or.'. de Manaus, tomando na devida consideração a proposta do Ir.'. Virgílio de Barros, bri-

lhantemente secundado pelo Ir.'. Manoel Esteves Coutinho e calorosamente aplaudida e aprovada por todos os OObr.'. presentes, resolve consignar no presente Bal.'. o seu mais veemente protesto contra o ato do governo português, mandando fechar violentamente pelo direito da fôrça, o Gr.'. Or.'. Luzitano, com sede em Lisboa.

Este gesto de despotismo e prepotencia é bem um reflexo da autocracia dos ditadores, e a Loj.'. "Rio Negro", como pequeno elo da indissolúvel cadeia formada pelos homens livres e de bons costumes, não podia conservar-se indiferente à sorte dos Ilr.'. de além mar.

O fechamento de um templo maçônico sob o pretexto de garantir a estabilidade de um governo é um verdadeiro sinal de retrocesso e uma prova de decadência desse mesmo governo, que assim procura sacrificar as liberdades públicas ao peso das opressões e tiranias. Nestas condições a Loj.'. "Rio Negro" protestando com veemência contra a atitude do governo português, declara-se inteiramente solidaria com os Ilr.'. do Gr.'. Or.'. Luzitano que deve acostelar-se na indestrutível verdade proclamada pelo grande Almeida Garret, de "não haver algemas para o coração".

Seria em uma sessão Magna de Inic.'. , com a presença do Gr.'. Mest.'. do Gr.'. do Amazonas e Acre, Desembargador Gaspar Antonio Vieira Guimarães, que cinco Ilr.'. do quadro da Loja "Rio Negro", seriam agraciados com diplomas de Beneméritos da Ordem, em consideração aos inestimáveis serviços prestados à Ordem e em particular à própria Loja. Esta cerimônia teve lugar no dia 25 de maio de 1929, sendo que os Ilr.'. agraciados foram: Agnello Bittencourt, Virgílio de Barros, Antonio Balbino dos Santos, Manoel Esteves Coutinho e Francisco Farias de Carvalho. A esta efeméride maçônica se fizeram presentes Comissões da "Amazonas", "Esperança e Porvir", "Aurora Luzitana" e "Conciliação Amazonense" que por intermédio dos seus Oradores louvaram a atuação maçônica dos homenageados, que além de Maçons exemplares eram personalidades de destaque no mundo profano, onde labutavam nas mais diferentes atividades sociais.

A sessão levada a efeito no dia 1º de agosto de 1930 seria caracterizada pelos debates a respeito de fatos que relutaram todo o país: o assassinato do presidente João Pessôa, ocorrido em Recife, Estado do Pernambuco. Depois de ter sido totalmente esgotado o assunto em questão, por determinação do Ven.'. Manoel Esteves Coutinho, com a aprovação unânime dos presentes foi lançado na ata dos trabalhos um voto de pesar cuja íntegra é o seguinte:

"A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro" por proposta do seu Resp.'. e Pod.'. Ir.'. Ven.'. em Sess.'. Econ.'. de 1º de agosto de 1930, e por todos os OObr.'. aprovada, tendo conhecimento da grande catástrofe que enlutou a Itália, bem assim da tragédia desenrolada na cidade do Recife da qual resultou fazer tombar o vulto do grande brasileiro e propugnador

das idéias democráticas na nossa querida Pátria o invencível Presidente Dr. João Pessoa, associando-se às justas homenagens que lhe estavam sendo prestadas, resolveu lavar em ata dos seus ttrab.'. um VOTO DE PESAR por esses tristes acontecimentos."

Este procedimento por parte da "Rio Negro" teve ampla repercussão junto às demais Lojas, fazendo com que também estas se manifestassem através de votos de pesar e de protestos, principalmente sobre a prematura morte do então Presidente João Pessoa, "vítima de um ato brutal" como diriam as outras co-irmãs.

Outro fato que mereceu a inteira atenção da Loja "Rio Negro" e também debatido exaustivamente durante os seus trabalhos realizados no dia 15 de agosto do mesmo ano, foi a agressão moral sofrida pelos Ilr.'. Agnello Bittencourt e Plácido Martins Serrano de Andrade, respectivamente Diretor do Ensino Público e Diretor do Gynásio Amazonense e que foram sumáriamente afastados dos seus cargos por questões meramente políticas, causando descontentamento não só no meio maçônico desta capital, como também no magistério local que expressou o seu inconformismo através de manifestações públicas levadas a efeito naquela ocasião. Mais uma vez a Loja "Rio Negro" capitaneou a sequencia de manifestos de protesto em relação dos fatos ocorridos e inclusive na ata dos seus trabalhos assim se manifestou:

"A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro" tomando conhecimento do modo brusco e descortez com que foram tratados pela mais alta autoridade do Estado e por autoridades policiais, ferindo moralmente os nossos PPod.'. Ilr.'. Dr. Plácido Martins Serrano e professor Agnello Bittencourt, aquele memb.'. da nossa Subl.'. Ord.'. e este Gr.'. Mest.'. Adj.'. em exercício do Gr.'. Mest.'. do Gr.'. Or.'. do Amazonas e Acre, resolveu lavar em seu Bal.'. veemente protesto por tamanhos e inqualificáveis atos, que abalaram não só o mundo Maç.'. como o prof.'. os quais jamais macularão essas duas potentes alavancas da educação moral e cívica da nossa cara Pátria."

No transcórre dos anos de 1930 a meados de 1933, a Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro" sofreria as consequências de uma tremenda crise financeira, chegando-se ao ponto desta Loja declarar-se, junto à sua co-irmã "Amazonas", de impossibilitada de arcar com as despesas de aluguel que a mesma devia pela utilização do Templo. Esta crise financeira interna, cujos motivos sob certos aspectos continuam inexplicáveis uma vez que os cofres da "Rio Negro" sempre foram fartos, apenas seria superada com a reeleição do Cel. Armindo de Barros para o cargo de Ven.'. No sentido de ajudar a sua co-irmã a superar esta fase difícil, a Loja "Amazonas" dispensa o recebimento dos alugueis atrasados e coloca o seu Templo à disposição sem qualquer ônus para a Loja "Rio Negro". O Ilr.'. Armindo de Barros obtem verbas junto à Prefeitura Municipal de Manaus num montante de 500\$000 reis, bem como consegue o apoio

financeiro de outros órgãos através do trabalho incessante de Obreiros dedicados do quadro da "Rio Negro". Re feita da crise, revertida a fase negativa por que passára, a Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro" volta, com as suas energias redobradas, a atuar junto aos mais diferentes segmentos da nossa sociedade.

Tendo-se em vista a atuação filantrópica da Loja "Rio Negro", esta trabalhava ombro a ombro com instituições de assistência social, sendo que algumas inclusive eram beneficiadas por subscrições feitas pelos Obreiros do seu quadro. Uma destas entidades era a Sociedade União Beneficente de São Raimundo que trabalhava pela assistência do bairro que levava o mesmo nome. Além de trabalhar pela assistência social da classe menos favorecida do bairro de São Raimundo esta entidade também se fazia presente junto às autoridades municipais visando carrear benefícios públicos, como construção de praças, jardins e arruamentos. Nêste seu trabalho a Sociedade União Beneficente de São Raimundo era auxiliada pela Loja "Rio Negro", além de financeiramente, também no sentido de fazer chegar às autoridades competentes as reivindicações de benfeitorias públicas para aquele bairro. Em vista dêste trabalho conjunto, no dia 13 de agosto de 1933, às 17:00 horas a Loja "Rio Negro", por determinação do Ven.'. Armindo de Barros, se faz presente através de uma comissão, às solenidades de inauguração do cemitério e da rampa de São Raimundo mandados construir pelo então Prefeito de Manaus, Dr. Alexandre Carvalho Leal. Mencionada comissão foi constituída pelos Iir.'. Virgilio Barros, Manoel Pacífico Galvão, Antonio Guedes de Araújo, Manoel do Espírito Loureiro, Luiz Americo Mestrinho, Celino Menezes e Pedro Augusto de Amorim.

A data de 12 de novembro de 1934, seria mais uma vez de profundo pesar para os Obreiros da Loja "Rio Negro" em vista do falecimento de um dos seus mais ativos integrantes do quadro daquela Oficina: Dr. Plácido Serrano Pinto de Andrade. O pezaroso acontecimento seria registrado na ata dos trabalhos da Loja "Rio Negro" do dia 16 de novembro do mesmo ano da seguinte maneira: "A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro" ao Or.'. de Manaus, tomando na devida consideração o pedido do Ir.'. de seu Quad.'. Virgilio Xavier de Souza, consigna no Bal.'. da sua sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo infausto e prematuro falecimento do Dr. Plácido Serrano Pinto de Andrade, lutuoso acontecimento êste ocorrido no dia 12 do mês corrente, nesta cidade, uma homenagem à sua memória de infatigável Obr.'. da nossa Subl.'. Ord.'. e propagador externo que sempre foi da nossa nobre Instituição."

O ano de 1935, seria caracterizado pela divulgação dos ideais políticos dos mais variados, evidenciando-se a infiltração comunista em todo o País e esta não deixaria de ter os seus reflexos nos meios políticos de Manaus. A propósito dêstes fatos na sessão do dia 20 de dezembro do mesmo ano, é lida uma Circular, de nº 897, endereçada ao Ir.'. Orad.'.

Pedro Augusto de Amorim, pelo Gr.'. Or.'. Dizia a referida circular: "É conhecido de todos quantos fazem parte da Maçonaria a fracassada tentativa de subversão da ordem e da tranquilidade pública por parte de maus elementos, nacionais e estrangeiros, que pretendem mudar violentamente as instituições políticas e sociais do nosso querido País, para implantar-lhe um regime contrário às nossas tendências morais e aos nossos sentimentos patrióticos. Trata-se de infiltração de credos extremistas no Brasil.

A vitória dos que adotam os princípios emanados de Moscou importaria, entre nós, em destruir completamente mais de um século de trabalho e esforços ingentes, da nossa Instituição, pela causa da Fraternidade e do progresso do povo brasileiro. Não tem sido poucos os Maçons sacrificados em nome da Liberdade e da Concórdia, batendo-se pela garantia da Família e engradecimento da Pátria, conseguindo criar e estando a desfrutar uma plenitude jurídica há muito firmada na ciência do Direito e no exercício da Justiça.

Como seria possível, nós Maçons, consentirmos na destruição desse regime, de paz e de segurança que tanto nos tem custado e a cuja sombra estamos consolidando, cada vez melhor, as nossas instituições sociais e os rumos da política nacional?

O extremismo dos agitadores bolchevistas o qual deseja avasalar o mundo, para o escravisar, como escravizou e ensanguentou a Rússia, é incompatível com os princípios pregados e observados pela Maçonaria. Todo Maçon que fôr extremista, disfarçado, embora, na Aliança Nacional Libertadora, rompeu o juramento prestado, quando do seu ingresso na Ordem. Afastemo-los de nós!

Os verdadeiros Maçons devem unir-se nesta hora de apreensões e dúvidas, aos Poderes Constituídos do País, prestando intransigente apoio ao Governo, na defesa da Pátria e da Família, dentro do regime assegurado pela Constituição e pelas Leis. É o que nos cumpre, como Cidadãos e Maçon, por um Brasil livre, tranquilo e humano.

Cumpramos o nosso dever!"

Este documento foi, posteriormente, lido em todas as Lojas Maçônicas desta Capital, tendo sido assinado pelo Ir.'. Elviro Dantas Cavalcante, Gr.'. Secr.'. Geral do Gr.'. Or.'. do Amazonas e Acre. Mencionada circular foi ainda divulgada através da imprensa de Manaus. Por parte dos Obreiros da Loja "Rio Negro" citada circular, após a sua leitura foi transcrita para os registros da mesma, além de ter sido lavrada uma Moção de Solidariedade registrada também pela mesma forma.

O ano de 1936 seria bastante auspicioso para a Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro", pois além de se destacar tanto no mundo maçônico como no mundo profano através da sua atuação social, seria também o ano da comemoração do seu 40º aniversário de fundação.

Em princípios deste ano, o mundo maçônico internacional seria surpreendido pelo falecimento do Grão Mest.'. da Maçonaria Britânica, Rei

Jorge V da Inglaterra. A Loja "Rio Negro" marcaria mencionado fato com profundo pesar e o registraria para a posterioridade, através do seu Bal.'. do dia 24 de janeiro por intermédio de um "Voto de profundo pesar" que ficou lavrado da forma seguinte: "A Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro":

Considerando, que Jorge V, Rei da Inglaterra era Maçon e nesse caráter exercia o alto cargo de Gr.'. Mest.'. da Maçonaria Britânica;

Considerando ainda, que o seu desaparecimento representa enorme perda, não só para a Grã Bretanha, como para o mundo inteiro e com especialidade para a Maçonaria em geral;

Considerando mais, que o querido morto além de seus predicados morais e pessoais, era intransigente, com energia suave, modesto, justo e altivo;

RESOLVE a Loj.'. "Rio Negro" lançar no Bal.'. de hoje, um "Voto de profundo pesar", pelo golpe que sofreu a política internacional com o falecimento de seu Rei Jorge V, chorando a nação enlutada, a morte de seu eminente e querido chefe.

Que o Sup.'. Arch.'. do Univ.'. derrame sobre o seu espírito a paz Eterna."

Seria neste mesmo ano, funcionando novamente no Templo da Loja mater da Obediência "Esperança e Porvir", pois desde 18 de novembro de 1932, deixára de realizar os seus trabalhos na Loja "Amazonas", que esta Oficina receberia uma das mais altas distinções conferidas pelo então Gr.'. Or.'. do Amazonas e Acre.

Dia 05 de novembro de 1936. A Loja "Rio Negro" preparou-se para comemorar o seu 40º aniversário com uma sessão Magna de Inic.'. e Comem.'. e que seria presedida pelo Sob.'. Gr.'. Mest.'. em exercício, professor Agnello Bittencourt.

Terminada a cerimônia da Inic.'. na qual foram inic.'. os proanos Omar Emir Chaves, João Manoel Cardoso Machado e João Ponce de Leão, fez uso da palavra o Ir.'. Orad.'. Dr. Celino Menezes, apresentando as suas conclusões sôbre a pompa e grandiosidade da cerimônia, lembrando ainda o transcurso do 40º aniversário da Loja "Rio Negro".

Em seguida, o Ven.'. Lucano Antony fez uma belíssima oração sôbre a fundação da Loja há 40 anos, evidenciando em sua alocação o esforço e a abnegação do nosso Ir.'. Desembargador Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, fundador da Loja "Rio Negro".

Ao terminar a sua oração, o Ven.'. foi cientificado pelo 1º Vig.'. Ir.'. Raul Tasso Vianna que à porta do Templo se encontrava uma comissão de altas dignidades maçônicas do Gr.'. Or.'. do Amazonas e Acre, presidida pelo Ir.'. Giuseppe Paggani Vulcani.

Recebida a Comissão, verificou-se que a mesma era portadora do Decreto de nº 55, documento êste que conferia à Aug.'. e Resp.'. Loj.'. "Rio Negro" o título de Benemérita da Ordem, pelos relevantes serviços

prestados à Maçonaria do Amazonas.

Levando-se em consideração o significado histórico deste documento e a importância deste título nos anais da Loja "Rio Negro" trazemos a seguir a íntegra do citado documento que assim ficou redigido:

DECRETO Nº 55

O professor Agnello Bittencourt, Eminente Gr.'. Mest.'. Adj.'. , no exercício do Gr.'. Mestrado, por substituição legal, etc; Fazemos saber a todas as Lojas Maçônicas e Maçons da Obediência, para que cumpram façam cumprir, que usando da atribuição que lhe confere a letra A do artigo 155 da Constituição promulgada no dia 07 de agosto de 1927; Atendendo a que a Sob.'. Assembl.'. Ger.'. em Sess.'. de 07 de setembro deste ano, aprovou a proposta de benemerência requerida a favor da Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro", desta obediência.

Considerando que essa Resp.'. Loja completa hoje, quarenta anos de utilíssima existência, durante a qual sempre se conduziu dando exemplos da mais alta disciplina e proveitoso trabalho ao bem da Ordem;

Considerando, nessa conduta, as demonstrações de energia dispendidas para expurgar do seu Quadr.'. elementos que traíram a pureza dos costumes maçônicos, tornado-se incompatibilizados para continuar no seio de uma Instituição que defende a moral e a família;

Considerando, ainda, os relevantes serviços prestados à instrução pública, desde muito tempo, com o seu valioso concurso à estabilidade das escolas mantidas pela Maçonaria, neste Or.'. , para combate ao analfabetismo;

Considerando, também, a beleza de sua organização atual, pela continuidade de suas excelentes administrações, maximé, as últimas, nas quais se distinguem inteligência, concórdia e abnegação;

Considerando, finalmente, que cumpre a este Gr.'. Mestrado assegurar todo o estímulo e apreço aos motivos e aos efeitos dessa prosperidade,

DECRETA:

Artigo 1º - É concedido o título de Benemerita da Obediência à Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. nº 04 "Rio Negro", ao Or.'. de Manaus, de que usará gravando-o em seus selos e timbres, antepondo-o aos outros títulos a que tem direito por Lei, e como tal será tratada em todos os Atos Oficiais.

Artigo 2º - Ficam dispensados os emolumentos consignados na tabela G, anexo nº 04 da Constituição.

O Muito Pod.'. Ir.'. Secr.'. Ger.'. fica encarregado da notificação e publicação deste Decreto.

Dado e gravado no Gabinete do Gr.'. Mestrado, ao Or.'. de Manaus, capital do Estado do Amazonas, sede dos PPod.'. CCent.'. do Or.'. do Amazonas e Acre, sob a abóboda celeste, no ponto vertical correspondente a 03, 08, 04" de Latitude Austral e 59, 59, 59" de Longitude Ocidental do Meridiano de Greenwich, aos 05 dias do mês de

novembro de 1936 (E.'. V'.).

(aa) Agnello Bittencourt - Gr.'. Mestr.'
Alfredo Cândido Arruda - Gr.'. Secr.'
José Gonçalves Dias - Gr.'. Chanc.'.

Como se pode ver os "considerandos" desse Decreto, bastante expressivos e eloquentes, dizem do valor dos atos que esta Oficina, a partir de então Benemérita, praticou com vantagem e relêvo dentro do programa das Leis que regem os princípios maçônicos, que conduzem ao progresso e ao equilíbrio social. Ao longo da existência da Ben.'. "Rio Negro" tôda ela dedicada ao aperfeiçoamento moral, no ensino do amor ao próximo, na prática das virtudes, no combate à ignorância, ao vício, aos êrros, aos preconceitos, no aprofundamento da fé e nos sentimentos de brasilidade, os seus Obreiros têm sido felizes na escolha dos seus dirigentes. As administrações sucederam-se, com maior ou menor energia, porém, todas elas dedicadas a um só ideal. Há fatos na "Rio Negro", que emocionam e servem de exemplo a quantos labutam nesta Oficina, pela sua importância, pela sua significação e pelo seu valor.

O ano de 1937, traria para a Benem.'. Loja "Rio Negro" uma grande perda entre os seus OObr.'. , embora o fato não fôsse registrado nos seus anais, com o destaque que o acontecimento teria, obrigatoriamente, merecido. No dia 28 de agosto dêste ano, ocorre o falecimento do Ir.'. Coronel Armindo de Barros, um dos mais empenhados e ferrenhos cumpridores das Leis Maçônicas, além de ter prestado inestimáveis serviços à Maçonaria Amazonense durante os anos em que exerceu a Arte Real.

Rodolfo Valle, em seu livro "Centenário Maçônico" é que prestaria ao Ir.'. Armindo de Barros a merecida homenagem: "O Irmão Armindo Barros, pelos testemunhos que ouvi, foi um dos mais destemidos Obreiros da Arte Real. Não admitia, em absoluto, qualquer manifestação contrária à Instituição Maçônica, defendendo-a resolutamente, contra quantos, por ventura, pretendessem lançar as suas inglórias palavras e investidas contra a Ordem e seus filhos. Obreiros dos que mais se haviam distinguido no círculo maçônico, pelos seus assinalados serviços; detentor, que fora de altos cargos no Grande Oriente do Amazonas e Acre, onde a sua palavra era ouvida com invulgar acatamento."

Em sua justa homenagem ao Ir.'. Armindo de Barros, o nosso Ir.'. Rodolpho Valle relaciona as atividades do homenageado apenas ao Grande Oriente do Amazonas e Acre e à Loja "Esperança e Porvir", esquecendo-se que as suas maiores atividades maçônicas foram prestadas à Benem.'. Loja "Rio Negro" onde exerceu o cargo durante aproximadamente dez anos. O Ir.'. Coronel Armindo de Barros foi Ven.'. da Benem.'. "Rio Negro" no período de 1911 a 1915; viria a ocupar o mesmo cargo no período de 1919 a 1922; seria eleito novamente no período de 1924 a 1925 e finalmente ocuparia o cargo de Ven.'. ainda mais uma vez

no período de 1931 a 1934. Depois de todos êstes anos de proficua administração na Benem.'. "Rio Negro", é que o Ir.'. Armino de Barros viria a ser o Ven.'. da Loja "Esperança e Porvir" no período de 1934 a 1936, um ano antes de falecer. Embora o Ir. Armino de Barros desempenhara as suas mais importantes e proficuas atividades maçônicas no Estado do Amazonas, vira a luz iniciativa na Loja "Renascença" ao Oriente de Belém, Estado do Pará, no dia 11 de março de 1897. Fôra ainda filiado às Lojas "Amazonas", "Conciliação Amazonense" e "Aurora Luzitana". O Ir.'. Armino de Barros, em sua passagem pela Loja "Rio Negro", a qual dirigiu durante muitos anos com inteira dedicação, marcou as suas administrações pela retidão e pelos cumprimento rigoroso e indiscutível das Leis maçônicas em todos os sentidos. Foi sob sua gestão que a Loja Benem.'. "Rio Negro" suplantou a crise financeira dos anos trinta, fazendo com que a Oficina renascesse ainda mais forte e participativa do que antes, mostrando a todos a sua capacidade administrativa e a vontade ferrenha de vencer nas horas difíceis. Foi também durante a sua gestão que a "Rio Negro" adquiriria o seu terceiro terreno para a construção do Templo próprio e que em outras gestões foi colocado à venda para o pagamento de dívidas adquiridas pela Loja, quando se afastou temporariamente por motivos de doenças, e pelo fato de ocupar posteriormente cargos de maior relevância no mundo maçônico. Portanto, a Loja "Rio Negro", ficaria devendo a êste Obreiro da Arte Real, as suas justas homenagens, pelos inúmeros e inestimáveis serviços prestados àquela Oficina.

O ano de 1937 se caracterizaria ainda por inúmeras mudanças políticas em todo o país, reflexo inclusive da situação mundial, onde diversos interesses baseados em radicalismos partidários, provocariam alterações drásticas no decorrer da história. Estas alterações imprevisíveis, não deixariam de afetar também a Maçonaria, que apesar de neutra, sofreu também as pressões dos altos governantes e que mantinham ideais divergentes daqueles que eram professados secularmente pela Instituição.

Em vista dos diversos fatos ocorridos à época em todo o território nacional, e atendendo determinações advindas do Grande Oriente do Brasil, considerando-se principalmente o momento político muito delicado, a Benem.'. Loja "Rio Negro", como também as demais existentes em Manaus, no dia 22 de outubro de 1937 resolve suspender os seus trabalhos, por tempo indeterminado. Esta interrupção nas suas atividades ficaria registrado nos seus anais da seguinte forma: "Em virtude do Ato nº 225 do Soberado Grão Mestrado, de 22 de outubro do corrente, ficam suspensos os trabalhos desta Aug.'. e Benem.'. Off.'. enquanto vigorar o "ESTADO DE GUERRA", decretado pela Lei nº 117, de 02 do corrente, do que para constar lavrei o presente Termo de Suspensão dos Trabalhos e que vai assinado por quem de direito. (a) Pedro Augusto de Amorim - Secretário."

A Aug.'. e Benem.'. Loja Sim.'. "Rio Negro" somente voltaria à normalidade dos seus trabalhos, oficialmente, no dia 23 de setembro de 1938. Todavia os laços que uniam os Obreiros da Arte Real, jamais foram rompidos e na clandestinidade, se é que se pode chamar-se desta maneira, as reuniões tinham continuidade tendo como cenário os mais diferentes locais. Com o reinício dos trabalhos, obedecendo às determinações advindas do Grande Oriente do Amazonas e Acre através do decreto de nº 58, automaticamente todos os mandatos foram prorrogados até o dia 24 de junho de 1939, sem qualquer alteração.

Nêste mesmo ano a Benem.'. Loja "Rio Negro" procederia, mais uma vez, à venda do terreno de sua propriedade, localizado à Rua Sete de Setembro, pelo valor de 9.000\$000 contos de reis, passando esta importância para o seu fundo de reserva. Autorização neste sentido já tinha sido dada pelo Grão Mestrado através do Ato de nº 236, datado de 06 de outubro de 1938, que não fôra cumprido, tendo-se em vista o período de recesso da Loja "Rio Negro", e da Maçonaria de um modo geral, pelo espaço de quase um ano, por força de circunstância políticas no país.

Os anos quarenta, seriam coroados de plena tranquilidade, detendo-se os OObr.'. da "Rio Negro" no debate da situação nacional, com o surgimento do "Estado Nôvo", sob o comando do Presidente Getulio Vargas e também se detiveram no acompanhamento e análise da Segunda Grande Guerra Mundial, que deixou marcas profundas nos quatro cantos do mundo.

Nêste período a Loja "Rio Negro" procurou manter, através do seu trabalho, as obras sociais pelas quais se tornára responsável, mantendo os OObr.'. desta Oficina, acesas as chamas do sentimento de brasilidade e de amor às causas da Pátria. Por intermédio do trabalho silencioso, sem alardes, característica próprio e fundamental da Ordem, a Loja "Rio Negro" procurou prestar integral apoio ao governo nacional, dentro do quadro tão conturbado da situação política mundial. Juntamente com o povo amazonense, a Loja "Rio Negro" não deixaria de sentir as consequências da crise financeira ocasionada pela Segunda Guerra Mundial, e que se alastrára por todas as nações direta ou indiretamente envolvidas pela belicosidade do "Terceiro Reich", inclusive o Brasil, que a certa altura se viu envolvido diretamente na Segunda Guerra Mundial. O Brasil sacrificaria também os seus "pracinhas", se bem que muitos honrosamente, nêste conflito mundial mesmo que se soubesse das ligeiras tendências nazistas do Presidente Getulio Vargas. A Loja "Rio Negro", entretanto, durante êste período, jamais deixára de hipotecar inteira solidariedade e integral apoio à posição assumida por Getúlio Vargas. Inúmeras são as correspondências enviadas diretamente para a Presidência da República, hipotecando ao governante máximo do País, o integral apoio desta Oficina, por intermédio dos seus OObr.'. Diversas alocações de Obreiros da Arte Real, inflamadas de patriotismo e brasilidade, se encontram re-

gistradas nos anais da "Rio Negro".

Seria também no anos quarenta, que um dos mais destacados Ven.º da Loja "Rio Negro" (cargo exercido no período de 1927 a 1928), professor Agnello Bittencourt, assumiria o cargo de Grão Mestre do Grande Oriente do Amazonas e Acre. Conforme registros existentes em balaustres da Loja "Rio Negro" sua eleição para tal honroso cargo, se daria no dia 10 de janeiro de 1943 e durante a sua gestão seria também promulgada a Constituição Maçônica de 1º de janeiro de 1945. A admirável categoria de pesquisador, literato e professor, destacaríamos o Ir.º Agnello Bittencourt, não apenas na Maçonaria, que sempre teve nele um denodado Obreiro, mas também no mundo profano, onde recebeu sempre os mais honrosos elogios. Possuidor de uma cultura maçônica e literária fora do comum, seria ainda o autor da tese denominada "Idealismo Maçônico Universal" apresentada no Segundo Congresso Maçônico das Potências Simbólicas Regulares do Brasil, levado a efeito na cidade de Salvador, Estado da Bahia, nos dias 10 a 20 de novembro de 1948. As conclusões desta tese, foram aplaudidas e mencionadas com louvor, no mundo maçônico, em todo o território nacional. Em sua exponencialidade de Grão Mestre, o Ir.º Agnello Bittencourt desenvolveu a sua cultura em favor da Maçonaria e do Brasil.

O Ir.º Orador da Benem.º Loja "Rio Negro" Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes, no dia 24 de setembro de 1943, em nome dessa Oficina, prestaria uma significativa homenagem pelo transcurso do 1º aniversário de falecimento do Ir.º Desembargador Hamilton Mourão saudoso Sob.º Gr.º Mestr.º do Gr.º Or.º do Amazonas e Acre.

O Ir.º Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes ao prestar a sua homenagem póstuma ao ex Sob.º Gr.º Mestr.º, assim se manifestou: " Nasceu Hamilton Mourão no Estado do Piauí, às margens do rio Paraíba. Formado em bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, veio para o Amazonas no ano de 1909, Ocupou inicialmente o cargo de promotor em Humaitá, vindo para a Capital no govêrno Bacelar, ocupando o cargo de Chefe de Polícia. Mais tarde, ainda no mesmo govêrno, desempenhou as funções de Secretário Geral do Estado, sendo após nomeado para o cargo de Juiz de Direito de uma das varas da Capital. Em um govêrno, cujo não convém declinar, fôra Hamilton Mourão vítima de infame perseguição, sendo então posto em disponibilidade. Nomeado Desembargador do antigo Superior Tribunal de Justiça, na Côrte de Apelação, foi ali julgador honesto, imparcial e justo. Várias vezes por vontade unânime de seus pares, ocupou a Presidência daquela alta Côrte de Justiça. Pelo seu profundo conhecimento em assuntos maçônicos galgára o mais alto posto neste Or.º qual seja o de Sob.º Gr.º Mestr.º, cargo que desempenhava quando de seu passamento. Fora sempre um defensor dos salutareis princípios maçônicos advertindo que é mister contiuardos a combater a tirania a opressão, seja qual for a forma por que elas se ma-

nifestem e pretendem cercear as liberdades dos cidadãos; a reprovar e repelir toda e qualquer supremacia de castas, de raças, de religiões, geradoras de desigualdade entre os homens; a pregar a solidariedade humana e o amor, cultivando o altruísmo, os sentimentos generosos, a modesta e deslumbrante flor da caridade. Por isso só, com certeza, bastarão esses pensamentos do Grão Mestre Hamilton Mourão, para que se tenha, na exata medida, a grandeza de seu caráter, a magnificência de sua personalidade e a excelssitude de seu humanismo."

Com as devidas solenidades, comemora-se em sessão levada a efeito no dia 10 de novembro de 1944 o quadragésimo oitavo aniversário de fundação da Loja "Rio Negro". Esta sessão magna de comemoração teve como Ven.'. o Ir.'. Cícero Bezerra de Menezes, que por sua vez passou a presidencia das comemorações ao Grão Mestre do Grande Oriente do Estado do Amazonas e Acre, professor Agnello Bittencourt.

O Orador da Loja "Rio Negro" Ir.'. Oder Poggi de Figueiredo, depois de ter lido a ata de fundação desta Oficina, prestou a devida homenagem ao seu fundador, Desembargador Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, registrando inclusive a presença do filho, Ir.'. Abdul Sá Peixoto, que recebeu as homenagens em nome do seu pai, agradecendo em seguida as palavras elogiosas do Orador da Loja "Rio Negro". Vale ressaltar que no ano de 1944, o Desembargador Sá Peixoto era o único vivo dentre os Ir.'. que assinaram o balaustre de fundação em 1896.

Fizeram-se presente comissões das co-irmãs "Amazonas", "Esperança e Porvir", "Conciliação Amazonense" e "Aurora Luzitana" cujos Oradores usaram da palavra para se parabenizarem com a "Rio Negro" pelo transcurso daquela data.

Durante o ano de 1945, a Loja "Esperança e Porvir" passaria por profundas reformas em seu Templo. Como a Loja "Rio Negro" há muitos anos vinha funcionando neste Templo, sentiu-se na obrigação de participar, financeiramente, na reforma pois ela também iria usufruir dos benefícios advindos dos melhoramentos previstos. Desta forma, atendendo a solicitação de auxílio feita pelo Ven.'. da "Esperança e Porvir", Ir. José de Salles Cavalcante, a Tesouraria da Loja "Rio Negro" destina aos cofres da sua co-irmã uma doação no valor Cr\$ 3.600,00. Na mesma ocasião ainda se coloca à disposição da "Esperança e Porvir" para novas colaborações financeiras, caso as necessidades o exigirem, para a conclusão da obra de reforma e melhoramentos. Com esta mesma finalidade a Loja "Esperança e Porvir" receberia ainda a colaboração de Cr\$ 2.000,00 doados pelo Conselho Filosófico de Cavalcante de Kadosh "Pensador". O orçamento desta reforma, segundo o Ir.'. José de Salles Cavalcante, Ven.'. da Loja à época, era de um total de Cr\$ 15.000,00. A reforma foi realizada e a Loja "Rio Negro" ainda funcionaria no Templo da sua co-irmã durante, aproximadamente, seis anos, antes de pensar mais uma vez na aquisição do seu Templo próprio.

Ainda no mesmo ano, na sessão o dia 13 de abril, atendendo a solicitação do Ven.º Cícero Bezerra de Menezes e do Orador Francisco das Chagas de Menezes, a Loja "Rio Negro" registrou em seu balaustre um "Voto de profundo pesar" pelo falecimento do Presidente dos Estados Unidos, Ir.º Franklin Delano Roosevelt. O fato ficou assim registrado: "A Aug.º e Benem.º Loj.º Simb.º "Rio Negro" tomando na consideração que merece a proposta do nosso Pod.º Ir.º Orad.º secundado pelo nosso Ven.º Mestr.º e aprovada pôr todos os OOb.º presentes, resolve consignar no presente Bal.º de seus trabalhos um voto de profundo pesar pelo passamento ao Gr.º Or.º Eterno do nosso Pod.º Ir.º Franklin Delano Roosevelt, pelos relevantes serviços prestados à Ordem e à humanidade, numa verdadeira comprovação dos mais puros ideais maçônicos. Que seja feito um minuto de silêncio em memória do nosso Ir.º "

Embora a Loja "Rio Negro" completasse cinqüenta anos de existência no dia 5 de novembro de 1946, a Sessão Magna de comemoração do cinqüentenário de fundação, seria realizada apenas no dia 8 de novembro do mesmo ano. A festa de comemoração dêste evento, foi meticulosamente organizada pelos OOb.º da Loja cinqüentenária, contando com a participação de comissões das Lojas "Amazonas", "Esperança e Porvir", "Conciliação Amazonas" e "Aurora Luzitana".

As LLuz.º e OOf.º da Sessão Magna de comemoração do cinqüentenário da Loja "Rio Negro" foram os seguintes Ilr.º:

Ven.º	José Ayrton Espindola Pinheiro
1º Vig.º	Manoel Corrêa da Silva
2º Vig.º	André Jobim
Orad.º	Celino Menezes
Secr.º	Eduardo Ferreira Mello

Os trabalhos da Sessão Magna foram abertos pelo Sob.º Gr.º Mest.º Adj.º Ir.º Venâncio Igrejas Lopes, sendo em seguida recebido, obedecendo o cerimonial próprio para a ocasião, o Sob.º Gr.º Mest.º Ir.º Agnello Bittencourt. Lida a Ata de Fundação da Loja "Rio Negro", fez uso da palavra o Sob.º Gr.º Mest.º, ocasião em que anunciou que aquela Oficina havia sido agraciada com título de "Grande Benemérita", passando em seguida às mãos do Ir.º Metridates Corrêa o respectivo Decreto e Título.

De posse dos citados documentos, o Ir.º Metridates Corrêa, fêz uma síntese da história da Loja "Rio Negro" evidenciando os feitos desta Loja, agora Grande Benemérita, no transcorrer dos seus cinquenta anos de existência, ou seja de meio século de trabalhos proficuos em beneficio da sociedade amazonense. Fizeram ainda uso da palavra os Ilr.º José de Sales Cavalcante, pela "Esperança e Porvir"; Dr. João Corrêa, pela "Conciliação Amazonense"; Crisólito Gastão, pela "Amazonas", todos congratulando-se com a Loja "Rio Negro" pelo transcurso do cinqüentenário

e pelo Título merecido que acabava de receber.

Ao apagar das luzes dos anos quarenta, os Obreiros da "Rio Negro" se movimentariam mais uma vez no sentido da aquisição de uma sede própria. Ao contrário das outras três vezes que se tentou algo neste sentido com a compra de terrenos para a edificação do Templo, desta vez os Obreiros da Loja "Rio Negro" decidiram comprar uma residência já edificada em alvenaria e posteriormente esta seria adaptada para o funcionamento do Templo. Vale ressaltar que a Loja "Rio Negro" nos seus cinquenta anos de existência comprara três terrenos para a edificação do seu Templo. Dois foram vendidos novamente com a finalidade de cobrir despesas levadas a efeito pela Loja, existindo inclusive autorizações do Grão Mestrado neste sentido. O terceiro, que na realidade foi o primeiro a ser adquirido pela Loja "Rio Negro", no ano de 1899, três anos após a sua fundação, dêste não se teve mais nenhum registro. Como já foi citado anteriormente, soube-se da solenidade de lançamento da pedra fundamental do Templo da "Rio Negro" através do Boletim Anual do Grande Oriente do Brasil datado do ano de 1899/1900 que à época era editado no Rio de Janeiro e distribuído a todos os Grão Mestrados do País. Neste Anuário encontramos relatado em seus mínimos detalhes a solenidade maçônica que teve lugar em Manaus, comemorando o evento. Os balaustres da "Rio Negro", nada registraram a respeito do assunto. As páginas do livro de balaustre referentes a êste período nada revelam. Estão em branco.

Na gestão do Ven. Celino Menezes (1950-1951) os Obreiros da "Rio Negro" se decidiram definitivamente sobre a aquisição da sede própria para o funcionamento do Templo da Loja. Desta vez o tão acalentado sonho se converteria em realidade.

Mas antes de relembrarmos os dados históricos da aquisição da sede própria da Loja "Rio Negro" conviria fazer um rápido relato sobre a construção de um outro monumento histórico de Manaus que é o "Paço da Liberdade" erigido sob o nome de "Paço Municipal" que fôra sede do Governo Estadual e que tem uma curiosa ligação com a sede da Loja "Rio Negro".

Êste imóvel que hoje conhecemos como "Prefeitura Municipal de Manaus", como qualquer outro bem integrante do Patrimônio Cultural, enfrentou inúmeros problemas para que pudesse se constituir num monumento da história desta cidade.

O projeto de construção do "Paço Municipal" data do ano de 1865. Todavia o terreno necessário para a edificação da obra somente seria comprado ao Sr. José Antonio Carneiro, oito anos depois, ou seja a 24 de setembro de 1873, pelo valor de cinco contos de reis e possuindo uma área de 1.047 metros quadrados. A escritura de compra e venda foi lavrada no Cartório do Tabelião Bernardo José de Bessa. O terreno localizava-se no bairro de São Vicente, entre as ruas de São Vicente, atual

Bernardo Ramos, rua Municipal, atual Av. 07 de Setembro e a Praça da República, hoje conhecida como Praça Dom Pedro II. Aos fundos o mesmo se limitava com terrenos de propriedade particular e onde, mais tarde, se localizaria a sede própria da Loja "Rio Negro". Foi justamente no antigo bairro de São Vicente, pertencente à Freguezia de Nossa Senhora da Conceição, que teve início a cidade de Manaus.

A pedra fundamental do "Paço Municipal" seria lançada no dia 1º de janeiro de 1874, através de solenidade que contou com a participação de todas as autoridades constituídas. Entretanto o início da construção dos alicerces apenas se daria trinta dias depois por determinação e providências do então Presidente da Câmara Municipal, Coronel José Coelho de Miranda Leão. Inicialmente a obra, pelo projeto, teria três andares. Todavia, a sua localização muito próxima ao Rio Negro, fazia com que o terreno não se adequasse a comportar uma estrutura desse porte. Outro fator que interferiria na construção desta obra, ou melhor dizendo seria o motivo da morosidade da edificação, era a falta de mão de obra, pois simultaneamente estava sendo construída a Igreja Matriz. Em determinadas ocasiões faltava inclusive material para o prosseguimento destas obras.

A demora no término da construção fez com que a inclemência do tempo colocasse em risco a própria estrutura do prédio e uma comissão nomeada pela Câmara Municipal foi obrigada a realizar uma perícia que comprovasse a real situação da obra. Esta comissão opinou pela demolição de grande parte da obra, ou seja, a construção de apenas um andar.

Embora existam divergências sobre a data exata da inauguração do "Paço Municipal", esta ocorreu entre 1876 e 1878, quando então era presidente da Câmara Municipal o bacharel Gustavo Adolpho Ramos Ferreira. Nesta época a Municipalidade passava por uma situação financeira não muito invejável e funcionava precariamente em prédios alugados, onde, num deles, atualmente, se encontra instalada a atual Câmara dos Vereadores. A esta altura a Municipalidade recebe do Presidente da Província do Amazonas, Dr. Romualdo de Souza Paes de Andrade a proposta de alugar, pela quantia de quatro contos de reis ao ano, o "Paço Municipal" para que este sirva de Palácio do Governo.

A proposta governamental foi aceita e conseqüentemente no dia 1º de janeiro de 1880, o "Paço Municipal" vem a ser a sede do Palácio do Governo, servindo inclusive, como moradia para o Presidente e o Secretário de Governo. Nos anos de 1893 e 1905 o aluguel é respectivamente aumentado para sete contos e duzentos mil reis e doze contos de reis.

Um dos terrenos de propriedade particular, com os quais se limitava aos fundos o "Paço Municipal", no ano de 1905, é comprado pelo Sr. Julio Ventura Ferreira, mas que alguns anos depois, vende o mesmo imó-

vel ao Dr. Antonio Constatino Nery, pois se transferiria definitivamente para Portugal. O valor desta transação foi de 12 contos de reis. A Certidão do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis definiria o terreno da seguinte forma: Freguezia do imóvel: N. S. da Conceição. Denominação ou rua do imóvel: Rua São Vicente. Confrontações e características do imóvel: Um terreno, sito à Rua São Vicente, desta cidade, medindo quarenta e um palmos de frente e fundos até à rua Municipal, limitando-se pelo Nascente com propriedade que é ou foi de José Francisco Ribeiro. Nome e domicílio do adquirente: Dr. Antonio Constantino Nery, domiciliado em Manaus. Nome e domicílio de transmitente: Julio Ventura Ferreira, domiciliado em Portugal."

Antonio Constatino Nery, era filho de Manaus, sendo os seus pais o Major do Exército e Governador do Amazonas Silvério José Nery e Maria Antony Nery. Descente de família política influente no Amazonas, pois tanto seu pai como o seu irmão foram governadores do Amazonas. Constantino Nery após participar intensamente da política local, também consegue chegar ao poder, ocupando o cargo de Governador do Amazonas.

Durante muitos anos o Amazonas foi politicamente dominado pela família Nery e não deixou de ser alvo das demais facções políticas existentes no Estado, suscitando críticas tanto construtivas como depreciativas por parte daqueles que também almejavam as benesses do poder político. Existe um velho ditado popular que diz: "Quem está no poder, que se cuide dobrado." e foi justamente isto que o Dr. Antonio Constantino Nery fez durante o seu mandato de Governador do Estado.

No Governo do Dr. Antonio Constantino Nery o edifício do "Paço Municipal" sofreu grandes remodelações. Construiu-se um salão na parte superior, um sobrado de dois andares, duas pequenas habitações, uma cocheira e cavalariça, tudo feito de alvenaria de pedra e tijolo, cobertas com telhas de barro. Foi também construído neste período, a residência do Dr. Antonio Constantino Nery, justamente no terreno que se localizava nos fundos do "Paço Municipal". Por determinação do então Governador construiu-se uma passagem subterrânea que ligava a sua residência diretamente às dependências do "Paço Municipal" o então Palácio do Governo. Desta forma, o Dr. Antonio Constatino Nery, que conhecia muito bem o meio político em que vivia à época evitava expôr-se à insegurança de andanças em via pública, pois não raro, aconteciam fatos inesplicáveis com destacados políticos de nossa terra. Este túnel, ou passagem subterrânea ligava as dependências do Palácio do Governo, diretamente ao porão da residência do Dr. Antonio Constantino Nery que assim transitava na mais absoluta segurança, sem despertar a curiosidade de terceiros, entre o Palácio governamental e a sua residência particular. A prova destes fatos, está até hoje na sede da Loja "Rio Negro" que fez questão de manter intactas as marcas desta "passagem secreta" utilizada por

Constatino Nery, quando das turbulências políticas que marcaram aquela época no Estado do Amazonas.

O "Paço Municipal" somente deixaria de ser o Palácio do Governo em 1917, quando o médico baiano, Dr. Pedro d'Alcantara Bacellar, então Governador do Estado, arrendaria o "Palacete Scholtz", localizado na atual Av. 07 de Setembro, para instalar naquele local a sede governamental. Em 1918 o Governo do Amazonas comprova o "Palacete Scholtz", dando-lhe a denominação de Palácio Rio Negro. Por outro lado, a Municipalidade transfere a sua sede para o "Paço Municipal" no dia 17 de abril de 1917 por força da Lei nº 882, assinada pelo Superintendente Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas em 28 de março do mesmo ano.

Com o transcorrer de uma série de modificações no prédio do "Paço Municipal", duas peças de incalculável valor pictórico foram retiradas daquele edifício e que faziam parte da requintada decoração do mesmo. Trata-se de duas telas assinadas pelo renomado artista Aurélio Figueiredo, representando em tamanho natural, uma o última Imperador do Brasil Dom Pedro II e outra a Princesa Izabel. Estas duas peças artísticas encontram-se hoje no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas a quem foram doadas pela Câmara Municipal.

Em 1956 por força da Lei nº 565 de 26 de maio, o "Paço Municipal" passa a ser parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Manaus. No ano seguinte, através de Lei nº 636 datada de 19 de dezembro e sancionada pelo então Prefeito Prof. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo o mesmo logradouro passa a chamar-se "PAÇO DA LIBERDADE".

Terminado o mandato do Dr. Antonio Constantino Nery no governo do Estado, por força da sua carreira política afastou-se de Manaus para ocupar outros cargos. Por questões pessoais foi então vendida a sua residência, localizada à rua São Vicente nº 18, para a família Grana. Os novos proprietários deste imóvel, chamavam-se Maria Pinheiro Grana, Olga Pinheiro Grana e Arthur Pinheiro Grana.

No dia 29 de janeiro de 1936 este imóvel seria vendido novamente, passando a ser propriedade da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas. A escritura de venda e compra encontra-se lavrada às folhas trinta e trinta e dois do livro 351 do Tabelião do Terceiro Ofício, nesta Capital.

Quinze anos depois, com a dissolução da Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas, a Loja "Rio Negro" decidiu-se pela compra do imóvel que pertencia àquela instituição. Não resta a menor dúvida que diversos fatores influenciaram nesta decisão tomada pelos Obreiros da "Rio Negro". Em primeiro lugar levou-se em consideração a localização do imóvel. Este tinha uma localização privilegiada, pois situava-se em pleno centro da cidade, estando próximo à sua co-irmã "Esperança e Porvir", no Templo da qual a "Rio Negro" vinha funcionando.

Conforme os registros oficiais em Cartório, o imóvel possuía as seguintes características e confrontações: "casa construída de pedra e tijolos, forrada, assoalhada, envidraçada, coberta de telhas, situada à rua Bernardo Ramos número 134, antiga São Vicente número 18, segundo distrito desta cidade. Edificada em terreno próprio com três janelas de frente, portão de entrada ao lado, fazendo fundos com a Avenida 07 de Setembro, limitando-se ao Norte, para onde faz frente, com a mencionada rua Bernardo Ramos; ao Sul, com a Avenida 07 de Setembro; a Leste, com a Prefeitura Municipal de Manaus e a Oeste, com herdeiros de Jesus Migueis Hernandez."

O preço do imóvel era oportuno e considerando-se as ligações existentes entre a diretoria daquela Sociedade, cujo presidente também era maçom, e a Loja "Rio Negro", o pagamento ainda poderia ser parcelado conforme a conveniência daquela Oficina. Além disso, segundo levantamentos realizados à época, por uma comissão especialmente designada, a aquisição representava um excelente investimento para a Instituição. Portanto, definitivamente, os Obreiros da "Rio Negro" estavam decididos a se empenharem no sentido de que a compra daquele imóvel fosse efetivada. Todos, em todos os sentidos, passariam a dar a sua parcela de contribuição para a aquisição definitiva da sede própria para o Templo da Loja. Terminantemente a "Rio Negro" concretizaria um sonho acalentado durante praticamente cinquenta anos.

Feitas as devidas adaptações no prédio, na sessão do dia 27 de julho de 1951, foi lida na Ordem do Dia, o Ato nº 506 do Sob.'. Gr.'. Mest.'. , auctorizando a Loja "Rio Negro" a funcionar em seu Templo próprio. Seria esta a última reunião a ser realizada na sede da sua co-irmã "Esperança e Porvir".

Ambas as partes, Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Amazonas e a Benemérita Loja "Rio Negro", estavam acertadas quanto à transação do imóvel. O pagamento seria feito em duas parcelas num total de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros). A primeira parte do pagamento seria efetuado no momento em que a Loja recebesse a escritura de compra e venda e a segunda parcela seria saldada trinta dias após o registro oficial do imóvel.

Embora a tesouraria da Loja "Rio Negro" não tivesse numerário suficiente para o pagamento integral da dívida assumida com a compra da sede própria, os Obreiros desta Oficina em momento algum se deixaram vencer pelo desânimo. Pelo contrário, sob a orientação e assistência incansável do Ven.'. José Ayrton Espindola Pinheiro, todos os integrantes do quadro da Loja "Rio Negro" se empenharam nesta batalha hercúlea que precisava ser vencido a todo custo. Realizam-se campanhas e promoções de toda natureza, visando angariar fundos. É estabelecida para cada Obreiro a meta de uma colaboração mínima de Cr\$ 500,00 recebendo-se, inclusive, doações muito maiores da parte de alguns. Todavia, ao

final de toda movimentação faltava ainda determinada importância para que pudesse ser liquidada a primeira parcela da compra do imóvel.

O Ven.º José Ayrton Espindola Pinheiro resolve, após consultar os Obreiros da Oficina, recorrer aos cofres do Gr.º Or.º do Amazonas e Acre, solicitando um empréstimo para que fosse completada a primeira parcela a ser paga. A carta endereçada ao então Gr.º Mest.º em exercício, Ir.º Venâncio Igrejas Lopes, dizia: "Temos a honra de levar ao vosso conhecimento que a Grande Benemérita Loja Simbólica Rio Negro, vem de assentar a compra do prédio sito à Rua Bernardo Ramos nº 134, de propriedade dos remanescentes da Diretoria da extinta Sociedade dos Foguistas e Carvoeiros de Manaus, pela importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), com o objetivo de no mesmo instalar seu Aug.º Templo.

A aquisição do referido imóvel concretizará as mais elevadas e justas aspirações dos Obreiros desta Loja, atenderá vossa orientação administrativa - a criação de novos Templo Maçônicos trazendo essa medida a descentralização das Oficinas - e, é evidente, aumentará o patrimônio material desse Grande Oriente.

Os Obreiros desta Loja estão empenhados numa campanha financeira e até este momento com resultados apreciáveis, cooperando assim, com a Loja para a realização de tão grande objetivo. Não obstante esse fato, em face da necessidade imediata de efetuarmos o pagamento de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) por ocasião da assinatura da promessa de venda do referido prédio, após o que receberemos as chaves do mesmo, vimos mui respeitosamente, solicitar por vosso intermédio a esse Grande Oriente, um empréstimo de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) sendo Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) com a urgência possível e o restante da importância, dentro do prazo de 120 dias, a contar da data em que autorizado o empréstimo, caso se faça necessário.

Cumpre-nos assegurar, que liquidado o pagamento do prédio, esta Loja envidará todos os esforços para pagar no menor prazo possível a importância que ora solicita.

Sabemos do vosso interesse por todos os assuntos que visam o alevantamento moral e material da nossa Sublime Instituição, por isso que, estamos certos do vosso apoio incondicional às nossas pretensões que visam exclusivamente o engrandecimento da Ordem.

Aproveitamos o ensejo para renovarmos a segurança do nosso elevado apreço e subida consideração."

No dia 26 de julho de 1951, a Comissão de Finanças do Gr.º Or.º do Amazonas e Acre, emitiria o seguinte parecer: "Considerando que a compra do referido prédio pela importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), constitui uma boa aquisição para a Gr.º Ben.º Loj.º Sim.º "Rio Negro", não só pela solidez de sua construção, como pelo preço relativamente baixo, conforme atestam os entendidos, e ainda vem aumen-

tar o patrimônio material de nossa Subl.'. Inst.'. concretizando uma das belas aspirações dos OObr.'. dessa Ben.'. Loj.'. , a Comissão de Finanças, pelos seus membros abaixo assinados, competindo concluir pelo que dispõe o nº 03 do artigo 63 da Constituição Vigente, é de parecer que o empréstimo seja concedido, se assim decidir a Sob.'. Assem.'. Ger.'. na sua alta Sabedoria."

Entretanto, antes que pudesse ser concluída a compra do prédio por questões administrativas e regulamentares internas da Loja o Ven.'. José Ayrton Espindola Pinheiro renunciaria ao seu cargo, sendo seguido pelo 1º Vigilante, que também renunciava pelos mesmos motivos.

A primeira reunião oficial realizada pela "Rio Negro", em sua sede própria, teria lugar no dia 03 de agosto de 1951 sob a venerança do Ir.'. José Ayrton Espindola Pinheiro. Durante esta sessão, foi designada uma comissão encarregada de elaborar uma chapa, para a eleição, visando o preenchimento dos cargos que ficaram vagos. Esta chapa foi integrada pelos Ilr.'. Anthero Fernandes Barbosa, David Melo e Milton Januário Pessôa de Melo. Nesta mesma ocasião foi ainda aprovado por unanimidade pelos Obreiros da Loja, um voto de louvor e agradecimento ao Ir.'. José Ayrton Espindola Pinheiro, que ficou registrado nos anais da "Rio Negro" da seguinte forma: "A Loja Rio Negro, tomando em consideração a proposta apresentada pelo Ir.'. David Melo e aprovada por unanimidade, faz constar no presente Bal.'. um voto de louvor e agradecimento aos Ilr.'. José Ayrton Espindola Pinheiro e Antonio Maria Dias dos Santos pelo espírito de renúncia apresentado por aqueles Ilr.'. ao renunciarem aos cargos para os quais foram eleitos."

No dia 17 de agosto de 1951, assume a venerança da "Rio Negro" o Ir.'. Milton Januário Pessôa de Melo, tendo como 1º Vig.'. o Ir.'. Anthero Fernandes Barbosa e desta feita, novamente, todos os Ilr.'. da Oficina são convocados a se empenharem na campanha de compra da sede da Loja "Rio Negro". Milton Januário Pessôa de Melo seria um dos grandes entusiastas na aquisição do prédio em que funciona até hoje a centenária "Rio Negro" e segundo suas palavras, "cada Ir.'. , cada contribuição, por menor que fôsse, integrados a esta campanha, representa um passo a mais dado no sentido de que se tornasse realidade um antigo sonho acalentado pelos Obreiros rionegrinos: um Templo próprio, onde se pudesse prosseguir o trabalho a bem da humanidade, na prática da virtude e da caridade."

A conclamação do então Venerável da Loja "Rio Negro" fez com que todos os Obreiros da Oficina se integrassem nas mais variadas promoções visando angariar fundos para a compra da sede própria. Além dos resultados benéficos desta campanha, surgem doações das mais generosas, inclusive por parte de Obreiros pertencentes a outras Lojas, coroando de absoluto êxito o trabalho levado a efeito.

Embora a "Rio Negro" já estivesse funcionando em sua nova

sede desde o dia 03 de agosto de 1951, a compra do prédio apenas seria consolidada no dia 23 de novembro do mesmo ano. Nesta data, sendo a Sociedade Beneficente União dos Fogueiros do Amazonas representada pelo Comissão de Liquidação dos haveres existentes desta entidade, integrada pelos Srs. Damião Balduino de Oliveira, Pedro José da Silva, Manoel Francisco de Moura, Luiz José Monteiro e Miguel da Silva Mamede e a Loja Rio Negro pelos Ilr.'. Milton Januário Pessoa de Melo, Anthero Fernandes Barbosa, Jorge Urrutia Pinheiro, Edmundo Fernandes Levy, Odorico Rodrigues de Andrade e Guilherme Couto, foi lavrada a Escritura de Compra e Venda. Este documento ficou registrado no Cartório Caminha Segundo Ofício de Notas, pertencente a Roberto de Lima Caminha, no livro de nº 493, fôlha 114/115. Assinam ainda o referido documento, como testemunhas, os Srs. Francisco Aprígio da Silva e Almir Roque Lahan. O registro deste Imóvel em nome da Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro" verificou-se em dezembro de 1951 estando registrado no livro de nº 03 - F na folha de nº 241 no Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Manaus.

A consecução dos objetivos dos Obreiros da "Rio Negro", que durante mais de cinquenta anos batalharam por uma sede própria, foi motivo de júbilo, não só entre os integrantes do quadro, mas também por parte das suas co-irmãs, que de uma forma ou outra não deixaram de dar apoio e incentivo ao trabalho hercúleo dos Ilr.'. "rionegrinos". Doravante a Loja "Rio Negro" deixaria de lado a sua peregrinação templária e teria um endereço fixo, rua Bernardo Ramos nº 134, para dali irradiar os benefícios do seu laborioso trabalho em prol da sociedade amazonense, bem como da humanidade, na formação de homens livres e de bons costumes.

Inúmeras foram as referências elogiosas, nas mais diferentes solenidades maçônicas, sobre a batalha vitoriosa dos Ilr.'. da "Rio Negro" na aquisição do seu próprio Templo. Todavia uma das mais marcantes homenagens à época foi a confecção do "quadro de honra" mandado confeccionar pela diretoria da Loja "Rio Negro" fazendo lembrar através dos tempos, os nomes daqueles que não mediram esforços, ou que de uma maneira ou outra contribuíram na aquisição do prédio que hoje sedia a Loja centenária. E este "quadro de honra" até hoje se encontra exposto nas dependências da Loja "Rio Negro" como que lembrando aos Obreiros "rionegrinos" do nosso tempo, a dedicação, o empenho e o espírito de luta daqueles que consecutaram o objetivo tão almejado.

Constam do "Quadro de Honra" os nomes dos seguintes Obreiros da Arte Real: Milton Januário Pessoa de Melo, Abdul Sayol de Sá Peixoto, Antonio Maria Dias dos Santos, Anthero Fernandes Barbosa, Alfredo Ribeiro Soares, Américo Ferreira de Pinho, Amin Said, Aluizio Hugo Silva, Antonio Vilhena da Costa, Aurivaldo Rebouças de Azevedo, Alberto Diniz de Carvalho, Arthur Camurça Lima, Acrísio Estêves da Silveira, Alvaro Loureiro de Oliveira, Antonio Bernardo, André de Menezes

Jobim, Abdom José Mussa, Abdul Razac Hauache, Augusto Ferreira da Silva Lima, Américo Ernesto de Pinho, Antonio de Oliveira Melo, Alberico Cajueiro, Arnóbio Peixoto Valente, Ary Navarro Pereira, Camilo Cudal, Caran Jorge, Celino Menezes, David Lopes, David Alves de Melo, Durualtério Davico, Domingos Demasi, Dalmir José da Câmara, Ermindo Fernandes Barbosa, Empedocles Antony, Ewerton Vanderley, Franklin Rudy, Francisco de Lima Guimarães, Filomeno Domingos da Silva, Francisco das Chagas Pinto, Felipe Jezini, Francisco Areal do Souto, Francisco Aleixo do Nascimento, Floriano Mendonça de Barros, Fortunato Farrache, Fernando de Lemos Falcone, Felismino Francisco Soares, Francisco de Paula G. Barreto, Florides Rodrigues Cardoso, Guilherme Couto, Giuseppe Pagani Vulcani, Giuseppe de Tomázio, Hildebrando de Oliveira, Herbert Lices, Heleno Teixeira Montenegro, Harisson Bezerra, Ivo Pimenta Reis, José Ayrtton Espindola Pinheiro, Jason Stone Martins, Joaquim Soares Bento, José Furtado da Rocha, Jorge Urrutia Pinheiro, José Cruz, Jacob Samuel Benoliel, Jaber Calil Nadaf, João Chama, José Loureiro da Silva, José Mussa Neto, João Aguiar da Fonseca, João Claro Simões, José Alves da Silva, João Barbosa Ferreira, José Ferreira Barbosa Grosso, João de Souza Carioca, Julio Antonio da Silva, José da Rocha Cardoso, José Eugênio Guilherme, Jurandir Pereira de Araújo, Jurandir Batista de Salles, José Ricardo Franca das Neves, Luiz Miguel Scaff, Luiz Prado Vilhena, Lourival da Silva Paredes, Leopoldo Amorim da Silva Neves, Luiz Américo Mestrinho Amorim, Leopoldo Gonzales, Mario Expedito N. Guerreiro, Manoel da Rocha Barros, Manoel Ribeiro, Manoel de Souza, Manoel Corrêa da Silva, Manoel José de S. Paula Aguiar, Mario Loureiro de Oliveira, Miguel Jorge, Manoel do Nascimento Filho, Mansuetto Queiroz, Moises Serruya, Manoel Sabino Fernandes, Miguel Augusto Martinho, Mario da Cinha Souto, Nilo Marcos de Souza, Odorico Rodrigues de Andrade, Pedro Bezerra, Paulo Ribeiro Paes Barreto, Pedro Augusto de Amorim, Quintino Pinto, Rodolpho de Oliveira Santos, Raimundo Coqueiro Mendes, Ramiro F. da Rocha Menezes, Raimundo Fernandes Serrão, Simplício Jorge Hage, Sildomar Nazaré M. da Silveira, Salvador Bemerguy, Sebastião Norões, Turiano Delfino Gomes, Tufic Said, Thomas de Carvalho, Venâncio Igrejas Lopes, Vicente Cruz, Waldemar Bernardo de Oliveira, Waldemar de Oliveira Moraes, Zacarias Bichara, Alvaro Alexandre Pereira, Antonio Ferraz e Alfredo Marques da Silveira.

Nêste episódio da compra da sede da Loja "Rio Negro" duas personalidades se destacam sobremaneira, conforme nos mostram os anais da Loja centenária e cujos nomes haverão de se perpetuar. O primeiro foi o Ir.º José Ayrtton Espindola Pinheiro que teve na aquisição do Templo próprio da Loja "Rio Negro" o seu principal objetivo de trabalho, não tendo em tempo algum medido esforços para coroar de êxito a sua campanha nêste sentido. O segundo foi o Ir.º Milton Januário Pessoa de Melo, que

concluiu de uma maneira esplêndida o trabalho iniciado pelo seu antecessor conclamando todos os Obreiros dêste Oriente se integrarem de uma forma inigual nêste honroso trabalho, e ao concluí-lo dizia: "Em cada Col.', em cada tijolo, em cada táboa dêste prédio, está um pedaço do meu coração!"

Em sessão levada a efeito no dia 14 de setembro de 1951, por sugestão do Ven.'. Milton Januário Pessoa de Melo, contando ainda com a aprovação unânime dos Obreiros, doravante todos os Iir.'. cujos nomes constassem do "Quadro de Honra" e aqueles que por ventura ainda fôsem iniciados no transcórreer daquele ano, seriam considerados como "Iir.'. doadores do Templo".

Na mesma data em que se realizou a assinatura da Escritura de compra e venda do prédio da Loja "Rio Negro", 23 de novembro de 1951, a Oficina, pela vontade unânime dos seus Obreiros, concede ao Ven.'. Milton Januário Pessoa de Melo o título de Benemérito da Loja. A indicação para tal honraria trazia as assinaturas dos Iir.'. Anthero Fernandes Barbosa, Jorge Urrutia Pinheiro, Edmundo Fernandes Levy e Guilherme Couto, tendo sido apresentada em Loja pelo Ir.'. Aloisio Hugo Silva.

A sessão do dia 21 de novembro de 1952 seria especialmente marcada nos anais da Loja "Rio Negro" com significativa homenagem registrada ao Ir.'. Mitridates Alvaro de Lima Corrêa, que naquela data fôra empossado na Academia Amazonense de Letras. O fato ficou registrado através de Votos de Congratulações lavrados no Bal.'. da Loja, nos seguintes termos: "A Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro" aceitando ao que requereram os Iir.'. 2º Vig.'. Nilo Marcus de Souza e o Orad.'. Antonio Maria Dias dos Santos, aprovou a inserção no Bal.'. dos nossos trabalhos de hoje, dos votos de congratulações ao Resp.'. Ir.'. Mitridates Alvaro de Lima Corrêa, pela sua posse, no dia 14 do corrente, na Academia Amazonense de Letras, acontecimento digno para a Maç.'. amazonense, especialmente para a Loja "Rio Negro", que vê no homenageado um homem de cultura e possuidor de virtudes, de espírito e de coração."

O Ir.'. Mitridates Alvaro de Lima Corrêa foi iniciado na Loja "Rio Negro" a 19 de dezembro de 1936. Considerado homem de vasta cultura, ocupava no mundo profano o cargo de Procurador Fiscal da Fazenda Pública. Era filiado a diversas Lojas Maçônicas do Amazonas, tendo ocupado cargos de destaque não apenas na "Rio Negro" mas também no Grande Oriente do Amazonas, Acre e demais Territórios Limitrofes. Era um profundo conhecedor dos assuntos maçônicos, tanto que desenvolveu uma tese intitulada "Tolerância dos Ritos". Esta tese foi apresentada no Segundo Congresso Maçônico das Potências Simbólicas Regulares do Brasil, levado a efeito em novembro de 1948, em Salvador, Estado da Bahia. Segundo o seu contemporâneo, Ir.'. Rodolpho Valle, "Mitridates era um homem irrequieto por natureza e manifestava-se com extraordinária velocidade de pensamento, traduzindo sempre, nas suas palavras, o

desejo de que, entre os homens, nunca deixasse de existir a compreensão e a harmonia. Possuía um espírito acolhedor e sabia transmitir, a seus semelhantes, as idéias providas de sua inteligência." Sem sombra de dúvidas, conforme nos atestam os anais da Loja "Rio Negro" Mitridates Alvaro de Lima Corrêa, deixou marcas indeléveis na história desta Oficina, e destacou-se através do seu marcante labor no mundo maçônico de nosso Estado.

Por inúmeras vezes, surgira nas mais diferentes Oficinas desta cidade a idéia da realização de um Congresso Maçônico visando estreitar cada vez mais os laços fraternos entre as Lojas da jurisdição do Grande Oriente do Amazonas, Acre e demais Territórios Limitrofes. Inclusive esta idéia já havia sido sugerida pelo Ir.º Manoel Estêves Coutinho, quando Ven.º da Loja "Rio Negro" nos anos de 1916 a 1918 e embora alguns Ir.º integrantes desta Oficina tivessem se empenhado no sentido da realização de um evento desta natureza, não obtiveram êxito levando-se em consideração a falta de interesse por parte das co-irmãs e mesmo dos dirigentes, à época, do Grande Oriente do Amazonas e Acre. A idéia, que inicialmente brotara das sessões da "Rio Negro", ficaria adormecida até a gestão do Grão Mestre Venâncio Igrejas Lopes no ano de 1957. Os dirigentes maiores do mundo maçônico amazonense, vendo que crescia gradativamente o número de Lojas em nosso Estado, sentiram a necessidade que os Obreiros da Obediência tinham para ficarem a par dos acontecimentos que a Instituição desenvolvia no resto do país e em outras partes do mundo. Seria esta uma excelente oportunidade para que fossem debatidos, de uma maneira mais próxima, assuntos de interesse das Lojas Jurisdicionadas dêste Estado e dos territórios limitrofes. Seria um acontecimento de uma magnitude indefinível, pois jamais a região Norte sediara um evento de tamanha envergadura. O Grão Mestrado do Amazonas e Acre capitaneou todas as providencias que se fizessem necessárias, solicitando para tanto, a participação de todas as Lojas sob sua jurisdição através de ofício endereçado a todas elas, datado de 17 de maio de 1957, no qual definia muito bem o objetivo dêste acontecimento maçônico: "O Grande Oriente do Amazonas, Acre e demais Territórios Limitrofes, que é a Grande Loja Regular desta Região, em sessão extraordinária de 02 de maio do corrente de sua Soberana Assembleia Geral deliberou realizar um Congresso do Povo Maçônico de sua Obediência, para estreitar, cada vez mais os laços fraternos, e termos, uma ação harmônica entre as Lojas da Jurisdição.

De há muito que vimos alentando o desejo dessa reunião, para que todos os Maçons regulares fiquem a par do que se passa com a Maçonaria, no resto do mundo, e, bem assim, para manter maior intercâmbio entre todas as nossas Lojas.

Devemos mobilizar portanto, as nossas forças superiores, para enfrentar os maus e aqueles que só querem tirar proveitos materiais de

nossa Ordem.

Solicitamos ao Venerável desta Oficina que prestigie este conclave com a sua presença e recomendando também a todos os Obreiros do Quadro dessa Oficina, que apresentem suas teses e sugestões dentro das normas do temário que consta do Regulamento Geral que a esta anexamos, para serem discutidos na reunião, bem como o comparecimento ao mesmo.

Unamo-nos, poi, para sermos fortes, e assim unidos, poderemos transpor todos os obstáculos que se oponham à nossa marcha para o Ideal Maçônico que se aninha em nosso peito.

Essa assembleia do Povo Maçônico deve realizar-se de 20 a 24 de junho vindouro e temos a honra de convidar-vos para essa reunião.

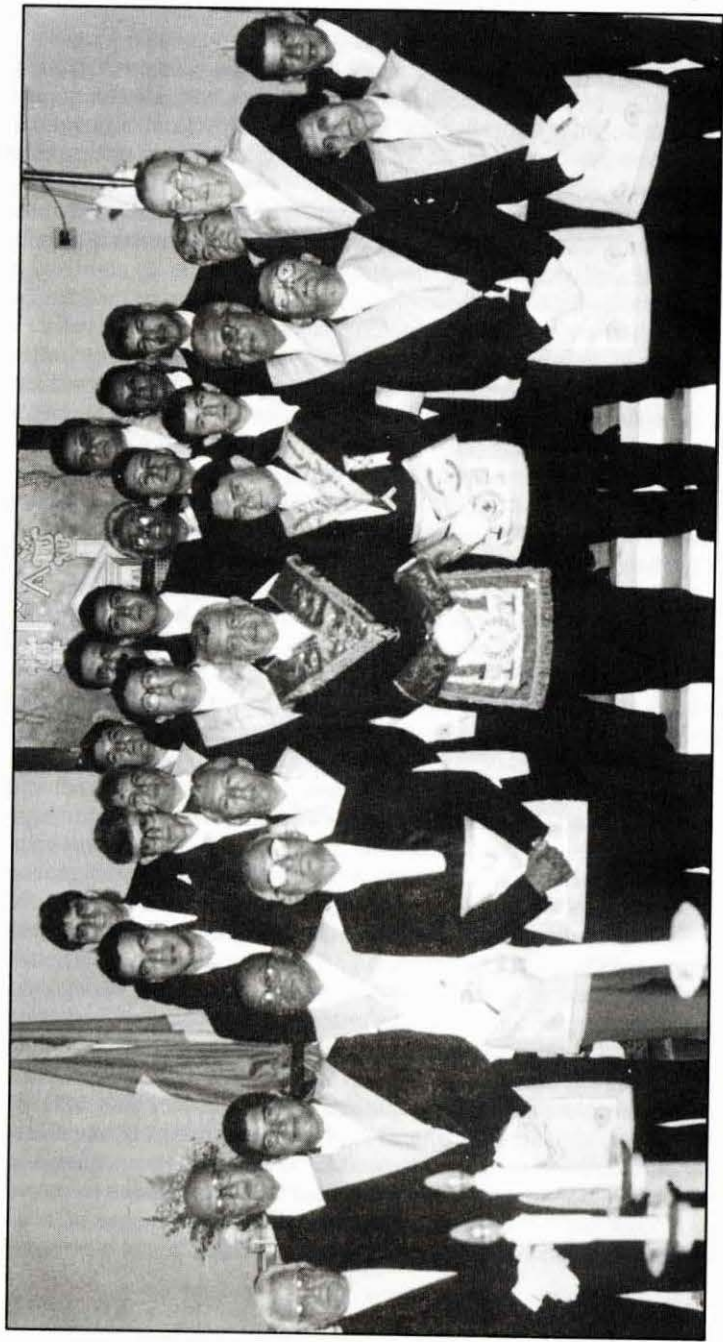
Pedimos ao prezado Ir.º a gentileza de nos comunicar, com antecedência, o número de congressistas dessa Loja, que comparecerão à reunião, a fim de termos tempo para tomar as providências que se julgarem necessárias.

Certos da vossa presença a este conclave, aproveitamos a oportunidade para saudar o nobre Irmão Venerável e demais Obreiros desse Augusto Quadro, rogando ao Grando Arquiteto do Universo que ilumine os vossos espíritos na prática do bem e do que é justo."

O Primeiro Congresso do Povo Maçônico da jurisdição do Grande Oriente do Amazonas, Acre e Territórios Limitrofes teve o seguinte temário: 1) Beneficência Maçônica; 2) Escolas; 3) Assistência Social; 4) Imprensa Maçônica; 5) Unificação e Pacificação da Família Maçônica Brasileira. Da Comissão Executiva deste evento, representando a Loja "Rio Negro", participou o Ir.º Heleno Teixeira Montenegro, que à época ocupava a venerança desta Oficina.

Vale aqui destacar um acontecimento singular registrado no transcorrer deste inédito evento maçônico realizado em nosso Estado.

Como parte solene deste evento maçônico e que marcaria época na história da Maçonaria no Estado do Amazonas, foi programada para o dia 22 de junho de 1957, uma sessão Magna de Iniciação. Com o intuito de dar a maior solenidade possível a esta sessão, escolheu-se de cada Loja sediada em Manaus um candidato que seria iniciado à ocasião, fato inédito até os nossos dias. Cinco foram os candidatos escolhidos. Atendendo à indicação dos Ir.ºs Pedro Augusto de Amorim e Guilherme Couto, a Loja "Rio Negro" seria representada pelo candidato Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal, que em pouco tempo de trabalho dedicado à Ordem, viria a ocupar cargos de destaque entre os soldados da Arte Real. Hoje, o Ir.º Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal, por seu trabalho silencioso, mas reconhecido, pelas suas atitudes corajosas e com a sua extrema dedicação à Ordem, dentre quantos Maçons ilustres que viveram e vivem no Amazonas, pode ser considerado um verdadeiro monumento vivo da história desta Oficina centenária.



Corpo Administrativo e Obreiros do Centenário da Grande Benemerita Loja Simbólica
Rio Negro N°4, em Sessão Magna de Iniciação.

O informativo "O Cinzel" na sua edição comemorativa do 87º aniversário de fundação da Loja "Amazonas" faz a seguinte referência: "Foram sem dúvida alguma, bem merecidas as homenagens prestadas pelas Lojas Maçônicas àquele prestimoso soldado de um exército que, em todo o Universo, trabalha pelo aperfeiçoamento moral da humanidade. Na oportunidade, as mais alogiosas referências foram feitas à atividades e à abnegação do homenageado, que indiscutivelmente, tem dedicado toda a sua preciosa existência aos sublimes interesses da Maçonaria, desenvolvendo, durante cinco décadas, um dos princípios mais característicos da Instituição, que é a solidariedade. Com efeito, Pedro Augusto Amorim, há fortalecido, com o seu magnânime exemplo, os alicerces da Ordem Maçônica, num labor intensivo e contagiante, a todos prendendo pela amizade e pelo coração, entrelaçando-os através de sinceros elos de fraternidade." Com êste dizeres prestava-se a justa homenagem a mais um dos Obreiros dedicados da Loja "Rio Negro" e que se destacava pelos seus 50 anos dedicados à Maçonaria. Êste cinquentenário fôra comemorado no dia 08 de janeiro de 1964 e Pedro Augusto Amorim, considerado o Grande Secretário Geral da década de 60, cujo nome simbólico era Delfim Moreira, fazia juz às honrarias recebidas.

Pedro Augusto de Amorim, era alagoano, tendo nascido a 08 de janeiro de 1890. Iniciou-se na Loja "Fraternidade e Trabalho", em Sena Madureira, no Estado do Acre, a 08 de janeiro de 1914. Vindo a Manaus, filiou-se à Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro", a 16 de junho de 1920. Além de Remido, recebeu o título de Benemérito e ocupou os mais diferentes cargos na Loja "Rio Negro", com absoluta dedicação. No transcorrer dos mais de cinquenta anos de vida maçônica, ocupou os cargos de Tesoureiro, Secretário Adjunto, Secretário da Comissão de Finanças e da Comissão Central, 2º Vigilante, 1º Vigilante, Venerável Mestre e Representante da Oficina junto à Soberana Assembleia da Grande Loja do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e em todas essas ocasiões demonstrou a dedicação daqueles que se empenham numa causa justa e perfeita.

Pedro Augusto Amorim, nutria também uma profunda paixão pelo jornalismo, tendo dirigido o "Boletim Maçônico" durante prolongados períodos. Na Soberana Assembleia Geral, foi Membro Honorário, Membro Efetivo, Grande Representante da The Grand Lodge of the Island, 2º Grande Experto, 1º Grande Experto, Grande Chanceler, 1º Grande Diácono e Grande Cobridor.

Ninguém melhor para descrevê-lo do que Rodolpho Vale que foi um dos seus contemporâneos, tendo compartilhado com êle o seu trabalho maçônico: "de Pedro Augusto Amorim, recebi as mais fraternais lições de transigência e de solidariedade. Ensinou-me êle, com a paciência de um Mestre autêntico, os trabalhos de uma Secretaria de Loja, onde francamente, o pedreiro-livre aprende a colocar, no alicerce de sua inteligên-

cia, os primeiros tijolos do edifício cultural maçônico."

Pedro Augusto Amorim, viria a falecer na cidade de Belém do Pará no dia 03 de novembro de 1966.

Na década dos anos 30, o Ir.'. Elviro Dantas Cavalcante, já chamava a atenção do mundo maçônico amazonense para a batalha mais que centenária da Maçonaria contra a falta de escolas. Em circular que chegaria a todas as Lojas da jurisdição, seria muito bem definida a atitude básica da Ordem perante tão angustiante problema que representa o analfabetismo: "Está implícito, em nosso programa de ação, o combate ao analfabetismo, porque sem o esclarecimento do espírito e a disciplina do caráter, jamais alcançaremos a alta finalidade maçônica. De nada servirá a propaganda dos princípios das ciências e das vantagens das artes mais necessárias à vida, se a gente do povo, na sua grande maioria, continuar mergulhada no obscurantismo. A vitória do ensino elementar terá como consequência o renegamento dos preceitos e da rotina, que tantos prejuízos causam à liberdade de consciência, isto é, ao exame de todos os problemas que a razão deve analisar e decidir.

O ignorante é um autômato. Não passa de um agente passivo de interesse dos mais espertos. A Maçonaria opõe-se a esse estado de passividade e escravidão. Para romper caminhos à luz, dessa luz que coloca o homem no seu verdadeiro lugar no cenário da civilização, é indispensável que intensifiquemos o ensino. A cruzada de alfabetização carece começar por uma atitude imediata das nossas Lojas, criando as escolas que seus recursos permitirem."

Já nos anos 40, seria o Ir.'. e professor Agnello Bittencourt, com toda a sua experiência de Mestre e principalmente de professor ativo do sistema de ensino deste Estado, que chamava novamente a atenção do mundo maçônico quanto à necessidade de se intensificar o ensino, de se criar escolas competentes e de se arraigar a luta contra o analfabetismo.

Em artigo publicado na "Revista Maçônica" sob o título "Combate ao analfabetismo" e que circulou em maio de 1948, dizia Agnello Bittencourt: "Só a instrução é capaz de valorizar o homem, aumentando a sua capacidade de trabalho, de ordem e de patriotismo. Está provado, por estatísticas minuciosas, que o rendimento das atividades produtoras é tanto mais elevado quanto menor o índice do analfabetismo. Já se disse e não é muito repetir que os ignorantes constituem um bando de Panurgio que os expertos tanto conduzem para o apisco, como para o matadouro. Demais, origem de muitos crimes se encontra na ingenuidade. Os "jعاتات" formam uma classe de patricios nossos que levam uma vida vegetativa, sem vislumbrar, sequer, seus lucros e os seus direitos. Isto, em pleno século da inteligência e da cultura."

E assim poderíamos citar inúmeros artigos de Irmãos que chamavam a si a responsabilidade, não só de escrever sobre o combate à ignorância e ao analfabetismo, mas de se colocarem à frente de movi-

mentos que visavam a intensificação do ensino, na inefável batalha contra a falta de escolas que pudessem levar a luz do saber aos iletrados e que representam um peso morto no regime democrático. Foi justamente embuidos deste espírito de luta, convencidos de que a melhor assistência prestada ao próximo é dar a ele a luz do saber para que possa sobreviver na árdua batalha da vida pelo seu próprio esforço, que um grupo de Obreiros decidiu-se a fundar uma escola primária em Manaus e que funcionaria sob a responsabilidade da Loja "Rio Negro". Longos foram os debates em torno do assunto de vez que a Loja "Rio Negro" não tinha um terreno próprio que se adequasse a esta finalidade, optando-se inicialmente pelo funcionamento da mesma nas dependências da Loja, no espaço em que atualmente funciona o salão de banquetes da Oficina.

Uma das principais frentes de batalha da Maçonaria, sempre foi o combate ao analfabetismo, não só através da criação de escolas visando o ensino gratuito, mas através de diferentes campanhas que tivessem como objetivo levar a luz do saber às classes menos favorecidas. Entendem os preceitos maçônicos que a alfabetização, a luz do saber, é o caminho adequado para se chegar à coroação do homem livre, sem preconceitos e de bons costumes.

Imbuídos deste espírito os Obreiros da Loja "Rio Negro" lançaram-se à luta decidindo-se pela fundação de uma escola primária e a maioria preferiu que esta obra fosse edificada num dos bairros pobres da cidade pois desta forma se poderia atingir um maior número de criança que precisassem de educação gratuita.

Em sessão levada a efeito no dia 10 de julho de 1981, sob a venerança do Ir.º Paulino Bittencourt Cardoso. A Loja "Rio Negro" deliberou e aprovou por unanimidade dos seus pares a fundação e construção de uma escola primária e que, segundo sugestões apresentadas pelos Obreiros, deveria ser sediada no bairro da Redenção, que à época e até os nossos dias sofria as consequências da carência de escolas primárias.

Em reuniões posteriores, ainda por deliberação da unanimidade dos seus Obreiros, a "Rio Negro" decidiria prestar uma significativa homenagem a um dos destacados soldados da Arte Real em nosso Estado, que além de ter prestado relevantes serviços à Ordem, pertencera à Loja "Rio Negro" e em vida exercera entre outros cargos de destaque, as funções de professor no ensino manauara.

Consequentemente a escola fundada receberia o nome de "Escola Rodolpho Valle" justíssima homenagem àquele Ir.º que neste Oriente Bastalhára, sem medir esforços, para que o analfabeto recebesse a luz do saber. E pelo que nos contam os seus contemporâneos, o Ir.º Rodolpho Guimarães Valle foi um dos maiores defensores da criação de escolas de ensino gratuito, durante os anos em que labutou na área do magistério em Manaus. A sugestão do nome desta escola foi dada pelo Ir.º Abrahim Sãna Base, ex Ven.º, desta Oficina.

Criada oficialmente a Escola Rodolpho Vale, os Obreiros da "Rio Negro", depois de manterem contactos com os dirigentes da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro de Redenção instalaram a mesma numa singela edificação que ali já existia, mas que só poderia ser utilizada para êstes fins durante o dia, pois à noite a sede daquela Associação era utilizada como centro de lazer dos moradores do bairro da Redenção, originalmente conhecido como "Planeta dos Macacos".

Todavia, a Loja "Rio Negro" queria que a Escola Rodolpho Vale funcionasse também no período noturno, pois nêste horário se poderia beneficiar, com a luz do saber, inclusive os adultos, com programas de alfabetização.

Na mesma sessão, 10 de julho de 1981, foi eleita ainda a primeira diretoria da Escola Rodolpho Valle cabendo o cargo de diretor ao Ir.'. Agnaldo Pereira da Silva e a Secretaria da escola seria ocupada pelo Ir.'. José Lúcio Nascimento Rabello. Cria-se ainda uma Comissão para Assuntos de Educação que tem como presidente o Ir.'. Eduardo Rodrigues de Melo e como membros os Ilr.'. Marcos Daniel de Andrade e Manoel Corrêa Lima.

A inauguração da "Rodolfo Valle" verificou-se no dia 03 de agosto de 1981 e graças ao empenho e apoio do Ir.'. José de Oliveira Fernandes, Prefeito de Manaus à época, no dia 28 de setembro do mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Manaus firmava o seu primeiro convênio com a escola "Rodolpho Valle" através da Loja "Rio Negro".

Mencionado convênio tinha por objetivo conceder Recursos Humanos e material permanente, a fim de facilitar o desempenho educacional e o desenvolvimento global das crianças matriculadas na escola "Rodolpho Valle". Assim sendo, a Prefeitura Municipal de Manaus concedia, através da Secretaria Municipal de Educação uma professora e uma Auxiliar de serviços, além de arcar com as despesas das três professoras que já prestavam serviços naquele estabelecimento educacional.

Visando apoiar os Obreiros da "Rio Negro" em seu sacrificante trabalho, pois êstes se empenhavam inclusive no fornecimento de material escolar para o grupo de alunos que freqüentava a "Rodolpho Valle", e movido pelo mais profundo sentimento de solidariedade, o Ir.'. Saul Rogério Ramos de Athayde, fêz a doação de uma área de terreno de hum mil metros quadrados, onde seria construída a sede própria da escola.

Sendo proprietário de uma área muito maior nas proximidades em que funcionava a escola, o Ir.'. Saul Rogério Ramos de Athayde beneficiou a Loja "Rio Negro" conforme contrato registrado em Cartório do Registro Especial de Manaus, elaborado no dia 18 de julho de 1983. O contrato em suas clausulas condiciona o seguinte:

"1ª) A arrendadora (no caso a construtora SM Comércio e Indústria Ltda) dá em arrendamento à arrendatária (no caso a Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro") uma faixa de terra de 10 metros de frente para

rua Ituiutaba s/n, por 100 metros de fundo, de terreno de sua propriedade, cuja escritura e registro de imóveis, anexo ao presente, dêle faz parte como se transcrito estivesse; 2ª) o prazo do arrendamento é de dez anos, a partir da presente data; 3ª) o preço do arrendamento é de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) ao ano; 4ª) a arrendatária se obriga a construir e manter em funcionamento, no local, uma escola destinada ao ensino de 1º grau; 5ª) ao término do período de arrendamento, a área descrita acima será doada à arrendatária; 6ª) o presente contrato preVallecerá mesmo em caso de venda ou transferência sob qualquer título, falência, concordata ou encerramento de atividades de arrendadora." Nêste ato, a Loja "Rio Negro" foi representada pelo Ir. José Jorge da Silva Rebello, Venerável da Oficina à época e um dos grandes entusiastas na fundação da escola "Rodolfo Valle".

Fundada a escola, estando ela em pleno funcionamento e tendo-se um terreno para a construção da sede própria estava vencida a primeira etapa do projeto "Rionegrino". A próxima etapa do projeto da Loja "Rio Negro", seria a edificação da parte térrea da escola e posteriormente o primeiro pavimento de acordo com as necessidades do estabelecimento de ensino.

O espírito de luta e a dedicação dos obreiros da "Rio Negro" foi testado por mais uma vez. Através de cotizações feitas entre os integrantes da Loja, através de promoções sociais que visavam angariar fundos e mesmo por intermédio de doações individuais, às vezes muito generosas, conseguiu-se o numerário suficiente e a escola "Rodolpho Valle" teve a sua sede construída para o regozijo de todos os "Rionegrinos".

Os Obreiros desta Oficina não poderiam ter sido mais felizes na escolha do local para a construção de uma escola de 1º grau, pois cada dia aumentava o número daqueles que vinham em busca de instrução, da luz do saber. O número de alunos cresceu de uma maneira assustadora e o pequeno corpo docente, já não dava conta de prestar um serviço a contento.

Convencionou-se então, que a "Rio Negro" teria que tomar a frente mais uma vez no sentido de conseguir junto às autoridades constituídas, fundos suficientes para a construção do segundo pavimento da escola "Rodolpho Valle" para que se pudesse atender às necessidades dos moradores daquele bairro. Procurou-se também tomar providências no sentido de que o corpo docente da escola fôsse ampliado.

Esta seria uma das lutas mais inglórias, pois não se queira jamais esperar boa acolhida quando se procura órgãos governamentais, por mais nobre que seja o intento. Êstes, quando beneficiados, rejubilam-se. Todavia, quando procurados para prestarem ajuda, repelem todas e quaisquer tentativas. Solicitou-se a ajuda do Ministério da Educação, pleiteou-se verbas junto à SUFRAMA. Andou-se de porta em porta, foram percorridos todos os corredores da burocracia infundável. Inúmeras foram as

exposições feitas e perdeu-se tempo na apresentação de motivos mil. Sequer uma resposta adequada ao seu pleito a "Rio Negro" recebeu.

Mas isso não seria motivo suficiente para que os Obreiros da "Rio Negro" esmorecessem na luta para levar a luz do saber àqueles que dela necessitassem. Quanto mais árdua a tarefa, mais nobilitante seria a vitória final. E quão gratificante ela seria! Deus tudo dá aos seus fiéis, a seu devido tempo.

Em comissão, a "Rio Negro" procurou o então governador do Estado e Ir.º Gilberto Mestrinho que depois de ouvir as reivindicações apresentadas, encaminhou a mesma, com as devidas recomendações, ao então Prefeito de Manaus, e também Ir.º Amazonino Mendes, para que fossem estudadas as possibilidades da administração municipal prestar o necessário apoio ao empreendimento da Loja.

Depois de uma série de entendimentos entre as duas partes, ficou estabelecido que a Prefeitura Municipal de Manaus prestaria a sua colaboração na construção do primeiro pavimento da escola "Rodolpho Valle", além do que seria ainda firmado um convênio entre a municipalidade e a "Rio Negro" através da escola, no sentido de que fossem cedidos, através da Secretaria Municipal de Educação, 34 professores que prestariam os seus serviços àquele estabelecimento de ensino.

Mencionado convênio foi firmado no dia 24 de março de 1986 e em sua primeira cláusula diz: "O presente tem por objetivo conceder Recursos Humanos, referente a professores com o intuito de facilitar o desenvolvimento educacional, bem como, o desempenho global da clientela escolar da Escola Rodolpho Valle – Loja Maçônica Rio Negro nº. 4."

Nas demais cláusulas o citado documento define que compete à SEMEC, coordenar, acompanhar e orientar o desenvolvimento das atividades da escola, assistindo com os serviços de Supervisão, Inspeção e Orientação Pedagógica. Ao findar, o convênio estabelece que a Loja Maçônica Rio Negro — Escola Rodolpho Valle, fica responsável pelas instalações físicas da escola de 1º. Grau, bem como pelos móveis e utensílios necessários ao desenvolvimento do processo educativo.

Com a ajuda financeira prestada pela Prefeitura Municipal de Manaus e a colaboração generosa dos Obreiros da "Rio Negro", em curto espaço de tempo estava concluída a edificação de mais este monumento dedicado à educação e combate ao analfabetismo.

Cumprida a missão dos Obreiros da "Rio Negro", pois se encontra em pleno funcionamento a Escola Rodolpho Valle, são tomadas as providências legais, ou seja, no dia 25 de outubro de 1990 é lavrado no Cartório do 3º Ofício do Registros de Imóveis o Memorial Descritivo e Desmembramento da área em que foi construída a escola uma vez que esta fazia parte de um terreno maior pertencente ao Ir.º Saul Rogério Ramos de Athayde.

Mesmo não tendo transcorridos os dez anos de arrendamento

estipulados em contrato, uma vez que a escola estava construída e em pleno funcionamento, a Loja "Rio Negro" recebeu a escritura definitiva do terreno doado pelo Ir. Saul Rogério Ramos de Athayde. A mesmo foi lavrada no Cartório de Notas do sexto Ofício no dia 14 de maio de 1991, sendo a "Rio Negro" representada, naquele ato, pelo seu Venerável Ir. Moisés Magalhães da Costa, pelo 1º. Vig. Antônio do Carmo Bonfim e pelo 2º. Vig. Alberto Ferreira do Nascimento.

Ainda na gestão do Ven. Moisés Magalhães da Costa, no ano 1992, a escola "Rodolpho Valle" passa por profundas reformas, recebendo inclusive diversas ampliações que se faziam necessárias. O então Prefeito Arthur Virgílio Neto, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, tendo como titular o Dr. Wilson Alecrim, presta a sua inestimável colaboração na reforma e ampliação. Nesta oportunidade a escola "Rodolpho Valle" recebe uma moderna quadra de esportes, além de outras dependências totalmente ampliadas.

Em reunião levada a efeito no dia 4 de setembro de 1992 realiza-se a fundação da Associação Comunitária da Escola Rodolpho Valle. Na mesma oportunidade são também aprovados os estatutos desta entidade e eleita a sua diretoria provisória, que ficou assim constituída:

Presidente	:	Moisés Magalhães Costa;
Secretário	:	Antônio do Carmo Bonfim;
Tesoureiro	:	Alberto Ferreira do Nascimento;
Cons. Fiscal	:	Paulo Fracineti Cuadal, Fernando Ferreira Lima, Newton da Silva Teixeira e Moacyr Antonio de Paula.

O nome distintivo desta entidade ficou sendo Associação "Ajuricaba". A eleição para a diretoria definitiva da Associação "Ajuricaba" verificou-se apenas seis meses depois da inauguração da nova escola "Rodolpho Valle". A escola comemora festivamente a sua total modernização no dia 8 de setembro de 1992. A solenidade de inauguração contou com a participação do Prefeito Arthur Virgílio Neto, do Secretário de educação, Dr. Wilson Alecrim, além de outras autoridades municipais e estaduais, bem como do mundo maçônico.

Atualmente a escola "Rodolpho Valle" com um contingente de 2.000 alunos, vem prestando serviços, através das suas abnegadas professoras, à comunidade do bairro da Redenção e adjacências, no transcorrer dos seus três turnos.

No dia 16 de agosto de 1996, a escola "Rodolpho Valle", com a participação de todo o corpo docente daquele estabelecimento de ensino, comemorou através de significativas solenidades, os seus quinze anos de fundação com estimáveis serviços prestados à comunidade.

Graças a coragem e a abnegação do seu Ven.º, Ir.º Moisés Magalhães da Costa, a sede do Templo da Loja "Rio Negro" foi totalmente remodelada, recebendo inclusive um enorme salão de festas, cuja decoração foi mantida dentro do estilo do século passado, quando se utilizava apenas a pedra bruta num trabalho totalmente artesanal. Esta reforma se realizou nos anos de 1992 e 1993. Vale ressaltar que reforma de tais proporções a Loja "Rio Negro" não vira durante os seus cem anos de existência e para isso contou somente com a dedicada e valiosa colaboração de 25 Obreiros daquela Oficina e que em todos os momentos souberam arcar com a responsabilidade e o ônus de um trabalho com tais dimensões. Apesar de todos os esforços envidados tanto por seus administradores como por parte dos Obreiros, a administração de Moisés Magalhães Costa não veria a conclusão das obras de reforma, cabendo ao seu sucessor Ir.º Fernando Lima a desgastante tarefa de concluir a parte artesanal da grande obra iniciada.

Em sessão levada a efeito no dia 14 de janeiro de 1994 tem lugar no Templo da Loja "Rio Negro" a solenidade de transmissão do cargo de Venerável ocasião em que é empossado o Ir.º Fernando Ferreira Lima para o biênio 1994/1995. Esta solenidade contou com a presença do Grão Mestre, também recém eleito, Renan Corrêa Peixoto.

Inicia-se o ano de 1996, e estamos em pleno Centenário. Os Obreiros eleitos para dirigirem os destinos da "Rio Negro" no biênio 1996-1997 são empossados em sessão econômica, dentro das obrigações ritualísticas no dia 12 de janeiro.

O Corpo Administrativo do Centenário da Loja ficaria assim

constituído:

Ven.º. Mestre	Fernando Ferreira Lima
Past Ven.º.	Paulino Bittencourt Cardoso
1º Vigilante	João Rios Aguiar
2º Vigilante	Antonio do C. Cerqueira Bonfim
Orador	Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal
Adj. Orador	Alberto Ferreira Nascimento
Secretário	Moacyr Antonio de Paula
Adj. Secretário	João da Costa Gadelha
Tesoureiro	Newton da Silva Teixeira
Adj. Tesoureiro	Michele Falcone
Chanceler	José Lazimar Souza Holanda
Mestre de Cerimônia	Antonio Vicente Neto
Adj. M. Cerimônia	Laerte da Silva Cristo
Hospitaleiro	Evandro Araújo Brasil
Adj. Hospitaleiro	José Jorge de Oliveira Gesta
1º Diácono	Jacinto Gomes Catunda
2º Diácono	Rubens Ferreira Borges
Porta Espada	Aylz Rodrigues da Costa

Porta Estandarte
1º Experto
2º Experto
G. do Templo
Cobridor Externo
Mestre de Banquete
Mestre de Harmonia
Arq. Decorador
Bibliotecário

Wolfgang Guminiak
Franklin Campos Neto
Abel A. de Araujo Sobrinho
Guaracy Nicacio da Silva
Manoel Teles Nunes
Amós Pereira Braga Filho
Roberto Medeiros Ferreira
Hélio de Souza Dantas
Abrahim Sena Base

COMISSÕES

Assuntos Gerais:

Presidente:
Membros:

Antonio Nascimento Cordeiro
Ezio Ferreira de Souza
Saul Rogério Ramos Athayde

Finanças:

Presidente:
Membros:

Eduardo Marques da Silva
Luiz Carlos Miranda
Floro Florêncio da Silva

Educação:

Presidente:
Membros:

Eduardo Rodrigues Melo
José Lúcio do Nascimento Rabello
Bento Fernando Farias Freire

Liturgia e Filosofia Maçônica:

Presidente:
Membros:

José Jorge da Silva Rebelo
Clóvis Jurandir Barreto Nunes
Heleno Teixeira Montenegro

Solidariedade:

Presidente:
Membros:

Remédio Leocádio da Silva
José Ribamar Araújo
Nazareno Melo Benfica

Êstes seriam os OObr.'. responsáveis por gerir os destinos da Loja "Rio Negro" durante dois anos e, principalmente, teriam como incumbência a elaboração e o cumprimento das programações solenes e históricas da comemoração do Centenário desta Oficina.

O primeiro Ato a ser baixado pelo Ven.'. do Centenário, Ir.'. Fernando Ferreira Lima, determinava a realização de um concurso a ser

levado a efeito entre tôdas as Lojas Maçônicas da jurisdição da GLOMAN, em Manaus, visando a criação do Brazão do Centenário da Loja "Rio Negro". Êste Ato dava a todos os OObr.'. o direito de participar com idéias originais com a finalidade de dar à loja Centenária um distintivo digno dos seus cem anos de existência e de participação laboriosa nas lides maçônicas. Através dêste mesmo Ato ficou constituído a Comissão Julgadora do concurso, integrada pelos Ilr.'. Wolfgang Guminiak, Paulo Frassinetti Cuadal e Antonio Cerqueira Bonfim.

Transcorrido o tempo regulamentar, tendo a Loja recebido mais de trinta trabalhos, a Comissão Julgadora escolheu e premiou o trabalho feito pelo Ir.'. Abrahim Pinto Alecrim, Obr.'. da Loja "Rio Negro", classificando em primeiro lugar.

Uma das principais características da Loja "Rio Negro", sempre foi participar ativamente de todas as realizações maçônica sob a égide da GLOMAN. Assim sendo, ao se instalar em Manaus o Capítulo De Molay "Ajuricaba" nº 263, no dia 25 de fevereiro de 1996, nas dependências da Loja "Amazonas", tendo como patrono o Serenissimo Grão Mestre da Grande Loja Maçônica do Amazonas, Ir.'. Renan Corrêa Peixoto, a Loja "Rio Negro" se fez representar através de três jovens: Fernando Barreto Lima, Anderson Junqueira Guminiak e Reinaldo Gomes de Melo. Os três jovens iniciados, são filhos, respectivamente dos Ilr.'. : Fernando Ferreira Lima, Wolfgang Guminiak e Francisco Melo, todos pertencentes ao quadro da Loja "Rio Negro". Fernando Barreto Lima e Anderson Junqueira Guminiak, depois de iniciados, seriam empossados como Mestre Conselheiro e 2º Conselheiro. O Capítulo De Molay "Ajuricaba", fundado no ano do Centenário da Loja "Rio Negro", teria como Oficial Executivo o Ir.'. Olzair Faustino Matute e como deputado o Ir.'. Lázaro Gonçalves Sobrinho. O Conselho Consultivo do Capítulo De Molay "Ajuricaba" ficaria constituído pelos seguintes Ilr.'. : Francisco Luciano de Oliveira Nunes, Fernando Melo de Carvalho, Alberto Ferreira do Nascimento, Francisco Soares Filho, Manoel Américo Guedes da Silva, Glaucimar Francisco Fontes Lima e Francisco Costa de Castro. A loja "Rio Negro" ainda se faria representar no Conselho Consultivo do Capítulo De Molay "Ajuricaba" por intermédio do Ir.'. Alberto Ferreira do Nascimento, ocupando o cargo de Escrivão. As reuniões dos jovens integrantes da Ordem De Molay se realizavam aos sábados, no Templo da "Rio Negro" e da "Amazonas".

Aqueles que se dedicam à consecução dos grandes ideais, em seu caminhada de trabalho, sempre sofreram as agruras das opiniões contrárias, as críticas daqueles que ao nada fazerem de útil, ou por se considerarem incapazes de realizações dignas de elogios, colocam-se na adversidade gratuita àqueles que com o suor do trabalho do dia a dia querem construir alguma coisa que possa beneficiar o seu próximo. Também o Ir.'. Olzair Faustino Matute, quando se empenhava na criação do Capítulo De Molay "Ajuricaba" sofreria o desdém daqueles que nada

fazem, mas são exímios em criticar, com críticas negativas, o trabalho daqueles, que não medindo esforço, levam avante o seu ideal, a vontade imorredoura de ser útil à sociedade. Já houve quem dissesse que nas instituições criados pelo homem, há momentos que se perpetuam, exigindo conseqüentemente, da posteridade, o mais franco e constante reconhecimento. E o Capítulo De Molay "Ajuricaba", está aí para confirmar: os fatos escritos guardam sempre o sabor das nobres idéias, das relevantes atitudes e dos grandes empreendimentos.

Logo no início do ano do Centenário, ou mais precisamente no dia 1º. de março de 1996, a Loja "Rio Negro" seria mais uma vez representada por um dos seus filhos, por sinal um dos OObr.'. mais destacados no mundo maçônico de nossa terra. Um Ir.'. que com garbo e orgulho se ufanava por ser Obr.'. da Loja "Rio Negro. Laborioso, sempre pronto a prestar a sua colaboração às mais diferentes iniciativas maçônicas, nesta data é empossado no cargo de presidente da Loja de Perfeição "Padre Torquato", o Ir.'. Paulino Bittencourt Cardoso. Em seu discurso de posse, confirmava mais uma vez, a característica de todos os OObr.'. da "Rio Negro", a humildade. Dizia Paulino Bittencourt: "Ao receber a luz no Simbolismo, ou mais precisamente na Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro" nº 04, na condição de neófito na inesquecível noite de 16/12/72, vivia eu naquele instante o encantamento do que se propala no mundo profano a respeito da nossa Sublime Instituição, que em nada influiria na minha determinação de tornar-me, pelo desejo de ser apenas um Obreiro, um Maçon digno de conviver entre nós, honrando-me pela dedicação aos elevados princípios da Ordem. Estranho a quaisquer interesses e sem alimentar ambição, transformei o meu encantamento num verdadeiro sacerdócio, entregando-me inteiramente à obra que levamos pacientemente à realidade viva e que confraterniza os homens livres e de bons costumes. Da aprendizagem inicial, mas norteadora dos primeiros passos, ao companheirismo entusiasmante, cheguei, como todos vós ao Grau de Mestre, não me interessando outras aspirações, senão a de modelar o meu espírito à luz dos nobilitantes preceitos de LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE."

Ainda como parte das comemorações do Centenário da Loja "Rio Negro", no dia 15 de março realiza-se a cerimônia Magna de Iniciação dos profanos Abrahim Pinto Alecrim, Alexandre Sampaio Caxias, Francisco Madson da Cunha Veras, Francisco Rodrigues de Melo, Raimundo Edilson de Andrade Tavares e Vicente Campos de Souza e que tiveram como patrono o Resp.'. Ir.'. José Lazimar de Souza Holanda. Esta solenidade contou com a presença do Grão Mestre Adjunto Adelson Fernandes de Souza, além de VVen.'. das co-irmãs de Manaus, especialmente convidados, bem como lIr.'. visitantes do Oriente de Presidente Figueiredo.

Através de gestões levadas a efeito pelo Ir.'. Wolfgang Guminiak,

contando com o integral apoio do Sereníssimo Grão Mestre, Ir.'. Renan Corrêa Peixoto, junto à Empresa de Correios e Telegrafos, providenciou-se a confecção de um carimbo comemorativo do Centenário da Loja "Rio Negro". Com esta providência, estava assegurada a divulgação de tão memorável evento, tanto no cenário nacional como internacional.

Carimbos comemorativos são marcas postais que registram a geografia, documentam a história, fixando, por meio da sua aposição, os acontecimentos importantes do país tais como: congresso, conferências e exposições nacionais ou internacionais, homenagem a pessoas ilustres e cenários de fatos históricos nacionais. A própria ECT se encarrega da divulgação do carimbo, e conseqüentemente, do evento nele registrado, através de revistas especializadas em carimbologia, espalhadas em todos os recantos do mundo. Este carimbo comemorativo, depois de utilizado nas diversas ocasiões da comemoração do Centenário, passa a integrar o acervo dos Correios, em Brasília, onde permanecerá em exposição definitiva.

Com o lançamento do carimbo comemorativo do Centenário da Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro" ficava assegurado a esta oficina o privilégio de ser a primeira Loja Maçônica no Estado do Amazonas a utilizar-se deste meio cultural, de significativa evidência, para a divulgação de tão magnânimo evento.

A solenidade de lançamento realizou-se no Templo da Loja "Rio Negro" com a participação do Coral da Empresa de Correios e Telegrafos que foi peça fundamental da abertura quando executou o Hino Maçônico, sendo muito aplaudido pelos convidados. Fizeram-se presentes ao ato, o Sereníssimo Grão Mestre Ir.'. Renan Corrêa Peixoto, o Ir.'. Desembargador Hosana Florêncio de Menezes, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Desembargador Roberto Hermida de Aragão, a Diretora Regional do ECT, Sra. Maria Ritta Lasmar e o Superintendente Estadual da Cultura do Amazonas, Sr. José Joaquim Marques Marinho, dentre outras autoridades maçônicas e do mundo profano.

Antecedendo a cerimônia, o responsável por aquele evento, Ir.'. Wolfgang Guminiak, obedecendo o cerimonial estabelecido pelo ECT procedeu à leitura da chamada "justificativa", por ele elaborada, para a obtenção do carimbo comemorativo, explicando ao mesmo tempo para os presentes a importância e o significado cultural do carimbo. Eis em rápidas palavras a íntegra da "justificativa": "A Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro" pertence à jurisdição da Grande Loja Maçônica do Amazonas - GLOMAN, e sob esta mesma jurisdição, em Manaus, encontram-se ainda mais 15 Loja Maçônicas, sendo a Loja "Rio Negro" a de nº 04, significando que ela é a quarta Loja Maçônica em antiguidade na Capital do Amazonas.

A Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro" foi fundada no

dia 05 de novembro de 1896 e portanto neste ano comemora o seu centenário. Seu fundador foi o Desembargador Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, uma das mais destacadas personalidades do mundo jurídico e maçônico do Estado do Amazonas.

Levando-se em consideração a importância deste evento no mundo maçônico do Estado do Amazonas, concluiu-se que o lançamento do carimbo comemorativo através da ECT, seria condizente com as comemorações do centenário, por ser este um dos meios mais eficazes de divulgação.

Ficou deliberado ainda que o lançamento do carimbo se faria no dia 13 de maio de 1996, considerando-se que nesta data comemora-se a libertação dos escravos no Brasil. Uma vez que a Maçonaria foi a principal responsável pela libertação dos escravos no Amazonas, fato já registrado historicamente, esta data teria um duplo significado para a realização de um evento desta natureza.

Por outro lado, o lançamento deste Carimbo Comemorativo já se encontra incluído na extensa programação elaborada para a comemoração do Centenário da Loja."

Feita a apresentação da "peça" central daquele evento, a Diretora Regional do Amazonas e Roraima do ECT, Maria Ritta Lasmar às personalidades especialmente convidadas para fazerem a aposição do carimbo nas "cartelas comemorativas". Pela ordem, foram as seguintes personalidades a usarem o Carimbo Comemorativo: Renan Corrêa Peixoto, Grão Mestre da Grande Loja Maçônica do Amazonas - GLOMAN; Fernando Ferreira Lima, Ven.º da Loja Centenária; Desembargador Hosana Florêncio de Menezes, representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas e José Marques Marinho, Superintendente Estadual da Cultura do Amazonas. Caracterizadas pelo carimbo centenário, as cartelas comemorativas foram ofertadas pela Diretora ECT Maria Ritta Lasmar, àqueles que as carimbaram como lembrança histórica deste acontecimento.

Antecedendo o encerramento da cerimônia de lançamento do Carimbo comemorativo, fez uso da palavra a Sra. Maria Ritta Lasmar que em rápidas palavras congratulou-se com a Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro" e com a GLOMAN pelo centenário desta Oficina e evidenciou mais uma vez a importância cultural do carimbo comemorativo, salientando também o significado histórico do acontecimento, pois era a primeira vez no Estado do Amazonas que a Maçonaria e o ECT se uniam para a divulgação de um evento de tamanha envergadura.

O encerramento da cerimônia coube ao orador da Loja "Rio Negro" Ir.º Paulo Frassinetti Cuadal que também fez uma rápida análise da importância do evento evidenciando além disso a histórica participação da Maçonaria na libertação dos escravos no Amazonas, fato que justificou o lançamento do carimbo comemorativo do Centenário da Loja "Rio Negro"

na mesma data em que se comemorava a libertação dos escravos em todo o país, com a assinatura da Lei Aurea.

Com o lançamento do Carimbo Comemorativo, a Grande Benemerita Loja Simbólica "Rio Negro" prestou uma homenagem histórica e de profundo significado cultural a dois eventos de merecido destaque tanto no mundo profano como maçônico: a participação destacada da Maçonaria na libertação do negro no Estado do Amazonas, bem como os cem anos de fundação de uma Oficina que tem registrado nos seus anais, os relevantes e inestimáveis serviços prestados à sociedade manauense ao longo de dez décadas da sua existência. O Carimbo Comemorativo representa ainda a certeza da divulgação destes dois eventos a nível nacional e internacional.

Diversas "peças comemorativas" ofertadas, na ocasião, pela Empresa de Correios e Telégrafos receberam a aposição do carimbo do Centenário e que deverão ser incorporadas ao acervo histórico da Loja "Rio Negro", justamente visando a documentação desta cerimônia para as gerações futuras, responsáveis que serão, pela continuidade dos trabalhos profícuos que a Centenária Loja realizou durante a sua existência.

Após a cerimônia de lançamento, a Loja "Rio Negro" ofereceu a todos os participantes um "coquetel" de confraternização, durante o qual a imprensa local, escrita e televisada, teve oportunidade de colher as diversas opiniões dos convidados. Vale também ressaltar a participação dos jovens pertencentes ao Capítulo De Moley "Ajuricaba" que tiveram a incumbência de fazerem a recepção dos convidados da Loja "Rio Negro" dentro das normas estabelecidas pelo cerimonial De Moley, próprio para estas ocasiões. Os jovens integrantes do Capítulo De Moley "Ajuricaba" foram alvos das atenções de todos os presentes considerando-se o tratamento cortês que dispensavam aos convidados e pela pomposa indumentária que usavam. Contando com a orientação do Ir.º Olzair Faustino Matute, a Ordem De Moley teve, através do Capítulo "Ajuricaba", do garbo dos seus jovens, uma presença extremamente marcante no desenrolar deste evento.

A solenidade de lançamento do Carimbo Comemorativo do Centenário da Grande Benemerita Loja Simbólica representou a abertura das comemorações a serem levadas a efeito no transcorrer do ano de 1996, já programadas, e que sem dúvida alguma serão a expressão mais pura da satisfação dos OObrr.º desta Oficina em comemorarem com orgulho os seus cem anos.

Também as "acácias da Rio Negro" se integraram na programação da Loja centenária. Coordenadas pelas cunhadas Valdira Lima e Noêmia Junqueira Guminiak, contando ainda com o integral apoio do Grão mestre Renan Corrêa Peixoto e a colaboração incontestada das mães dos jovens que integram o Capítulo De Moley "Ajuricaba", realiza-se no dia 1º de junho um "Chá Beneficente". Este foi organizado no salão de festas da

loja "Rio Negro" e os fundos angariados foram destinados à assistência das classes menos favorecidas socialmente.

Pela segunda vez no ano do centenário, como estava programado, realiza-se uma Sessão Magna de Iniciação. Tendo como patrono o Ir.º Antonio do Carmo Cerqueira Bonfim, recebem a verdadeira Luz os profanos: Antonio Cesar Sanches de Brito e Silva, Carlos Augusto da Cunha Lima, Fernando Carlos Ribeiro Guimarães, Geraldo Miranda Reis, Manoel dos Santos Paçõ e Jessé Rebello de Souza. A cerimônia de Iniciação foi presidida pelo Sereníssimo Grão Mestre, Ir.º Renan Corrêa Peixoto.

Rodolfo Vale em seu livro "Centenário Maçônico", divide em cinco fases a História da maçonaria no Amazonas, isto baseado em períodos caracterizados por eventos notórios registrados desde a fundação da "Esperança e Porvir" até a comemoração do seu centenário em 1972.

O Ir.º Rodolfo Vale delimita as cinco fases da História Maçônica no Amazonas da seguinte forma:

- 1ª. Fase de 1872 a 1877
- 2ª. Fase de 1877 a 1904
- 3ª. Fase de 1904 a 1927
- 4ª. Fase de 1927 a 1942
- 5ª. Fase de 1942 a 1972

É chegado o momento, usando-se os mesmos critérios do Ir.º Rodolfo Vale, de se complementar estas cinco fases, uma vez que os acontecimentos do mundo maçônico, de sobeja notoriedade, registrados nas duas décadas subsequentes, o justificam plenamente:

- 6ª. Fase de 1972 a 1981

Do centenário da "Esperança e Porvir" e da "Amazonas" à fundação da Grande Loja do Estado do Acre. O mesmo período marca ainda a descentralização da jurisdição da GLEAM, com a fundação da Grande Loja de Roraima no dia 20 de agosto de 1981.

- 7ª. Fase de 1981 a 1985

Do desmembramento da GLEAM com a fundação das Grandes Lojas do Estado do Acre, Rondônia e Roraima à promulgação da Constituição da Grande Loja Maçônica do Estado do Amazonas - GLEAM pelo Grão Mestre Manoel Ribeiro em 1º. de julho de 1985.

- 8ª. Fase de 1985 a 1996

Da promulgação da 6ª. Constituição da GLOMAN aos centenários das Lojas "Conciliação Amazonense" e "Rio Negro" e a comemoração dos 92 anos de existência da GLOMAN na gestão do Grão Mestre Renan Corrêa Peixoto.

O Grande Oriente Estadual do Amazonas, hoje em dia GLOMAN, foi por ocasião da sua fundação, ainda sob a jurisdição do Grande Oriente do Brasil, o primeiro em todo o país a ter estatus de Delegacia, tendo em Manaus a gerir os destinos do povo maçônico, um delegado representante

do Grão Mestrado, privilégio que outras unidades da Federação apenas tiveram nos anos subsequentes.

Dados históricos registram que o Grande Oriente estadual do Amazonas foi fundado no dia 22 de setembro de 1904, tendo sob sua jurisdição nada menos que 14 Lojas. Dêste total, seis tinham a sua sede em Manaus enquanto que as demais Lojas estavam plantadas em municípios do interior do Estado do Amazonas e do Estado do Acre. O decreto de fundação do Grande Oriente Estadual do Amazonas, documento histórico que se encontra em exposição no Museu Maçônico "Mario Verçosa", pertencente à GLOMAN, está redigido da seguinte forma: "Nós Doutor Lauro Sodré, Senador Federal, Gr.'. Mestr.'. Gr.'. Com.'. da Ordem Maçônica no Brasil, fazemos saber a todas as Oficinas e Maçons da Jurisdição, para que cumpram e façam cumprir, que a Assembléia Geral do Grande Oriente do Brasil, atendendo a petição, devidamente documentada, do Consistório do Estado do Amazonas, adotou em sess.'. de hoje, a seguinte,

R E S O L U □ □ O

Art. 1º - Fica instituído na forma do art. 2º da Constituição, o Grande Oriente do Estado do Amazonas, com sede na cidade de Manaus.

Art. 2º - É autorizado o Grão Mestre Grande Comendador da Ordem a expedir as instruções necessárias para esse fim e a mandar proceder a eleição da primeira administração ou nomeá-la de acordo com a deliberação tomada pela Assembleia Geral do Grande Oriente em sessão de 22 de setembro de 1902.

Art. 3º - A instalação do Grande Oriente Estadual só deverá realizar-se à vista do documento da Grande Thesouraria Ger.'. da Ordem de ter sido satisfeita a respectiva jóia de instalação e do certificado do Delegado do Gr.'. Mestr.'. de estarem quites de suas cotisações anuais todas as Oficinas regulares existentes no Estado.

Art. 4º - Ficam suspensas dos direitos maçônicos as Oficinas que deixarem de quitar-se com os cofres do Grande Oriente dentro do prazo de cinco meses a contar da data desta resolução.

O Gr.'. Secr.'. da Ord.'. é encarregado da notificação e publicação do presente Decreto.

Dado e traç.'. no Gabinete do Grão Mestre no Rio de Janeiro, aos 22 dias do 7º mês do ano da V.'. L.'. 5904 - 22 de setembro de 1904, E.'. V.'. .

(assinados):

Lauro Sodré 33.'. .

Gr.'. Mestre.'. Gr.'. Com.'. da Ord.'. .

A. Pinto Mendes, 33.'. .

Gr.'. Secr.'. Ger.'. da Ord.'. .

Carlos Leite Ribeiro, 33.'. .

Gr.'. Chanc.'. .

Este Decreto, de fundação, levou o nº 276 nos registros do Grande Oriente do Brasil e seria seguido pelo Decreto de Instalação (nº 277) com a mesma data do documento anterior. Para que fique registrado nos anais da Maçonaria eis a íntegra do Decreto de Instalação do Grande Oriente Estadual do Amazonas:

"Nós, Doutor Lauro Sodré, senador federal, Gr.'. Mestr.'. Gr.'. Com.'. da Ordem Maçônica no Brasil, fazemos saber a todas as Oficinas e Maçons da Jurisdição, que usando da atribuição que os artigos 41§ 3º da Constit.'. e 105 do Reg.'. Ger.'. da Ord.'. nos conferem e da autorização concedida pela Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Oriente em sess.'. de hoje mandamos que se observem as seguintes instruções para a instalação do Grande Oriente Estadual do Amazonas.

Art. 1º - No dia designado para a 1ª sessão ordinária do mês de dezembro próximo vindouro, as Lojas do Or.'. do Estado do Amazonas procederão a eleição dos seus delegadas à Assembleia Estadual e, conjuntamente, à das Grandes Dignidades Estaduais, sendo na mesma sessão lavrada e aprovada a respectiva ata.

Art. 2º - O Consistório, o Conselho de Kadosch e os Capítulos reunir-se-ão, para eleger os seus delegados, em sessão especial, que deverá realizar-se dentro da segunda quinzena do dito mês de dezembro.

Art. 3º - As cópias autênticas das atas da eleição nas Lojas e a comunicação do resultado da eleição dos delegados no Consistório, no Conselho de Kadosch e nos Capítulos serão remetidas ao Delegado do Grão Mestre da Ord.'. no Estado, a quem cabe a providência da Assembleia Estadual até a posse das Grande Dignidades.

Art. 4º - Com as cópias de que trata o artigo anterior, deverão as Lojas enviar o quadro geral de seus obreiros em atividade na data da eleição, organizando de conformidade com o modelo "E" anexo ao Reg.'. Ger.'. da Ordem, e o de suas luzes e Oficinas efetivas, além da relação dos Ilr.'. que compareceram e votaram.

§ Único - um dos exemplares de cada um destes quadros será encaminhado pelo Deleg.'. do Gr.'. Mestr.'. à Gr.'. Secretaria Ger.'. da Ord.'. e outro arquivado na Gr.'. Secret.'. do Gr.'. Oriente Estadual.

Art. 5º - O processo da eleição e de reconhecimento de poderes, bem como as condições de elegibilidade, são as prescritas na Constit.'. e no Reg.'. Ger.'. da Ord.'..

Art. 6º - A primeira reunião dos delegados à Assembl.'. Estadual deverá efetuar-se no Templo da Ben.'. Loj.'. Cap.'. "Esperança e Porvir" à 07:30 h da noite de 04 de fevereiro.

Art. 7º - O período do mandato das Grandes Dignidades Estaduais, do Gr.'. Secr.'. Ger.'. e do Gr.'. Tes.'. Ger.'. termina em 24 de junho de 1907.

Art. 8º - A Assembleia Estadual exercerá as atribuições definidas

no Capítulo II do Título III do Regulamento Geral, reservando-se o Grão Mestre da Ordem a faculdade de tomar conhecimento da regularidade e validade das eleições a que se vai proceder em virtude destas instruções, anulando-as e nomeando, no caso de representação, digo, uma administração provisória, no caso de representação convenientemente documentada.

O Gr.'. Secr.'. Ger.'. da Ord.'. é encarregado da publicação e notificação do presente Decreto.

Dado e traç.'. no Gabinete do Grão Mestrado no Rio de Janeiro, aos 22 dias do 7º mês do ano da V.'. L.'. 5904 - 22 de setembro de 1904 E.'. V.'..

(assinados): Lauro Sodré 33.'
 Gr.'. Mestre .'. Gr.'. Com.'. da Ord.'.
 A. Pinto Mendes, 33.'
 Gr.'. Secr.'. Ger.'. da Ord.'.
 Carlos Leite Ribeiro, 33.'
 Gr.'. Chanc.'.

Cumpridas todas as determinações contidas nos Decretos nºs 276 e 277 baixados pelo Grão Mestrado da Ordem, que à época tinha a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, apenas no ano seguinte, ou seja, no dia 10 de abril de 1905, seria baixado o Decreto de nº 301 declarando regularmente constituído o Grande Oriente Estadual do Amazonas e que nos dias atuais tem a denominação de Grande Loja Maçônica do Amazonas - GLOMAM.

Pelo seu conteúdo e valor histórico para a Maçonaria e pelo fato de também fazer parte do vasto acervo do museu maçônico "Mario Verçosa", vale transcrever a íntegra do citado documento:

"Nós, Doutor Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, Gr.'. Mestr.'. Adj.'. Log.'. Ten.'. Com.'. no exercício do cargo de Gr.'. Mestr.'. Gr.'. Com.'. da Ordem maçônica no Brasil.

Fazemos saber a todas as OOff.'. Mmaç.'. da Jurisdição, para seu conhecimento e devida execução que, em virtude do dispôsto no Art. 8º do Decreto nº 277, de 22 de setembro de 1904, E.'. V.'., tomando conhecimento das eleições a que se procedeu para instalação do Grande Oriente Estadual do Amazonas e tendo verificado que foram respeitadas todas as prescrições legais e cumpridas as exigências do citado Decreto e do de nº 276 da mesma data, resolvemos aprovar as referidas eleições e declarar regularmente constituído o mencionado Grande Oriente Estadual do Amazonas, na forma da Constituição e do Regulamento Geral da Ordem.

O Gr.'. Secretário Ger.'. da Ord.'. fica encarregado da publicação e notificação do presente Decreto.

Dado e traç.'. no Gabinete do Grão Mestrado na cidade do Rio de Janeiro, aos 10 dias do segundo mês do ano da V.'. L.'. 5905 - 10 de abril de 1905 E.'. V.'.

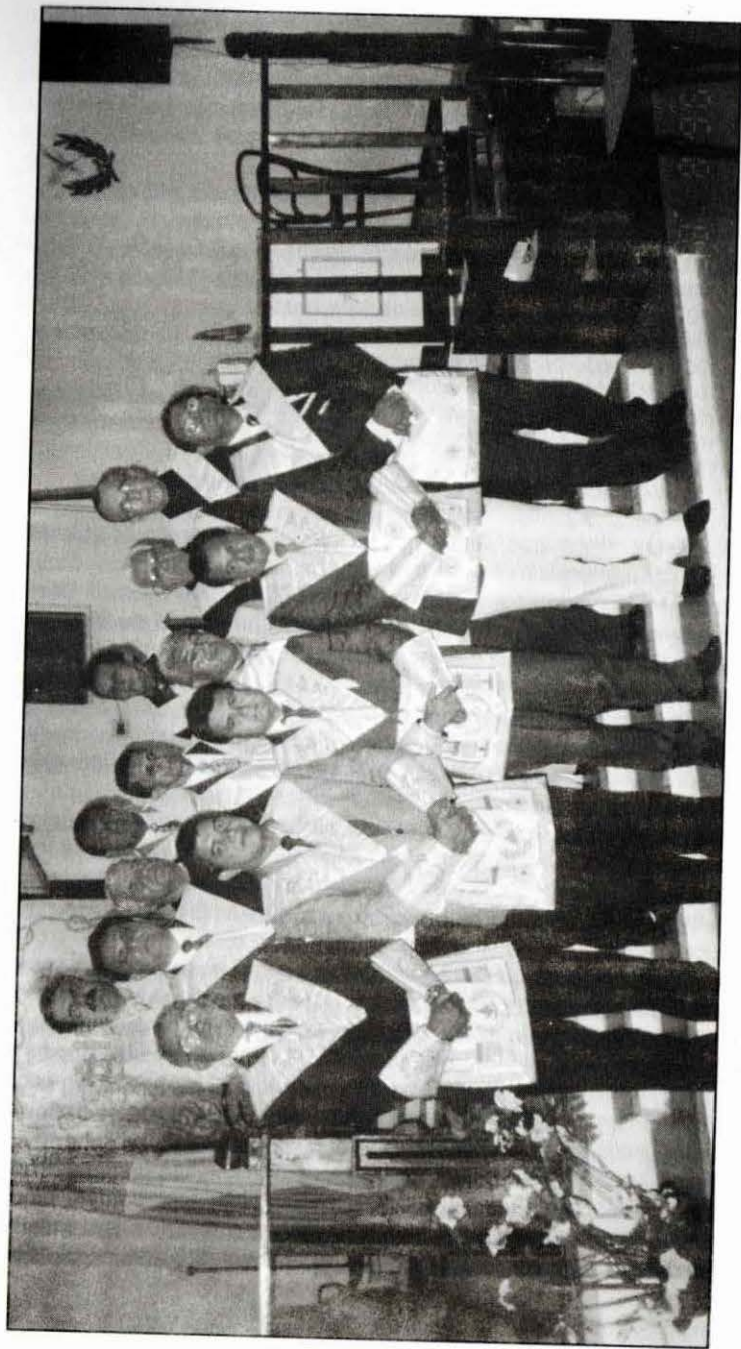
(assinados): Dr. Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, 33'.
Gr.'. Mestr.'. Adj.'. Log.'. Ten.'. Com'.
No exercício do cargo de Gr.'. Mestr'.
Gr.'. Com.'. da Ord'.
A. Pinto Mendes, 33'.
Gr.'. Secr.'. Ger.'. da Ord'.
Carlos Leite Ribeiro, 33'.
Gr.'. Chanc.'.-

A Grande Loja Maçônica do Amazonas - GLOMAM - já foi conhecida com diferentes denominações:

1904 a 1927 - Grande Oriente Estadual do Amazonas
1927 a 1945 - Grande Oriente do Amazonas e Acre
1945 a 1961 - Grande Oriente do Amazonas, Acre e demais Territórios Limitrofes.
1961 a 1968 - Grande Loja do Amazonas, Acre, Rondônia e Rio Branco.
1968 a 1974 - Grande Loja do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.
1974 a 1980 - Grande Loja do Amazonas e Territórios Limitrofes.
1980 a 1985 - Grande Loja do Estado do Amazonas - GLEAM
1985 - - Grande Loja Maçônica do Estado do Amazonas - GLOMAM.

Estas denominações se justificaram em virtude do desmembramento que se verificou no território da Amazônia Ocidental e em face do compromisso assumido pela GLOMAM em 1972 perante os participantes da VIª Assembleia Geral da C.M.S.B., realizada na cidade de Salvador - Bahia. Por muito tempo que os dirigentes da GLOMAM nutriram a idéia de que deveria existir uma Grande Loja Maçônica em cada Unidade da Federação e principalmente na Região Amazônica onde as grandes distâncias muitas vezes dificultavam uma maior integração do povo maçônico. E esta necessidade veio se concretizar a partir do ano de 1985, dando a cada Grande Loja a sua tão almejada autonomia dentro da configuração maçônica. Deu também a cada Grande Loja a possibilidade de solucionar as suas questões conforme a necessidade de cada região, de cada Estado, principalmente na Região Amazônica e autonomia suficiente para desenvolver cada vez mais as suas atividades dentro do contexto regional de cada uma.

Embora todos os Grão Mestres empossados nas Grandes Lojas desmembradas da jurisdição da GLEAM tivessem tido os seus méritos administrativos, apresentando índices de desenvolvimento sequer imaginados anteriormente, a GLOMAM assume a liderança das Grandes Lojas na Amazônia Ocidental. A partir de 1985, a GLOMAM, dentro dos seus naturais padrões de trabalho, visando dar maior apoio aos fundamentos maçônicos, procurando solidificar cada vez mais a maçonaria na região amazônica, passa a demonstrar às suas demais co-irmãs recém surgidas em nossa região que a verdadeira maçonaria se faz através de um congaçamento fraterno entre o povo maçônico, estribado no trabalho profícuo e na adaptação à modernidade dos nossos tempos.



Integrantes do Corpo Administrativo do Centenário da Gr.: Ben.: Loj.: Simb.: Rio Negro, N° 4

Não se pretende aqui depreciar, ou tirar os méritos de nenhuma das administrações que a GLOMAM teve desde 1985. Todas elas tiveram a sua notoriedade indiscutível, cada uma delas, à sua maneira, trouxe as suas contribuições visando enaltecer a atuação da Maçonaria. Tiveram as suas falhas, cometeram os seus êrros, de vez que nenhuma administração jamais será totalmente perfeita, mas sempre visando a sublimação do ideal maçônico.

No ano de 1996, quando se comemora os 92 anos de existência da Grande Loja Maçônica do Amazonas esta tem sob sua jurisdição, na Capital, as seguintes Lojas:

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. Loj.'. Simb.'. "Esperança e Porvir"

Ven.'. Mestre: João Cavalcante de Albuquerque

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Amazonas"

Ven.'. Mestre: Ronaldo de Brito Leite

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Conciliação Amazonense"

Ven.'. Mestre: Manoel Carlos de Oliveira

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Negro"

Ven.'. Mestre: Fernando Ferreira Lima

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Aurora Luzitana"

Ven.'. Mestre: Raimundo Andrade Bentes

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Arkbal"

Ven.'. Mestre: José Bindá Passos

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Deus Lei e Perseverança"

Ven.'. Mestre: Edilton de Souza Alves

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Fraternidade Amazonense"

Ven.'. Mestre: José Maria Borges

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Esperança e Harmonia"

Ven.'. Mestre: Evandro de Melo Pacheco Borges

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "12 de Janeiro"

Ven.'. Mestre: Raimundo Ely de Moraes

Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Solimões"

Ven.'. Mestre: Antonio Sampaio Nunes

Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Manaus"

Ven.'. Mestre: José Alves de Lima

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Encontro das Águas"

Ven.'. Mestre: João Miranda de Albuquerque

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Firmeza e Renascença"

Ven.'. Mestre: Paulo Cesar Santos

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Floresta Amazônica"

Ven.'. Mestre: Dermeval Souza Pinheiro

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Estrêla do Alvorada"

Ven.'. Mestre: Manoel José Vieira de Freitas

As Lojas Maçônicas jurisdicionadas à Grande Loja Maçônica do Amazonas -GLOMAM, no interior do nosso estado são as seguintes:

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Cinco de Setembro"
Ven.'. Mestre: Claudionor Ribeiro de V. Ferreira
Município de Manacapuru

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Aliança"
Ven.'. Mestre: Raimundo Sampaio da Costa
Município de Canutama

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "União Paz e Trabalho"
Ven.'. Mestre: Benedito Araújo Manso
Município de Parintins

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Sá Peixoto"
Ven.'. Mestre: Luiz Alberto Lira da Cruz
Município de Tefé

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Luz, União do Juruá"
Ven.'. Mestre: Francisco Djacir Lima de Souza
Município de Eirunepé

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Firmeza e Amor"
Ven.'. Mestre: José Moacir da Silva Maia
Município de Benjamin Constant

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Fraternidade Coariense"
Ven.'. Mestre: Arnaldo Batista Alves
Município de Coarí

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Arautos do Bem"
Ven.'. Mestre: Augusto Ribeiro da Silva
Município de Labrea

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Sentinela da Ordem"
Ven.'. Mestre: Ananias Franco de Carvalho
Município de Boca do Acre

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Glória de Hiram"
Ven.'. Mestre: Francisco Gelson de Macedo Souza
Município de Itacoatiara

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Rio Mar"
Ven.'. Mestre: Amauri Eward
Município de Codajás

Gr.'. Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Esperança, Harmonia e Trabalho"
Ven.'. Mestre: Josenil de Oliveira Melo
Município Autazes

Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Cavaleiros do Alto Rio Negro"
Ven.'. Mestre: José Nogueira Saldanha
Município de São Gabriel da Cachoeira

Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Aurora do Madeira"
Ven.'. Mestre: Hilário Genicio Lucena
Município de Manicoré

Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Rodolpho Vale"
Ven.'. Mestre: Sebastião Antonio Estrela Ribeiro

Município de Borba

Ben.'. Loj.'. Simb.'. "Hamilton Mourão"

Ven.'. Mestre: Irineu Carneiro Gomes

Município de Maués

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Candido Honorio Soares Ferreira"

Ven.'. Mestre: Sebastião Serafim do Nascimento

Município de Caruarí

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "União, Paz e Harmonia"

Ven.'. Mestre: José Barbosa das Neves

Município de Balbina

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Manoel Almeida Trindade"

Ven.'. Mestre: Anibal dos Santos Monteiro

Município de Urucará

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Tiradentes"

Ven.'. Mestre: José Aroaldo Pereira do Nascimento

Município de Tabatinga

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Duas Águas"

Ven.'. Mestre: Roberval da Fonseca Weckner

Município de Novo Aripuanã

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Filhos de Hiram"

Ven.'. Mestre: José Lucinaldo ferreira de Souza

Município de Iranduba

Aug.'. e Resp.'. Loj.'. Simb.'. "Sentinela do Solimões"

Ven.'. Mestre: João Luiz Corrêa Neto

Município de Fonte Boa

Dentre as mais diferentes atividades do ser humano, sempre existem aqueles que se destacam dos seus semelhantes, pela sua dedicação, pelo seu positivismo, pela sua abnegação, pela sua perseverança e pela sua maneira humana e objetiva de analisar e de se posicionarem perante as inúmeras situações que se apresentam no dia a dia.

Também na prática da Arte Real encontraremos aqueles que se sobressaem por sua dedicação, sua perseverança e o seu zelo por tudo quanto diga respeito à Sublime Ordem. São Obreiros desprovidos de paixões e ódios oriundos do antagonismo inútil, aptos a estenderem sobre todos o pálio da solidariedade humana, no desempenho de suas missões de paz e fraternidade. São Obreiros que sempre saíram triunfantes, apesar de caluniados e agredidos e ao final de cada compromisso assumido têm a paz de espírito e a convicção plena para afirmarem: "Missão cumprida!" São Obreiros cuja ação, sob todos os aspectos, se torna praticamente invisível de vez que seus agentes a exercem com caráter individual e discreto, a fim de não arrastar a Instituição ao terreno das exibições ou das parcialidades em luta.

Foi um Obreiro desta estirpe que no ano de 1994, por vontade da maioria, foi guindado ao cargo de Grão Mestre. Um Obreiro que segundo

suas próprias palavras "preparou-se, durante a sua longa carreira maçônica" para ocupar tão destacada posição. Preparou-se, no sentido de aprendizagem, ocupando cargos desde os mais humildes aos mais destacados, no afã de moldar-se para assumir com plena convicção a responsabilidade maior de Grão Mestre. Moldou-se no aprendizado das questões pequenas, das causas menores que trazem a experiência necessária, indispensável, para então assumir a responsabilidade maior de gerir a administração de um órgão de representatividade máxima dos interesses maçônicos no Estado do Amazonas - GLOMAM.

Com um mandato de quatro anos (1994 - 1997) soube cercar-se sempre de Ilr.'. que nas mais diferentes funções se constituem em parcelas indispensáveis à movimentação de uma administração e que esclarecidos pela filosofia maçônica, animados pelo simples desejo de bem servir, souberam captar a confiança necessária para a desenvoltura das suas atividades e todos cooperaram nesta cruzada que visava não somente a renovação da estrutura física da GLOMAM mas também a estrutura moral para que pudesse enfrentar ativa e soberanamente, com coragem, ânimo e desassombro todos os problemas que poderiam advir nêstes tempos tão difíceis.

Como consequência da implantação de uma administração voltada para os tempos modernos, para a fraternidade e o solidário apoio às suas Lojas jurisdicionadas, temos hoje uma maçonaria preocupada com reformas administrativas e constitucionais, temos a GLOMAN preocupada com a realização de congressos regionais, dividindo em distritos as Lojas de sua Jurisdição, com a finalidade de discutir os problemas de cada uma. Temos um Grão Mestrado empenhado em reformas e implantação de um novo regimento interno da Soberana Assembléia Geral, podemos constatar o apoio decisivo às obras nos Templos em construção tanto na Capital como no interior do Estado e sentir ainda a eficácia da ampliação da informatização da Grande Loja, com o intuito de prestar cada vez mais serviços modernos e eficazes à Ordem. Por determinação do Grão Mestrado, procede-se à revisão e implantação de regras de comportamento e identidade maçônicas, há uma determinação no sentido de engajar cada vez mais, todas as Lojas da obediência, nos programas sociais da Ordem e ampliam-se os trabalhos no sentido de que sejam intensificados os planos de assistência à educação.

Visando preservar a memória maçônica, rememorando os fatos históricos no Amazonas e dos quais a maçonaria participou ativamente, foi criado o Museu Maçônico "Mário Verçosa", cuja inauguração teve lugar no dia 18 de setembro de 1996, como parte das comemorações dos 92 anos de existência da GLOMAM. Paralelamente, inaugura-se a biblioteca da GLOMAM, com o objetivo de levar a todos os Ilr.'. a oportunidade de aumentarem os seus conhecimentos maçônicos, encontrando-se à disposição dos mesmos, cerca de dois mil livros, abrangendo inclusive

conhecimentos gerais. Com a inauguração da Galeria dos Ex Grão Mestres, presta-se significativa homenagem a todos os Grão Mestre que passaram pela GLOMAM, desde a sua fundação.

Uma das grandes preocupações da administração Renan Corrêa Peixoto foi a prestação de assistência médica à comunidade maçônica, levando-se em consideração a péssima condição em que se encontra a assistência médica previdenciária. Decorrente desta preocupação, a GLOMAM firma convênio com a UNIMED que elabora um plano especial para os seus conveniados maçônicos. Paralelamente, a GLOMAM cria ainda o Plano Alternativo de Saúde, através do qual os profissionais de saúde são diretamente conveniados com a GLOMAM para prestarem assistência aos maçons, por intermédio da livre escolha.

Com o intuito de prestar apoio à juventude, nêstes tempos tão conturbados, a GLOMAM criou o Capítulo "Ajuricaba" da Ordem De Moley e ainda o Capítulo das "Filhas de Jó". O Capítulo De Moley, congrega jovens do sexo masculino com idade de 13 a 21 anos e o BETHEL das "Filhas de Jó", jovens do sexo feminino, na mesma faixa etária.

Atualmente a GLOMAM tem em sua Jurisdição quatro Lojas Centenárias; "Esperança e Porvir", "Amazonas", "Conciliação Amazonense" e "Rio Negro" que comemoraram os seus cem anos de existência nos anos 1972, 1977, 1994 e 1996, respectivamente. Estas quatro colunas mestras da Maçonaria amazonense, sem sombra de dúvidas, participaram ativamente dos mais destacados momentos da história do Amazonas, a começar dos tempos provinciais, levando sempre através dos seus Obreiros ilustres os ensinamentos de nossa Sublime Instituição.

No ano de 1997 mais duas Lojas Maçônicas em nosso Estado sustentarão orgulhosamente o marco dos cem anos de gloriosa existência: "Cinco de Setembro" e "Aurora Lusitana". Mais uma vez será evidenciada a participação de Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, que foi um dos fundadores da Loja "Cinco de Setembro" no dia 22 de abril de 1897, no município de Manacapurú, onde se encontra a sede desta fortaleza maçônica.

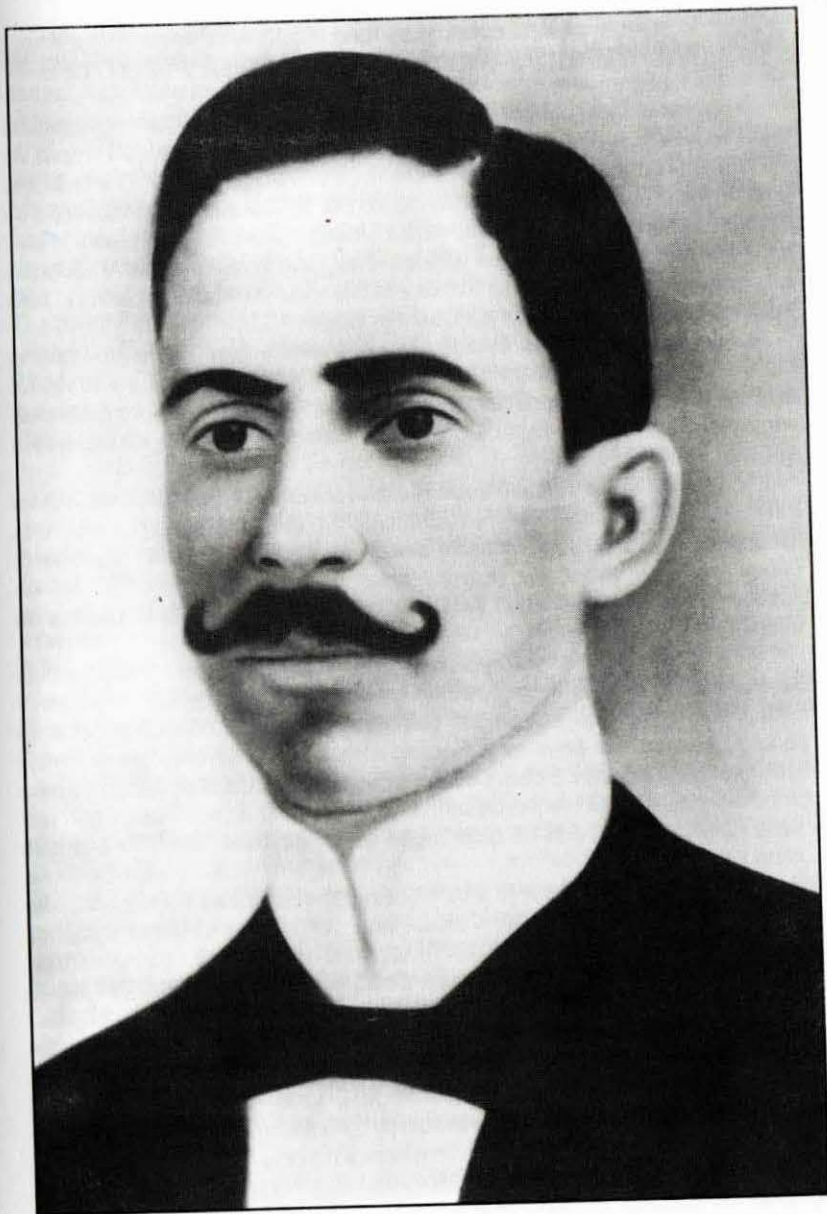
Ata da Loja de Dup. Negro, do Uruguai

Ata de instalação da Loja "Rio Negro", no Uruguai, do Hospital do Estado de Amaraonda.

Das cinco dias do novo mez do anno da V. L. de 1896, em
o de Novembro de 1896. E V. presentes em log. occ. do most
fijos constantes de lim. de formosa e que esta subscru-
fals. mundos, de titulos, authenticos, de pae de fr.
reuchidos os logares pela forma seguinte: Veu. 1º
Antonio Paucabo, Perem de S. Peixoto, 1º Vig. Fran-
cisco de Cerendo, 2º Vig. José Lopes de Souza, Grad.
Benigno José de Andrade, Secret. Anildo Santos,
Influencio Durcelis, de Souza Paldas, Barch. Ant.
Pires dos Passos, 1º Exp. José Augusto, da Silva, Mus-
ti. de Lemm. Custodio Thales Pereira Quintino, Cole.
José Paucabo. Villos, declarou a instalação, a Loja
"Rio Negro", do rito occ. ant. e ace. ao Or. de
Abanda, Hospital do Uruguai e Amaraonda, de Amaraonda
a petição de constit. ao munit. Pod.: e ill. Sup.
Leis. de 33 e ultimo pr. do rito occ. ant. e
ace., no rito do pr. Or. do Brazil, lavrou-se
para constar a seguinte acta.

- Antonio G. P. de Sa Peixoto 33.
 01º Vig. int.: José Augusto 17.
 02º Vig. int.: O. Sebastião int.
 Grad. int.: Antonio Paucabo 17.
 0 Grad. int.: Benigno José de Andrade 9.
 Secret. int.: Antonio Paucabo 17.
 1º Exp.: José Augusto da Silva 17.
 2º Exp.: Antonio Paucabo 17.
 3º Exp.: Antonio Paucabo 17.
 4º Exp.: Antonio Paucabo 17.
 5º Exp.: Antonio Paucabo 17.
 6º Exp.: Antonio Paucabo 17.
 7º Exp.: Antonio Paucabo 17.
 8º Exp.: Antonio Paucabo 17.
 9º Exp.: Antonio Paucabo 17.
 10º Exp.: Antonio Paucabo 17.

Ata de fundação da Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro"



ANTONIO GONÇALVES PEREIRA DE SÁ PEIXOTO, fundador da Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro" no ano de 1896.

TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS DE: ANTONIO GONÇALVES PEREIRA DE SÁ PEIXOTO

Na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ao vinte e sete dias do mês de fevereiro de 1869, nascia Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, filho de Antonio Pereira de Sá Peixoto e Dona Maria Gonçalves Peixoto. Descendente de família tradicional, desde jovem sua cabeça transbordava de idéias democráticas, fato êste que talvez o tenham levado a dedicar-se ao estudo das Ciências Jurídicas e Sociais. Assim sendo, Sá Peixoto se forma em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Livre do Estado de São Paulo, em 1891.

Fêz da carreira acadêmica o malhête de novas conquistas morais, ocupando cargos na Pauliceia e também no Rio Grande do Norte, revolveu os meios universitários, re florindo em selvas novas por onde per vagasse o seu critério filosófico e a sua vibração de artista da palavra e escultor da inteligência.

Desde a sua juventude desenvolveu-se paralelamente à sua ânsia pelo estudo das Ciências Jurídicas, um carisma inimaginável pelas lides políticas, o que lhe causou certos transtôrnos, considerando-se a época em que viveu, ou seja os anos da política imperial, cheia de emaranhados e tramas e que antecederam a implantação da República no Brasil.

Dizem alguns historiadores, que Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, teria sido atraído, como muitos, pelo fastígio em que vivia o Estado do Amazonas, no período compreendido entre a última década do século passado e a primeira do nosso século. Êste período, consagrado como sendo a época de ouro das finanças do Amazonas ocasionado pela grande procura da borracha no mercado internacional, fêz inúmeras fortunas e provocou uma vida de ostentação social e cultura, tanto em Manaus como em Belém.

Atraídos pelos sonhos de riqueza, aportaram no Amazonas, não só nordestinos que se embrenhariam nos seringais e sustentariam, nos confins do Acre, a soberania nacional, mas igualmente, comerciantes, artistas e homens de cultura. Dentre êstes estaria Sá Peixoto, um jurista erudito e que seria um grande professor universitário. Quando o Brasil ainda se espelhava no alvorecer da República, timbrado ainda dos remansos nostálgicos da Côrte imperial bonachã, Floriano Peixoto, o Consolidador, nomeou-o Juiz Federal do Estado Amazonas, terra que àquela época, era considerada como "bárbara", "extra-planetária e inacessível" pelos homens que viviam no sul do país, tão empolgante lhes parecia a paisagem amazônica.

Possuidor de um espírito ágil e uma presença insinuante, além de ocupar um cargo de tal importância em nosso Estado, Sá Peixoto em pouco tempo conquista as simpatias das elites políticas, culturais e com-

erciais. Em decorrência do cargo que ocupa e em virtude da influência política que adquire através do seu relacionamento fácil, passa a frequentar as mais altas rodas sociais da mais nova Província. Torna-se presença indispensável nos chamados "saraus" da época provincial.

Nesta quase que infindável atividade política e social, Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto conhece a normalista Eudóxia Sarmento Moreira pertencente a destacada família amazonense, ou seja, filha e sobrinha, respectivamente dos coronéis Emilio José Moreira e Guilherme José Moreira, o Barão de Juruá. O coronel Emilio José Moreira, na época era considerado renomado chefe político enquanto que o coronel Guilherme José Moreira exercia ainda a sua influência política nos meios oficiais deste Estado, uma vez que deixara há pouco o Governo da Província. Pelo que se sabe, D. Eudóxia Sarmento Moreira era também sobrinha do coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento, outra figura de destaque no meio político do Amazonas.

O casamento de Sá Peixoto com D. Eudóxia Sarmento Moreira, seria, sem sombra de dúvidas, um dos mais badalados acontecimentos sociais e ao mesmo tempo faria com que o jovem intelectual e futuro jurista de renome nacional, fixasse definitivamente as suas raízes no Estado do Amazonas.

Em 1893, Sá Peixoto recebe a nomeação de catedrático de História Universal do Instituto Normal Superior do Estado, exercendo também no mesmo estabelecimento as funções de professor de Francês. Com a extinção do Instituto e a criação do Ginásio Amazonense, Sá Peixoto passa a reger as cadeiras de Francês e Pedagogia, naquele estabelecimento de ensino.

Acostumado a frequentar as mais altas rodas políticas do Estado, iniciou-se então a carreira meteórica de Sá Peixoto que começa a galgar os mais destacados cargos políticos tanto durante o período da Província, já no seu final, como também no período republicano.

No ano de 1894, com apenas 25 anos de idade, Sá Peixoto se elege deputado federal pelo Estado do Amazonas. No Rio de Janeiro, além das suas atividades parlamentares, ocupa o cargo de lente substituto da 2ª Secção da Faculdade de Direito daquele Estado. A Segunda Secção da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, era constituída à época, pelas seguintes cadeiras: Direito Público e Constitucional, Direito Internacional Público, Privado e Diplomacia. E seria justamente nesta última disciplina que Sá Peixoto no dia 04 de maio de 1904 apresentaria sua "tese" "Fundamento e Fim da Neutralidade", conquistando assim o grau de Doutor em Direito.

Segundo os mais renomados juristas da época, a dissertação de Sá Peixoto sobre "Fundamento e Fim da Neutralidade" representa "um trabalho primoroso na forma e o seu conteúdo, revela alta sabedoria jurídica, considerando-se o estágio em que se encontra o Direito Internacional

Público."

No seu primeiro capítulo, "Direito de Beligerância e Direito de Neutralidade", Sá Peixoto faz considerações sobre a guerra, discordando sobre alguns conceitos daquela época. Sá Peixoto sustenta que "há paralelamente um direito da guerra e um direito da neutralidade e este constitui um novo estado jurídico, que se distingue do estado de paz ordinário, tanto pela influência dos sucessos da guerra sobre as relações de direito, como pelos deveres de natureza inteiramente especial que a guerra impõe aos neutros."

No segundo capítulo da sua "tese" Sá Peixoto aborda os temas "Soberania, Independência e Igualdade Jurídica dos Estados" e "Paz entre os Estados e Paz Universal" concluindo a respeito que "os meios mais práticos e mais racionais de assegurar a paz são a mediação e o arbitramento ou arbitragem".

Já no quinto capítulo: "Definição de Neutralidade", Sá Peixoto define: "a neutralidade depende do concurso de duas circunstâncias principais: inteira abstenção de participar da guerra e conduta imparcial para com ambos beligerantes. É uma relação de direito resultante da abstenção imparcial de um Estado, na guerra existente entre outros Estados." E depois de outras diversas considerações, Sá Peixoto conclui em sua definição de neutralidade: "A neutralidade tem por fundamento a soberania nacional, por fim próximo, restringir o estado de guerra aos seus justos limites e por fim remoto, localizar a guerra e torná-la mais rara, quando não estabelecer a paz universal."

Evidentemente o pensamento de Sá Peixoto, segundo alguns juristas experimentados, era perfeitamente defensável na época em que ele viveu. Hoje em dia, quando o Direito Internacional Público já se baseia em novas concepções e depois de duas grandes guerras, algumas idéias não podem ser acolhidas.

Paralelo às suas atividades políticas, Sá Peixoto jamais deixou de exercer a sua vocação de jurista e sempre esteve em evidência nesta área pois em 1909 quando da organização do primeiro corpo docente da Faculdade de Direito do Amazonas, o seu nome consta da relação de mestres na qualidade de professor da 3ª Cadeira do 5º ano de Medicina Pública. A nomeação de Sá Peixoto é registrada em sessão de Congregação de 13 de novembro de 1909.

A mais acentuada participação junto à Faculdade de Direito do Amazonas de Sá Peixoto se daria no período de 1923 a 1937. Segundo registros existentes no Conselho Seccional da Ordem dos Advogados, Sá Peixoto exerceu a regência das cadeiras de Medicina Pública, Filosofia do Direito, Direito Público Internacional e Direito Internacional Privado. Em 1930 Sá Peixoto exerceu o cargo de vice diretor da Faculdade de Direito e no ano seguinte o 1o. Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Direito era integrada por Sá Peixoto, ao lado de Vivaldo Lima, Luna

Alencar, Waldemar Pedroso, Ricardo Amorim e Rafael Benaion.

No período administrativo do Interventor Waldemar Pedrosa, o professor Sá Peixoto é nomeado diretor da Faculdade de Direito do Amazonas, cargo que foi por ele ocupado durante os anos de 1932 e 1933. A atuação de Sá Peixoto junto à Faculdade de Direito se encerraria apenas no ano de 1937 por força da regulamentação de cargos públicos estabelecida pelo Governo Federal através do decreto-lei no. 24, datado de 29 de novembro daquele mesmo ano.

Sá Peixoto ao ingressar na magistratura amazonense, representou no Tribunal de Justiça a classe dos Advogados. Foi por determinação da constituição do Estado, vigente à época, o primeiro advogado a fazer parte do corpo de juizes superiores, norma consagrada, hoje, pelo Direito Constitucional Brasileiro. Êste fato, certamente foi o motivo da hostilidade nutrida pelos desembargadores da época, e que os mesmos não escondiam em nenhum momento, com relação a Sá Peixoto. Todavia, como homem de elite intelectual, jamais se preocupou em combater àqueles que movidos pela vaidade pessoal, pela ânsia do poder, tentavam boicotá-lo, ou obstruir a sua carreira. Sá Peixoto foi sempre um homem consciente dos seus valores e em momento algum prestou o seu apoio a atitudes mesquinhas e negativas.

Depois de se aposentar do cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado, Sá Peixoto continuou militando na advocacia para servi-la com os seus excepcionais conhecimentos jurídicos. No ano de 1930 o Governo Federal criou como órgão de seleção, defesa e disciplina da classe dos advogados a Ordem dos Advogados do Brasil, antigamente conhecida como Instituto da Ordem dos Advogados. A regulamentação dêste órgão de classe se verificou através do decreto de no. 20.784, datado de 14 de dezembro de 1931.

Em Manaus o Conselho da Ordem em nosso Estado é instalado no dia 7 de abril de 1932 tendo como presidente provisório o desembargador Sá Peixoto e integrado ainda por Leopoldo Peres, Bernardino Paiva, Armando Madeira, Huascar de Figueiredo e João de Freitas. No dia 19 de agosto do mesmo ano, os advogados em Assembléia Geral elegeram a primeira diretoria efetiva daquele Conselho, sendo Sá Peixoto confirmado para exercer a presidência. Ainda seria reeleito para o cargo de presidente, pelo período de 1935 a 1942, sem nunca ter faltado a uma reunião daquela entidade de classe.

Um dos maiores destaques da vida política de Sá Peixoto foi a sua participação muito ativa na "Comissão dos 21". Esta Comissão Parlamentar, no alvorecer do nosso século, foi encarregada de examinar a elaboração do Código Civil Brasileiro. O Projeto do Código Civil Brasileiro, elaborado pelo jovem jurista Dr. Clóvis Beviláqua foi remetido pelo Govêrno da República à Câmara Federal onde deveria ser revisto por uma Comissão do Governo e que seria integrada por representantes

de todos os Estados da Federação, sob a presidência do então Ministro dos Negócios do Interior, Epiácio Pessoa.

Sá Peixoto que havia sido eleito deputado federal para os triênios de 1900 a 1902 e de 1903 a 1905, seria sem dúvidas a pessoa indicada para representar o Amazonas, levando-se principalmente em consideração a sua erudição jurídica. Nada melhor do que as próprias palavras de Clóvis Beviláqua para definir o trabalho desta Comissão e da capacidade dos seus integrantes: "A discussão do Projeto na Comissão Especial da Câmara, foi memorável, quer pela amplitude do debate, em que tomaram parte, além dos 21 representantes das diversas bancadas, vários cultores do direito, de nomeada no fôro e o autor do Projeto; quer pelo interesse, com que todos se aplicaram à consecução da forma jurídica adequada ao meio social e ao momento histórico. Trabalhou-se de 27 de julho de 1901 a 18 de janeiro de 1902, celebrando-se sessenta reuniões. E na discussão, a que não faltaram, jamais a cordura e a dignidade, manteve o pensamento na altura conveniente, para bem exprimir o estado de cultura do país em matéria jurídica".

Dentro dos trabalhos da mencionada "Comissão dos 21" a Sá Peixoto foi dado a incumbência de ser o relator parcial da parte que tratava da constituição de rendas, seguros, fiança, títulos ao portador e promessas de recompensa. Ao final das discussões, os pareceres e as emendas apresentadas por Sá Peixoto são aprovadas inteiramente.

Mas Sá Peixoto se destacaria mais uma vez durante os trabalhos realizados pela "Comissão dos 21" quando da discussão dos capítulos que falavam sobre o Direito da Família. Nesta oportunidade Sá Peixoto colocou-se a favor da aprovação do divórcio e o discurso feito pelo mesmo por ocasião dos debates na "Comissão dos 21" teve ampla repercussão.

Como parte do imenso acervo histórico sobre Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, comprovando mais uma vez a sua erudição jurídica, a sua perspicácia política e a sua eloquência de orador acostumado a empolgar os seus contemporâneos com suas palavras inteligentes, eis a seguir, a íntegra do discurso proferido a favor do divórcio na "Comissão dos 21" e que teve ampla repercussão, à época, nas mais diferentes camadas da sociedade:

"Sr. Presidente, largamente tem sido debatida, em todos os países, a questão do divórcio, pode-se dizer mesmo que já foi esgotada a longa série de argumentos pró e contra este remédio para os casais infelizes.

Não me ocuparei, pois, em reproduzir e analisar esses argumentos, estudando o assunto sob o ponto de vista geral, teóricamente, em abstrato; mesmo porque já o fizeram, entre nós, de um modo brilhantíssimo, no Senado, o honrado Sr. conselheiro Coelho Rodrigues, em três magistrais discursos, dentre os quais destacarei o que foi pronunciado na sessão de 18 de julho de 1896, e agora, nesta Comissão, o Sr. Vergne de

Abreu, que foi completo, nada deixando a desejar. Vou limitar-me a considerá-lo em concreto, isto é, no tempo e no espaço.

Debaixo dêste ponto de vista podem-se reduzir a dois os principais argumentos invocados por aqueles que aqui têm combatido a adoção do divórcio - a inoportunidade e a inconveniência dessa medida.

O primeiro dêesses aspectos da questão foi ventilado pelo ilustre Deputado Monsenhor Mourão; o segundo constitui em geral o tema de todos os oradores que gentilmente nos vieram trazer as suas luzes.

Permita porém, a Comissão que, antes de examinar cada um dêesses argumentos, em suas variantes ou modalidades, eu abra um ligeiro parêntesis para justificar o aparte que fui obrigado a dar no correr do brilhante discurso do talentoso Sr. Deputado Pedro Vergne.

Embora aceite a tese que S. Excia. sustentou, tomei a liberdade de divergir do argumento que S. Excia. aduziu, de que o sacrifício dos filhos, quando acaso se dêsse, não podia perante a lei constituir uma objeção séria ao divórcio.

Não, Sr. Presidente; provassem-me que o divórcio produz a ruína dos filhos e que, ao inverso, a simples separação de corpos mantém íntegra a sua educação, eu não hesitaria em alistar-me entre aqueles que o combatem.

É tão poderoso o instinto de conservação da espécie entre todos os animais, mesmo os inferiores, que, em regra, os indivíduos se sacrificam à prole.

Contra a proposição de S. Excia. "a situação jurídica do adulto deve ser mais protegida do que a do infante"- protesta a legislação de todos os países cujo direito civil consagra a restrição in integrum em favor dos menores, à interrupção da prescrição contra êles e outros benefícios. É o principio moral da proteção aos fracos.

Nem prevalece a objeção de que, em um parto difícil, em que torne necessário sacrificar um dos seres a regra é salvar a parturiente, porque aí o caso é diverso, é uma vida por outra, sacrifica-se um ente que não se sabe se é viável, por outro que já faz parte da comunhão social e que é talvez o amparo de outros. Evita-se o mal maior.

Fechemos porém, êste incidente de que só me ocupei para testemunhar a muita consideração que merece o representante do Estado da Bahia.

Passemos a considerar os argumentos dos que impugnam a emenda que admite o rompimento do vínculo conjugal. É inoportuno - dizem - primeiro, porque ninguém ainda reclamou o divórcio; ao contrário, de todos os pontos de nossa pátria têm vindo protestos de grande número de senhoras brasileiras contra a adoção dessa medida; segundo, porque as duas Casas do Congresso já se manifestaram contra êle, rejeitando ou deixando dormir nas pastas das Comissões os respectivos projetos.

Mas, Sr. Presidente, que valor podem ter os protestos dessas

nossas conterrâneas? Naturalmente, as que prestam as suas assinaturas são as espôsas felizes, aquelas para quem o matrimônio é um jugo suave e essas não precisam do divórcio. É o egoísmo, é a vaidade dos ditosos que se manifesta pois que a alegria é essencialmente comunicativa e expansiva. Domina-as o orgulho de poderem afirmar e anunciar em público a sua felicidade doméstica.

Os doentes podem às vezes recusar o remédio que se lhes oferece, mas os sãoos jamais o reclamam. Era mister que as signatárias do protesto declarassem que eram espôsas desgraçadas, mas que não queriam o divórcio, para que pudesse ter algum valor o seu depoimento. Mas o pudor, o pejo das infelizes privam-nas de vir a público expôr o seu infortúnio e solicitar para êle um remédio que não têm a esperança de alcançar. O infortúnio de muitos lares só o conhece o público pelo escândalo, que provoca ou pela extrema degradação a que às vezes chega o marido ou a mulher, quando não ambos. Quanto à resistência que a Câmara e o Senado têm oposto à passagem do divórcio, convém lembrar que mais de uma idéia, de uma reforma liberal e adiantada tem tido a mesma sorte.

A nossa índole rotineira, a timidez e a inércia de nosso espírito têm feito com que as grandes reformas só encontrem guarida no Congresso, quando de todo é impossível obstá-las. Em 1886, quando já ia acesa a campanha abolicionista, não foi, sequer, julgado objeto de deliberação o projeto que marcava um prazo para a extinção da escravidão no Brasil. Dois anos depois, com verdadeira preterição de formas regimentais, Câmara e Senado, à porfia, com a rapidez com que nas mágicas se sucedem as cenas, aprovavam e a princesa imperial regente sancionava, com aplauso geral, a proposição que a extinguiu incondicionalmente desde logo.

Citando êste fato eloquente, disse o honrado Senador Coelho Rodrigues, no discurso a que há pouco aludí, com referência a um dos projetos de divórcio: "Êle morre agora, tenho certeza disso; mas êste morto terá ressurreição como Lázaro; e quando êle ressuscitar, não será mais o projeto que está em discussão, será outro mais amplo..."

Mas deixemos isso de parte. É uma profecia que os nobres senadores não tomarão a sério, mas que se há de realizar. Sim, Sr. Presidente, será lícito dizer que a opinião pública não reclama ao divórcio, quando essa idéia vai invadindo um Parlamento refratário a tôdas as reformas; quando todos os anos em uma e outra casa legislativa renascem os projetos; quando essa questão já merece e provoca tão largo debate como aquele que se travado neste recinto? Não, Sr. Presidente; não e não!

A calorosa discussão, a que temos assistido, é prova de que a idéia vai ganhando terreno e que em breve constituirá caudelosa corrente, a que não se poderá mais opôr diques. Fôsse absurda a idéia; não encontrasse ela bastante apoio na opinião pública, e cairia redondamente sem

que uma só voz se levantasse contra ou a favor. Quer V. Excia. um exemplo?

Suponhamos que era aqui apresentada uma emenda tornando a mulher propriedade do marido e dando a êste direito de vida e de morte sôbre ela. Sem dúvida, tal emenda seria rejeitada in limine, sem que nenhum dos presentes se julgasse na obrigação de vir combatê-la. Por que? Porque era restabelecer uma idéia absoluta e bárbara e seria tido como louco quem nisso pensasse.-

O fato mesmo da discussão e da celeuma levantada deve servir de argumento convincente para provar que se trata de uma idéia que vai adquirindo foros de cidade, que vai se impondo à consciência pública como necessidade iniludível.

Vejamos o segundo argumento, a inconveniência. Dizem que é inconveniente: 1º porque a decretação do divórcio será entre nós o abuso do divórcio; 2º, porque é de receiar a sorte das mulheres, dos incultos ou dos pretensamente cultos, do rude operário, quando tiver a certeza de que tem meio fácil para se libertar das obrigações domésticas recorrendo a êsse alvitre; 3º, porque essa medida encontra repugnância invencível e ofende os sentimentos religiosos da grande maioria de nossa população. É de manifesta inconsistência lógica êste argumento.

Prova demais: não há instituto, por mais salutar que seja, que não possa ser sofismado e não se preste a abusos. Cumpre ao legislador cercá-lo das necessárias cautelas, fazer as indispensáveis restrições para prevenir os abusos.

Aqueles que combatem o divórcio, propositalmente exageram para chamar o odioso sôbre essa medida, argumentam com uma decretação ampla, em que bastasse a simples vontade dos conjuges para que o vínculo se rompesse. Confundem a exceção com a regra. Mas não é isso que queremos. Defendemos o divórcio como um remédio para certos e determinados males. Só em casos restritos, especificados na lei, em que absolutamente se torna impossível a vida em comum, pela excessiva gravidade da ofensa, é que o divórcio poderá ser concedido.

Não há essa facilidade que se pretende desde que depende de sentença proferida em processo regular e mediante provas convincentes. Ora, sí, em geral, essa facilidade não existe, nem pode existir, para aqueles que têm ilustração, que dispõem de cultivo intelectual, muito menos poderão procurar subterfúgios e sofismas os incultos, que são justamente aquêles que menos conhecem as leis e por isso maior dificuldade terão em arranjar meio de escapar pelas malhas que, porventura, a lei deixe.

Injusta e errônea é a apreciação daqueles que acreditam mais frouxos os laços conjugais nas classes proletárias e rudes do que na classe dos privilegiados da sorte, dos ricos e dos que tiverem a imensa fortuna de cultivar o seu espirito. A lei do amor impera do mesmo modo no culto, como no inculto. O confronto só pode ser desfavorável para a classe

culta, porque a história demonstra que nos povos civilizados é que se encontra a maior perversão do amor; somente entre eles é que se vê o mercantilismo no casamento.

Acresce que se a quase totalidade da população do Brasil é composta de católicos romanos, os seus sentimentos religiosos devem ser um obstáculo poderoso aos abusos, mas não servem de motivo para a rejeição do divórcio, uma vez que existe a separação da Igreja e do Estado e este só reconhece o casamento civil.

É incoerente combater esse remédio em nome do espírito religioso e não ver nesse mesmo espírito religioso um freio ou corretivo para os abusos possíveis.

São estas, Sr. Presidente, as considerações que tinha a fazer em relação ao assunto estudando-o em sua aplicação ao nosso meio e à época em que vivemos.

Teóricamente, a matéria está esgotada; muitos autores dela se têm ocupado. Mesmo entre nós tem sido largamente discutida, bastando que termine chamando a atenção da Comissão, quer para o discurso e parecer do Sr. Vergne de Abreu, quer para a luminosa discussão havida no Senado onde o honrado Sr. Conselheiro Coelho Rodrigues, com aquela competência, elevação de vistas e bom senso prático, que lhe são peculiares, discutiu minuciosamente a questão. Tenho concluído!"

Através deste discurso, realizado no apagar da luzes do século passado, ou seja no ano de 1896, pode se concluir perfeitamente que Sá Peixoto era um homem que vaticinava o futuro, que além de portador de uma inteligência privilegiada e portador de ideais muito avançados para a época em que viveu, fato este que muitas vezes o levaram a ser incompreendido pelos seus contemporâneos, razões pelas quais, muitas das vezes teve que enfrentar sérias conturbações tanto na sua vida social como política e que o seu espírito harmonioso e fraterno sempre conseguiu contornar, comprovando seu devotamente pela retidão do compromisso e pela lucidez das atitudes.

Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto foi um dos mais árduos batalhadores do Parlamento, manejando a palavra e a cultura, o pensamento e a sabedoria. Lutou e venceu, deixando nos anais da Câmara Alta e da Casa de Tiradentes, lições esplendorosas e inesquecíveis de Direito, gestos magnânimes de coragem e altivês. Sá Peixoto teve oportunidade de ombrear-se com os maiores civilistas da sua época e conseguiu empolgar a todos com o seu brilho, com o seu talento, a profundidade da sua cultura, com a sua bondade filosófica, com o seu espírito radicadamente amazônico.

Em sua extensa folha de trabalhos prestados principalmente às populações amazônicas, vamos encontrar o projeto de lei que distendeu os cabos e linhas telegráficas ao interior dos Estados Amazônicos e ainda outro que inaugurou um serviço regular de navegação da Amazônia, uma

Amazônia praticamente desligada do resto do país.

Juvenal Pacheco em "Código Civil na Câmara dos Deputados" (Imprensa Nacional - 1902 - pg. 161) nos faz o seguinte relato sobre Sá Peixoto: "Na Comissão do Código Civil primou pela assiduidade, acompanhando os debates com interesse e tomando parte saliente nos trabalhos da redação final do projeto apresentado à Câmara. Defendeu o divórcio e manifestou-se favorável à liberdade de testar e à ampla investigação da paternidade. Foi relator dos arts. 1.688 a 1.828 do projeto revisto, que correspondem aos arts. 1.424 a 1.535 do projeto enviado ao Senado (Constituição de renda, contratos de seguro, fiança, jogo e aposta, títulos ao portador, promessa e obrigações resultantes de atos ilícitos). Sustentou com ardor e convicção as idéias que expendeu em seu parecer, as quais foram tôdas aceitas pela Comissão, pelo que se pode dizer que lhe cabe inteira responsabilidade por essa parte do projeto."

Como já disse em diversas ocasiões, a escalada social de Sá Peixoto foi de fato meteórica: Juiz Federal, Professor, Intendente de Manaus, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Diretor da Instrução Pública, Desembargador e presidente da Côrte de Justiça, Vice Governador, Governador em exercicio e Presidente do Instituto e da Ordem dos Advogados.

O saudoso professor José Lindoso, ex governador do Estado do Amazonas, em seu livro "Sá Peixoto - O Jurista Amazonense da Codificação Civil" traça um perfil condizente com a intelectualidade de Sá Peixoto: "Se tivesse Plutarco de retratar a vida desse varão ilustre, ficaria surpreendido em ver numa só personalidade, dos tempos modernos, coexistindo harmônica e cintilantemente, o espírito grego e o espírito romano. O espírito grego se projeta na fidelidade do culto aos poetas e aos filósofos da Grécia antiga, pois, dizem, recitava trechos da Iliada com ardor de prece, e amava os filósofos, abeberando-se em seus ensinamentos numa atitude de sábio. E de Roma herdava o espírito de seus jurisconsultos e codificadores e o amor ao Poder pela arte da Política, no desdobramento de uma personalidade cujo milagre estava no equilíbrio entre a capacidade e ardor das lutas e a profunda serenidade das meditações."

Sá Peixoto ocupou ainda a cadeira de Eduardo Prado na Academia Amazonense de Letras sendo seu Vice Presidente por muitos anos e na solenidade de posse foram de Huascar de Figueiredo as palavras de recepção e de saudação: "Sempre fostes, nêstes cenáculo provinciano, onde por um fenômeno esquisito se depuram às vezes valores esporádicos de outras paragens, corrigindo-lhes os excessos pergaminhosos para os colocar na sua devida esfera de justa mediocridade, sempre fostes uma figura, um nome, uma personalidade representativa, não na significação ordinária dessa expressão, mas emprestando-lhe o cunho exato como significação de valor."

O mandato político na Câmara Alta de Sá Peixoto que se expirava no ano de 1908 não seria motivo suficiente para mantê-lo longe das lides políticas do Amazonas mas sim, proporcionar-lhe a oportunidade de ser um dos principais personagens de um dos mais tristes e vergonhosos episódios da política do Amazonas.

Esgotado o seu mandato de Senador pelo Estado do Amazonas, Sá Peixoto, no mesmo ano, é eleito vice governador, sendo governador o coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt. Ambos foram eleitos para o quadriênio de 23 de julho de 1908 a 1912.

Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, chegou a governar o Amazonas, com relativa tranquilidade, durante dois anos, quando então, no ano de 1910, fruto de uma vergonhosa trama política, procurou-se jogar um contra o outro, governador e vice governador. A trama envolveu uma série de circunstâncias que de há muito vinham sendo urdidas contra Sá Peixoto e Antonio Bittencourt envolvendo deputados estaduais, senadores e até mesmo altas patentes do exercito e da marinha além de autoridades do Governo Federal. Não se sabe até hoje, precisamente, o porque desta garimpagem política, à época, em nosso Estado e porque desavergonhadamente o poder no Amazonas era tão disputado pelas mais diferentes facções. O que se tem certeza é que apenas o povo pagava as consequências funestas da quadrilhagem política movida pela gana ao poder.

Para se evitar opiniões contraditórias a respeito dêste acontecimento, pois para relatá-lo minuciosamente se teria material para outro livro, vale a pena transcrever as declarações do capitão de corveta Costa Mendes comandante da flotilha do Amazonas, que esteve presente no "atentado de Manaus". Suas declarações foram publicadas pelo jornal "A Folha do Norte", de Belém, Estado do Pará, no dia 22 de outubro de 1910 e o artigo dizia o seguinte: "No dia 7 do corrente, reunidos 14 deputados no edificio da respectiva câmara, de acordo com o artigo 43 da constituição do Amazonas, votaram uma indicação destituindo o coronel Bittencourt do cargo de governador do Estado, oficiando a mesa ao Dr. Sá Peixoto, vice governador, para que imediatamente, assumisse o exercicio do cargo considerado vago, tendo tal indicação sido votada por 12 dos 14 deputados presentes. A mesa igualmente oficiou ao coronel Bittencourt e às autoridades federais e estaduais, dando ciência dessa resolução.

Por sua vez o coronel Bittencourt determinou a prisão do Dr. Sá Peixoto, do presidente do Congresso e dos deputados que votaram a indicação, preparando-se ao mesmo tempo para uma forte resistência e fazendo artilhar pelos canhões da policia, a Igreja dos Remédios e a praça Tamandaré.

O Dr. Sá Peixoto, em vista da ameaça de prisão, refugiou-se a bordo do vapor de guerra "Comandante Freitas", capitânia da flotilha, procurando os deputados perseguidos asilo noutros barcos de guerra e no quartel do 46º Batalhão de Caçadores. Nessa emergência, o Dr. Sá

Peixoto oficiou ao Sr. Costa Mendes e coronel Pantaleão Telles, pedindo auxílio da força federal, no sentido de garantir a autoridade constitucional e o Congresso, no que foi atendido.

Estas ocorrências deram-se já à noite daquele dia, e, pela manhã de 8, o comandante Costa Mendes mandou um oficial com uma escolta levar ao ex Governador, pela segunda vez, o ato do Congresso e comunicação ao Dr. Sá Peixoto, sendo o oficial e escolta recebidos à bala, ao mesmo tempo que a policia rompia fogo contra os navios da flotilha e quartel do 46°. Diante do imprevisto do ataque, o comandante Costa Mendes içou o sinal de defesa, atirando os navios da flotilha de preferência para os pontos artilhados, causando por isso alguns estragos materiais.

Quando a policia militar do Estado para de atirar, idêntico procedimento tinham a flotilha e o 46° e essas tréguas passageiras eram aproveitadas pelo coronel Bittencourt para o transporte de munições para a Igreja dos Remédios e praça Tamandaré. Às 3 horas da tarde, mais ou menos, o coronel Bittencourt içou no quartel de policia a bandeira branca, cessando, ato contínuo, o bombardeio da flotilha e fuzilaria do 46°. Já então, os consules e a Associação Comercial haviam obtido do governador a cessação das hostilidades, conformando-se o coronel Bittencourt com sua destituição do cargo de governador.

No dia 10, pela manhã, apareceu em casa do Dr. Sá Peixoto o coronel Bittencourt, pedindo para retirar-se de Manaus com sua família, ao que lhe retorquiu o Dr. Sá Peixoto que podia retirar-se para onde quisesse, para o que lhe oferecia todas as garantias. Nessa ocasião, o coronel Bittencourt, agradecendo, declarou que queria fazer por escrito a declaração de se conformar com o ato do Congresso e o fez sem o menor constrangimento, de sua livre e espontânea vontade, telegrafando em seguida, nesse mesmo sentido, ao Dr. Nilo Peçanha, Presidente da República. Nesta ocasião o coronel Bittencourt declarou que não queria mais saber de política e que se retirava para a Europa, indo viver em Portugal.

Mais tarde, tomou passagem no paquete "Bahia", cercado de todas as garantias, o mesmo acontecendo a sua exma. família, que se transportou no "Ambrose".

O Dr. Sá Peixoto, disse-nos o comandante Costa Mendes, tem por si a maioria da população manauense, respeita todas as garantias constitucionais e está preparado para fazer respeitar o pacto fundamental do Estado e o respectivo Congresso. É também inexata a informação de que o coronel Bittencourt fôsse preso por soldados de policia e sim acompanhado pelo coronel Maranhão, chefe de policia, até a chefatura."

Na realidade, Manaus foi vítima de um terrível bombardeamento por parte do navi capitânia "Comandante Freitas" e das canhoneiras "Amapá", "Juruá", "Acre", "Missões", "Jutahy" e "Tefé" fazendo da cidade um verdadeiro campo de guerrilhas. Embora a história não registre, o

número de vítimas inocentes desta trama política foi bastante elevada, como também foi grande o prejuízo material causado pelo bombardeamento, principalmente no comércio local, a ponto de haver um pedido de tréguas por parte da Associação Comercial cujos representantes se ofereceram para servirem de intermediários visando apaziguar os beligerantes.

Sobre este assunto, existem as mais desencontradas e absurdas informações. Enquanto alguns historiadores afirmam que a responsabilidade intelectual deste episódio foi de Pinheiro Machado, chefe político e Senador, que à época desempenhava o cargo de Presidente do Senado, outros afirmam até que Sá Peixoto fazia causa comum com os bombardeadores embora tivesse sido eleito na mesma chapa do Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt.

O próprio Sá Peixoto, transcorridos os momentos mais tensos deste episódio, talvez com o intuito de registrar os acontecimentos desta lamentável passagem da história do Amazonas, publicou uma coletânea de cópias de atas do Congresso, telegramas, cartas e recortes de jornais e até declarações pessoais de alguns políticos e militares que marcaram suas participações neste acontecimento. A introdução desta coletânea escrita por ele mesmo dizia: "A serenidade na apreciação das ocorrências de Manaus, em outubro de 1910, foi muito prejudicada pelo momento político que a República estava atravessando. Reuno por isso, em livro, todos os documentos referentes a essas ocorrências, pró e contra, que pude obter aqui, para que a nação possa formar o seu juízo verdadeiro, definitivo. Não faço comentários, nem escrevo uma defesa, de que penso não carecer. Falem só os documentos. No cumprimento dos deveres de meu cargo de vice governador, agi como me aconselhava o patriotismo e me impunha a dignidade do cargo. E estou convencido de que, ainda nessa emergência, não desmenti o meu passado de indefectível cor-reção."

Do seu primeiro casamento e da segunda convolação, Sá Peixoto teve uma prole razoável de 11 filhos, dentre eles a maioria ocupou cargos de destaque social e político na sociedade manauara, e também no mundo maçônico.

Sá Peixoto, que em sua vida profana teve todas as horarias que um homem pode almejar, ocupou todos os cargos que a sua inteligência privilegiada lhe permitiu, não deixou também de traçar uma trajetória invejável no mundo maçônico, ao qual prestou os mais relevantes serviços, dedicando-se de corpo e alma ao lábaro sagrado de Liberdade - Igualdade - Fraternidade.

Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, foi iniciado como Maçon no dia 20 de julho de 1894 na Loja "Ganganelli" no Rio de Janeiro, sendo colado nos ggr.'. de Comp.'. e Mestr.'. na mesma sessão.

Em 19 de setembro é Elev.'. aos ggr.'. 4.'. , 5.'. ,6.'. e 7.'. (Rosa

Cruz) e coll.'. em 5 de outubro de 1894. Foi Fil.'. nas LLoj.'. "Henrique Valladares" em 1º de setembro de 1894; "Esperança e Porvir" em 19 de janeiro de 1895; "Amazonas" em 20 de março de 1897; "Cinco de Setembro" em 11 de janeiro de 1898; "Aliança" em 14 de outubro de 1898; "Deus Lei e Perseverança" em 2 de março de 1898.

Em 30 de novembro de 1894, Sá Peixoto faz parte como instalador da Loja "Conciliação Amazonense" do Rito Mod.', cuja regularização tem lugar em 21 de maio de 1895 e a Comissão de Regularização também é integrada por Sá Peixoto.

No dia 30 de janeiro de 1895 é eleito deputado da Loja "Esperança e Porvir" junto à Assemb.'. Ger.'. do Gr.'. Or.', pelo que fica elevado ao gr.'. 30.'. Em 16 de março seguinte, é reconhecido e presta juramento na Assemb.'. Ger.'. do Gr.'. Or.', sendo eleito Gr.'. Orad.'. adj.'. Em 26 de abril, faz a remissão das mensalidades e da cotização anual na Loja "Ganganelli" no Rio de Janeiro. No dia 28 de maio do mesmo ano é eleito Ven.'. da Loja "Conciliação Amazonense". A 1º de junho de 1895, Sá Peixoto é Elev.'. aos ggr.'. 31.'. e 32.'. e coll em 4 de junho do mesmo ano.

A 18 de junho de 1895, instala-se o Capítulo "Henrique Valladares" no qual Sá Peixoto é eleito Gr.'. Orad.'. int.'. Em 1º de julho é elevado ao gr.'. 33.'. e a 2 de setembro faz a remissão das mensalidades do imposto de capitação da Loja "Henrique Valladares", sendo eleito Gr.'. Orad.'. do Sub.'. Cap.'. "Henrique Valladares" em 3 de setembro de 1895.

No dia 4 de novembro de 1895 é agraciado com o título de Membro Hon.'. do Sup.'. Conselho e no dia 7 de faz parte da Comissão reguladora da Loja "União, Pátria e Caridade", instalada ao Or.'. do Pod.'. Centr.'. no dia 23 de novembro, no Rito Esc.'. Ant.'. e Acc.'. . No dia 7 de dezembro de 1895, Sá Peixoto filia-se à Loja "Instrução Escosseza".

A 18 de janeiro de 1896, a Loja "União Pátria e Caridade", expedir-lhe o diploma de Membr.'. Honor.'. e no dia 22 do mesmo mês, Sá Peixoto é eleito Repr.'. da Benem.'. Loj.'. Cap.'. "Esperança e Porvir" junto à Assemb.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. e à Gr.'. Loja Central. A 25 de janeiro, é eleito Orad.'. da Loja "Instrução Escosseza". No dia 11 de fevereiro de 1896, Sá Peixoto é eleito 1º. Gr.'. Vig.'. do Subl.'. Cap.'. "Henrique Valladares" e no dia 14 de fevereiro, eleito Orad.'. da Loja "Ganganelli" do Rio de Janeiro.

No dia 7 de março, Sá Peixoto preside a comissão reguladora do Subl.'. Cap.'. da "Conciliação Amazonense" enquanto que no dia 16 de março, é eleito Gr.'. Orad.'. da Assemb.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. . A 17 de março a Loja "Conciliação Amazonense" confere-lhe o título de Benemérito da Oficina, mandando cunhar uma medalha de ouro que foi ofertada em sessão solene levada a efeito no dia 22 do mesmo mês.

No mês de maio do mesmo ano, no dia 8, Sá Peixoto é nomeado membro do Tribunal de Apelação para o triênio de 5896 a 5898 e no

dia 30 serve de presidente da comissão regularizadora do Capítulo "João Caetano" do Rito Esc.'. Ant.'. e Acc.'. , ao Val.'. do Pod.'. Centr.'. . No dia 18 de junho, a Loja "Concordia 2ª." de Itaboraí, confere a Sá Peixoto, por unanimidade de votos, o título de membro honorário.

A 6 de agosto, Sá Peixoto é admitido como filiado livre da Loja "União, Pátria e Caridade, prestando o seu juramento em sessão solene. Já no dia 19 de setembro, integra a comissão regularizadora do Cap.'. "União, Pátria e Caridade".

No dia 5 de novembro de 1896 funda juntamente com os Ilr.'. Francisco Pacheco de Azevêdo, José Lopes de Souza, Antonio Dias dos Passos, Eusébio de Souza Caldas, Aroldo Santos, José Augusto da Silva, José Gonçalves Veloso, Domingos José de Andrade e Antônio Duarte Garcia Quintino a Loja "Rio Negro".

A 07 de janeiro de 1897, Sá Peixoto é reeleito Repr.'. da Loja Cap.'. "Conciliação Amazonense" junto à Assem.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. e à Gr.'. Loj.'. Centr.'. , e no dia 6 de fevereiro de 1897, preside a comissão regularizadora da Loja "Rio Negro" da qual inclusive foi Ven.'. interino por ocasião da fundação desta Oficina. No dia 9 de fevereiro, Sá Peixoto é eleito Ven.'. da Loja "Rio Negro" para o ano maç.'. 5897. A 15 de fevereiro é eleito Sapent.'. do Sublime Cap.'. "Conciliação Amazonense" e a 17 de fevereiro, é eleito Gr.'. Orad.'. do Subl.'. Cap.'. "Esperança e Porvir".

No dia 20 de março Sá Peixoto presta juramento e é proclamado filiado livre da Benem.'. Loja Cap.'. "Amazonense", sendo que no dia 5 de maio é eleito 1º. Vig.'. da Benem.'. Loj.'. Cap.'. "Esperança e Porvir", cargo de que toma posse em sessão do dia 12 do mesmo mês, assumindo o veneralato da Oficina por substituição legal. A 22 de setembro, a Assem.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. confere-lhe o título de Benemérito da Ordem (conforme pat.'. nº 20271, datada de 28 de fevereiro de 1897). Nos dias 19 de outubro e 11 de novembro, é nomeado presidente da comissão regularizadora das LLoj.'. "Cinco de Setembro" ao Or.'. de Manacapuru e "Aurora Luzitana", respectivamente.

A 9 de dezembro de 1898, Sá Peixoto é nomeado Delegado do Grão Mestre no Estado do Amazonas, cargo de que toma posse em 7 de janeiro seguinte, permanecendo em exercício até 24 de fevereiro de 1900, data em que comunica ter de seguir para a cidade do Rio de Janeiro, por ter sido eleito deputado federal, e solicita a sua exoneração, que lhe é negada pelo Grão Mestre, sendo, por ato de 2 de abril do referido ano 1900, nomeado para substituí-lo em seu impedimento, o Benem.'. Ir.'. Domingos José de Andrade, que servia o cargo de secretário da delegacia e que fôra um dos instaladores da Loja "Rio Negro".

No ano de 1898, a 11 de janeiro, a Loja "Cinco de Setembro" confere-lhe o título de filiado livre, prestando a promessa em sessão do dia 23 do mesmo mês. No dia 17 de janeiro, a Loja "Aurora Luzitana" decide inscrevê-lo no quadro dos seus membros honorários e no dia 18 de março,

a Loja Cap.'. "Rio Negro" confere-lhe o título de Benemérito da Oficina.

A 14 de outubro, Sá Peixoto faz a remissão das mensalidades e do imposto de capitação na Benem.'. Loja Cap.'. "Esperança e Porvir", sendo que no dia 30 de agosto de 1900 é eleito membro instalador do Consistório de SSubl.'. PPrinc.'. do Real Segredo do Estado do Amazonas.

Em 14 de fevereiro de 1900, Sá Peixoto é admitido filiando livre da Aug.'. e Resp.'. Loja "Deus, Lei e Perseverança", prestando o respectivo juramento no dia 2 de março. Em sessão de 13 de março de 1901 a Aug.'. e Resp.'. Loja "Arkbal" de Itacoatiara, confere-lhe o título de Benemérito da Oficina e em 8 de abril do mesmo ano é eleito Repr.'. do Consistório do Estado do Amazonas junto à Assembl.'. Ger.'. do Gr.'. Or.'. e à Grande Loja Central.

A 4 de maio de 1901, a Aug.'. e Resp.'. Loja "Aliança Progressista", ao Or.'. de Lima Duarte, concede a Sá Peixoto o título de membro honorário e no dia 14 de maio do mesmo ano, é agraciado com o título de membro honorário do Subl.'. Grande Capítulo do Rito Moderno e o respectivo juramento é prestado no dia 14 de outubro de 1901.

Em 1904, durante a ausência do General Lauro Sodré, Sá Peixoto assumiu o cargo de Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil, na qualidade de Grão Mestre Adjunto. Foi ainda o instalador do Conselho de Kadosch "Pensador", na qualidade de Delegado do Grão Mestrado do Grande Oriente do Brasil.

Sá Peixoto, como qualquer outro ser humano, cometeu êrros e acêrtos. Todavia, ambos cometidos no afã de dar sempre o melhor de si. Qual de nós, muitas vezes, não comete êrros, pensando estar acertando e por outro lado, quantos de nós, pensando estarmos errados, conseguimos acertar?

A vida sempre terá os seus êrros e os seus acêrtos, mas o que importa é o espírito de que estamos embuidos quando os cometemos. Sá Peixoto, foi sempre um homem que teve a seus pés todas as benesses e todas as honrarias que um ser humano, em sã consciência pode desejar, entretanto, jamais deixou de dar o melhor de si, procurando sobrepujar-se em cada gesto e em cada palavra.

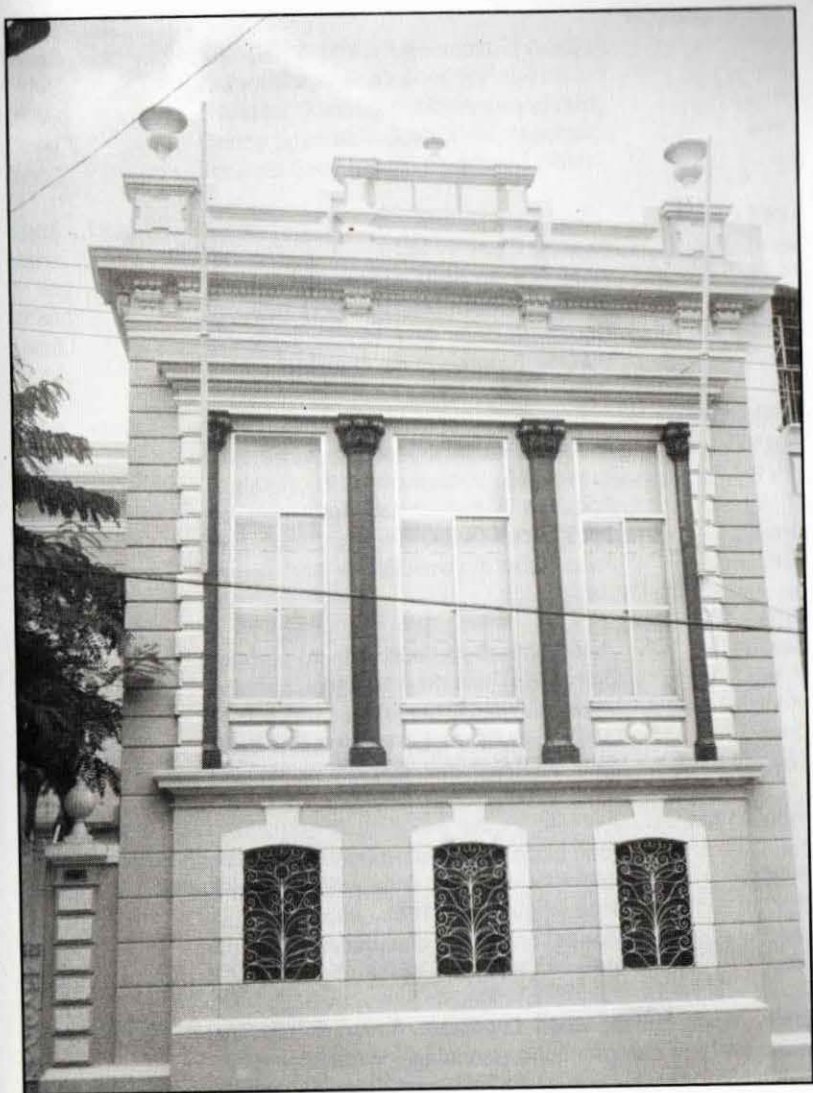
Sá Peixoto, em vida, sempre teve a seus pés a riqueza e as honrarias, entretanto morreu pobre e dizem até que faleceu reclamando de supostos amigos que o cercavam nos momentos de júbilo político e que por êle ajudados, despencaram-se nas labaredas do poder que devoram qualquer sentimento altaneiro e deterioram o ser humano, num abrir e fechar de olhos.

O G.'.A.'.D.'.U.'. achando que Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto havia completado a sua missão neste Or.'. , chamou-o para o Or.'. Eterno na madrugada do dia 17 de abril de 1948, em Belém, Estado do Pará, onde se encontram sepultados os seus restos mortais.

Como justa homenagem aos OObr.'. da Gr.'. Loja Simb.'. "Rio Negro", que souberam se manter à frente desta Oficina de Trabalho, representando através do seu labor os cem anos de existência desta Loja, registramos nesta obra as LLuz.'. e OOf.'. que ocuparam os referidos cargos, desde a sua fundação.

Além de se constituir em uma homenagem, representa também o registro histórico daqueles homens que se detiveram à frente desta Loja no transcorrer do centenário que hoje estamos comemorando. E não fôsse o esforço e o denôdo dêstes Obreiros incansáveis, jamais teríamos onde nos espelhar afim de podermos dar continuidade a esta obra gigantesca que é a responsabilidade de gerir os destinos daquela que hoje é uma Loja secular: a RIO NEGRO.

Portanto àqueles que nos antecederam ao longo dêstes cem anos de existência, àqueles que acalentaram o sonho, agora realidade, de construir pelos seus exemplos uma Loja centenária, pioneiros da fraterna convivência entre Ilr.'. de um mesmo ideal de trabalho incansável em prol da humanidade e de um ser humano melhor para o futuro, àqueles, sejam dadas as nossas reverências, sejam devotados os nossos mais profundos sentimentos de gratidão. É justamente aos que nos antecederam que devemos hoje o direito e a honra de comemorarmos o nosso CENTENÁRIO.



Frontispício da sede própria da Gr.: Ben.: Loj.: Simb.: Rio Negro. Esta fachada foi mantida em sua originalidade desde a construção do edifício. O mesmo já serviu como residência do Governador do Amazonas, Antonio Constantino Nery e posteriormente pertenceu à Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas. Em 1951 a casa foi adquirida pela Loja "Rio Negro" e devidamente adaptada para os seus trabalhos maçônicos.

1896 (Fundação)

Ven.º	Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto
1º Vig.º	Francisco Pacheco de Azevedo
2º Vig.º	José Lopes de Souza
Orad.º	Domingos José de Andrade
Sec.º	Aroldo Santos

1897 - 1898

Ven.º	Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto
1º Vig.º	Antonio Dias dos Passos
2º Vig.º	Antonio Duarte Garcia Quintino
Orad.º	Domingos José de Andrade
Sec.º	Plácido Serrano P. de Andrade

1898 - 1899

Ven.º	Antonio Dias dos Passos
1º Vig.º	Antonio Monteiro de Souza
2º Vig.º	Apolônio Francisco da Silva
Orad.º	José Lopes de Souza
Sec.º	João Honorato de Oliveira

1899 - 1900

Ven.º	José Lopes de Souza
1º Vig.º	Domingos José de Andrade
2º Vig.º	Vicente Leite de Oliveira
Orad.º	Goetz Galvão de Carvalho
Sec.º	José do Patrocinio Maya

1900 - 1901

Ven.º	José Lopes de Souza/ Antonio C. Ribeiro Bittencourt
1º Vig.º	Rodolpho Gustavo Albuquerque Cavalcante
2º Vig.º	José Augusto da Silva
Orad.º	Manoel Francisco da Cunha Junior
Sec.º	Vicente Leite de Oliveira

OBS: *Nesta gestão José Lopes de Souza foi destituído do cargo de Venerável por determinação do Grão Mestrado.*

1901 - 1902

Ven.º	Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt
1º Vig.º	Rodolpho Gustavo de Albuquerque Cavalcante
2º Vig.º	José Augusto da Silva
Orad.º	João de Freitas
Sec.º	José da Cruz Moura Pina

1902 - 1903

Ven.'. Francisco Públio Ribeiro Bittencourt
1º Vig.'. Antonio Monteiro de Souza
2º Vig.'. Silvestre Domingues de Araujo e Silva
Orad.'. Carlos José da Gama Rodrigues
Sec.'. José da Cruz Moura Pina

1903 - 1904

Ven.'. Francisco Públio Ribeiro Bittencourt
1º Vig.'. Antonio Monteiro de Souza
2º Vig.'. Silvestre Domingues de Araujo e Silva
Orad.'. Goetz Carvalho
Sec.'. J. M. Lima

1904 - 1905

Ven.'. Antonio Monteiro de Souza
1º Vig.'. Rodolpho Gustavo de Albuquerque Cavalcante
2º Vig.'. Adriano Jorge
Orad.'. Francisco Pedro Sampaio
Sec.'. Pedro José de Souza

1905 - 1906

Ven.'. Antonio Monteiro de Souza
1º Vig.'. Adriano Jorge
2º Vig.'. Rodolpho Gustavo de Albuquerque Cavalcante
Orad.'. Plácido Serrano P. de Andrade
Sec.'. Manoel M. Bayma

1906 - 1907

Ven.'. Antonio Monteiro de Souza
1º Vig.'. Pedro de Souza
2º Vig.'. Luiz Nogueira
Orad.'. Dr. Virgílio Ramos
Sec.'. Manoel M. Bayma

1907 - 1908

Ven.'. Antonio Monteiro de Souza
1º Vig.'. Pedro José de Souza
2º Vig.'. Luiz Gomes Nogueira
Orad.'. Dr. Virgílio Ramos
Sec.'. Manoel Muniz Bayma

1908 - 1909

Ven.'. Antonio Monteiro de Souza

1º Vig.º Pedro José de Souza
2º Vig.º Luiz Gomes Nogueira
Orad.º Dr. Virgílio Ramos
Sec.º Manoel Candido Rubens de Menezes

1909 - 1910

Ven.º Pedro José de Souza
1º Vig.º Dr. Virgílio Ramos
2º Vig.º Emilio Sá
Orad.º Elviro Dantas
Sec.º Manoel Candido Rubens de Menezes

1910 - 1911

Ven.º Elviro Dantas
1º Vig.º Francelino de Araujo
2º Vig.º Emilio de Sá
Orad.º Dr. Virgílio Ramos
Sec.º José da Cruz Moura Pina

1911 - 1912

Ven.º Armindo de Barros
1º Vig.º Joaquim Francelino de Araujo
2º Vig.º Severino Corrêa da Silva
Orad.º João Reis
Sec.º Antonio Moreira Junior

1912 - 1913

Ven.º Armindo de Barros
1º Vig.º Joaquim Francelino de Araujo
2º Vig.º Severino Correa da Silva
Orad.º Pedro José de Souza
Sec.º Antonio Moreira Junior

1913 - 1914

Ven.º Armindo de Barros
1º Vig.º Joaquim Francelino de Araujo
2º Vig.º Severino Correa da Silva
Orad.º Manoel C. Ribeiro Menezes / Miguel Amálio da Fonseca
Sec.º Manoel Pacífico Galvão

1914 - 1915

Ven.º Armindo de Barros / Francisco Moreira
1º Vig.º Fernando Roiz Solé
2º Vig.º Severino Correa da Silva

Orad.º João Baptista Guimarães
Sec.º Manoel Pacífico Galvão

1915 - 1916

Ven.º João Baptista Guimarães
1º Vig.º Antonio José Machado Soares
2º Vig.º Arthur Pinheiro
Orad.º João Simões de Carvalho
Sec.º Manoel Esteves Coutinho

1916 - 1917

Ven.º Manoel Esteves Coutinho
1º Vig.º João Baptista Guimarães
2º Vig.º Eduardo Pinto de Almeida
Orad.º Francisco Pedro de Araujo Filho
Sec.º Julio Marques Ferreira

1917 - 1918

Ven.º Manoel Esteves Coutinho
1º Vig.º Arthur Pinheiro
2º Vig.º Manoel Pacífico Galvão
Orad.º Francisco Pedro de Araujo Filho
Sec.º Eduardo Pinto de Almeida

1918 - 1919

Ven.º Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt
1º Vig.º Severino Correa da Silva
2º Vig.º José da Cruz Moura Pina
Orad.º Cícero Leal de Oliveira
Sec.º Antonio Moreira Junior

1919 - 1920

Ven.º Armindo de Barros
1º Vig.º Severino Correa da Silva
2º Vig.º Mauricio Marache
Orad.º Olegário de Castro
Sec.º Antonio Moreira Junior

1920 - 1921

Ven.º Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt
1º Vig.º Armindo de Barros
2º Vig.º Mauricio Marache
Orad.º João Oliveira Freitas
Sec.º José da Cruz de Moura Pina

1921 - 1922

Ven.º: Armindo de Barros
1º Vig.º: Mauricio Marache
2º Vig.º: Carlos Miguel Azenzi
Orad.º: Júlio Augusto Borges dos Santos
Sec.º: José da Cruz de Moura Pina

1922 - 1923

Ven.º: Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt
1º Vig.º: Alfredo Arruda
2º Vig.º: Francisco Barnabé Gomes
Orad.º: Agnello Bittencourt
Sec.º: Antonio Ferreira da Silva

1923 - 1924

Ven.º: Pedro José de Souza
1º Vig.º: Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt
2º Vig.º: José da Cruz de Moura Pina
Orad.º: Antonio Eliazer Fernandes
Sec.º: Antonio Ferreira da Silva

1924 - 1925

Ven.º: Armindo de Barros
1º Vig.º: Antonio Balbino dos Santos
2º Vig.º: José Maria de Freitas Chixaro Junior
Orad.º: Agnello Bittencourt
Sec.º: Francisco Farias de Carvalho

1925 - 1926

Ven.º: Agnello Bittencourt
1º Vig.º: Antonio Balbino dos Santos
2º Vig.º: Francisco Barnabé Gomes
Orad.º: Francisco Pedro de Araujo Filho
Sec.º: Pedro Augusto Amorim

1926 - 1927

Ven.º: Manoel Esteves Coutinho
1º Vig.º: Antonio Balbino dos Santos
2º Vig.º: Francisco Barnabé Gomes
Orad.º: Francisco Pedro de Araujo Filho
Sec.º: Pedro Augusto de Amorim

1927 - 1928

Ven.º: Agnello Bittencourt

1º Vig.º Francisco Barnabé Gomes
2º Vig.º José de Farias Gesta
Orad.º Virgílio Ramos
Sec.º Antonio Ferreira da Silva

1928 - 1929

Ven.º Francisco Farias de Carvalho
1º Vig.º Manoel Esteves Coutinho
2º Vig.º Antonio Balbino dos Santos
Orad.º Virgílio Ramos
Sec.º Pedro Augusto de Amorim

1929 - 1930

Ven.º Virgílio de Barros
1º Vig.º Antonio Balbino dos Santos
2º Vig.º Pedro Augusto de Amorim
Orad.º Manoel Esteves Coutinho
Sec.º Manoel Pacifico Galvão

1930 - 1931

Ven.º Manoel Esteves Coutinho
1º Vig.º Antonio Balbino dos Santos
2º Vig.º Francisco Trigueiro Sobrinho
Orad.º Julio Verne de Mattos Pereira
Sec.º Jonas Paes Barreto

1931 - 1932

Ven.º Armindo de Barros
1º Vig.º Francisco Barnabé Gomes
2º Vig.º Lucano Antony
Orad.º Virgílio de Barros
Sec.º Pedro Augusto de Amorim

1932 - 1933

Ven.º Armindo de Barros
1º Vig.º Francisco Barnabé Gomes
2º Vig.º Lucano Antony
Orad.º Virgílio de Barros
Sec.º Raimundo Coqueiro Mendes

1933 - 1934

Ven.º Armindo de Barros
1º Vig.º Francisco Barnabé Gomes
2º Vig.º Antonio Guedes de Araújo

Orad.º Lucano Antony
Sec.º Pedro Augusto de Amorim

1934 - 1935

Ven.º Francisco Barnabé Gomes
1º Vig.º Celino Menezes
2º Vig.º Antonio Paes do Amaral
Orad.º Virgílio Xavier de Souza
Sec.º Pedro Augusto de Amorim

1935 - 1936

Ven.º Francisco Barnabé Gomes
1º Vig.º José de Almeida Pimentel Salles
2º Vig.º Raul Tasso Vianna
Orad.º Celino Menezes
Sec.º Pedro Augusto de Amorim

1936 - 1937

Ven.º Lucano Antony
1º Vig.º David Alves de Mello
2º Vig.º Antonio Maria Dias dos Santos
Orad.º José Ayrton Espindola Pinheiro
Sec.º Odorico Rodrigues de Andrade

1937 - 1938

Ven.º Francisco Barnabé Gomes
1º Vig.º Cicero Bezerra de Menezes
2º Vig.º Ernesto de Vasconcelos Guedes
Orad.º Celino Menezes
Sec.º Pedro Augusto de Amorim

1939 - 1940 - 1941 - 1942

Os balaustres referentes a êstes períodos foram prejudicados pela ação do tempo e em face das obras de recuperação realizadas no prédio da Loja centenária

1942 - 1943

Ven.º Virgilio de Barros
1º Vig.º Antonio Paes do Amaral
2º Vig.º Manoel Correa da Silva
Orad.º José Ayrton Espindola Pinheiro
Sec.º Walter Scott da Silva Rayol

1943 - 1944

Ven.'. Virgilio de Barros
1º Vig.'. Cicero Bezerra de Menezes
2º Vig.'. Ernesto Vasconcelos Guedes
Orad.'. Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes
Sec.'. Walter Scott da Silva Rayol

1944 - 1945

Ven.'. Cícero Bezerra de Menezes
1º Vig.'. Pedro Augusto Amorim
2º Vig.'. José Ayrton Espindola Pinheiro
Orad.'. Lucano Antony
Sec.'. Raimundo Coqueiro Mendes

1945 - 1946

Ven.'. Cícero Bezerra de Menezes
1º Vig.'. José Ayrton Espindola Pinheiro
2º Vig.'. Augusto Ferreira da Silva Lima
Orad.'. Oder Poggi de Figueiredo
Sec.'. Raimundo Coqueiro Mendes

1946 - 1947

Ven.'. José Ayrton Espindola Pinheiro
1º Vig.'. Raimundo Coqueiro Mendes
2º Vig.'. Manoel Correa da Silva
Orad.'. Celino Menezes
Sec.'. Eduardo Ferreira de Mello

1947 - 1948

Ven.'. José Ayrton Espindola Pinheiro
1º Vig.'. Manoel Correa da Silva
2º Vig.'. Almachio Braule Pinto
Orad.'. Celino Menezes
Sec.'. Eduardo Ferreira de Mello

1948 - 1949

Ven.'. José Ayrton Espindola Pinheiro
1º Vig.'. Manoel Correa da Silva
2º Vig.'. Antero Fernandes Barbosa
Orad.'. Almachio Braule Pinto
Sec.'. Eduardo Ferreira de Mello

1949 - 1950

Ven.'. José Ayrton Espindola Pinheiro
1º Vig.'. Manoel Correa da Silva

2º Vig.'. Antero Fernandes Barbosa
Orad.'. Emiliano Marinho Filho
Sec.'. Odorico Rodrigues de Andrade

1950 - 1951

Ven.'. Celino Menezes
1º Vig.'. Antonio Maria Dias dos Santos
2º Vig.'. David Alves de Mello
Orad.'. Odorico Rodrigues de Andrade
Sec.'. Manoel do Nascimento Filho

1951 - 1952

Ven.'. José Ayrton Pinheiro / Milton Januário P. Melo
1º Vig.'. Antero Fernandes Barbosa
2º Vig.'. Antonio Maria Dias dos Santos
Orad.'. Heleno Teixeira Montenegro / David Alves de Melo
Sec.'. Odorico Andrade / Guilherme Couto

1952 - 1953

Ven.'. Milton Januário Pessoa de Melo
1º Vig.'. Celino Menezes
2º Vig.'. Empedocles Antony
Orad.'. Antonio Maria Dias dos Santos
Sec.'. Pedro Augusto de Amorim

1953 - 1954

Ven.'. Raimundo Coqueiro Mendes
1º Vig.'. Empedocles Antony
2º Vig.'. Anthero Fernandes Barbosa
Orad.'. David Alves de Melo
Sec.'. Pedro Augusto Amorim

1954 - 1955

Ven.'. Raimundo Coqueiro Mendes
1º Vig.'. Empedocles Antony
2º Vig.'. Heleno Teixeira Montenegro
Orad.'. David Alves de Melo
Sec.'. Pedro Augusto Amorim

1955 - 1956

Ven.'. Almeron Caminha Monteiro
1º Vig.'. Heleno Teixeira Montenegro
2º Vig.'. Ary Navarro Pereira
Orad.'. Roberto de Lima Caminha
Sec.'. Nilo Marcus de Souza

1956 - 1957

Ven.': Heleno Teixeira Montenegro
1º Vig.': Rubim Cruz Pereira de Sá
2º Vig.': Sildomar Marques da Silveira
Orad.': Nilo Marcus de Souza
Sec.': Rodolpho Guimarães Valle

1957 - 1958

Ven.': Heleno Teixeira Montenegro
1º Vig.': Rubim Cruz Pereira de Sá
2º Vig.': Sildomar Marques da Silveira
Orad.': Nilo Marcus de Souza
Sec.': Angelo Mestrinho de Amorim

1958 - 1959

Ven.': Heleno Teixeira Montenegro
1º Vig.': Rubim Cruz Pereira de Sá
2º Vig.': Guilherme Couto
Orad.': Rodolpho Guimarães Valle
Sec.': José Chaves de Oliveira

1959 - 1960

Ven.': Heleno Teixeira Montenegro / Pedro A. de Amorim
1º Vig.': Waldemar Batista de Salles
2º Vig.': Lyrkes Paraense Barbosa da Silva
Orad.': Rodolpho Guimarães Valle
Sec.': José Rocha Neto / João Pinto Monteiro Neto

1960 - 1961

Ven.': Heleno Teixeira Montenegro
1º Vig.': Rubim Cruz Pereira de Sá
2º Vig.': Guilherme Couto
Orad.': Rodolpho Guimarães Valle
Sec.': Francisco Menezes

1961 - 1962

Ven.': José Chaves de Oliveira
1º Vig.': Izahu Prado Vilhena

2º Vig.': João Pinto Monteiro Neto
Orad.': Rodolpho Guimarães Valle
Sec.': Servio de Souza Borges / Manoel M. de Araújo

1962 - 1963

Ven.º José Chaves de Oliveira
1º Vig.º Izahú do Prado Vilhena
2º Vig.º Lyrkes Paraense Barbosa da Silva
Orad.º Rodolpho Guimarães Valle
Sec.º Denizard Pessôa de Menezes

1963 - 1964

Ven.º Luiz de Mello Filho
1º Vig.º Afonso Pereira Lima
2º Vig.º Antonio Luiz Monteiro
Orad.º Manoel Moreira de Araújo
Sec.º Sérgio de Souza Borges

1964 - 1965

Ven.º Luiz de Mello Filho/Afonso Pereira Lima
1º Vig.º Afonso Pereira Lima/José Chaves de Oliveira
2º Vig.º Lyrkes Paraense Barbosa da Silva
Orad.º Manoel Moreira de Araújo
Sec.º Sérgio de Souza Borges

1965 - 1966

Ven.º Antonio Luiz Monteiro
1º Vig.º Manoel Moreira de Araújo
2º Vig.º Paulo Frassinetti Ribeiro Cudal
Orad.º Waldemar Batista Salles
Sec.º Sérgio de Souza Borges

1966 - 1967

Ven.º Manoel Moreira de Araújo
1º Vig.º Eldonor Amorim Coelho
2º Vig.º Benedito de Melo Martins
Orad.º Wilsom Rodrigues da Cruz
Sec.º Sérgio de Souza Borges

1967 - 1968

Ven.º Izahú do Prado Vilhena
1º Vig.º José Chaves de Oliveira
2º Vig.º Edson Aguiar Rosas
Orad.º Waldemar Batista de Salles
Sec.º Sérgio de Souza Borges

1968 - 1969

Ven.º José Chaves de Oliveira
1º Vig.º Wilson Rodrigues da Cruz

2º Vig.!	Adriano Aragão de Freitas
Orad.!	Waldemar Batista de Salles
Sec.!	Sérvio de Souza Borges
1969 - 1970	
Ven.!	Heleno Teixeira Montenegro
1º Vig.!	José Chaves de Oliveira
2º Vig.!	Clemente de Andrade Simões
Orad.!	Waldemar Batista de Salles
Sec.!	Sérvio de Souza Borges
1970 - 1971	
Ven.!	Waldemar Batista de Salles
1º Vig.!	Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal
2º Vig.!	Clemente de Andrade Simões
Orad.!	Manoel Moreira de Araújo
Sec.!	Sérvio de Souza Borges
1971 - 1972	
Ven.!	Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal
1º Vig.!	José Chaves de Oliveira
2º Vig.!	Leopoldo Cyrilo Krichanã da Silva
Orad.!	Waldemar Batista de Salles
Sec.!	Sérvio de Souza Borges
1972 - 1973	
Ven.!	Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal
1º Vig.!	Leopoldo C. Krichanã da Silva
2º Vig.!	Clemente de Andrade Simões
Orad.!	Waldemar Batista de Salles
Sec.!	Sérvio de Souza Borges
1973 - 1974	
Ven.!	Leopoldo C. Krichanã da Silva
1º Vig.!	Manoel Moreira de Araújo
2º Vig.!	Izahú Prado Vilhena
Orad.!	Nilson Ribeiro
Sec.!	Sérvio de Souza Borges
1974 - 1976	
Ven.!	Manoel do Nascimento Filho
1º Vig.!	Manoel Moreira de Araújo
2º Vig.!	Jeovah Matusalem Bonfim
Orad.!	Waldemar Batista de Salles
Sec.!	Sérvio de Souza Borges

1976 - 1978

Ven.º Ramiro Simões Santos
1º Vig.º Abrahim Sena Bazi
2º Vig.º Manoel Paulo Cavalcante
Orad.º Paulino Bittencourt Cardoso
Sec.º Ademar Batista Alves

1978 - 1980

Ven.º Abrahim Sena Bazi
1º Vig.º Manoel Paulo Cavalcante
2º Vig.º Agnaldo Pereira da Silva
Orad.º Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal
Sec.º Raimundo Patrício de Lima

1980 - 1982

Ven.º Paulino Bittencourt Cardoso
1º Vig.º Manoel Paulo Cavalcante
2º Vig.º José Jorge da Silva Rebêlo
Orad.º Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal
Sec.º Sebastião da Cunha Mestrinho

1982 - 1984

Ven.º José Jorge da Silva Rebêlo
1º Vig.º Agnaldo Pereira da Silva
2º Vig.º Fernando Ferreira Lima
Orad.º Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal
Sec.º Luiz Carlos Henrique

1984 - 1986

Ven.º Fernando Ferreira Lima
1º Vig.º Jeovah Matusalem Bonfim
2º Vig.º Abel Abdias de Araújo Sobrinho
Orad.º Paulo Frasseneti Ribeiro Cuadal
Sec.º Alfredo Teixeira Bragança

1986 - 1988

Ven.º Paulino Bittencourt Cardoso
1º Vig.º Abel Abdias de Araujo Sobrinho
2º Vig.º Germando Alvaro de Souza
Orad.º José Ribamar dos Anjos Feitosa
Sec.º Alfredo Teixeira Bragança

1989 (+)

Ven.º Fernando Ferreira Lima
1º Vig.º José Domingos Moreira Filho

2º Vig.º Aguinaldo Pereira da Silva
Orad.º José Jorge da Silva Rebêllo
Sec.º Paulo Cesar Couto / Moacyr Antonio de Paula

1990 - 1992

Ven.º Moisés Magalhães da Costa
1º Vig.º João Rios de Aguiar / Antonio do Carmo C. Bonfim
2º Vig.º Alberto Ferreira do Nascimento
Orad.º Nazareno de Melo Benfica / Sidney F. da Silva
Sec.º Moacyr Antonio de Paula

1992 - 1993

Ven.º Moisés Magalhães da Costa
1º Vig.º Antonio do Carmo Cerqueira Bonfim
2º Vig.º Alberto Ferreira do Nascimento
Orad.º Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal / Waldir Correia de Melo
Sec.º Moacyr Antonio de Paula

1994 - 1995

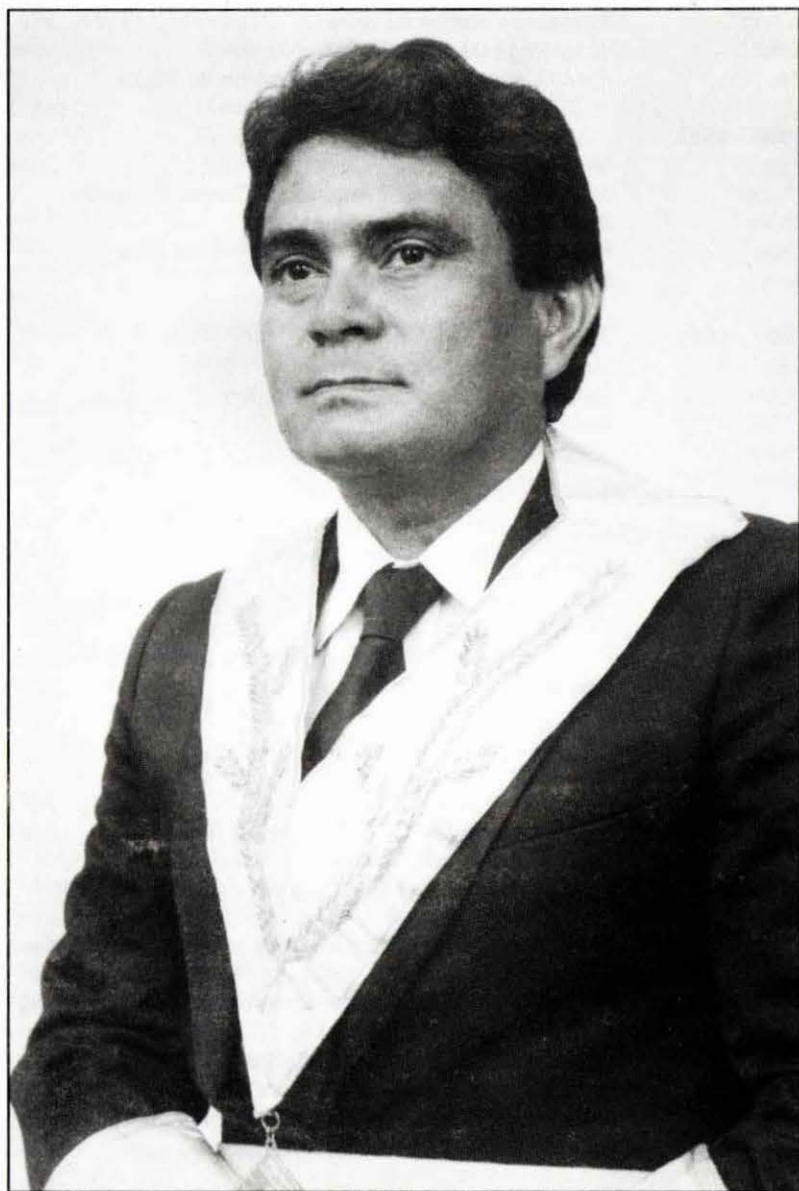
Ven.º Fernando Ferreira Lima
1º Vig.º João Rios Aguiar
2º Vig.º João da Costa Gadelha
Orad.º Paulo Franssineti R. Cuadal / Waldir Correia de Melo
Sec.º Moacyr Antonio de Paula

1996 - 1997 (++)

Ven.º Fernando Ferreira Lima
1º Vig.º João Rios Aguiar
2º Vig.º Antonio do Carmo Cerqueira Bonfim
Orad.º Paulo Frassinetti R. Cuadal
Sec.º Moacyr Antonio de Paula

(+) O mandato do Ir.º Fernando Ferreira Lima no ano de 1989 foi considerado um "mandato tampão". Com a gestão de apenas um ano pretendeu-se coincidir os períodos de eleição de Venerável da Loja e de Grão Mestre.

(++) Período comemorativo do Centenário da Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro". durante o qual esta Oficina passou por uma memorável reestruturação administrativa e arquitetônica tendo suas dependências totalmente reformadas e decoradas.



FERNANDO FERREIRA LIMA, Venerável do centenário da Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro" Nº 4. Gestão de 1996 - 1997

Jóias Rionegrinas

Vale ressaltar que a Maçonaria não se restringe apenas a seus Templos. Prova é que a sua participação, através dos tempos, se destaca nos mais diferentes segmentos da nossa sociedade. O Maçon se faz presente nas artes plásticas, na literatura, na música, na política, onde quer que se possa imaginar a necessidade de uma luz para o esclarecimento e desenvolvimento do pensamento humano.

Quero com estas palavras destacar neste belíssimo trabalho do Irmão Wolfgang Guminiak, as primorosas "peças" selecionadas sob o título de "Jóias Rionegrinas".

Elas marcam de uma maneira sutil e inteligente o nosso centenário, servindo como que de agradecimento ao G.'. A.'. D.'. U.'. , por tão feliz e marcante evento.

FERNANDO FERREIRA LIMA
Venerável Mestre

O DESENVOLVIMENTO MAÇÔNICO ATRAVÉS DOS TEMPOS

*Palestra realizada pelo nosso Ir. Crisanto Jobim,
na Loj. Simb. RIO NEGRO,
no dia 12 de março de 1948.*

Visivelmente impressionado pelo que observamos na Maçonaria resolvemos do canto da nossa modesta apreciação, concatenar idéias, juntar sentenças e analisar, na medida do possível, nos dias de hoje, o desenvolvimento maçônico que se vem processando através dos tempos. Não vamos esmiuçar fatos em particular, nem trazer a amargura da censura, os gestos, os costumes e os recalques que se verificam dentro da nossa Ordem. Nossa palestra, meus Ir., visa exclusivamente, um discernimento ajustado na opinião dos Mestres, e que procuramos decifrar na alma e no coração dos M. M. de hoje que tão nobremente chamamos de Ir.

"Quanto é maravilhosa, quanto é preponderante e altíssima a idéia vivaz por excelência e a idéia por excelência consoladora - A Maçonaria! A Maçonaria é muito mais que uma idéia, é um ideal, insubstituível e inconfundível entre todos os ideais. Ela estanceia entre dois infinitos, Alpha e Ômega do saber, luz e calor da existência. Envolve a entidade humana com a atmosfera e o planeta. Distende-se sobre as nossas almas como o céu sôbre as nossas fronteiras. Dá a cada uma das faculdades mais fundamentais do espírito, sólido alimento na série de seus dogmas e ritos e a cada uma das mais legítimas do coração poderoso protetor na Hierarquia dos seus Mestres. Acende a ciência e a arte anima o trabalho e o progresso, santificando o amor e a família, engrandece o homem e a Pátria, sublima a civilização e a humanidade. Sorri maviosa por entre as auroras do berço e fulguras impotente por entre as sombras do Sepulcro".

E nesse imenso corpo, que ainda vive para a grandeza do mundo, o nosso bisturi começa o exercício da sua finalidade nobilitante, estirpando de maceradas carnes os quistos prejudiciais à vida da espécie. Não doutrinamos para ostentar grandezas, para merecer elogios, como se fôssemos um Adonis, para regalar o espírito, nos olhares e nas formas de admiração aos nossos princípios.

Compreendemos a Maçonaria pela glória de sua finalidade, tal a

sua recompensa em delinear princípios, dirigir povos, regenerar caracteres. Somos dos que, na observância dos trabalhos, notamos as desajustesas desses princípios nos M.:, reproduzidas por egoísmos indomitos, rebeldia política, chegando às raias das decepções de Ir.: para Ir.:; acirrados ódios que entristecem e diminuem a cadeia da bondade, os laços da fraternidade, a singeleza da igualdade. A Maçonaria sendo escola de sã filosofia, lembra aos homens os seus direitos e deveres; dá aos fortes, quando justos, o apoio da sua opinião e inspira aos fracos, quando tímidos, a energia de uma resistência legal; conseqüentemente os M.: moldando os espíritos dentro das finalidades da Ordem, observando-lhe por intermédio de suas lições e de seus exemplos a conservação e a distribuição dos direitos civis e religiosos, sem descambar para o ódio, para a incompreensão, para os recalques absurdos que já se têm verificado dentro da Maçonaria, numa luta insana entre Ir.:, mesmo porque, a nossa finalidade não se resume, na ostentação do título nem na grandeza dos metais. Nossa missão é muito outra.. É a nobilitante virtude de contribuirmos para a grandeza do próximo, sem olhar para a mão esquerda, o movimento da direita na prática do bem, tão sedutoramente inspirado nas páginas dos Landemarques, tão inteligentemente pontificados nas instruções dos RRit.:

Exemplos típicos temos do passado, para a evocação e lição no presente. Todos os historiadores, antigos e modernos, concordam em que o Egito foi outrora o berço das ciências e das artes, e que os povos contemporâneos, foram ali sorver seus princípios religiosos e políticos, como demonstrou algues. Em verdade, semelhante a uma árvore tão antiga como o globo, o Egito levantou a cabeça magestosa pelos chãos da eternidade, enriqueceu com os seus produtos todas as partes da terra. O Egito, debaixo de diferentes formas, e de diferentes nomes, mais constantes em sua ciência, faz chegar até nós sua religião sua moral e as suas ciências. Os Magos da Pérsia, os filósofos gregos e os Patriarcas que precederão Moisés, aprenderam dos padres do Egito seus dogmas, seus mistérios, e estas ciências a arte de governar povos conforme o clima e sua civilização; êstes Mistérios e estas Ciências eram severamente guardadas e escrupulosamente ensinadas pelos padres, que eram exclusivamente encarregados da sua prática; e, para impedir que homens sem caráter e sem ciência, fôssem a elas admitidos, estabelecem que os iniciados seriam primeiro obrigados às experiências dos quatro elementos experiências tão terríveis que hoje se tornariam inverosímeis, se não se achassem transcritas por antigos e modernos autores; estas experiências tinham por fim confirmar a coragem, a moral, a ciência do neófito, e repelir de si os que não fossem dignos, a escória do povo.

E este exemplo típico permanece ainda em nossos livros, como se fora a lanterna mágica do M.: a iluminar o caminho que pretendemos trilhar para o preenchimento da finalidade da Ord.:, evitando a propagan-

da, hedionda e hostil dos inimigos da Maçonaria. E isto só se pode conseguir se obedecermos os ditâmes da união, da disciplina, da coesão propriamente ditas, pondo em prática, não interesses subalternos, vendidos à luz clara e meridiana da cobiça, mas pela sinceridade, pela grandeza do nosso coração em levantarmos altares para a grandeza do mundo, sob os auspícios das benesses sublimes do GR.: ARQ.: do UNIV.:

Voltando ao passado, observamos ainda Virgílio na descrição do poema da Maçonaria; é com efeito no Sexto livro da Eneida de Virgílio que Enéas desce ao inferno, procura o ramo fatal e misterioso, que se tem comparado ao Guia dos druidas. Lá ele descobre o corpo de Misena, morto por Deus rival; Virgílio, depois de ter descrito o mistério da putrefação - MAK-BENAC - ou no Rito Escocês da Irlanda MUAQ-BOM, nos pinta seu herói ferindo com a espada os monstros terríveis, que se opõem à sua passagem, e triunfalmente enfim, de todos os obstáculos preliminares, que constituem propriamente falando, a iniciação. E eis porque, nos templos Egípcios, a natureza que só representava a Verdade, era coberta por um véu...

Ilr.: a luta prova o homem como prova a causa. Na luta a energia do homem conquista mais um florão. Na luta, a causa sagrada revela em toda a sua plenitude, a majestade de sua grandeza, e os louros triunfais vêm esmaltar-lhe a bandeira. Assim, vamos, unidos, tornar grande, na medida das nossas forças, a glorificação dos nossos sentimentos, triunfando e conquistando mais lauréis; levantar o colo soberano por ente as tempestades das más paixões, dos ódios, das prepotencias, das desconfianças, das injustiças.

A luz tem por inimiga irreconciliável as trevas; a civilização tem por antagonista inexorável o obscurantismo; a fé tem por adversário, o ceticismo; a razão é emula da loucura, o trabalho tem por opositor a ociosidade; como tal a Maçon.:, berço receptáculo de todas as virtudes, certo terá competidor atrevido na intolerância, asilo de todas as torpezas. A Maçon.: combate com a palavra, pugna leal e francamente com a lógica incontestável da verdade, tem a seu favor o respeito das gerações, não poupando esforços envidando a propagação das luzes por obreiros dignos, concientes, sinceros, que obrigam a humanidade encarando, primeiramente, com profunda contrição, o combate aos maus filhos para, depois, contemplar, na plenitude dos seus princípios da moral e da razão, o lampadário da abobada infinita do reino do Gr.: Mestr.:, a derramar benesses sobre a fraternidade Maçonica, perfeita, quando os homens, os Ilr.: se compreenderem, na definição perfeita da virtude, apanágio sublime do espírito, dos quais são dotados os M.: Maç.:. Abaixo o ódio, a inveja, a mentira, a desconfiança, o egoísmo, para a felicidade da Ordem e da paz entre Ilr.:, perpetuando com a lembrança dourada do nosso respeito, os nossos mortos ilustres, resplandecendo entre os que vivem com os seus ensinamentos. Alma seio luminoso da paz. Deus será clementíssimo con-

vosco, dando-vos o descanso eterno e o resplendor da luz perpétua da
estrêla flamígera!...

Na Maçon.: não se distribuem prêmios, distribui-se trabalho para
benefício da humanidade, o que se torna em divisa da Ord.:

Paz e trabalho, meus Ilr:.....

MERCOSUL

Palestra realizada pelo nosso Ir.º Paulino Bittencourt Cardoso, na Loja.º Simb.: RIO NEGRO, no dia 20 de janeiro de 1995.

Mas, o que vem a ser MERCOSUL?

Para melhor compreensão de algumas pessoas leigas no assunto, sem apelar para termos rebuscados altamente técnicos, diríamos que MERCOSUL, é uma zona de livre comércio entre os países signatários do acordo formado entre si isentando-se de tributos sobre determinados produtos industrializados, matérias primas e serviços.

Cada país apresenta uma lista de produtos, que estão isentos de tributos.

Dos nove mil itens que compõem a TEC (Tarifa Externa Comum), 900 são bens de capital e 200 são da área de informática. A Argentina apresentou um total de 232 exceções à TEC, concentradas nos setores siderúrgico, químico, papel e celulose e calçados. O Brasil concluiu o acordo com uma lista de exceções de 175 itens dos setores químico, derivados de petróleo, matérias primas têxteis, agrícola e borrachas. O Paraguai terá 210 exceções e o Uruguai 212. Ficaram de fora do acordo o setor açucareiro e o automotivo. Ficou acertado que até julho de 1995 será criado um grupo de trabalho que irá estudar a integração do setor açucareiro até 1997, para entrar em vigor em 2001.

Nos países desenvolvidos, o lucro das empresas é tributado em 33 por cento, em média. Na Argentina, esse índice é de 30 por cento. Já no Brasil, de 41 por cento.

SENTIDO ESTRATÉGICO DO MERCOSUL

O mercosul, com sede em Montevideo, iniciou com o Brasil e a Argentina e hoje inclui Paraguai e Uruguai. Desejam ainda ingressar no Mercosul a Bolívia e o Chile. Criado em 1991, o Mercosul é uma proposta de integração concebida no pós "guerra fria". Assim, se é certo que representa um aprofundamento do tratado de 1988, celebrado entre a Argentina e o Brasil, não é menos verdade que inova substantivamente. Inova não apenas porque incorporou o Uruguai e o Paraguai, mas sobretudo porque agregou aos temas do desenvolvimento e da democracia, em sintonia com o que estava ocorrendo no mundo econômico, a preocupação com a modernização competitiva. Por isso mesmo constitui, no contexto latino americano, uma nova visão da integração, distinta daquela

derivada do modelo de substituição de importações, de que a ALALC, na sua origem, ou o Pacto Andino foram exemplos, pois não tem como objetivo um mercado ampliado protegido do mundo por barreiras tarifárias e não-tarifárias.

O Mercosul é, na verdade, uma plataforma de inserção competitiva numa economia mundial que simultaneamente se globaliza e se regionaliza em blocos. É igualmente um marco de referência democrática dos países que o integram para o "estar no mundo" das polaridades indefinidas do pós Guerra Fria. Busca a liberalização dos entraves aos fatores produtivos para dentro e para fora do espaço econômico comum. Por isso tem a vocação de polo aberto, não tendo, inclusive pela própria natureza de sua dimensão econômica, a responsabilidade de ser um bloco ensimesmado, cabendo observar que o dinamismo do intercâmbio entre o Brasil e a Argentina, que o Mercosul estimulou, não exclui a condição de "global traders" de ambos. Neste sentido, pode-se apontar que, em 1992, do total importado pelo Brasil, 8,3% proveio da Argentina, que foi o mercado de 8,4% do total exportado pelo Brasil.

O Mercosul representa igualmente um esforço importante de compatibilizar a agenda interna e a agenda externa da modernização, que se tornou necessária para a Argentina e o Brasil dos anos 90, em função do esgotamento do modelo do Estado e da economia baseado na substituição de importações. O Mercosul contribui para viabilizar e compatibilizar interna e externamente a agenda de modernização porque tem como horizonte a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. Este horizonte, com suas reverberações, dificuldades e assincronias (por exemplo: as dificuldades brasileiras no controle da inflação, os problemas da política cambial argentina), dá-se na moldura jurídica do Tratado de Assunção, que aproxima os atores representativos dos fatores de produção - os empresários e os trabalhadores - e os atores governamentais, num processo de negociação continuada.

O Mercosul entrou em uma etapa decisiva rumo a uma zona de livre comércio em 1º de janeiro de 1995 e a uma união aduaneira para a maior parte dos produtos também naquela data. (A tarifa alfandegária deve zerar a partir do presente mês).

Os desafios agora são maiores porque existem tarefas impostergáveis sobre a mesa dos negociadores: a definição da tarifa externa comum e de um conjunto de mecanismos necessários para a política comercial dos cinco países e o desenho das novas instituições do Mercosul.

Duas reuniões de ministros e presidentes foram acertadas. Ao final da quinta reunião do Conselho do Mercosul, em Colônia: em Buenos Aires, em meados do ano, e em Ouro Preto onde já se realizou em dezembro recente. Além disso, haverá uma conferência diplomática, no Brasil, para definir as instituições do mercado comum.

O Brasil sediará as reuniões com seus sócios a partir do segundo semestre. Vários encontros serão agendados para acertar os impasses na tarifa externa comum, sendo um deles na primeira quinzena de abril, sobretudo para resolver o desacordo com o Paraguai.

O documento divulgado ontem pelo Conselho do Mercado Comum, integrado pelos ministros e presidentes, reitera o propósito de formalizar, em 1º de janeiro de 1995, como foi, uma união aduaneira que deverá englobar a totalidade da nomenclatura comum, à exceção de um número reduzido de itens para os quais foi definido um programa de trabalho que incorporará a tarifa externa comum em um período determinado.

MERCOSUL, POR UMA ÓTICA ARGENTINA

O Mercosul tem uma boa idéia? A resposta é categoricamente sim. Porque? Alguns poucos números nos dão uma idéia do quanto esta decisão foi correta, como mostra o quadro abaixo.

Hoje, 27 por cento do total das exportações argentinas têm por destino o Mercosul e 21 por cento o Brasil. Isso representa uma modificação no comércio externo argentino, que na década de 80 tinha os Estados Unidos como principal país comprador (13 por cento do total das exportações) e a CEE como o mercado regional mais importante (24 por cento do total das exportações). No caso do Brasil, a Argentina passou a ser a sua segunda parceira comercial, tanto em exportações. As perspectivas para o ano de 1995 são altamente encorajadoras, estimando-se que a Argentina irá superar a barreira dos US\$ 3 bilhões.

A ZONA FRANCA E O MERCOSUL

De todos os temas discutidos nessa fase de mudança na estrutura da Zona Franca de Manaus, o que se entremostra revestido de muitas nuances é sem dúvida a criação e consolidação do Mercosul e seus possíveis reflexos na atividade econômica da Zona Franca de Manaus.

A assinatura, em 26-3-91, do Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL - a partir de intensas negociações no eixo Brasília - Buenos Aires, o projeto de integração tem, em sua origem, um viés claramente político, não obstante suas fortes implicações econômicas-comerciais. A celebração do acordo tripartite com o Paraguai, em 1979, sobre o aproveitamento dos recursos compartilhados do Rio Paraná (que viabilizou a construção das hidrelétricas de Itaipú e Corpus); o convênio de cooperação nuclear em 1980; o apoio diplomático do Brasil, em 1982, às reivindicações de soberania Argentina sobre as Malvinas, a Ata

de Iguaçu, de fins de 1985; e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de 1988, são antecedentes importantes da Ata de Buenos Aires, assinada pelos Presidentes Collor e Menem, em 6 de junho de 1990. Nesse ato, ambos os presidentes definem as bases do futuro mercado comum, ainda em âmbito bilateral.

Essas ações, no âmbito geral, contribuem para o fortalecimento nas relações entre os dois países e possibilitam a substituição da dinâmica de competição por um quadro de cooperação e convergências, inclusive em âmbitos regionais e internacionais.

Ademais, a integração em curso dá cumprimento a dispositivo incorporado no art. 4º, parágrafo único de nossa Constituição, que é instrumento mais valioso para a integração geo-econômica dos cinco países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai no mercado internacional, em um quadro marcado pela persistente crise da dívida externa, pela formação de grandes blocos econômicos e pela reduzida posição estratégica da América Latina no plano econômico internacional. Dessa forma, a criação do Mercosul reflete vínculos históricos, facilidades de comunicação dada a características da região e transcende boa parte a vontade dos governantes, pelo resultado desses fatores de aglutinação. Na definição do senhor presidente da República, a América Latina é para o Brasil "O GRANDE ESPAÇO IMEDIATO, COM SEU EPICENTRO ECONÔMICO NO CONESUL". Entretanto, o maior grau de interação do Mercosul deverá levar em conta as decisões empresariais que terão de considerar a noção do mercado ampliado e suas implicações tanto em termos de competição como de possível aliança de interesse. Alguns fatores atestam em princípio a reação cautelosa dos empresários brasileiros ao Mercosul. O primeiro deles já foi mencionado no início deste trabalho "o processo político". Para que o mesmo tenha sucesso, torna-se necessário dar conteúdo econômico nas negociações, para que a iniciativa possa avançar em tempo hábil e consentâneo com o cronograma de desgravação e na fixação de regras equitativas de concorrências dentro do Mercosul. O segundo fato é que a percepção das vantagens econômicas do acordo é também uma percepção política. Assim, o mesmo deve ser encarado como uma estratégia de alavancagem de integração econômica. O terceiro fator é que todo o processo de negociação aconteceu num ambiente macroeconômico de instabilidade entre os países signatários. O que faz com que todas as reações sejam defensivas do lado empresarial. Finalmente o quarto fator diz respeito ao grau de inter-dependência entre os parceiros econômicos do acordo, que é sobre-modo restrito em relação ao Brasil.

Para tomar como exemplo, basta fazermos algumas comparações:

1. O setor industrial brasileiro é quatro vezes maior que o da Argentina.
2. O PIB Industrial do Brasil é dez vezes maior que o da Argentina.

Assim, as reações positivas no estágio em que se encontra o acordo, são aquelas ligadas à ampla possibilidade de comércio entre fronteira.

Considerando que o objetivo não visa somente decisão no âmbito do comércio, mas necessariamente de importantes decisões de investimentos, cabe aqui uma percuente reflexão de nossas autoridades econômicas sobre o impacto da dimensão econômica da atividade comercial no parque industrial brasileiro e particularmente na Zona Franca de Manaus.

Será necessário dar um tempo para que os setores produtivos de nosso país se ajustem às contingências criadas pela abertura dos mercados, objetivando alcançar resultados mutuamente vantajosos, como forma de consolidar os interesses de todos os envolvidos, apesar das assimetrias entre as economias dos países membros.

HOMENAGEM AO IDEALISTA ALFERES
JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER
- TIRADENTES - 1746/1792

*Palestra realizada pelo nosso Ir.º
Paulo Francineti Ribeiro Cuadal na Loj.º Simb.º.
Rio Negro no dia 20 de abril de 1995 em
homenagem a Tiradentes.*

Nascido em 1746, na fazenda do Pombal, entre São José, hoje Tiradentes, e São João Del Rei, nas Minas Gerais, Joaquim José da Silva Xavier, filho de um proprietário rural, fazendeiro que possuía recursos e prestígio social suficiente para ser um político à época. Teve dois irmãos mais velhos, que nasceram em 1743 e 1745, de nomes Domingos e Antonio respectivamente, os quais seguiram a carreira eclesiástica. O mais novo dos quatro, nasceu em 1748, foi miliciano com patente de capitão.

Tiradentes, longe de ser um acomodado, pois era Mazombo, assim chamados os brasileiros filhos de portugueses, também conhecidos como Macambúzios ou ainda chamados de Reinol, os nascidos no reino, um termo um tanto depreciativo aos descendentes nascidos no Brasil. Pois este Macambúzio, Mazombo ou Reinol, nasceu com a mente aberta, com fumaça e pruridos de ares de autonomia e liberdade. Não foi brilhante nos estudos escolares, aprendeu as primeiras letras com seu irmão Domingos. Órfão aos 11 anos, ganhou o mundo. Foi mascate, minerador, médico prático e posteriormente boticário. Conhecia como a palma da mão, praticamente todo o território da Capitania, onde empregava sua variada profissionalidade, sendo destacado pelo emprego do alicate de dentes. Sua alcunha, veio da maneira hábil no manejo da ferramenta, o salvador buticão. Diz um contemporâneo: "fazia com sutileza e rápida habilidade, e ornava bocas com novos dentes, a maioria feita por ele mesmo, e que pareciam naturais". Daí sua popularidade, estendeu-se até o Rio de Janeiro. Pertenceu aos Dragões do Regimento de Minas Gerais, e quando no posto de alferes, foi comandante da patrulha de Caminho Novo. De Vila Rica ao Rio de Janeiro, mostrou-se destemido e eficiente na ronda do mato, contra ladrões e assassinos. Desempenhou funções e missões difíceis, recebeu elogios do então Governador Luiz da Cunha Meneses, o conhecido Minésio, o tal das cartas chilenas. Quatro vezes preterido nas promoções, decidiu o alfares licenciar-se do exercito, dedicando-se a mineração, comprando uma granja ou sítio na Rocinha Negra, Comarca do Rio das Mortes. Não sendo feliz nos negócios, começou a frequentar os lugares dos idealistas que programavam a Inconfidência Mineira.

Nessa época, os americanos já se preocupavam com a possível revolta para a independência e fizeram unir as Capitânicas do Rio de Janeiro e São Paulo, para ser escrita mais uma passagem dos "Autos da Devassa da Inconfidência Mineira". Os revolucionários esperavam adesão de outras Províncias depois do movimento, para então proclamarem a República e isto não ocorreu. As primeiras reuniões dos conspiradores, aconteceram em fins de 1788, na casa do tenente coronel Paulo Freire. A eles se reuniram os revolucionários, Padre Carlos Correia de Toledo, vigário de São João Del Rei, homem de posses e influência na política, outros nomes devem ser lembrados como idealistas inconfidentes e participaram do movimento; com a conspiração crescendo, juntaram-se Cônego D. Luiz Vieira, o padre Oliveira Rollim, os poetas e juristas Thomaz Antonio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e mais Alvarenga Peixoto. Aqui abre-se um parêntese: muitos escritores profanos e maçons que afirmam ter sido iniciado na Maçonaria, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes; mas, o orador que vos fala, com todo empenho em leitura, ainda não encontrou nada que relatasse ou provasse ter sido Tiradentes, iniciado nos augustos mistérios maçônicos, haja visto entre outras coisas e fatos que, era muito ligada à igreja católica, a cônegos padres, em particular aos jesuitas, grandes contrários à nossa Ordem e até perseguidores, como o foram, na Espanha, em Portugal, da Itália e na época dos Templários, mas isto é assunto para ser discutido em outra oportunidade que quiserem me aturar. A Maçonaria veio para o Brasil por volta de 1787, e da Inglaterra, não da França como afirmam alguns escritores.

Tiradentes dá início à campanha num tempo em que criticar o soberano era crime gravíssimo, e o alferes chega a temeridade de defender as suas idéias em qualquer lugar que estivesse. Com a técnica de abordagem, ora denuncia a derrama, ora a injustiça social e a violência da autoridade. Por motivos puramente fiscais, em 1720, Vila Rica vinha sendo palco de protestos contra a corôa, protestos sempre sufocados, tudo culminando com a prisão e condenação do principal responsável, o português Felipe dos Santos, a pena de morte e esarteamento. Em 1773, foi criado o imposto do chá e os brasileiros contavam com a derrama. A causa entra em ritmo de urgência. Tiradentes queria que se proclamasse a República, mas não se chegou a uma conclusão sobre o novo nome que o país deveria levar. Redigiu-se um projeto de Constituição, a Capital seria transferida para São João Del Rei e para compensar, Vila Rica ganharia uma universidade. Debate-se ainda o fim da escravidão, mas a maioria achou que o momento não era oportuno. Tiradentes propõe que seja criada uma nova bandeira para a República, com um Triângulo, simbolizando a "Santíssima Trindade", em vermelho com fundo branco, e Alvarenga, sugere que seja escrita uma frase do poeta grego, Virgílio, LIBERTAS QUISERA TAMEM, liberdade, antes que tardia. O movimento

estava marcado para o dia em que fôsse iniciada a cobrança dos quintos (impôsto sôbre ouro) que estava em atrazo, conforme aviso do recém empossado governador de Minas Gerais, Visconde de Barbacena. Tiradentes seria o encarregado da prisão do governador quando recebesse a senha: "tal dia é o batizado".

A conjura teve porém um delator. Barbacena suspendeu a derrama. Tiradentes foi preso no Rio de Janeiro em 1789, por ordem do Vice-Rei Vasconcelos, a 10 de maio de 1789, num sobrado da Rua dos Lateiros (hoje Gonçalves Dias) tendo sido transportado no dia seguinte para a ilha das Cobras. Foi detido na residência de um canoeiro chamado Domingos Fernandes Cruz. Em Minas Gerais, foram feitas mais 20 prisões. Tiradentes foi arrolado em processo por três anos, num Tribunal presidido pelo Conde de Rezende e foram-lhe confiscados todos os bens, sendo os seus descendentes declarados infames até a terceira geração. Tiradentes assumiu toda a responsabilidade da rebelião e consequentemente foi o único a não merecer o perdão. O régio poder negou-se ouvir os proclamas de justiça de patriotas que se escondiam nas patentes, sem a hombridade de declarar sua opinião própria de aderentes ao movimento dos Inconfidentes. O delator era um conhecido coronel do exército português, chamado Joaquim Silvério dos Reis, quase mercenário, recebeu pela traição, conforme o decreto real de 04 de outubro de 1794, o hábito da Ordem de Cristo, mais 200 mil reis e uma têrça, um tipo de pensão remunerada em serviço. Por outro Decreto, no mesmo ano, sua dívida com a Fazenda Real foi anistiada e anulada. Ganhou também um titulo de fidalgo, uma luxuosa residência e um fardão de gala, com o qual, sem méritos, aparecia em reuniões oficiais do reino.

Foi assim a íntegra da sentença que levou Tiradentes ao patíbulo: "Justiça que a Rainha Nossa Senhora, manda a êste infame réu Joaquim José da Silva Xavier, pelo horroroso crime de rebelião e alta traição, da qual se constituiu chefe e cabeça, na Capitania das Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a Real Soberana e Suprema Autoridade da mesma Senhora, - que Deus guarde. Manda que com o baraço e pregão, seja levado pelas ruas públicas desta cidade do Rio de Janeiro, ao lugar da fôrca, e nela morra de morte natural para sempre; separada a cabeça do corpo seja levada para Vila Rica donde será conservada em poste alto, junto ao lugar da sua habitação, até que o tempo a consuma; que seu corpo seja dividido em quartos e pregados em iguais postes pela estrada de Minas nos lugares públicos, principalmente no da Varginha e Cebolas; que a casa da sua habitação seja arrasada e salgada e no meio das ruínas, levantado um pedrão em que conserve para a posteridade, a memória de tão abominável réu, seu delito, e que, ficando infame para seus filhos e netos, sejam confiscados seus bens para a Corôa e Câmara Real. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1792. Eu, Desembargador Francisco Luiz Alves da Rocha, escrivão da comissão

que escrevi - assina - Sebastião de Vasconcelos Couto."

Em Portugal reinava Dona Maria I, mais conhecida como D. Maria a louca, mãe de D. João VI, a qual veio morrer no Rio de Janeiro, a 20 de março de 1819, no Convento do Carmo, na Praça 15 de novembro, conhecida hoje como Praça do Passo. O escritor Augusto Maurício, em seu livro "O que ficou do passado" diz: "Foi marcado o dia da execução para o dia 21 de abril de 1792. Esse dia amanheceu diferente dos demais, até as plumbias nuvens mostravam-se pesarosas pelos acontecimentos que se seguiriam. Havia na cidade, desde os primeiros albores, um clima de surpresa e ódio. A multidão em filas cerradas, desde a cadeia pública até o patíbulo, armado no campo São Domingos (antigo Campo Polé) pouco adiante da Igreja da Lampadosa (existente ainda hoje). A força era a mais alta que já se levantara no Rio de Janeiro. Contava 21 degraus e tinha altura de modo mais saliente que as costumeiras, porque segundo o Vice Rei, Conde de Resende, a finalidade era que todos pudessem assistir à execução e não esquecessem do exemplo. Eram 09 horas quando Tiradentes saiu da cadeia dirigindo-se ao local da execução. As ruas estreitas do percurso, ostentavam aparato de grande festa todas embandeiradas e das janelas das residências pendiam colchas e chales coloridos. O cortejo tomou a rua da Cadeia, hoje da Assembleia, entrou na rua do Piolho, hoje da Carioca, deteve-se ligeiramente na esquina da Travessa da Barreira dos Frades, hoje Silva Jardim, atravessou o Campo dos Ciganos, hoje Praça Tiradentes, entrou na rua do Erário, hoje Av. Passos."

Ao chegar em frente à igreja da Lampadosa, o réu deteve-se. Celebrava-se uma missa na ocasião. O condenado ajoelhou-se na soleira da porta do templo e rezou contrito, demoradamente e ficou até a elevação da hóstia, como era praxe. Levantou-se depois e seguiu caminho. Eram quase 12 horas. Dizem alguns autores que seriam 11:20 outros 11:40. Três horas foram dispendidas no percurso porque a marcha era interrompida de quando em quando, para a leitura da sentença. Mais alguns passos lúgubres e penosos, quando o mártir Tiradentes com a impassibilidade dos heróis, frieza e coragem, que não o abandonariam no último momento, avistou o instrumento do suplício. A força estava guardada por seis corpos de infantaria e dois de cavalaria, todos fardados em grande gala, e Tiradentes sobe vagarosa e majestosamente os degraus da força iluminada pelo sol no zênite. O carrasco "Capitania", negro condenado às galés perpétuas, emenda o barão na ponta da corda que pende do alto da trave. O sacerdote frei José Carlos de Jesus Maria Desterro, do Convento de Santo Antonio, aproxima-se e conforta o condenado, com palavras de fé cristã. Tiradentes, sobranceiro, altivo, valente, ergue os olhos para o alto e exclama para a multidão que contempla o ato, contrita e lacrimosa, e diz: "CUMPRI MINHA PALAVRA. MORRO PELA LIBERDADE".

Vale a pena lembrar em ligeiro retrospecto: quando Tiradentes ainda na prisão, sem esperanças de perdão é verdade, mas convicto que não era um traidor, somente um contrário aos dogmas seguidos pelos governantes que não queriam aceitar novos rumos, nem a emancipação que gastava os primeiros elos da corrente da sujeição, do obscurantismo político, que virava o rosto e o coração para a Liberdade, Igualdade e Fraternidade política, Tiradentes condenando à força, ainda na prisão, doutrina os menos corajosos e encoraja os que se acomodavam. Perguntado por um dos sicários se não iria se arrepender na hora do enforcamento, teve coragem de pronunciar uma das mais belas frases criadas por ele próprio, empolgando os corajosos e estimulando os desencorajados:

SE DEZ VIDAS EU TIVESSE, DEZ VIDAS EU DARIA PELA REALIZAÇÃO DO IDEAL DOS INCONFIDENTES.

E, no dia 21 de abril de 1792, depois de percorrido o caminho em procissão, subiu o patíbulo. Morto, cortaram-lhe a cabeça, esquartejaram o corpo como era de costume. Com o seu sangue, lavrou-se uma certidão de que a sentença fôra cumprida. Metidos em salmoura, foram os restos mortais levados à Capitania de Minas Gerais. A cabeça dentro de uma gaiola, ficou num poste nas ruas de Vila Rica. Os quartos expostos ao longo do Caminho Novo, onde os sicários escreveram: "o malvado alferes que fazia infames prédicas de liberdade". Seus companheiros de melhor sorte, foram banidos e esquecidos, outros se acovardaram, e os delatores relegados pelos homens e pela história, indignos de serem pronunciados seus nomes, nesta hora e no futuro.

GRANDE BENEMÉRITA LOJA
SIMB.'. RIO NEGRO NO SEU
88°. ANIVERSÁRIO

*Oração proferida pelo Ir.'. Paulino Bittencourt Cardoso
por ocasião da comemoração do 88°.
aniversário de fundação da Grande Benemérita Loja Simb.'.
Rio Negro no dia 15 de novembro de 1984*

Convocados que fomos, para falar sôbre esta significativa efeméride, que assinala o transcurso do octogésimo oitavo ano de instalação desta Loja Maçônica, por nimia gentileza do seu Presidente, Ir.'. Fernando Lima e extrema bondade dos demais Ir.'. que compõem o seu quadro, gostaríamos neste momento honroso de nossa vida maçônica, de possuir a verbosidade de Ruy Barbosa, a eloquência de Demóstenes e os matizes da beleza dos quadros pintados por Miguel Angelo, para poder traduzir toda a magnitude da história de minha Loja Mãe, neste dia auspicioso do seu aniversário, a fim de que com toda esta exuberância, pudesse fazer sentir a todos quantos nos ouvem, a expressiva contribuição de uma célula atuante deste grande organismo denominado MAÇONARIA AMAZONENSE, que é a Loja Maçônica "RIO NEGRO".

Antes porém, seria de bom alvitre, declinarmos aos ilustres convidados que realçam com as suas presenças a solenidade desta noite, no interior deste Templo Sagrado, onde se esculpe a personalidade humana em busca da perfeição, proporcionando-nos com isto, inusitada felicidade, por haverem vindo comungar conosco desta alegria, o sábio pensamento de ALFREDO DE PAIVA, em que está inserido todo o sentido filosófico da grandeza da nossa Sublime Instituição:

"Direi, pois, que não há instituição mais própria para fazer a felicidade do gênero humano, do que a Maçonaria, porque nenhuma outra existe, que encerra, com ela, tantos meios de reunir os homens pelos doces laços da concórdia e da amizade."

Louvados e inspirados neste rico conceito, uma pléiade de idealistas Maçons, dentre os quais destacariamos as figuras excelsas de ANTONIO GONÇALVES PEREIRA DE SÁ PEIXOTO, aqui, nesta noite, tão bem representado nesta solenidade, por seus netos, Sr. BALARK SÁ PEIXOTO e Sra. PAULINA SÁ PEIXOTO AZEVEDO, de FRANCISCO PACHECO DE AZEVEDO, de JOSÉ LOPES DE SOUZA e de DOMINGOS JOSÉ DE ANDRADE, mencionados há poucos instantes pelo nosso Ir.'. Secretário ALFREDO TEIXEIRA BRAGANÇA, por ocasião da leitura de sua Ata de Fundação, houve por bem fundar a 05 de novembro de 1896,

esta Loja Maçônica, visando o desenvolvimento ainda mais crescente dos objetivos para os quais foi criada a MAÇONARIA, junto com as que já existiam - ESPERANÇA E PORVIR, AMAZONAS e CONCILIAÇÃO AMAZONENSE e que mais tarde viria a ser cognominada de "RIO NEGRO", em homenagem a um dos mais importantes afluentes do caudaloso Rio Amazonas.

Nasceu a Loja Rio Negro, no Templo da nossa co-Irmã "Conciliação Amazonense", em cujo prédio funcionou por muitos anos, transferindo-se posteriormente para a "Esperança e Porvir" onde igualmente permaneceu por longo tempo, saindo definitivamente para este seu Templo definitivo no dia 03 de agosto de 1951, adquirido pela importância de duzentos mil cruzeiros, que à época representava um valor muito elevado, conseguido através de campanha encetada junto aos OObr.'. da Loja.

Reverenciamos nesta oportunidade os Ilr.'. idealistas de então por essa meretória campanha por constituir-se um marco na vida de nossa Loja: MILTON JANUÁRIO PESSOA DE MELO, MANOEL RIBEIRO, VENÂNCIO IGREJAS LOPES, DAVID ALVES DE MELO, GUILHERME COUTO, RUBIM CRUZ PEREIRA DE SÁ, PEDRO AMORIM e MANOEL DO NASCIMENTO FILHO, além de muitos outros que nos fogem à memória e que seria enfadonho enumerar. Alguns destes citados, já partiram para o Oriente Eterno, todavia os seus vultos ficaram indelevelmente guardados com muita saudade em nossos corações. Outros, entretanto, para a nossa felicidade, ainda convivem conosco, ajudando-nos a manter acesso o nosso ideal.

Muitas foram as expressões maçônicas passadas por sua direção após aqueles Ilr.'. pioneiros, até chegarmos aos nossos dias e que pediríamos a vossa tolerância para destacar os seus nomes, considerando a inestimável contribuição que deram à nossa nobre causa: JOSÉ AYRTON SPINDOLA PINHEIRO, ALMERON CAMINHA MONTEIRO, HELENO TEIXEIRA MONTENEGRO, JOSÉ CHAVES DE OLIVEIRA, IZAÚ PRADO VILHENA, LUIZ DE MELO FILHO, ANTONIO LUIZ MONTEIRO, MANOEL MOREIRA DE ARAUJO, WALDEMAR BATISTA DE SALLES, PAULO FRASSINETTI RIBEIRO CUADAL, LEOPOLDO KRICHANÃ, MANOEL DO NASCIMENTO FILHO, seu Venerável Mestre no período de 1974/76 e nosso Patriarca, com quase 50 anos de bons serviços prestados à nossa Ordem, e ainda, de JOSE JORGE DA SILVA REBELLO em cuja administração foi escrita uma das maiores epopeias já vividas por esta Loja Maçônica em toda a sua história, com a construção da Escola "RODOLPHO VALLE", no Bairro da Redenção, cujo primeiro piso, já concluído, está levando a luz do saber a 900 crianças carentes com perspectiva de em futuro bem próximo abrigar 1.500, tão logo as obras do segundo piso, ora em andamento, estejam terminadas e que contou com a colaboração inestimável das autoridades constituídas de

nossa terra, nas pessoas dos nossos Excelentíssimos Irmãos: GILBERTO MESTRINHO, AMAZONINO MENDES e JOÃO FÉLIX; da dedicação dessas heroínas anônimas que são as suas professoras, pelo sacrifício a que se submeteram no início, em virtude das condições inadequadas oferecidas pelo local onde primeiramente funcionou a nossa escola, cujas pessoas são credoras do nosso tributo de gratidão e reconhecimento público neste momento, juntamente com as nossas cunhadas, pelo apoio e estímulo que nos dão, na construção desta catedral universal do bem comum que é a MAÇONARIA.

Hoje, a nossa Loja é dirigida por este jovem e dinâmico Irmão, que é FERNANDO LIMA, em cuja pessoa repousam as esperanças da velha guarda da "RIO NEGRO", na manutenção das suas tradições, e que não temos dúvida que se verificará, pelas virtudes que ornaram a sua personalidade marcante.

Não bastasse a alegria por nós vivida neste dia com o aniversário da nossa Loja-Mãe, um outro evento de transcendental importância para nós brasileiros, é o de vermos transcorrer nesta data, o aniversário natalício de RUY BARBOSA, expressão invulgar da nossa literatura e diplomacia brasileiras, além do grande orgulho que sentimos todos nós Maçons, por haver o mesmo pertencido à nossa Sublime Instituição.

O nosso RESP. Irmão RUY BARBOSA, veio ao mundo na Bahia, no dia 05 de novembro de 1849, que foi assim contemplada por ter como filho, o mais ilustre dos brasileiros. Filho de João Barbosa, magistrado e intelectual, que não amava a sua profissão, e D. Maria Adélia Barbosa, senhora de fina educação, embora modesta de origem, mas eximia em prendas do lar, além de extremamente dedicada à família. Em homenagem ao avô, recebeu o nome de RUY. Foi o pequeno RUY batizado, como era de costume na época, na capela da residência do Padrinho, Sr. Dr. ANTONIO GRAVATA, primo do seu genitor. Já na infância, demonstrava dedicação às letras. Teve como um dos seus professores, o Padre ANTONIO MACÊDO DA COSTA que viu no mesmo um menino prodígio. Recebeu de seu professor CARNEIRO RIBEIRO, os ensinamentos de latim, matemática e francês, o qual, de certa feita, foi surpreendido por RUY, ao definir um aglomerado de meninos, como uma ingênua miniatura do mundo, onde havia bons e maus.

O falecimento do Irmão RUY BARBOSA deu-se no dia 1º de março de 1923 e foi registrado pela Maçonaria Amazonense, em páginas que se fizeram publicar, onde se acha assinalado o sentimento de pesar dos Oobrs. da Arte Real pelo lutuoso acontecimento, conforme passamos a proferir:

"O Brasil acaba de perder o mais ilustre dos seus filhos, o insigne Conselheiro RUY BARBOSA. A triste notícia abalou profundamente o coração da pátria que tinha no grande morto a mais legítima glória, na tribuna, na literatura e na jurisprudência. Em qualquer departamento do

saber humano, sua inteligência resplandecia, numa erudição rara, que deixava perplexo aos que o liam ou o escutavam. A linguagem que lhe era comum, a par de uma eloquência modelar, revestia o mais rigoroso purismo. Na precisão dos termos havia nele os conhecimentos de um exímio lexicógrafo, como na textura da frase as melhores regras da gramática. Ficou isso plenamente demonstrado no memorável prêmio de gigantes, que sustentou com o professor Carneiro Ribeiro, na célebre discussão do Projeto do Código Civil. Os grossos volumes, que encerram os termos da contenda, na qual se guarda a linha de perfeito cavalheiro, serão para nós monumentos de sabedoria vernácula e joias da nossa literatura.

Sob o ponto de vista jurídico, o Conselheiro RUY BARBOSA bem mereceu o cognome do Príncipe do Direito, tal a abundância e a elevação dos seus trabalhos, em todos ou quase todos os ramos dessa ciência social. Oráculo da Justiça, ele era sempre chamado para defender ou decidir as grandes causas. Seus pareceres eram fontes de luz, exaustivos e convincentes, no amparo das boas demandas, como na investigação da verdade em controvérsias.

Como advogado, ninguém jamais o excedeu. Nessa convicção, o Amazonas entregou-lhe a questão do Acre. Tão cerradas e eruditas foram as razões em favor deste Estado, consubstanciadas em dois grossos volumes, que a má vontade dos inimigos desta terra ficou esbarrada como se encontrasse a mais formidável muralha. Diante da lição do grande Mestre não seria mais possível justificar a expoliação de que o Amazonas fôra vítima, pelo governo da República.

Patrono da Liberdade, o glorioso filho da Bahia prestou inolvidáveis serviços políticos e judiciários ao nosso Estado, quando a politicagem de campanário quis arrancar aos desembargadores as regalias dos seus cargos e quando se procurava anular, aqui, com a Constituição reformada, os direitos eletivos dos homens da oposição governativa. Os fundamentos dos "habeas Corpus" requeridos fulminaram a insidia da opressão, pondo embargos de um regime ditatorial.

RUY BARBOSA fez-se imprescindível em todos os momentos mais solenes da vida nacional. Nas quatro últimas décadas, seu nome está ligado, direta ou indiretamente, a todos os acontecimentos sociais da grande família brasileira.

Não se poderá constituir a história dos modernos tempos do Brasil, sem que, a cada passo, apareça resplandecente, como um luzeiro, a figura que podemos denominar - o BUSSUET brasileiro. Todos se lembram dos sucessos da Conferência da Paz, em que retumbância do seu verbo, na defesa das nações pequenas, assombrou aos circunstantes, merecendo por isso, o honroso apelido de ÁGUA DE HAIA. O nome do Brasil brilhou numa auréola fulgurante. Na República Argentina, por ocasião das festas do Centenário de Tucumã, mais uma vez a inteligência

de Ruy fez remígios andinos, como somente ele os poderia realizar.

Mas, virou-se a página do destino. Desapareceu o grande brasileiro, orgulho de nossa pátria. Eclipsou-se o Sol da nossa intelectualidade, deixando-nos na penumbra de uma dor, a que será estranha a toda a raça latina.

Dois grandes acontecimentos em uma só data, ambos, nascidos de duas pequenas células pertencentes a êste grande organismo chamado MAÇONARIA. Se de um lado tivemos o Ir.'. RUY BARBOSA dotado pela natureza de pequeno porte físico, fez-se entretanto agigantar-se perante o mundo e seus compatriotas, através de privilegiada inteligência que DEUS lhe proporcionou.

Quanto à nossa querida "RIO NEGRO", não obstante instalada nesta casa em limitadas dimensões, procura por meio dos seus OObr'., projetar-se nas realidades que faz em benefício dos nossos semelhantes, porque a verdadeira grandeza da MAÇONARIA, consiste em tornar feliz a humanidade.

Prezadas Cunhadas, vós sois as rosas perfumadas do jardim de nossas vidas, continuai a alimentar os ideais de vossos maridos, a fim de que possam prosseguir a construção desta grande obra chamada MAÇONARIA, onde sob as bênçãos do G.'.A.'.D.'.U.'. , se cultiva o amor à Pátria, na certeza de que no porvir, iremos transferir aos nossos filhos, um Brasil pujante, porque são eles, indubitavelmente, a razão principal de nossas vidas.

O RELATO DE FEDON DE PLATÃO

*"Peça de Arquitetura" apresentada
pelo Ir. Wolfgang Guminiak na
na Grande Benemérita Loj. Simb.
Rio Negro no dia 23 de abril de
1993.*

PREAMBULO:

A democracia ateniense assegurava aos cidadão o exercício da função legislativa: integrantes da EKKLESIA (assembléia popular), podiam e deveriam participar da elaboração das leis que regiam a vida e o destino da cidade. Mas o regime democrático impunha também aos cidadãos a obrigação de defender, como juizes, as leis que eles mesmos votavam, pois, na condição de membros das cortes populares, assumiam o compromisso de acatar aquelas leis e de decidir, de acôrdo com elas, o que seria justo e o que seria injusto, o que seria bom ou mal para a cidade-Estado e seu povo. No ano 399 a.C., o tribunal dos helenistas, ou melhor dizendo, os heliastas, constituído por cidadão provenientes das dez tribos que compunham a população de Atenas e escolhidos por meio da tiragem de sorte, reuniu-se com 500 ou 501 membros. Difícil tarefa aguardava êsses juizes: julgar Sócrates, conhecida mas controvertida figura. Cidadão admirado e enaltecido por alguns e combatido por outros que nele viam uma ameaça para as tradições da POLIS e um elemento pernicioso à juventude.

Indiscutível era o seu destemor, de que já dera provas em tempos de guerra, como notório a sua independência pessoal, manifestada não apenas em seu modo peculiar de viver mas também através a sua maneira inconvençional de proceder e de falar com os demais. Também foi notório como se negou à conivência com sórdida trama política urdida pelos Trinta Tiranos que durante algum tempo haviam dominado Atenas. Mas, o que sobretudo o caracterizava era atividade a que vinha se dedicando há anos e que justamente suscitava o deleite dos jovens, enquanto em outros despertava recentimentos: CONVERSAR.

Despreocupado com os bens materiais cujo acúmulo era o objetivo da maioria - usufruindo os prazeres sem se atormentar em viver à cata dos mesmos, mas também sem fugir deles em exageros ascetas, Sócrates dedicava-se ao que considerava, desde certo momento de sua vida, sua missão - A MISSÃO QUE LHE TERIA SIDO CONFIADA PELO

DEUS DELFOS E QUE O TORNAVA UM VAGABUNDO LOQUOAZ: CONVERSAR E DIALOGAR COM AS PESSOAS.

Para Sócrates conversar com todos sôbre tudo, era fundamental. O diálogo e a conversa, eram o fundamento da sua filosofia e isto, principalmente com os jovens e aqueles que se interessavam em aprender. E para surpresa de muitos, a plebe ignorava, êste foi o principal motivo da sua condenação injusta e escandalosa. O resultado das questões habilmente formuladas por Sócrates que alegava que "apenas sabia, que nada sabia" - era com freqüência, tornar patente a fragilidade das opiniões de seus interlocutores, a inconsistência de seus argumentos e a obscuridade de seus conceitos. Colocados à prova por Sócrates, muitos supostos talentos e muita reputação de sapiência revelavam-se infundados e muitas idéias vigentes e consagradas pela tradição manifestavam o seu caráter preconceituoso e sua condição de meros hábitos mentais ou simples construções verbais sem base racional. Evidenciava-se a ignorância da própria ignorância.

Para alguns a fase construtiva da dialogação socrática representava um verdadeiro renascimento. O renascer da consciência de si mesmo, condições preliminares para a tomada de posse da própria alma. Para outros porém, era o esboroar do prestígio próprio em praça pública. Sócrates foi condenado por conversar demais com os outros.

Êste preâmbulo tem por finalidade trazer algumas informações sôbre êste CONVERSADOR, que falava demais com os seus semelhantes, chamado Sócrates. Este Sócrates que mesmo depois de ter tomado a SICUTA, pena que lhe foi imposta por seus contemporâneos, não deixou de falar, de conversar, de questionar até o amargo fim, pois ele sabia, de há muito, que conversar e falar inibe àqueles que não sabem fazê-lo e que por isso se escondem sob o escudo do silêncio e do descanso às coisas boas da vida.

A título de esclarecimento, antes de iniciar o trabalho de interpretação de que fui incumbido, justamente por falar demais, gostaria de deixar claro que não se trata do DIALOGO DE FEDON, apesar de estar incluído dentre diversos diálogos escritos por Platão. Acertadamente o título a ser atribuído a esta parte da obra de Platão é o RELATO DE FEDON, pois êste fôra um dos poucos discipulos de Sócrates presentes nas horas que antecederam a morte do mesmo. Êste trabalho tem como finalidade estabelecer a relação entre o RELATO DE FEDON e determinadas circunstâncias vivenciadas entre nós, tanto que recebi a determinação de ler a referida obra e isto feito, dizer "a que se refere". Apesar de se tratar de uma das obras de Platão, êste segundo o próprio FEDON, não se fez presente nas derradeiras horas de Sócrates, podendo esta ser considerada como sendo uma obra apócrifa, carecendo de certa autenticidade comprovada. Todavia, vamos à causa:

A NARRATIVA

Nesta parte Fedon relata o ocorrido nas últimas horas de Sócrates antes de o mesmo tomar a Sícuta e aqui vale ressaltar algumas palavras de Sócrates ao se dirigir a seus algozes: "Seja como fôr, verdade eles não proferiram nenhuma; de mim porém vós ides ouvir a verdade inteira. Mas não, por Zeus, Atenienses, não ouvireis discursos como os deles, aprimorados em nomes e versos, em estilo florido; serão expressões espontâneas, nos termos que me ocorrem, porque deposito confiança na justiça do que digo; nem espere outra coisa quem quer de vós. Examineis com atenção se o que digo é justo ou não. Nisso reside o mérito de um juiz; o de um orador, em dizer a verdade. Os que por inveja, ou malquerença, vos procuravam convencer, mais os que, convencidos, por sua vez convenciam a outros, todos êsses são os mais embaraçosos; nem sequer é possível citar aqui em juízo nenhum deles e refutá-lo; o defensor é inevitavelmente obrigado a combater como que sombras a replicar sem tréplicas. Bem Atenienses, é mister que apresente a minha defesa que empreenda delir em vós os efeitos dessa calúnia a que destes guardada. Seja como fôr, que tomem as coisas o rumo que aproveem ao Deus, mas cumpre obedecer à lei e apresentar defesas e ao acusador apresentar as provas". Nesta parte Fedon detalha ainda sobre os presentes na prisão, dentre eles os amigos estrangeiros. Com especial evidência Fedon relata sobre Xantipa e sua condição de megera.

O PRAZER E A DOR

Sócrates faz a correlação entre o prazer e a dor, como se fôssem uma só cabeça ligada a um corpo duplo. Faz ainda uma certa restrição ao suicídio quando afirma: "é uma espécie de prisão o lugar onde nós homens vivemos, e é dever não libertar-se a si mesmo nem evadir-se". Ainda se dirigindo a CEBES, um dos seus discípulos presentes, diz Sócrates: "Não havias de querer mal a um ser de tua propriedade que se matasse sem que tal tivesses permitido? É provável portanto que neste sentido nada existia de irracional no dever não nos matarmos, de aguardarmos que a divindade envie qualquer ordem semelhante àquela que hoje se apresenta para mim".

A MORTE COMO LIBERTAÇÃO DO PENSAMENTO

Aqui Sócrates aborda a demência do corpo, ou em palavras mais claras, defende a tese de que só se pode filosofar através da alma liberta de quaisquer grilhões, vícios e prazeres que o corpo possa apôr ao filósofo, ou àquele que vai em busca da sabedoria. Em outros termos, é morrendo-se através da matéria (o corpo) é que se atinge a sabedoria por

intermédio da alma liberta. Conclui Sócrates: "Com efeito, na posse de bens é que reside a origem de todas as guerras e se somos irresistivelmente impelidos a amontoar bens fazêmo-lo por causa do corpo, de que somos miseros escravos. Por culpa sua ainda e por causa de tudo isso temos preguiça de filosofar". Sócrates evidencia ainda que mesmo que consigamos alguma tranquilidade do ato de filosofar, o mísero intrujão que é o nosso corpo, nos tonteia e desorganiza a ponto de nos tornarmos incapazes de reconhecermos a verdade. E falando sôbre a demência do corpo: "com efeito, é ilícito admitir que seja permitido apossar-se do que é puro, quando não se é puro."

A PURIFICAÇÃO

Para Sócrates a purificação se dá através da morte do corpo, único maneira de se libertar a alma para o seu verdadeiro fim, ou seja, para a sabedoria. Isto é comprovado quando Sócrates afirma: "ter uma alma desligada e posta a parte do corpo, não é êsse o sentido exato da palavra "morte"? Sim. E os que mais desejam essa separação, os únicos que a desejam não são por acaso aqueles que no bom sentido se dedicam à Filosofia? O exercício próprio dos filósofos não é precisamente libertar a alma e afastá-la do corpo? Assim pois, SIMIAS, em verdade estão se exercitando para morrer todos aqueles que, no bom sentido da palavra, se dedicam à filosofia, e o próprio pensamento de estar morto é para eles, menos que para qualquer outra pessoa, um motivo de terrores! Eis como devemos julgá-los." Na parte da purificação da alma Sócrates além de nos dar um profundo parecer sôbre o que é filosofar, ou melhor, nos diz de uma maneira bem clara a quem é dado o direito de chamar-se de filósofo, ou ainda dizer-se possuidor da sabedoria. Mas ainda é a morte do corpo o principal tema de Sócrates e eles nos explica quão tolos somos nós humanos em prendermo-nos às coisas materiais, quando diz: "não tiveram oportunidade de observar várias vezes que quando alguém se irrita no momento de morrer, não é a sabedoria que alguém ama, mas sim o corpo? E que esse alguém talvez ame ainda mais as riquezas, ou as honrarias, quer uma quer outra dessas coisas, ou quem sabe senão as duas juntas? Assim, pois, é por serem medrosos e por temerem, que são corajosos todos os homens, com exceção dos filósofos. E, contudo, é absurdo pensar que o temor a males maiores e a covardia dêem coragem." Caberia aqui uma análise muito mais profunda devido à amplitude e profundidade do tema, mas limito-me a estas linhas para não cansar os lrr.'. e para não importuná-los com a minha pretensa demonstração de intelectualidade. Gostaria apenas de fazer mais uma vez minhas as palavras de Sócrates, quando se refere, nêste mesmo trecho da obra, ao HADES (o outro mundo) e os iniciados nos mistérios: "E como vês segundo a expressão dos iniciados nos mistérios, numerosos são os portadores de TIRSO, mas poucos os BACANTES".

SOBREVIVÊNCIA DA ALMA

CEBES, discípulo de Sócrates, com a sua réplica põe em dúvida as palavras dêste, de que após a morte do corpo a alma viveria em outras parágens (a que Sócrates chama de HADES), com poderes plenos sobre a sabedoria e com plenas condições de continuar a filosofar. É aqui que Sócrates elogia a condição de CEBES, quando afirma: "Verdadeiramente, CEBES sempre está em busca de argumentos. Não tem a mínima inclinação para acreditar imediatamente no que se lhe diz. É justamente nisto que está fundamentado o ato de filosofar, ou seja a ânsia de buscar a verdade e o fundamento da sabedoria." Ambos, Sócrates e Cebes propõem-se um exame mais aprofundado sobre o assunto, em outra ocasião.

OS CONTRÁRIOS

Sócrates faz aqui uma definição patente da reencarnação e da imortalidade da alma, quando diz: "E se assim é, se dos mortos nascem os vivos que podem admitir senão que nossas almas devem estar lá? Lá, aqui significa mais uma vez o HADES ou aquilo que nós hoje definiríamos como outro mundo. Sócrates afirma ainda que a reencarnação ou o renascimento da alma se faria entre os contrários. Exemplo: entre o menor e o maior, entre o belo e o feio, o justo e o injusto, o fraco e o forte. Faz Sócrates também uma correlação entre o recordar-se e o saber e a simples reminiscência. Fala-nos Sócrates: "Por conseguintes, torno a repetir, de duas uma: ou nascemos com o conhecimento das idéias e êste é um conhecimento que para todos dura uma vida inteira, ou então depois do nascimento aqueles de quem dizemos que se instruem, nada mais fazem do que recordar-se e neste caso a instrução seria uma reminiscência." Está aqui outra alusão, embora bastante rústica, à reencarnação.

O DESTINO DAS ALMAS

Aqui Sócrates evidencia que ao filosofar, no sentido restrito da palavra, a alma de cada ser humano se prepara para morrer. Em outras palavras é o exercício da morte. Vale aqui citar textualmente as palavras de Sócrates: "Ora, se tal é seu estado, é para o que se lhe assemelhe que ela se dirige, para o que é invisível, para o que é divino, imortal e sábio é para o lugar onde sua chegada importa para ela na posse da felicidade, onde divagação, irracionalidade, terrores, amores tirânicos e todos os outros males da condição humana cessam de lhe estar ligados e onde como se diz dos que receberam a iniciação, ela passa na companhia dos deuses o resto do seu tempo." Neste texto, novamente Sócrates faz menção ao HADES e que nos nossos tempos poderá ser interpretado como sendo o além, o outro mundo, uma outra dimensão da vida e que até hoje as diversas religiões querem descrever, como também as diversas filosofias.

FUNÇÃO DA FILOSOFIA

Não haveria melhor interpretação do que transcrever as próprias palavras de Sócrates: "Pois bem, aí então meus amigos, os motivos pelos quais os que, no exato sentido da palavra, se ocupam com a filosofia, permanecendo afastados de todos os desejos corporais, sem exceção, mantendo uma atitude firme e não se entregando às suas solicitudes. A perda de seu patrimônio, a pobreza não lhes infunde medo, ao contrário da multidão de amigos da riquezas. E da mesma forma, a existência sem honrarias e sem glórias, que lhes confere o infortúnio, não é capaz de atemorizá-los, como o faz aos que amam o poder e as honrarias." Mais uma vez, aqui se destaca o que Sócrates afirmava anteriormente: "Como os impuros podem tratar ou cuidar daquilo que é puro?"

FEDON RETOMA A NARRATIVA

Desta feita Sócrates faz a correlação de Hércules e Iolau. Hércules aqui é o grande herói, e fabuloso, e Iolau aquele que o ajudou uma vez em sua missão. Sócrates se compara a Iolau que é o mais fraco dos dois, mas prestou-lhe socorro. Está aqui patenteada a lição da humildade, da importância que às vezes têm aqueles que apesar de mais fracos, podem ser imprescindíveis em nossa vida. Sócrates faz também nesta narrativa uma definição do misólogo e do misantropo. O primeiro é o inimigo da ciência. O segundo, o misantropo, Sócrates assim se define: "há alguns que se tornam inimigos do homem, os misântropos, aliás desenvolvem-se do mesmo modo tanto com ódio à ciência como ódio ao homem. O ódio aos homens penetra nos corações quando confiamos demais numa pessoa, sem nos acautelarmos. Quando acreditamos que uma pessoa é boa, sincera, e vimos a descobrir mais tarde que tal não é. E se isso acontecer repetidas vezes a um mesmo homem e justamente a propósito daquelas pessoas a quem considerava como seus melhores e mais sinceros amigos, esse passará finalmente a odiar todos os homens, persuadido de que ninguém há de ter boas qualidades. Acaso não notastes que efetivamente, as coisas se passam desta forma?"

RESPOSTA A SIMIAS

Na resposta a SIMIAS, Sócrates fala sobre a desarmonia entre os homens e finaliza dizendo: "Suporta coração! Infelicidade já as suportastes bem piores."

RESPOSTA A CEBES

Sócrates após dissertar mais uma vez sobre a imortalidade da

alma, diz a Cebes: "Enfim, de qualquer modo isto ficará sob os cuidados da Divindade! Nós porém, nos aproximaremos um do outro à moda homérica e averiguaremos se tu dissestes alguma coisa de importância."

O PROBLEMA DA FÍSICA

Nêste trecho da obra, Sócrates após dissertar sôbre os mais diversos aspectos da física no que se refere às medidas, tamanhos e a sua posição a respeito de alguns temas em sua juventude, fala sôbre a dualidade do número DOIS. Chama ainda a atenção quanto ao perigo dêste número e a incerteza que o mesmo representa. Em sua confusão a respeito, afirma: "Essa coisa que produz duas unidades é contrária à outra: antes acrescentou-se uma coisa a outra - agora, afasta-se e separa-se uma da outra."

MITO DO DESTINO DAS ALMAS

Sócrates faz em rápidas palavras uma síntese das diversas idéias existentes à época sôbre êste tema e conclui: "Vede: cuidai de vós próprios, e de vossa parte então toda tarefa será feita com amor. Suponhamos, pelo contrário, que de vós próprios não tomeis cuidado e que não queirais absolutamente viver em conformidade com o que foi dito tanto hoje como em outras ocasiões. Então, quaisquer que possam ser hoje o número e a força de vossas promessas, nada terão adiantado." Apesar do título ser um pouco divergente, está aqui, meus lrr.'. uma das pedras fundamentais de nossas vidas: que cada um cuide de si, evidentemente no sentido filosófico, para não molestar o próximo e para não anular completamente as promessas que tenha feito a si mesmo.

EPÍLOGO

Gostaria de concluir êste trabalho transcrevendo desta narrativa um trecho que considere dos mais importantes e que se devidamente interpretado, poderá servir de mola mestra para as nossas vidas, tanto no sentido material como filosófico: " Que quero dizer? - perguntou CRITON, um dos discipulos de Sócrates - nada mais do que o que está a repetir-me há muito o homem que deve ministrar-te o veneno: pede-me te explique que deves falar o menos possível. Porque falando muito a gente se aquece, e é necessário não contrariar assim a ação do veneno. Se continuas a conversar dêste modo, talvez seja preciso que tomes o veneno duas ou três vezes para ter efeito. Dize-lhe que vá às fâvas! - respondeu Sócrates. - Para desempenhar-se de sua missão, ele que me dê o veneno uma, duas ou mesmo três vezes, se fôr preciso! Apresentou-se então o servidor dos Onze e lhe disse: Sócrates, por certo não me darás a mesma razão

de queixa que tenho contra os outros! Êsses enchem-se de cólera contra mim e me cobrem de imprecções quando os convido a tomarem o veneno. És o homem mais generoso e brando dentre todos os que passaram por êste lugar. Hoje estou convencido de que não será contra mim que sentirás ódio, pois conheces os verdadeiros culpados e é contra êles que deverias insurgir-te. Não ignoras o que vim anunciar-te, adeus! Procura suportar da melhor forma o que é necessário. Adeus! - disse Sócrates - seguirei o teu conselho ó bom homem. Meus Ilr.', a interpretação dêste epílogo, cabe a cada um de vós e tenho a absoluta certeza de que o fareis da melhor maneira que vos fôr possível. Quanto à minha missão, considero-a cumprida, respeitando as minhas devidas limitações. Saudações fraternas!

LOJ.'. RIO NEGRO 79º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO

*Oração proferida pelo Ir.'.
Paulo Frassinette Ribeiro Cudal,
por ocasião da comemoração do
79º aniversário de fundação da
Grande Benemérita
Loja Simb.'. Rio Negro no dia
5 de novembro de 1975.*

Permitam os prezados irmãos lembrar que neste dia, por feliz coincidência festejamos datas que nos tocam duas vezes o coração de brasileiros, irmãos e pela literatura.

No dia 5 de novembro de 1849, nascia na Bahia um futuro irmão e que nos honraria na política internacional e na literatura. No dia 5 de novembro de 1896 era fundada no Oriente de Manaus, a Loja Simbólica Rio Negro.

Por predestinação do G.'.A.'.D.'.U.'. nosso berço brasileiro, mais particularmente a Bahia, a forja da literatura brasileira, onde imperavam os maiores da época recebia como filho um garoto que tinha como genitor o Sr. João Barbosa, magistrado e intelectual, que não amava a sua profissão pois na sua adolescência fôra marcado por uma profunda revolução, e como genitora a Sra. Maria Adélia Barboza, senhora de fina educação, embora de origem modesta. O fruto desta união receberia em homenagem ao avô, o nome de RUY e como era costume nas famílias abastadas daquela época, foi batizado na capela da residência do padrinho, ANTONIO GRAVATA, primo do seu genitor.

Passada a fase pueril, veio a infância já cobrando ao predestinado Ruy, a dedicação às letras. O padre ANTONIO MACEDO DA COSTA, seu professor de matemática, latim e francês via nele um menino prodígio.

Sendo o pai de Ruy eleito para uma das cadeiras de deputado geral, teve que se deslocar para a côrte, preferindo Da. Maria Adélia ficar com os filhos. Ao pai, Sr. João Barboza, foi custoso separar-se do filho, por quem nutria destacada simpatia, pois desde a infância, pelas palavras do mestre das letras Ruy destacou-se de todos, uma vez que em 15 dias aprendera a ler, comprovando assim uma fulgurante inteligência e dedicação.

Quando João Barboza regressou da côrte em 1864, Ruy já concluía os seus estudos de humanidade. Era o primeiro do colégio e estava designado a ser o orador das solenidades de encerramento das aulas.

Há um parenteses que merece ser feito neste momento: seu pai, ao ouvir o brilhante discurso proferido pelo jovem Ruy, ao encerrar a solenidade, foi ao diretor e perguntou: teria sido o Diretor quem redigira o discurso há pouco pronunciado pelo seu filho? E como resposta disse o Diretor: "a mesma pergunta ia eu fazer ao ilustre Sr. Deputado."

Esquecido de que ainda não completara a idade para matrícula já se imaginava inscrito no curso superior em Recife, quando o pai o chamou e disse-lhe: "não é possível se iniciar a vida com falsificações, pois sabia-se à época que muitos conseguiam certidões graciosas para aumentar a idade. Ruy Barbosa, então, perdeu um ano, aperfeiçoando-se no alemão, consolo insignificante para quem sonhava com o ingresso na academia. Passado um ano de aprimoramento e formação tolerante, Ruy foi aprovado prontamente no curso jurídico, recebendo os maiores elogios. Vivía-se a época romântica, empunhava-se a lira do gênio poético onde imperava Castro Alves e apesar da convivência com literatas e políticos, a política nunca atingiu Ruy Barboza. Foi habitar o convento dos frades Beneditinos, em Olinda, velho arrebalde avançado sôbre o mar. O silêncio e a solidão eram seus companheiros. Ao retornar de Recife, depois de ter cursado o segundo ano de direito, Ruy encontrou a casa vazia e triste. Falecera sua genitora e movendo-se pelas salas vazias e tristes onde vivera a sua mãe encontrou o livro de orações dela, onde estava escrito: "A minha filha Brides, depois da morte da sua virtuosa mãe e em nome dela imploro felicidade para os nossos queridos filhos e lhes ofereço esta reliquia sagrada." O fato de não ter assistido os últimos momentos da sua mãe magoava profundamente a Ruy Barbosa que se retirou para a vizinha ilha de Itaparica, em uma espécie de reclusão moral. Após êste período seguiu para São Paulo, mas já não era um estudante vulgar. Levava em sua bagagem os seus clássicos em direito: Story, Tocqueville, Bertauld, Duvergier e outros.

Sendo seu pai amigo do governador da Província de São Paulo, recomendou o filho Ruy, e mesmo contrariado, o governador Saldanha Marinho levou o jovem a residir no palácio, até que se instalasse numa habitação coletiva para estudantes, condigna para a sua condição social.

Também Castro Alves veio para São Paulo e dominava a vida intelectual da Academia. Nesta ocasião Ruy Barbosa foi eleito segundo orador de uma sociedade literária de acadêmicos, o Ateneu Paulistano, presidido por notável estudante, Joaquim Nabuco, filho do senador Nabuco. No fim do ano Nabuco concluindo o curso foi substituído por Ruy, na presidência. Tôda esta fôrça, dedicação e aperfeiçoamento na literatura e nas Leis, fizeram dêle um nôvo Aquiles. Conseguira, na literatura, aproximar-se da perfeição, como aquele semi-deus grego, no fisico e no esporte.

O sonho todavia foi interrompido pela realidade. Já perto de receber o diploma os companheiros começaram a temer pelo seu estado de

saúde. A doença e os livros fizeram com que as cartas destinadas ao seu pai, eram escritas pelos companheiros de Ruy. Posteriormente o repousou, também não deu resultado e a cada instante receava-se cair o jovem Ruy, fulminado por uma síncope. Contudo, conseguira prestar os exames e colar o grau, afim de retornar para junto do pai. Enfim a etapa estava transposta. Um estôjo de prata encerrava o selo apôsto pela faculdade e na prata fizera gravar a seguinte legenda: "À minha mãe SUB UMBRA ALARUM TUARUM".

Ruy Barbosa dedicou-se, mais tarde, às letras e ao jornalismo e em 1868 assumiu a direção do Jornal Diário da Bahia. Militou no jornalismo até que, pelo natural ciclo da convivência e envolvido pelo meio, chegou à política. Nunca foi feliz nos seus empreendimentos políticos. Candidatou-se, chegando quase ao parlamento. Mesmo apoiado por amigos e políticos, orientados pelo barão de Sincorá, estes reconheciam o seu valor, entretanto consideravam impossível a eleição de Ruy. Embora sua Majestade D. Pedro II tivesse garantido eleições livres e diretas, as manobras políticas do barão de Cotegipe, derrotaram Ruy e este ao tomar conhecimento da sua derrota disse: "Vencido, todavia, sinto-me sinceramente dignificado, tão feliz, tão grato, quanto se me vira vencedor." "Mas, se na política não obtivera o êxito que muitos esperavam, pela filosofia política alcançou um dos mais belos feitos: a abolição da escravatura, promulgada em 13 de maio de 1888. Muitos já esqueceram da luta que Ruy e Castro Alves tiveram, até pelos bastidores, para conseguir a igualdade entre os brasileiros. E nesse belo dia de sol, os chefes do movimento apresentaram-se na Rua do Ouvidor e nas sacadas dos jornais, para receberem as aclamações de conquista e vitória. Nêsse dia Ruy não apareceu. Tudo levava a crer que conseguida a vitória, de nada mais valiam as honrarias, tinha apenas cumprido o seu dever.

Dando um salto no tempo, vamos encontrar o nosso Ruy, já em contato com os republicanos que em 1871, já figurava, em secretas reuniões para a Proclamação da República.

Em Ouro Preto, fomentava-se a proclamação articulava-se politicamente o que deveria ser feito. Homens como João Moura, este candidato ao senado, e Salustiano Souto, que faleceu 2 anos antes de ver o ideal triunfar, Conselheiro Carneiro da Rocha e mais outros idealistas. E crescia a chama da República. Houve época em que o ministro não mais permitia a entrada do Diário de Notícias, na Escola Militar, gesto precipitado que serviu para azedar ainda mais os ânimos. Em 13 de novembro o ministro da justiça recebeu o seguinte comunicado do general Floriano Peixoto: "a esta hora deve V. Excia. ter conhecimento de que tramaram algo por aí; não dê importancia tanto quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alerta." Na madrugada de 15 de novembro, Deodoro apareceu nas ruas da capital do imperio, à frente da tropa revoltada. O império morrerá.

Ruy Barbosa assistiu a partida do imperador para exílio, pelo vapor ALAGOAS. Merecia o Soberano fim tão melancólico? Nessa ocasião um amigo, Carlos Aguiar, notou os olhos de Ruy cheios de lágrimas e disse: "Que é isso Sr. Ruy, O senhor também não ajudou a mandar o homem embora?" Era uma injustiça, e Ruy sabia quanto elas fazem sofrer.

Em maio de 1892 Ruy assumiu a direção do Jornal do Brasil. O Cruzado retomava a armadura. Êste ofício sempre o seduzira. "Duas profissões - diria êle mais tarde - tenho amado sobre todas, a imprensa e a advocacia; numa e noutra sempre me devotei pela liberdade e pelo direito."

Depois de uma revolta da marinha contra Floriano, pois Ruy conseguiu "habeas corpus" a favor dos embarcados no navio "JUPITER" viu-se a bordo do AQUIDABAM e assim se expressou: "vejo agora que as chamas da fogueira da república, estão virando pequenas brasas. Esta não foi a República pela qual lutei e sonhei." Em junho de 1894, os prados da Inglaterra ainda em flores, viram Ruy com a espôsa e filhos, como emigrado político, mas em segurança. Na Inglaterra dedicou-se a escrever. O tempo passa e em fins de 1894 falecia Marechal Floriano. Os jacobinos diziam em versos:

Morreu ontem de febre amarela

O galego Floriano

Abençoada febre amarela

A terra que te seja leve

Com o Pão de Açúcar em cima.

Ruy voltára tal qual partira. O exílio pouco o ensinara. Porém desde que voltara do exílio, o prestígio de Ruy como advogado tornara-se extraordinário. Seu escritório vivia cheio de clientes ricos e pobres, aos quais defendia com igualdade de interesse, justiça e lealdade.

Novamente eleito, agora para o senado, em 13 de outubro de 1896, a voz que há muito não se ouvia, fêz-se presente. Ruy levantou-se para defender-se das insinuações de deputados como Cesar Zama, e disse: "Tôdo aquele que tiver, como eu, vivido na política, há de ter experimentado a inutilidade absoluta de defender-se contra calúnias." E foi brilhante a sua defesa. E prosseguiu, na sua hiper capacidade, a projetar-se no cenário nacional. Em 1908 Ruy foi eleito para a presidência da Academia Brasileira de Letras, em substituição a Machado de Assis, que falecera nêsse ano. No Senado, em réplica às insinuações maldosas de Zeballos, ex chanceler argentino, que tentara empanar a representação brasileira em Haia, disse: "êste homem é desequilibrado e está decididamente louco como é conhecido entre os seus próprios compatriôtas." Pelo fato de ter sido representante do Brasil em diversas conferências na cidade de Haia, recebeu mais tarde a alcunha de a "Águia de Haia"

O falecimento do presidente Afonso Pena, constituiu terrível dilema político para Ruy e seus partidários pois a morte do presidente poderia inviabilizar a eleição de Nilo Peçanha, seu correligionário. Lembram-se de Ruy. Só ele com o seu prestígio poderia galvanizar a situação. Ruy impôs seu vice presidente, e outros, destacando-se dentre eles Azerêdo, não aceitaram e na convenção nacional do partido, não lhe foram favoráveis. Azerêdo desculpou-se mais tarde por carta, certo de encontrar o perdão desse amigo; de coração ameno.

Naquele dramático fim de 1914, quando a humanidade começa a assistir uma das suas grandes guerras, os exércitos alemães às portas de Paris, Wenceslau Braz assumiu o poder tranquilamente. Em 1916, em janeiro, sem ter podido assumir o governo faleceu Rodrigues Alves. Os jornais, logo secundados por Nilo Peçanha, lembraram o nome de Ruy Barbosa. Azerêdo, reconciliado, aceitou a sugestão. Apesar de dispôr somente de tres meses para propaganda, Ruy agitou o país de Norte a Sul, mas o total de votos foi desfavorável. Todavia vencera em todas as Capitais, exceto Manaus e Paraíba, onde sem ter partido organizado, perdera por poucos votos. Nêsse ano, em novembro, Ruy voltou à Bahia. Apontou o nome do juiz Paulo Fontes para candidato do partido dominante, para o Govêrno do Estado. Os correligionários de Ruy pediam seu auxilio na propaganda política o que todavia não era visto com bons olhos pela sua espôsa Dna Maria Augusta, que via nisso uma tarefa penosa e muito ingrata. Foi nesse tempo que Ruy escreveu a famosa Oração dos Moços designação que êle dera aos formandos da Faculdade de Direito de São Paulo. Sabedores do péssimo estado de saúde de Ruy Barbosa, os acadêmicos, no dia da colação de grau surpreenderam-se com a presença invulgar do mesmo às solenidades. Ruy Barbosa, nesta ocasião notando a perplexidade dos acadêmicos disse: "Por isso não. Quando sai da Academia os médicos diziam que eu estava perdido. Entretanto foram precisos 50 anos para provar a resistência do meu organismo."

Em 5 de julho de 1922, os habitantes do Rio de Janeiro foram despertados por tiros de canhão. Os tiros partiam do Forte de Copacabana e representavam o sinal da revolução, que Ruy tanto temera, mas previra com lucidez. A causa fôra a prisão do Marechal Hermes que no Clube Militar enviara circular afrontando os camaradas da guarnição de Pernambuco. Ruy Barbosa em sua caminhada política ainda se colocou ao lado de Artur Bernardes quando êste foi candidato oficial ao govêrno. Esquecidos os júbilos da mudança de governo, Ruy Barbosa foi eleito para a Corte Permanente de Justiça Internacional, obtendo 38 votos, enquanto o internacionalissimo André Weiss conseguiu apenas 30 votos.

Em agosto de 1922 Ruy adoecce gravemente. Um edema pulmonar e sintomas de uremia levaram ao leito o homem que tanto honrou o Brasil e que levou o honroso título de "Águia de Haia". Em fevereiro de 1923, dia 27 mais precisamente, em Petrópolis, Ruy não mais foi ao jardim

da sua casa. Aproximava-se o fim. Nessa noite seu médico diagnosticava uma complicação generalizada com paralisia. Vendo que chegava o seu fim, Ruy Barbosa disse ao médico e amigo: "Dr. nada mais há que fazer. A vida não tem mais que duas portas. Uma de entrar, pelo nascimento e outra de sair, pela morte. Com o olhar vago, dos que deixam êste vale de lágrimas, Ruy olhava a sua espôsa Dna Maria Augusta e repetia palavras desconexas. Frei Celso, franciscano, ministrou a extrema unção.

Ruy Barbosa faleceu às 8 horas do dia 1º de março de 1923, Frei Celso recitava a oração dos agonizante, e fundindo-se em pálidas mãos foi-se a vida do Apostolo, como era também chamado, e lembrava os versos de Shakespeare: "eu estou cansado, fiz o que era possível, mesmo nesta pequena vida, agora posso repousar....."

DOCUMENTO HISTÓRICO: SENTENÇA CONTRA JESUS CRISTO.

*Artigo escrito pelo nosso Ir. Crisanto Jobim,
apresentado na Loj. Simb. Rio Negro, e
posteriormente publicado na Revista Maçônica
em Março de 1948.*

Da leitura dos velhos livros deixados pelo meu venerando pai, de saudosa memória, não nos foi difícil para conhecimento dos nossos novos Irs., de lá extrair, de um velho "Boletim Maçônico", órgão oficial do Gr. Or. do Brasil de abril de 1878, sob o número 04, esta cópia da sentença contra Jesus Cristo, aliás antiquíssima e que possivelmente ainda pode existir nos Arquivos da Academia Real das Ciências de Lisboa.

"No ano XIX de Tibério César, imperador romano de todo o mundo, monarca invencível na Olimpíada CXXI e na Elliada XXIV, na criação do mundo segundo o número e computo dos hebreus quatro vezes mil cento e oitenta e sete, da progenie do império no ano LXXIII, e da libertação do cativo de Babilônia no ano MCCVII, sendo governador da Judéia, Quintino Servio, sob o regimento e governo da cidade de Jerusalém, presidente gratíssimo, Poncio Pilatos, regente da Baixa Galileia Herodes Antipa; pontífice do sumo sacerdotício, Caifaz; Alies Arael, magno do templo; Roban Acabel, Franchins Centaurio, consules romanos da cidade de Jerusalem; Quintino Cornélio Sublime e Sexto Popílio Rusto; no mês de março e dia 25 do mesmo, eu Poncio Pilatos, aqui presidente do império romano dentro do palácio da arquiresidência, julgo, condeno e sentencio à morte Jesus Cristo de Nazareno, galileu de nação, homem sedicioso contra a lei mosaica, contrário ao grande imperador Tibério César.

Determino e ordeno por esta que se lhe dê a morte na Cruz, sendo pregado com cravos, como os réus, porque congregando e ajuntando aqui muitos homens ricos e pobres não tem cessado de promover tumultos por toda a Judéia dizendo-se filho de Deus, rei de Israel, ameaçando com a ruína de Jerusalem e, do sacro templo, negando tributo a César tendo ainda tido o atrevimento de entrar com ramos e em triunfo, e com parte da plebe dentro da cidade de Jerusalem e no sacro templo.

E mando que seja conduzido Jesus Cristo pela cidade de Jerusalem ligado e açoitado, e que seja vestido de purpura e coroado de alguns espinhos com a própria cruz nos ombros para que sirva de exemplo a todos os malfeitores; e quero que juntamente com ele sejam con-

duzidos dois ladrões homicidas, e que sairão pela porta Sagrada, hoje Antoniana, e que se conduza Jesus ao monte público da justiça, chamado Calvário, onde crucificado e morto ficará seu corpo na cruz como espetáculo para todos os malvados e que sobre a cruz seja pôsto êste título em três línguas: hebraica, grega e latina:

(JESUS NAZARENUS, REX JUDEORUM)

Mando também que nenhuma pessoa de qualquer estado ou condição se atreva temerariamente a impedir a justiça por mim mandada administrar e executada com todo o rigôr, segundo os decretos e leis romanas e hebraicas sob as penas rebelião contra o império Romano.

Testemunhas da nossa sentença, pelas doze tribus de Israel. Rabbain Daniel - Rabbain Joannium - Bouicar Barbasu - Labe - Petuculadi, pelos fariseus. Bulia - Simedo - Ronol Rabbani - Mondaani Boncuriosi, pelo império e presidente de Roma, Lucio Sextilo - Amasio Chilio."

Francamente, nos tempos de hoje, não achamos comentários à sentença, mas Poncio Pilatos, apenas, lavou as mãos . . . ao condenar a mais sublime das Criaturas, o Filho querido, o Divino Mestre, pela propagação, na Terra, da verdade dentro dos santos principios da moral e da razão. Diante de tudo isso, as palavras do insigne Profeta brilharam mundo a fora, até os dias de hoje, com mais punjança e esplendor, na densidade das trevas do mundo de então, chegando à eternidade na exemplificação do seu sacrificio...

OS 99 ANOS DA LOJA RIO NEGRO

*Oração proferida pelo Ir.º
Orador Paulo Franssinete R. Cuadal,
por ocasião da comemoração do 99º aniversário da
Grande Benemérita Loja Simbólica Rio Negro,
no dia 05 de novembro de 1995*

Serr.º. Gr.º. Mestre, Eminente Gr.º. Mestre, autoridades maçônicas, Ven.º. Mestre, autoridades constituídas, minhas senhoras e meus senhores. Estamos no marco zero do Centenário da Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro", nº 04, no Oriente de Manaus, Capital do Amazonas.

Que sejam as nossas primeiras palavras de agradecimento ao G.º.A.º.D.º.U.º., por termos aqui chegado, com o nosso solidário labor e ao mesmo tempo rogarmos que o Criador do Mundo nos permita estarmos todos aqui no próximo ano, comemorando o nosso Centenário.

Em passados dias de 1896, na data de 05 de novembro e que correponde ao ano 5.896 da V. L. fundaram nossa querida RIO NEGRO nº 04, para melhor desempenhar funções Maçônicas e progredir nos solidários trabalhos sociais e beneficentes, que ainda hoje são mantidos por nós. Nossos fundadores, todos de origem da centenária co-irmã, Conciliação Amazonense nº 03, fundada numa casa que não mais existe hoje, à rua José Paranaguá esquina com a rua Dr. Alminio, reuniram-se para fundar outra Loja Maçônica, que, para enfatizar mais a pretendida, se chamaria RIO NEGRO.

Já chamados a estarem presentes nesta cerimônia, porque o estão em espirito, nossos fundadores ocupam simbolicamente seus lugares de titulares:

Ven.º.	Ir.º. ANTONIO GONÇALVES PEREIRA DE SÁ PEIXOTO	Gr.º. 33
1º Vig.º.	Ir.º. FRANCISCO PACHECO DE AZEVEDO	Gr.º. 30
2º Vig.º.	Ir.º. JOSÉ LOPES DE SOUZA	Gr.º. 30
Secret.º.	Ir.º. ARNOLDO SANTOS	Gr.º. 17
Orad.º.	Ir.º. DOMINGOS JOSÉ DE ANDRADE	Gr.º. 09
Ter.º.	Ir.º. EUZEBIO DE SOUZA CALDAS	Gr.º. 18
Chanc.º.	Ir.º. ANTONIO DIAS DOS PASSOS	Gr.º. 18
M. Cerr.º.	Ir.º. ANTONIO DUARTE GARCIA PINHEIRO	Gr.º. 03
1º Exprt.º.	Ir.º. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	Gr.º. 17
Cobrid.º.	Ir.º. JOSÉ GONÇALVES	Gr.º. 14

Tanto o é espiritualmente simbólico que, ouvimos a cada um dos titulares responder presente a esta sessão. A êles, nosso respeito e gratidão, admiração e reconhecimento, por nos legarem esta Loja, que esperamos ter correspondido às expectativas e que possamos legar aos mais novos, as mesmas obrigações que até aqui desempenhamos.

Depois de anos funcionando no mesmo local da Co-Irmã Conciliação Amazonense, resolveram os daquela época responsáveis pela RIO NEGRO, acomodar-se melhor visando um desempenho mais eficiente. Assim sendo, passou a funcionar na Loja Esperança e Porvir, também centenária, que é a nossa fidalga vizinha, durante muitos anos. Parece, por determinação do destino, que teríamos de ficar sempre juntas, o que ocorre até hoje. Separadas apenas por uma parede de tijolos, não o bastante para, quando necessitamos mutuamente, servir-nos uma à outra, em feliz, pacífica e fraternal convivência tornando esta permanente vizinhança, que uma Loja seja a continuação da outra.

Agora neste caminho ao Centenário da RIO NEGRO, é possível que nos tornemos mais unidos e fortes, para quando necessário, hombrar e chamados a participar das festividades fraternais que, sem dúvida, virão engrandecer mais a nossa Instituição. Como pioneira e centenária Loja Mater, a "Esperança e Porvir", não é nossa credora, mas uma efetiva Co-Irmã vizinha, a qual, sempre, estaremos prontos a atender, como o fizemos, e como fomos atendidos, nas ocasiões que precisamos. É desta união fraternal que se faz valer, harmonia entre lojas e Irmãos, engrandecendo a cada uma, e mais ainda a GLOMAM e a nossa Instituição.

Também não podemos neste momento silenciar, deixar no esquecimento, os caros e saudosos Ilr.'. que nos nomearam herdeiros dêste Templo, em nome da Loja RIO NEGRO. Devemos manter o penhor de gratidão aos caros e saudosos Ilr.'. Manoel Ribeiro, José Ayrtton Pinheiro, Milton Januário Pessoa de Melo, Pedro Augusto de Amorim, Antonio Dias dos Santos, Rubim Cruz Pereira de Sá, Waldemar de Salles, Guilherme Couto e outros muitos, que não são por nós esquecidos e se manterão perenes em nosso agradecimento. Aos que já partiram para o Or.'. Eterno, que G.'.A.'.D.'.U.'. os mantenha SUB UMBRA ALARUM TUARUM - Sob a proteção de suas azas.

Seria ingratidão também, não reconhecer o trabalho que foi iniciado pelo Ven.'. anterior, Moises Magalhães da Costa, que deu a arrancada para a atual reforma; derrubando paredes e assoalhos, refazendo em parte o necessário, para que tivéssemos mais espaço e conforto. Com a colaboração de muitos dos presentes nesta noite, Irmãos dedicados, e com incomparável espírito de renúncia, não pode a Loja Rio Negro, deixar de reconhecer a dedicação dos Ilr.'. João Rios Aguiar, José Lazimar de Souza Holanda, que deixavam os seus interesses para gerenciarem as obras, dedicando-se inteiramente aos interesses da Instituição. Também devemos reconhecer o trabalho artifice de construção, e de mão de obra,

literalmente, a dedicação do artista Ir.'. Guaracy Nicassio da Silva, que fez com suas mãos, a maior parte das obras de reconstrução deste Templo e do salão de baquetes que nos receberá mais tarde. A estes, tendo à frente o atual Ven.'. nosso muito respeitado Ir.'. Fernando Ferreira Lima, que convocou os demais irmão desta oficina para com êle completarem a obra iniciada, visando os eventos do Centenário.

Na parte social e beneficente, como é obrigação nossa, levar a luz do saber aos menos favorecidos, foi criada a Escola Rodolpho Valle. Tudo era dificuldade, até que num dia glorioso, se fez presente, com seu solidário gesto fraternal, espírito de renúncia aos bens materiais, manifestou-se o nobre Ir.'. Saul Rogério Ataíde, que doou o terreno de mais de 1.000 m², para que fôsse levantada a escola.

Está construída e funcionando, conveniada com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Manaus, erguida na administração do também nosso ilustre Ir.'. Amazonino Mendes, quando Prefeito. Que fique registrado, sem a doação do terreno não teríamos condições de hoje abrigar mais de 2.000 alunos, e também, que a construção do prédio, concluída pelo Ir.'. Amazonino Mendes, ficaram sem onus para a Loja RIO NEGRO.

Pelo menos, em parte, tentamos fazer um pouco do que nos obriga a nobre Instituição a que pertencemos, na certeza de que, mais poderemos fazer, realizar mais ainda, assim que dias melhores aparecerem em nossa sociedade, e, com o espírito de melhor trabalhar solidariamente, pelas crianças, pelos necessitados, estaremos cumprindo nossas obrigações e com certeza, seremos amparados e fortalecidos sob as bênçãos do G.'.A.'.D.'.U.'. Que daqui a um ano, ao comemormos nosso Centenário, todos aqui juntos, mais os que se aproximarem de nós, reunidos com o mesmo ideal, atenderemos ao chamado para cumprir as nossas obrigações graças ao G.'.A.'.D.'.U.'. .

Da RIO NEGRO os 99 anos
Por isto estamos ufanos
Pela data nos abraçando
O Centenário iniciando
Justo estarmos comemorando
Com afinco trabalhando
Descrevendo e relatando
Com a história prestigiando
Nosso Venerável Fernando

Com satisfação na RIO NEGRO participando
Todos os Irmãos colaborando
Nossa festa engalanando
Sentimos a Loja brilhando

Unindo a comunidade
E Maçônica fraternidade
Promovendo a grandeza da GLOMAM
Sob a direção do Grão Mestre Renan

Agradecendo a todos os presentes
Daqui a uma ano contentes
Comemorando o nosso Centenário
Sob o teto dêste mesmo plenário
Reunidos com o mesmo afêto
Ungidos sob as bênçãos, do Universo, O GRANDE ARQUITETO.

20 DE AGOSTO "DIA DO MAÇON" ESCOLHA E COMEMORAÇÃO

*Discurso proferido pelo Ir.º
Paulino Bittencourt Cardoso,
filho da Grande Benemérita Loja Simbólica Rio Negro,
em comemoração ao "Dia do Maçon",
no dia 20 de agosto de 1996.*

Pelos próprios princípios, a maçonaria é uma entidade milenar que não alarma seus efeitos e realizações dentro da vida do país mundo afora.

Como uma instituição suprapartidária, participa ativamente dos momentos políticos que afloram e revolucionam a História Universal, sem que divulgue seus passos e muito menos suas vitórias. O sabor da conquista é algo sublime e faz da maçonaria uma das entidades mais sólidas, com verdadeiros ideais a cumprir.

Frente aos períodos mais importantes do mundo e especificamente a História do Brasil, a maçonaria sempre se fez atuante e testemunha no desenvolvimento do país.

A Independência do Brasil se encaixa como um exemplo entre tantos outros por onde passaram as ordens secretas. Proclamada oficialmente no dia 07 de setembro de 1822, a independência foi estudada e realizada por maçons, precursores do movimento, pois no dia 20 de agosto, a maçonaria reunida, reconhecia o amadurecimento da colônia brasileira, principalmente no setor político-administrativo, em relação à metrópole. O dia 20 de agosto representa como um outro dia da independência. Por isso esta data é tão significativa para a maçonaria, que reúne em cada estado brasileiro todos os seus membros a fim de relembrar essas passagens relevantes na vida do país e da própria instituição maçônica.

Por oportuno, cabe que aqui se faça um retrospecto do movimento eclodido em 20 de agosto de 1817, movimento este que verdadeiramente muito contribuiu para que fosse proclamada a independência do Brasil, cuja data deu origem à escolha do Dia do Maçon.

Dia do Maçon - Por que? Desde a inconfidência mineira os maçons brasileiros estavam sob observação pelas autoridades reinóis, pois o patriótico movimento contara com a efetiva participação da maçonaria, vindo a ser enforcado um dos seus membros, o extraordinário Tiradentes.

Poucos mais de duas décadas após, o anseio de independência refletiu-se na coragem de outro pugilo de bravos maçons, agora nas pla-

gas pernambucanas, quando de novo um formidável maçom, o Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, foi executado.

Era o ano de 1817. Dom João VI, então no Brasil, receoso de que outros movimentos da maçonaria viessem atingir o objetivo colimado, resolveu, em março de 1818, baixar um alvará proibindo o funcionamento de sociedades secretas.

Estando o Brasil sob o domínio Português, a pretensão de desligamento da coroa não se restringe ao campo político, ampliando-se por outros setores.

Tanto assim que as Lojas Fundadas no Brasil, contaram com os auspícios do Grande Oriente da França.

Uma delas, a "Comércio e Artes", fundada em 1815, no Rio de Janeiro, teve papel preponderante na agitação, na propagação dos ideais de independência, prova é de que, logo após, em 1817, eclodiu o movimento pernambucano, já mencionado.

Graças à Loja "Comércio e Artes", foram fundadas, em maio de 1822, a Loja "União e Tranquilidade" e a Loja "Esperança de Niterói".

Com a união dessas três Lojas, constituiu-se o Grande Oriente do Brasil, que foi instalado em 17 de junho de 1822, tendo como primeiro Grão-Mestre o sábio José Bonifácio de Andrada e Silva.

No esquema de luta pela Independência, conseguiu-se que o próprio príncipe D. Pedro se tornasse maçom, ocorrendo sua iniciação em 13 de julho de 1822, na Loja "Comércio e Artes".

Joaquim Gonçalves Léo era um exímio articulador e um Grande Patriota, mais admirado quanto mais se conhece o seu relevante trabalho nas pugnas pela nossa independência.

Com um plano arquitetado, presidiu uma reunião das três lojas citadas no dia 20 de agosto de 1822.

Convém lembrar-se que, antes dessa data, D. Pedro já havia sido, entre colunas, proclamado Imperador do Brasil.

O Príncipe encontrava-se ausente, vez que viajava pela província de São Paulo.

Inflamando como sempre, Gonçalves Léo concitou que se aprovasse, naquela noite, sua moção de Independência do Brasil.

Em outras palavras, a independência estava proclamada e maçonicamente naquela oportunidade.

As autoridades portuguesas que já haviam conseguido que D. João VI regressasse a Portugal, determinaram que também D. Pedro retornasse, visando-se assim, que o Brasil voltasse a seu papel anterior de simples colônia.

Não é demais recordar-se que a vinda da família real ocorreu indiretamente, por ação de Napoleão Bonaparte, motivo pelo qual se diz que aquele famoso estadista muito colaborou com a nossa independência.

Para que D. Pedro não deixasse o Brasil, a maçonaria atuou

bravamente, já que antevia um retrocesso na luta que se travava. O maçom José Clemente Pereira passou à história como o que representou a Vitória de dissuadir o príncipe, tornando-se muito conhecida a passagem do "Dia do Fico", data em que D. Pedro aquiesceu aos pedidos dos brasileiros, aqui decidindo permanecer, em contrário à ordens recebidas de Lisboa.

Tal desobediência exacerbou os ânimos das cortes portuguesas, pois estas determinaram a destruição de todo o ministério e a punição de vários políticos brasileiros.

A expressão "Independência ou Morte" não surgiu de impeto: já estava combinada.

À época, no templo maçônico haviam três colunas: "Independência ou Morte", "Firmeza e Lealdade" e "Pátria Redimida". Quando enviou-se um emissário para entregar a correspondência recebida de Portugal a D. Pedro, juntamente com ela seguiram uma carta de José Bonifácio, uma da Princesa Leopoldina e uma cópia da Ata da reunião do dia 20 de agosto.

Lendo o teor da Ata de tal reunião, o príncipe sentiu que ou ele proclamava a independência ou outros maçons o fariam, mesmo sem ele.

Oportuno é realçar que a princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro, teve uma participação extraordinária no movimento dado o seu grande entusiasmo pela causa brasileira, a sua não escondida admiração e amor pela nossa Pátria.

Naquele tempo, a maçonaria brasileira cerrava fileiras também numa outra luta: a abolição da escravidão.

Nenhum profano que tivesse escravo poderia ser iniciado maçom.

Todos os troncos se revertiam para fundos utilizados em alforrias.

COMO OCORREU A ESCOLHA DO DIA DO MAÇOM

Em mesa redonda da maçonaria simbólica do Brasil, realizada em Florianópolis, nos dias 08 a 14 de agosto de 1964, as Grandes Lojas, acolhendo proposta do Ir. Waldir Guizard, aprovaram, através dos Grandes Mestres ali presentes, o dia 20 de agosto como o Dia Nacional do Maçom.

Tempos antes, o General Lauro Sodré, quando Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, assinou decreto fixando o mesmo dia como Dia Nacional do Maçom.

Bem inspirado andou o sereníssimo Grão-mestre Renan Corrêa Peixoto em comemorar esta data histórica nesta festiva soberana assembléia geral, e, se não bastasse esta grande alegria que hoje vivemos, teve ainda o nosso sereníssimo Grão-mestre a brilhante idéia de homenagear 04 valorosos Irmãos que são verdadeiros patrimônios de nossa ordem, com a outorga da medalha de maçom emérito.

A maçonaria como um segmento da sociedade brasileira, tem a preocupação em colaborar na solução dos problemas nacionais. Realizou trabalhos importantes na Constituição Federal e pretende estender esses méritos nas próximas reformas que se fazem necessárias no país, tais como: Reforma Tributária, Reforma da Previdência, Reforma Administrativa, Reforma Agrária e Reforma do Judiciário.

Anualmente a nossa sublime ordem realiza sua Assembléia Geral da Confederação da maçonaria simbólica do Brasil em diferentes capitais brasileiras. Este ano foi a mesma realizada em Florianópolis - Santa Catarina, onde foi elaborado pelos 27 Grão-mestres das Grandes Lojas Maçônicas Brasileiras, um manifesto no qual demonstram a sua grande preocupação com os graves problemas nacionais, conclamando a nação brasileira para a apuração de todos os fatos com seriedade; sem casuismo, devendo sobrepor-se aos interesses individuais ou setorializados, o interesse público.

A influência da maçonaria se faz sentir não só no Brasil, mas no mundo. Assim é que filósofos como Voltaire, Goethe e Lessing; músicos como Bethoven, Haydn e Mozart; militares como Frederico, o Grande, Napoleão e Garibaldi; poetas como Byron; escritores como Castelar, Mazzini e Espling; libertadores como Washington, nos E.U.A.; San Martin, em Cuba; Bento Juarez, no México e Bolívar, etc. No Brasil, dentre outros citaria José Bonifácio, D. Pedro I, Gonçalves Léo, Mal. Deodoro da Fonseca, Mal. Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Duque de Caxias, Barão do Rio Branco, Ruy Barbosa, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz, Washington Luiz, Saldanha Marinho, Augusto Comte, Pedro de Toledo, José Clemente Pereira, Júlio Prestes e Júlio Mesquita Filho. Esses homens escreveram com seus nomes, atitudes e dedicação a história da própria humanidade neste último século, e, em sendo todos eles maçons desnecessário se torna especificar a influência e participação direta e efetiva da maçonaria, todavia, dentre os grandes movimentos nacionais destacam-se: a Independência, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

Ao finalizar este meu pronunciamento, gostaria de reproduzir as sábias palavras do Pod.º. Ir.º. Luiz Gonzaga Marques em substancioso artigo publicado no jornal "Liberdade e União", edição do mês de agosto de 1979, onde ele acentua de forma inteligente e enfática: "Na verdade, todos os dias do ano são necessariamente "Dia do Maçom", pois nossa condição independe de tempo e de espaço e nossa missão não se mede em razão de momentos e de latitudes".

BIBLIOGRAFIA

Obras consultadas e fontes de pesquisa:

Notícias Geográficas do Rio Negro
Cônego André Fernandes de Souza

Dicionário Topográfico, Histórico e
Descritivo da Comarca do Amazonas
Lourenço da Silva Araújo
Editado em 1852 - Recife - PE

Viagens pelo Amazonas e Rio Negro
Alfredo Wallace
Tradução de *Orlando Torres*
Ed. Brasiliense

Fundação de Manaus; Pródomos e Sequências
Agnello Bittencourt - 1969

Viagem pelo Brasil
Spix e Von Martins - 1824

Centenário Maçônico
Rodolpho Vale - 1971

Arquivos da Grande Loja Maçônica do Amazonas
Documentos pertencentes ao Museu "*Mário Verçosa*"

Efeméride Maçônica
Rodolpho Vale - 1977

Notes of a Botanist on the Amazon and Andes
Richard Spruce - Ed. 1908 - Londres

The Amazon and Madeira Rivers
Franz Keller - Leuzinger
Londres - 1874

Negritude e Modernidade
Mário Ypiranga Monteiro
Editora Humberto Calderaro - 1990

História do Amazonas
Arthur Cesar Ferreira Reis
Editora Itatiaia - 1989

Corografia do Estado do Amazonas

Agnelo Bittencourt

ACA - Fundo Editorial 1985

Fastígio e Sensibilidade do Amazonas Ontem

Genesimo Braga Editora Sergio Cardoso e Cia. Ltda. - 1959

Ata da sessão de instalação do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, na Seção do Amazonas - fls. 1 do "*Livro de Atas de 1932 a 1942*"

"Recepção do Desembargador Antonio Gonçalves P. de Sá Peixoto"
Huascar de Figueiredo - Academia Amazonense de Letras - Tipografia do Cá e Lá - Manaus - Am - 1924

SÁ PEIXOTO - O jurista Amazonense da Codificação Civil
José Lindoso - 1971

Código Civil na Câmara dos Deputados

Juvenal Pacheco - Brasil - Imprensa Nacional - 1902

Biblioteca Salesiana de Manaus

Arquivos e Documentos históricos

Teses - Dissertação: Fundamento e Fim da Neutralidade

Antonio Gonçalves de Sá Peixoto

Tipografia J. Schmidt - Rio de Janeiro - 1904

"História da Faculdade de Direito do Amazonas"

Aderson de Menezes

Sergio Cardoso e Cia. Ltda. - Editores - 1959

Código Civil Comentado

Clóvis Bevilacqua

1º vol. 10ª edição - Livraria Francisco Alves

Rio de Janeiro - 1953

Ata da Sessão Especial de 13 de novembro de 1936 do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados

Registros Maçônicos

Mário Verçosa

Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - 1985

Documentos históricos e Livros de Atas dos anos de 1896 a 1996. Acervo pertencente à Grande Benemérita Loja Simbólica "Rio Negro"

Ilustração:

Paulo Frassinetti R. Cuadal

Capa:

Wolfgang Guminiak

Composição e Revisão:

Wolfgang Guminiak

**Diagramação, Laser Film, Fotolitos, Impressão e
Acabamentos:**



SERGIO CARDOSO & CIA. LTDA.
MANAUS - AMAZONAS

